



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador
Rui Costa dos Santos

Vice-Governador
João Felipe de Souza Leão

CASA CIVIL
Secretário Bruno Dauster Magalhães e Silva

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
Secretário Walter Pinheiro

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP
Secretário Maurício Teles Barbosa

SECRETARIA DA SAÚDE – SESAB
Secretário Fábio Vilas-Boas

SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SJDHDS
Secretário Carlos Martins Marques de Santana

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA
Secretário João Carlos Oliveira da Silva

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO – SIHS
Secretário Leonardo Góes Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDUR
Secretário Sérgio Brito

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA
Secretário Marcus Benício Foltz Cavalcanti

SECRETARIA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEpromi
Secretária Fabya Reis

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR
Secretário Josias Gomes

SECRETARIA DE TURISMO – SETUR
Secretário Fausto de Abreu Franco

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO – SAEB
Secretário Edelvino da Silva Góes Filho

SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ
Secretário Manoel Vitório da Silva Filho

SECRETARIA DA Educação – SEC
Secretário Jerônimo Rodrigues

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE
Secretário João Felipe de Souza Leão

SECRETARIA DE CULTURA – SECULT
Secretária Arany Santana

SECRETARIA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO,
PESCA E AQUICULTURA – SEAGRI
Secretário Lucas Teixeira Costa

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE
Secretário Davidson Magalhães Santos

SECRETARIA DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI
Secretária Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES – SPM
Secretária Julieta Palmeira

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SERIN
Secretária Cibele Oliveira de Carvalho

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM
Secretário André Nascimento Curvello

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO – SEAP
Secretário Nestor Duarte Guimarães Neto

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE
Procurador Geral Dr. Paulo Moreno de Carvalho

SUMÁRIO

O PPA PARTICIPATIVO 2020 - 2023

APRESENTAÇÃO	9
CONJUNTURA ECONÔMICA E CENÁRIO FISCAL	13
PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO	23

PODER EXECUTIVO

ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS.....	29
CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	51
CULTURA	63
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	73
DESENVOLVIMENTO RURAL.....	87
DESENVOLVIMENTO URBANO	103
EDUCAÇÃO.....	111
IGUALDADE RACIAL	139
INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E MUNDO DO TRABALHO.....	147
INFRAESTRUTURA.....	159
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	177
POLÍTICA PARA AS MULHERES.....	191
RECURSOS HÍDRICOS.....	201
SAÚDE	219
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.....	239
GESTÃO GOVERNAMENTAL.....	271

PODER LEGISLATIVO

FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA	295
CONTROLE EXTERNO ESTADUAL EM SINTONIA COM A SOCIEDADE	301
CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL.....	307

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA EFETIVA.....	315
----------------------	-----

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

DEFESA DA SOCIEDADE E PROMOÇÃO DA CIDADANIA	325
---	-----

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

PROTEÇÃO DOS DIREITOS E A DEFESA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DOS CIDADÃOS	343
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	351

**O PPA
PARTICIPATIVO
2020 - 2023**



APRESENTAÇÃO

Instrumento legal de planejamento, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, o Plano Plurianual (PPA) contém as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um horizonte temporal de quatro anos. Este plano sintetiza não apenas o pensamento do executivo baiano consagrado no processo eleitoral, mas dos atores sociais envolvidos na escuta social e de diversos grupos de interesse e *stakeholders*.

O PPA constitui-se, assim, em um documento técnico e político, tendo em vista que sua implementação depende de arranjos institucionais que se dão no âmbito do Estado, junto ao setor produtivo privado e aos movimentos sociais. A construção de planos pactuados, que reflitam as prioridades da sociedade, deixou de ser tendência no Brasil diante das recentes orientações por decisões mais centralizadoras e menos participativas no âmbito do Governo Federal.

A Bahia tem um histórico de 12 anos em que a participação social vem contribuindo para a definição das políticas públicas, ampliando a percepção das demandas sociais e das dificuldades enfrentadas pelo planejamento e gestão dos programas governamentais. Nesse contexto, mantém-se a busca pelo fortalecimento do diálogo com as diversas arenas das estruturas do governo estadual e a sociedade civil cada vez mais organizada.

A visão de futuro para o Estado está delineada no planejamento estratégico de longo prazo, onde se avançou nas etapas de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado PDI Bahia 2035, que assumiu o papel de bússola para o PPA, sinalizando a Bahia que se deseja alcançar em 2035. Além disso, os macro-objetivos dos 13 Eixos Estratégicos do PDI Bahia 2035 estruturaram as bases estratégicas necessárias para a construção dos Programas e Compromissos do PPA, mantendo o alinhamento entre os instrumentos de longo e médio prazo.

Também contribuíram na orientação à elaboração do PPA 2020-2023, as recomendações do Programa de Governo Participativo (PGP), representando as diretrizes para os quatro anos do governo eleito, assim como as propostas oriundas da Escuta Social nos Territórios de Identidade.

Visando adequar as estruturas do Estado às políticas expressas nesses instrumentos de planejamento realizou-se, no âmbito das secretarias, Planos Estratégicos Organizacionais (PEOs), que construiu Mapas de Negócio, Lacunas de Valor, Análises de Ambiente Externo, Objetivos e Metas para o período

de cinco anos. Parte desses elementos constituintes dos PEOs derivou em componentes para o PPA 2020-2023 justificando a maior integração entre o que se planeja e a capacidade de realização diante das estruturas do Estado.

A estruturação e relacionamento destes instrumentos reflete a busca do Governo Estadual por um planejamento mais integrado e consistente, considerando as múltiplas dimensões da socioeconomia baiana e das instituições responsáveis por implementá-lo.

Conceitualmente, o PPA aperfeiçoou seus componentes (compromisso, iniciativas e metas) com atributos que melhor o qualificam. Para tal, criou os compromissos de expansão/aprimoramento e gestão/custeio, possibilitando maior transparência para o instrumento e introduziu às metas atributos de indicadores, permitindo que sejam melhor monitoradas. A sistemática de elaboração dos indicadores de programas também foi aprimorada com suas definições desde a etapa inicial de elaboração do Plano, trazendo consistência e aderência dos indicadores aos programas.

Tais avanços fortalecem o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege) e caminharam na direção de responder às dificuldades identificadas no PPA 2016-2019. Destaca-se, inicialmente, a robustez obtida na dimensão estratégica deste PPA com a existência de um plano estratégico de longo prazo (PDI Bahia 2035) que cumpre o papel norteador da formulação da política pública no Estado. Avançou-se na participação efetiva das Secretarias e órgãos na elaboração dos instrumentos de planejamento do Estado - principalmente, com o advento da elaboração dos PEOs, que tenta assegurar a integração estratégica e tática do PPA subsidiando a formulação de compromissos, iniciativas e metas. Buscou-se ainda fortalecer e aprimorar o processo de participação social, especialmente com ajustes temporais que disponibilizaram os insumos advindos da escuta social para análise no momento das discussões iniciais quando da definição de “Metas e Iniciativas”.

Pelo seu caráter constitucional, o PPA é a peça central no ciclo do planejamento, traduzindo em Programas de Governo os investimentos necessários ao alcance da visão estratégica e orientando as ações a serem executadas anualmente por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA). Como elemento integrador dos instrumentos legais de planejamento é essencial uma gestão estratégica e adaptativa capaz de avaliar o alcance dos objetivos e retroalimentar os processos envolvidos, sempre na perspectiva de atendimento à sociedade. Seu caráter transversal e intersetorial conduz para uma forte integração do PPA, traduzido como uma ferramenta de gestão e coordenação para garantir a articulação de diferentes órgãos setoriais, grupos, entes federativos e sociedade civil visando a um objetivo comum. A essas dimensões do ciclo de planejamento devem ser agregadas a atuação em rede das Assessorias de Planejamento e Gestão (APG) e responsáveis pelos compromissos, apoiada por uma comunicação eficiente entre os envolvidos.

Aplicado ao ciclo de gestão do PPA, esse enfoque enfatiza a implementação dos programas governamentais, subordinando todas as demais etapas do ciclo à execução dos Compromissos e Metas quadrienais, de forma que os resultados alcançados tenham responsabilidade compartilhada por toda a administração pública. Na lógica de aperfeiçoamento contínuo do ciclo de planejamento, os órgãos e processos de gestão voltam-se para a melhoria das políticas públicas e superação das restrições à imple-

mentação dos programas. Com efeito, os processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação inicial e de desempenho dos programas são basilares enquanto instrumentos que subsidiam a tomada segura de decisões pelos gestores.

Por outro lado, entende-se que a gestão é, antes de tudo, um processo político e que a separação entre política e técnica leva à adoção de práticas descoladas do ambiente real em que a ação pública é concebida. O enfoque mais adequado, portanto, parece ser aquele que permite a combinação destas duas dimensões. Vale ressaltar que a gestão do PPA dá-se em um ambiente caracterizado por tensões e conflitos, assimetria de informações, concorrência entre atores e que, nesse sentido, deve manter a perspectiva de equacionar satisfatoriamente os entraves ao Plano, diante do cenário institucional existente.

A importância em solucionar essas questões decorre do risco de se instituir processos de cobrança e controle que se tornam um fim em si mesmos, sem gerar informações úteis à tomada de decisões e sem adicionar qualquer valor para obtenção de melhores resultados. A pactuação prévia posta em curso entre a Secretaria do Planejamento e os órgãos executores, em seus diversos processos (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, Monitoramento e Avaliação) no que se refere às posições e aos papéis específicos na estrutura de gestão do PPA, vem minimizando a ocorrência desse tipo de conflito e possíveis intercorrências. Cabe fortalecermos ainda mais esse circuito dinâmico oriundo das etapas de planejamento e execução, consolidando a sua institucionalização nas secretarias e seccionais, o que deverá resultar, progressivamente, na prática de uma gestão para resultados, que viabilize o fortalecimento ou a correção de práticas que conduzam aos resultados almejados, em benefício da população.

Desde o PPA-P 2012-2015, ao atual e este, ora aprovado para os próximos quatro anos, os aprendizados vêm sendo incorporados à gestão dos programas em melhorias sucessivas e frequentes, para a articulação dos meios necessários para viabilizar a trajetória das metas definidas para os compromissos e o alcance dos resultados pretendidos para os programas, buscando o aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento dos recursos.



CONJUNTURA ECONÔMICA E CENÁRIO FISCAL

O contexto em que se leva a público o PPA 2020-2023 é desafiador. Por um lado, há a reversão no modelo de desenvolvimento nacional que, iniciado no primeiros anos dos 2000, com intensidades diferenciadas, atuava visando à inclusão social e à atenuação dos desequilíbrios regionais. Por outro, o crescimento econômico global e nacional registrou contínua desaceleração, o que impactou o Brasil afetando sua balança comercial, mercado de trabalho e consumo interno, por exemplo. Desse modo, reviram-se as políticas macroeconômicas do país, pretendendo absorver as consequências mais urgentes dos vários choques internacionais de modo a manter as conquistas sociais e o nível de emprego.

Nesses termos, a proposição de um plano de governo responsável e pertinente deve ser pautada pelo conhecimento e análise do cenário econômico do Estado, considerando suas inter-relações com as principais dinâmicas nacionais e internacionais. Para tanto, traçam-se linhas gerais dessas economias e apontam-se algumas perspectivas para a Bahia nos próximos quatro anos.

Cenário internacional e o Brasil

O cenário internacional, nos últimos anos, foi marcado pela insegurança e aumento dos riscos associados às disputas comerciais entre grandes potências econômicas. As tensões decorrentes da guerra comercial entre Estados Unidos e China seguem como um pano de fundo que traz volatilidade aos mercados. Como consequência, observam-se sinais de desaceleração da atividade na China, além de outros fatores adicionais de riscos no curto prazo, mas com efeitos a médio prazo.

Mais especificamente, a partir do segundo trimestre de 2018, o cenário externo manteve-se vulnerável à alta volatilidade nos mercados financeiros globais e à forte desvalorização das moedas. Esse processo foi mais intenso nos países subdesenvolvidos, tendo em vista a tensão nos mercados internacionais decorrente da elevação dos juros americanos, da valorização do dólar, do aumento dos preços do petróleo e do risco de guerra comercial entre Estados Unidos da América (EUA) e China.

Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado em abril de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) global, nos anos de 2019 e 2020, deve crescer a taxas de 3,3% e 3,6%, respectivamente. Já a expansão média dos Estados desenvolvidos foi de 2,2% no período, sendo que nos que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o comportamento difere. Enquanto nos Estados Unidos a economia acelerou de forma significativa no ano, com taxa de 2,9%, o Japão registrou PIB de 0,8%, bem abaixo do valor do ano anterior (1,9%). O desempenho dos países da Zona do Euro, com taxa de 1,8%, foi bem mais tímido do que em 2017. Ao mesmo tempo, a economia chinesa cresceu 6,6%, em 2018. De forma geral, porém, a verdade é que a expansão global está declinando.

Essa situação reflete o enfraquecimento da economia europeia, processo pautado pela redução das exportações, pela piora nas condições financeiras da Itália, dentre outros fatores políticos. Desse modo, espera-se que as economias desenvolvidas cresçam, em 2019, 1,8% e, em 2020, 1,7%. Enquanto isso, as economias subdesenvolvidas, categoria em que se enquadra o Brasil, devem avançar mais, 4,4% e 4,8%, nesses mesmos anos.

Ressalva-se que se a situação internacional afeta um largo conjunto de países, os subdesenvolvidos, em particular os mais dependentes de capitais estrangeiros, são os que revelam mais fortemente seus impactos. Isso se observa, entre outros, nas questões fiscais recentes e na reação da atividade econômica, bem como nas relações com parceiros externos. Na América do Sul, em frente aos movimentos da economia, destaca-se a crise na Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, e seus graves desequilíbrios na demanda interna.

Diante desse quadro, no Brasil as contas externas seguem com performance positiva, com reduzido déficit em conta corrente, elevado investimento externo e reservas internacionais em torno de US\$ 380 bilhões, o que lhe permite uma situação mais favorável que os economicamente mais frágeis. De todo modo, a situação da Argentina e a desaceleração global tendem a se traduzir em impactos negativos nos termos de troca, afetando o mercado brasileiro de *commodities*.

Cenário Nacional

A conjuntura brasileira observa um momento de retração dos investimentos e da participação do Estado na regulação da economia e na mitigação das questões que resultam na histórica desigualdade social. Essa situação afirma-se, sobretudo, a partir de 2012, com a mencionada desaceleração do crescimento econômico global, o que, evidentemente, repercutiu internamente em empecilhos à trajetória de expansão das exportações brasileiras. Além disso, nos últimos anos, a prolongada estiagem criou um quadro de seca em regiões específicas do país, resultando em demandas de determinados segmentos sociais aos governos.

Esse conjunto de condições implicou em retração do mercado de trabalho, na diminuição nos rendimentos e ampliação dos preços de energia, de alimentos e dos serviços, obrigando os governos a adotarem medidas que visassem minimizar seus efeitos. Foram, então, feitas desonerações de impostos e barateamento de créditos do setor privado. Com isso, a política fiscal absorveu parte do aumento dos custos de energia, bem como financiou ações de combate aos efeitos da seca. Entretanto, por conta da redução de receitas e da expansão de despesas, entre 2013 e 2014, o PIB aumentou em apenas 0,5%, sendo que, nesse último ano, o resultado primário do setor público consolidado revelou um déficit de 0,6%. Diante disso, os quatro anos seguintes visaram ao controle e eficiência dos gastos, o reequilíbrio fiscal.

Entre 2015 e 2016, o PIB registrou a taxa média negativa de 3,4% ao ano, fato decorrente da severa recessão econômica. Junto a isso, houve o agravamento do cenário político e econômico com forte queda do nível de atividade. No início de 2015, diante de certo temor em relação à possibilidade de perda do grau de investimento, o Governo Federal desenvolveu um plano de ajuste fiscal e, para controlar a inflação e o déficit primário, adotou uma política econômica contracionista. Com a descompressão dos preços administrados, houve também um aperto da política monetária, com o objetivo de evitar que a inflação ultrapassasse a meta pré-estabelecida. Assim, a elevação das taxas de juros também contribuiu para influenciar negativamente a atividade e o investimento.

Em 2016, o país atravessava profunda recessão, fato que concorre para um processo que resulta na interrupção de mandato e troca de presidentes. A partir de então, tem-se um redirecionamento da política econômica e no projeto de equilíbrio fiscal, porém, com poucas consequências positivas na dinâmica produtiva.

Salienta-se, ainda, que outros fatores políticos e institucionais, levados a termo pelo poder Judiciário, afetaram a atividade econômica na medida em que ocasionaram, por um lado, em incertezas quanto ao processo político, contribuindo para a deteriorar o cenário macroeconômico, por outro, na retração na operações de empresas nacionais, principalmente dos setores da construção civil e de óleo e gás. Tal situação, entre outros, resultou na elevação do desemprego, cuja taxa, em 2015, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 8,3% e, em 2018, passa para 12,3%.

No biênio seguinte, observou-se leve recuperação da economia. Em 2017, após dois anos de queda sucessiva, dá-se a ampliação do PIB, que registra 1,0%, com alta em todos os trimestres do ano. Para isso, contribuíram fatores como a política monetária expansionista, a safra agrícola extremamente positiva e um contexto internacional favorável. Além disso, a confiança na política econômica elevou-se. Enfim, sinalizava-se uma reversão da tendência de retração, porém, não se ensejou um processo virtuoso de efetivo crescimento.

O cenário de 2018 foi um pouco melhor. Existiram condições que promoveram uma recuperação gradual da economia, considerando-se a elevada capacidade ociosa na indústria e a retomada, ainda que lenta, do poder de compra das famílias, com os níveis de preços controlados – com taxa de 3,75%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Do mesmo modo, nota-se a fixação da taxa Selic no patamar de 6,5% em 2018, propiciando condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento. Entretanto, a confiança de empresários e consumidores oscilou ao longo do ano, tendo arrefecido a partir da paralisação dos transportes de cargas e com a indefinição do processo eleitoral. Tudo isso culminou em um crescimento mais lento do que o esperado no início desse ano.

No fundamental, entre 2016 a 2018 as políticas macroeconômicas adotadas no Brasil foram insuficientes para absorver os vários choques ocorridos no período, no que pese a manutenção das taxas de juros e a inflação abaixo da meta estabelecida. Diante disso, os grandes temas que pautaram a discussão estavam referidos ao cenário fiscal, a medidas que colaborassem para manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas. De fato, em períodos de crise e de ritmo lento da economia, a receita é a primeira a se ressentir. Por outro lado, a despesa mantém-se em elevação na medida em que a própria crise é fator de sua aceleração, principalmente no que se refere às políticas públicas que devem responder às demandas da sociedade que, em contextos como esse, se avolumam.

Em 28 de dezembro de 2018, a taxa de crescimento projetada para economia brasileira era de 2,6%. O baixo nível da confiança de empresários e consumidores, relacionado com a lenta recuperação econômica e aos níveis elevados de incerteza da política, frustrou expectativas e repercutiu negativamente na evolução do emprego e da situação financeira das famílias.

O cenário para 2019 ainda é incerto. O principal desafio do governo Federal é a situação fiscal o que, segundo alguns autores, junto à retomada dos investimentos em infraestrutura, é necessário para a ampliação dos níveis de crescimento. Quanto às expectativas, a previsão é de um déficit primário do setor público da ordem de R\$ 132 bilhões com governo central contribuindo com R\$ 139 bilhões. Para alguns analistas de mercado, o déficit do governo federal pode ser menor devido às receitas extraordinárias, que poderão ser de R\$ 39,8 bilhões.

Em termos da relação com o mercado externo, o saldo do país diminuiu 9,8% entre janeiro e abril de 2019, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. As exportações (-3,0%) e as transações comerciais (-2,0%), igualmente, se retraíram. De todo modo, as projeções mais recentes da balança brasileira apontam para superávit de US\$ 50 bilhões. Uma previsão, aliás, otimista visto o comportamento dos principais mercados consumidores dos produtos nacionais. A Argentina, por exemplo, registrou intensa recessão e, no primeiro quadrimestre desse ano, o comércio bilateral declinou em taxa de 27,3%. No geral, as exportações do Brasil para lá declinaram 46,5%, a maior queda entre

todos os países com os quais estabelece relações comerciais. Outro grande recuo ocorreu na relação com a União Europeia: as vendas brasileiras reduziram-se em 18,0%. Em contrapartida, exportações brasileiras para a América do Norte cresceram em 8,4% no período.

Entretanto, o mais decisivo para o saldo da balança comercial foi o desempenho com os países da Ásia, que consumiram 44,6% das vendas brasileiras no primeiro quadrimestre de 2019. As exportações a esse continente cresceram a 11,3% e China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil. Mesmo as mudanças de rota da economia chinesa não afetaram essa condição, já que ao privilegiar o consumo doméstico, esse país aumentou a demanda de *commodities* agrícolas. O avanço da relação Brasil-China teve ainda um “empurrão” das tarifas impostas pelos EUA, o que pode ser revertido, embora não haja previsão de queda importante da demanda chinesa por alimentos.

Para 2020, com base na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), mesmo com a estimativa de crescimento do PIB em 2,7%, é provável um déficit primário de R\$ 118,9 bilhões, o sétimo consecutivo desde 2014. Para esse resultado, o governo central contribuirá negativamente com R\$ 124 bilhões e os estados com saldo positivo de R\$ 9,0 bilhões.

Cenário Baiano

A retração do consumo e do investimento gerada pelas políticas fiscal e monetária, combinadas com o ambiente de incerteza e desconfiança, têm conduzido a Bahia a acompanhar o ritmo de crescimento do país. No que compete aos setores de atividade, a produção industrial, em particular de bens intermediários e bens duráveis (no caso, de automóveis), foi a atividade mais afetada pela redução do consumo e dos investimentos. Entre 2015-2018, a economia baiana declinou em média 2,1% ao ano. Setorialmente, os valores adicionados da agropecuária, da indústria e dos serviços, registraram taxa média anual de 2,4%, -4,4% e -0,8%, respectivamente.

A produção agropecuária, nos moldes como é predominantemente praticada no estado, é bastante sensível às variações climáticas, já que a regularidade na distribuição das chuvas é uma condição necessária para seu bom desempenho. Por isso, a influência significativa do fenômeno do El Niño sobre as temperaturas e o regime de chuvas, especialmente dos últimos anos, tem impactado diretamente o desempenho do setor. Em 2016, ano emblemático, ocorreu uma estiagem generalizada sobre o território baiano, atingindo inclusive sua região Oeste, onde as condições edafoclimáticas normalmente permitem uma distribuição mais regular das chuvas ao longo do ano. Naquele ano, praticamente toda a lavoura e toda atividade pecuária foram prejudicadas pela severa estiagem.

Não obstante, em 2018, a safra dos principais grãos (algodão, soja, milho, feijão e café) atingiu um volume recorde de produção. Então, apenas a soja atingiu 6,0 milhões de toneladas, uma marca histórica. Já para 2019, a estimativa de safra dos grãos está em torno de 8,5 milhões de toneladas. Haverá, pois, uma redução no volume produzido em relação ao ano anterior da ordem de 14,3%, ainda que tenha ocorrido expansão a área plantada da ordem de 1,1%, na comparação de 2018-2019, uma extensão de cerca de 3,2 milhões de hectares. Esse resultado vem sendo relacionado a variações climáticas (chamadas “veranicos”), que prejudicaram particularmente as lavouras da soja e do milho no extremo oeste.

Observa-se que no setor agropecuário, a Bahia se sobressai por ser o segundo maior produtor de frutas do Brasil, com importante participação relacionada aos cultivos de mamão, manga, melão, uva, laranja, maracujá, goiaba, cacau entre outros. Esse conjunto representava um valor bruto de produção da ordem de R\$ 3,4 bilhões, em 2017, de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE. Com base nos dados do valor adicionado (VA), para o primeiro trimestre de 2019, o setor agropecuário registrou crescimento de 2,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O setor industrial baiano foi fortemente influenciado pela crise nacional e internacional dos últimos anos em decorrência da redução da demanda mundial, das oscilações nos preços das *commodities* e da redução dos investimentos no setor da construção e de infraestrutura. Por isso, em 2018, apresentou queda de 0,2%, o que refletiu os resultados da indústria extrativa (-4,7%), da construção (-3,7%) e da indústria de transformação (-0,4%). Apenas o setor de eletricidade e água observou ampliação (10,2%). No primeiro trimestre de 2019, o VA da indústria recuou 1,0%, comparado ao mesmo período do ano anterior, muito em decorrência da queda na indústria de transformação e na extrativa.

Em relação ao comércio exterior, houve incremento entre 2016 e 2017. Neste ano, as vendas externas baianas exibiram o melhor resultado em três anos, alcançando US\$ 8,1 bilhões, um crescimento de 19,0%. Embora em 2017-2018 essa tendência tenha permanecido, as exportações baianas se ampliaram numa intensidade menor (9,1%), visto a falta de dinamismo no segmento industrial e, fato relacionado, da baixa competitividade sistêmica que atinge, também, esse setor.

Em 2019, entre janeiro e abril, o desempenho do comércio exterior baiano refletiu os processos econômicos globais, a queda nas cotações externas e a crise na Argentina, o que influenciou particularmente as exportações de automóveis produzidos no estado. No mesmo período, suas vendas externas alcançaram US\$ 2,33 bilhões, 6,0% abaixo do verificado em 2018. Ainda em 2019, as importações registraram crescimento de 19,0% no primeiro quadrimestre, alcançando US\$ 2,46 bilhões. O saldo da balança comercial nesses meses, portanto, acarretou déficit de US\$ 126,7 milhões.

Cabe notar que a estabilidade cambial e a continuidade dos investimentos no setor de energia renovável devem continuar atuando para o crescimento das importações de bens de capital, mesmo sem o efeito da retomada da atividade doméstica, que, pelo menos até abril, não exerceu pressão no volume de compras.

O setor de serviços, com maior peso na economia estadual (70,0%), registrou alta do VA de 0,9%, em 2018. As maiores variações positivas foram as do ramo de comércio (1,4%), atividades imobiliárias (1,2%) e na administração pública (1,0%). Já no primeiro trimestre de 2019, o VA desse setor reduziu 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Pelo exposto, na Bahia, as expectativas para 2019 estão condicionadas à retomada mais forte do setor industrial que tem a seu favor a elevada capacidade ociosa, juros baixos e elevada demanda por infraestrutura. Porém, diante do cenário apresentado para o primeiro trimestre ano, quando o PIB baiano recuou 0,5%, na comparação com o mesmo período de 2018, denotando o lento ritmo do setor. Presume-se, ademais, que a produção industrial seja impactada negativamente pela queda da demanda interna, influenciada pelos piores níveis de confiança, pelo baixo nível de emprego e de renda. O setor, aliás, mostra sinais de estar em espera frente aos níveis ainda elevados de incerteza econômica.

Numa análise sintética sobre as perspectivas para os setores de serviços e comércio, pode-se dizer que seu incremento depende do aumento da renda agrícola e industrial, associadas à manutenção da inflação dentro da meta e de taxa de juros mais baixa. Há expectativas de que a taxa de juros reduzidas e a diminuição no custo do crédito favoreçam ao financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas esse aumento do consumo será limitado pelo grau de endividamento das famílias. Afinal, os resultados para o primeiro trimestre de 2019 apontam para queda de 2,1% no volume de vendas do comércio varejista ampliado, atribuído, principalmente, à redução de 7,0% nas vendas de automóveis no período.

Por sua vez, a agropecuária deverá ter contribuição negativa na composição da economia estadual. Isso porque a forte estiagem no início do ano que prejudicou a lavoura, em especial, a dos grãos que têm expressiva participação no PIB do setor, soja e milho.

Nesse cenário, é relevante verificar que entre janeiro a abril de 2019, a Bahia gerou 22.133 novos postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Tal resultado fez com que o estado ocupasse a sexta posição no país e a primeira na região nordestina quanto à geração de empregos. Todavia, o volume de novos empregos gerados ainda está abaixo necessário para gerar dinamismo na economia baiana já que a massa de rendimentos reais recebidos pelos ocupados registrou queda.

Cenário Macroeconômico e o Cenário Fiscal Baiano

Em vista da conjuntura econômica dos últimos anos, evidencia-se a ampliação da dificuldade dos estados para em manter um ritmo de arrecadação proporcional às necessidades das despesas, que se encontram em trajetória ascendente. Como resultado, a maioria das unidades Federativas vem demonstrando fragilidade fiscal nas suas contas, em diferentes dimensões. A questão é: como é possível mitigar o descompasso entre as receitas e as despesas? Para refletir sobre tal indagação é preciso desenhar prováveis cenários e a possibilidade de maior gestão das metas fiscais, de forma que as necessidades da sociedade sejam respondidas de modo adequado.

O cenário de baixo crescimento econômico e o déficit primário restringiram as ações de política econômica, a busca pela reversão da trajetória fiscal em curso para assegurar a sustentabilidade de médio prazo da dívida pública brasileira. Diante disso, faz-se necessário indicar a existência de possíveis pontos a serem mitigados para que os mesmos não venham a comprometer o cenário fiscal desenhado dos próximos anos. Deve-se considerar, pois, entre outros, a necessidade de retomada do crescimento da atividade econômica; o controle dos gastos; a discussão do pacto federativo referente a questões das previdências estaduais; e a reforma tributária em tramitação. Acrescente-se a possível volta dos investimentos decorrente do programa de concessões e privatizações, o que tende a aumentar a taxa de investimento e, consequentemente, contribuir para a elevação do PIB no período 2020-2023.

No que compete à Bahia, ao longo dos últimos anos, assumiu o Limite Individual das Despesas Primárias Correntes financiada com a fonte própria do tesouro estadual para todos os Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública. Esse tipo de medida objetiva reduzir despesas correntes sem comprometer as demandas da população e o funcionamento da administração pública e, assim, criar a possibilidade de novos investimentos. No entanto, o cenário recente envolve situações complexas. Com isso, por vezes, sua resolução embora perpassasse caráter estadual, ganha contornos maiores e envolve a questão do pacto federativo, o que é exemplificado, como se disse acima, pelos temas relacionados à previdências estaduais.

Em um ambiente de incertezas, a Bahia está sujeita às mesmas condições econômicas desfavoráveis que têm inibido os investimentos em outros estados. Entretanto, ao longo dos últimos anos, o nível dos gastos em obras e serviços vem marcando sua atuação. Assim, entre 2015 e 2018, seu governo destinou R\$ 10,3 bilhões para investimentos, um valor proporcionalmente maior que o empregado por São Paulo, líder nacional nos últimos quatro anos - o governo paulista, que investiu R\$ 31,9 bilhões no mesmo período, possui orçamento cinco vezes maior que o baiano.

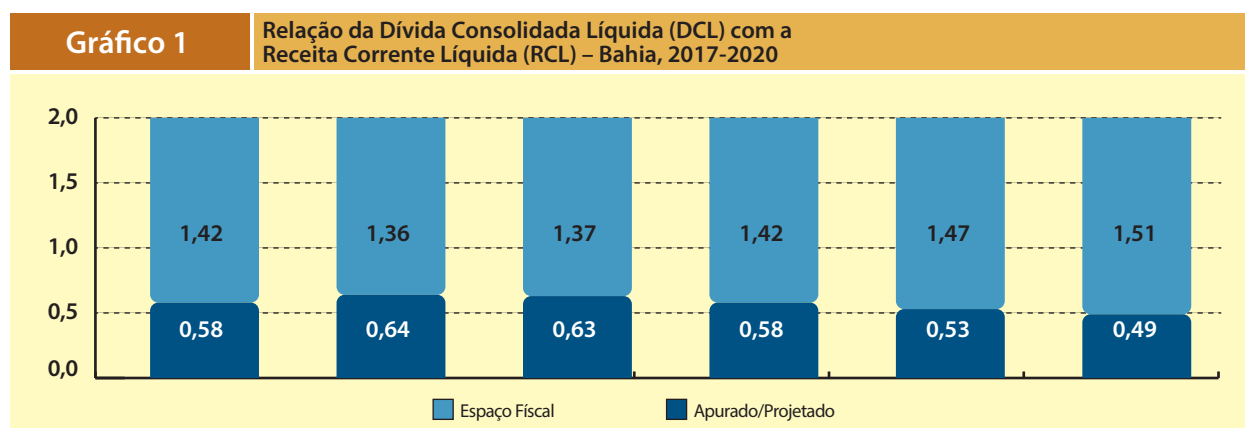
A Bahia figurou, ainda, no grupo de nove estados brasileiros que ampliaram os investimentos no primeiro bimestre de 2019, na comparação com 2015. Nos primeiros meses daquele ano, esses investi-

mentos destinaram-se, principalmente, à mobilidade urbana, à recuperação de rodovias, ao saneamento básico, ao abastecimento de água, à saúde, à contenção de encostas, à agricultura, ao meio ambiente, à segurança, às barragens e à educação. Destaca-se também que o setor de energias renováveis, em especial a eólica, e a política de atração de investimentos colocam-na em proeminência em relação aos demais do país.

No entanto, as perspectivas para os próximos anos estão condicionadas à retomada do crescimento da atividade e à continuidade dos investimentos públicos. Assim como para todas as demais unidades da Federação, a expectativa é que a política econômica que vem sendo promovida em âmbito nacional resulte em aumento do nível de investimentos, redução dos índices de desemprego, ampliação das exportações, redução da vulnerabilidade externa e do risco-país. Como ainda há incertezas com relação aos encaminhamentos que serão tomados nessa esfera de governo, elaborar estratégias e caminhos que busquem alternativas para o desenvolvimento passa a fazer parte das agendas estaduais.

Um importante indicador a se levar em consideração nesse cenário é o nível de endividamento dos estados, ou melhor, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), que representa uma medida de capacidade de endividamento cujo limite máximo está definido na Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001. Conforme este dispositivo, a DCL, obtida a partir da Dívida Consolidada Bruta descontadas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e demais haveres, não deve ser superior a duas vezes à RCL.

É importante registrar que a programação fiscal para os próximos anos, apresentada nas projeções de dívida líquida bruta com relação a RCL, ao longo dos anos, mantém uma trajetória de estabilidade. Assim, para 2020, estima-se que o nível de endividamento da Bahia esteja em torno de 0,63, alcançando em 2023, cerca de 0,49 (Gráfico 1).



Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020

Ao delimitar a conjuntura econômica em que o PPA 2020-2023 está inserido, alguns pontos devem ser analisados, principalmente no momento em que se buscam estratégias para o financiamento no médio prazo. Evidentemente, isso é realizado considerando as recentes movimentações na economia mundial que podem se tornar obstáculos para o cenário no curto/médio prazo. Ressalta-se o risco da continuidade do processo de desaceleração da economia global e, na América latina, as dificuldades da Argentina, o que provavelmente exercerá significativo efeito sobre as exportações baianas, principalmente de veículos.

Compreende-se, pois, que a recuperação da confiança pelos agentes econômicos e a continuidade de investimentos públicos são determinantes para a economia baiana nos próximos anos, o que é central para o aumento dos níveis de ocupação e de desenvolvimento. Dessa forma, a política fiscal adotada pela Bahia visa conciliar o compromisso fiscal com a manutenção dos programas sociais e dos investimentos, o que cria base sólida para o crescimento sustentável.

O planejamento das ações do governo para os próximos anos, portanto, consolida-se na perspectiva de compatibilizar crescimento com o fortalecimento das políticas públicas direcionadas a melhoria de vida do cidadão baiano. Sob essa linha de análise, faz-se necessário prudência ao lidar com um ambiente de restrições e de incertezas relativo ao financiamento dos programas do Plano Plurianual.

Em tal ambiente, traçar um cenário prospectivo é desafiador e, ademais, deve levar em conta os condicionantes e consequências imediatas em torno da Reforma da Previdência e da proposta da Reforma Tributária. Sua aprovação, possivelmente, reduzirá as indefinições sobre os encaminhamentos que o Governo Federal dará à questões sobre dívida pública e sobre a simplificação tributária. Porém, seus impactos na socioeconomia dos estados tendem a ser distintos conforme suas estruturas produtivas internas e posição na divisão territorial do trabalho.

Desafios e Oportunidades Para a Bahia

Diante dos cenários apresentados, quais as perspectivas para a economia da Bahia em 2020-2023? As previsões para o crescimento do seu PIB são, em média, de 2,4% ao ano. É estimado seu crescimento real do PIB da ordem de 2,5%, em 2020, e de 2,3%, 2,5% e 2,4% em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. A projeção da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) apoia-se na maturação dos investimentos estratégicos, bem como nos ajustes fiscais da União e nos riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional. Desse modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e da gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso, ilustrados no Quadro 1, com outros parâmetros macroeconômicos destacados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 do Estado da Bahia.

Independente do cenário restritivo, a expectativa é que um novo ciclo de crescimento econômico seja impulsionado pelo setor industrial, destacando-se os de energia, papel e celulose e mineração. Paralelamente, o setor de serviços, que é diversificado e inclui atividades como as de comércio, transporte e armazenagem, imobiliária e turística, pode contribuir para esse dinamizar esse ciclo. A grande participação desse setor na composição do PIB da Bahia, quando comparado aos resultados do setor agrícola e do industrial, evidencia seu papel como forte elemento de sustentação do crescimento de sua economia.

Quadro 1	Parâmetros Macroeconômicos			
PARÂMETROS		2020	2021	2022
IGP-DI (%)		4,00	4,00	4,00
IPCA (%)		4,00	3,75	3,75
INPC (%)		4,00	3,80	3,80
Selic (%)		7,50	8,00	8,00
PIB-BR (%)		2,70	2,60	2,50
Câmbio (real/dólar em 31/12)		3,80	3,82	3,90
Salário Mínimo (R\$ 1,00)		1.040,00	1.082,00	1.123,00
PIB-BA (%)		2,50	2,30	2,50
Agropecuária		3,7	4,3	4,2

Continua

Quadro 1	Parâmetros Macroeconômicos			
PARÂMETROS		2020	2021	2022
Indústria		2,3	1,9	2,1
Serviços		2,5	2,1	2,4
Projeção do PIB BA (R\$ bilhões)		326,7	346,8	368,8

Fonte: Seplan/SEI, Seplan/SPO, BACEN e PLDO 2020 da União apud PLDO 2020 do Estado da Bahia

Nesse sentido, o aumento da produtividade no médio/longo prazos é o meio para alavancar o crescimento sustentável. Para tanto, são necessárias ações direcionadas ao aumento da produção com intensa base tecnológica em setores competitivos que assegurem o investimento privado, sobretudo em bens de capital e duráveis. Esse novo padrão de produção requer trabalhadores mais eficientes e qualificados, com capacidade compatível com as ocupações a serem geradas por tais processos, o que, conseqüentemente, tende a resultar em salários reais elevados.

As oportunidades para se atingir o patamar de crescimento sustentável com redução das desigualdades sociais e regionais estão assentadas não apenas na recuperação da confiança pelos agentes econômicos, mas também no aperfeiçoamento de políticas que são determinantes para o desenvolvimento nos próximos anos. Os investimentos públicos, privados ou Parcerias Público Privadas (PPP) ou concessões públicas serão imprescindíveis para alavancar os projetos de mobilidade urbana, infraestrutura de logística, energia, comunicação e construção civil. A atenção a tais setores guarda relação com sua capacidade de dinamizar a economia estadual e criar um ambiente promissor para atração de novos empreendimentos e consolidação das atividades já existentes, com aumento da competitividade e ganhos de produtividade.

Nesse âmbito, destacam-se as obras de construção e recuperação de estradas, pontes, ferrovias e dos aeroportos de Bom Jesus da Lapa e Senhor do Bonfim. Além disso, há a ampliação da capacidade do Porto de Aratu, relacionada à exportação de produtos agrícolas, e a implantação do Veículo Leve de Transporte (VLT), que vai ligar Salvador a Simões Filho. Outros investimentos estruturantes são o Sistema Viário Oeste (SVO), que inclui a Ponte Salvador-Itaparica, o Porto Sul e Ferrovia Oeste-Leste. Sobre os investimentos privados industriais esperados, entre 2020/2023, estão estimados em R\$ 14,89 bilhões, destacando-se os setores Eletricidade e Gás (R\$ 9,98 bilhões), Minerais não metálicos (R\$ 1,5 bilhão) e Mineração (R\$ 1,0 bilhão).

Cabe observar que a Bahia sempre se destacou em nível nacional no que se refere à produção de energia elétrica. Essa situação foi determinada, durante décadas, pela geração hidrelétrica, particularmente no sistema Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). No entanto, nos últimos anos, as instabilidades climáticas, entre outros fatores, vêm repercutindo numa progressiva diminuição dessa capacidade.

Em contrapartida, verifica-se a ascensão do sistema eólico, aquele em que o vento é o principal componente para que a produção de energia elétrica. Em 2013, a fonte eólica representava tão somente 0,8% (26,47 Mwm) da energia elétrica produzida no estado. Mais recentemente, ela passou a representar aproximadamente 50% (1.268 Mwm) da geração de energia elétrica. Esse expressivo incremento é resultado de investimentos na ampliação do sistema de tal modo que, dos 614 empreendimentos em energia eólica operando no país, 548 estão localizados na Bahia. Com isso, o estado firma-se coloca como a Unidade da Federação com maior capacidade de geração desse tipo de energia.

A consolidação dessa matriz e a provável implantação de novos parques eólicos concorrem para aumentar a infraestrutura energética baiana, o que contribui para o aumento da produção de riquezas, seja a partir dos investimentos diretamente associados a esse tipo de geração, seja pelos efeitos multiplicadores sobre setores fornecedores de insumos e equipamentos.

Em relação à agropecuária, destaca-se que o desempenho do setor está vinculado tanto às condições climáticas, cada vez mais influenciadas pelas mudanças em curso, como aos estímulos a essas atividades, o que envolve variáveis tais como preços favoráveis, crédito, assistência técnica e infraestrutura logística (escoamento e comercialização) e acesso a insumos essenciais (água e energia). Observa-se que, na Bahia, essa atividade é extremamente relevante em termos de ocupação da população. Além disso, supera a média nacional e nordestina em termos de proporção da área destinada a estabelecimentos agropecuários com cerca de 27,8 milhões hectares, correspondendo a 49,3% do total de seu território, conforme resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017. Por isso, ações governamentais visando à superação dos entraves estruturais e ao incentivo das cadeias produtivas da agroindústria familiar e empresarial possuem papel estratégico nos próximos anos.

Dessa modo, em razão da expectativa de um ambiente bastante restritivo para a economia nacional, espera-se, para suas finanças públicas, um período de austeridade e, ao mesmo tempo, de oportunidade para recuperação da capacidade de investimento com recursos próprios. Para tanto, é necessário, nesse contexto, um novo pacto federativo, com uma Reforma Tributária que prime por uma melhor distribuição da arrecadação entre os estados, bem como que se propicie a retomada do crescimento econômico.

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

Na Bahia, a partir de 2007, o Plano Plurianual é elaborado dentro de um processo democrático que se respalda na participação social, consubstanciada pela Escutas Sociais, ouvidorias da sociedade, conduzidas por técnicos da Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN), nas quais se reúnem as representações dos segmentos institucionais, produtivos, sociais e econômicos, públicos e privados a fim de definir, em ambiente dialógico, suas principais necessidades.

Tendo os Territórios de Identidade como unidade geográfica oficial de planejamento, orientadora da organização da política pública, e entendendo a importância de compreensão das necessidades e demandas de cada um, a partir da ideia de que neles realiza-se a vida, realizou-se Escutas Sociais em todos os 27 territórios da Bahia, tal como delimitados em 2018. Para agrupar os atores desse processo, utilizou-se como espaço de referência para mobilização, e consequentemente de participação social, a rede de governança dos Territórios de Identidade, mais precisamente os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs). Nesse âmbito, promoveu-se a articulação entre os representantes do governo estadual e os das diferentes instâncias locais, tanto do poder público quanto da sociedade civil.

A participação social no PPA 2020-2023, a exemplo do que aconteceu no PPA 2016-2019, foi executada em diferentes momentos que se inter-relacionaram e se complementaram, perpassando por todo o processo de elaboração deste documento. A proposta foi desenvolvida para que envolvesse diversos atores no âmbito da sociedade civil e das esferas governamentais. As escutas ocorreram no período de 12 de fevereiro a 28 de março de 2019 e contaram com o envolvimento de todas as áreas da SEPLAN, além da participação das demais Secretarias do Estado.

A operacionalização das escutas deu-se, inicialmente, com a elaboração de uma matriz formada por demandas anteriormente priorizadas para cada um dos territórios. Esta lista foi sistematizada levando em conta os seguintes documentos que foram elaborados em conjunto com os representantes de cada um dos territórios:

- ▶ Plano de Governo Participativo (PGP);
- ▶ Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035;
- ▶ Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS);
- ▶ Demandas oriundas de escutas anteriores e que ainda não foram realizadas.

Ressalta-se que esta matriz foi estruturada a partir dos Eixos Estratégicos do PDI: Ciência, Tecnologia & Inovação; Segurança Pública e Defesa Social; Meio Ambiente e Segurança Hídrica; Desenvolvimento Produtivo; Educação; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades; Saúde; Igualdade de Raça e de Gênero e Povos e Comunidades Tradicionais; Assistência Social e Garantia de Direitos; Infraestrutura e Logística; Cultura e Gestão Governamental.

Na realização das escutas territoriais, após a apresentação sobre PPA, da importância da escuta social e dos procedimentos de sua operacionalização, iniciou-se a discussão em plenária sobre cada proposta contida na matriz elaborada pela SEPLAN. Nesse contexto, cada uma das propostas elencadas, ao ser analisada, poderia ser validada integralmente, complementada ou excluída. Além disso, passando pela validação da plenária, novas proposições poderiam ser incluídas na listagem previamente construída. Ao final deste, cada participante selecionava, através de formulário, 10 propostas, e as 30 propostas mais votadas saíam como as mais significativas necessidades do território.

Concluídas as escutas, foi elaborada uma matriz com as propostas prioritárias para cada território agrupadas por tema, que, considerando as respectivas áreas de atuação, foi encaminhada às diversas Secretarias de Estado para que fossem analisadas e subsidiassem a elaboração do planejamento para o período 2020-2023.

Nas 27 escutas realizadas foram registrados 2.530 participantes dos diversos Territórios de Identidade, e analisadas um total de 2.262 propostas, entre propostas oriundas de demandas anteriormente priorizadas e propostas novas, surgidas nas plenárias. Destas, 860 foram eleitas por votação como prioritárias e incluídas no PPA. A distribuição dessas informações por Território de Identidade encontra-se na tabela abaixo:

TABELA 01 – NÚMERO DE PARTICIPANTES E PROPOSTAS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

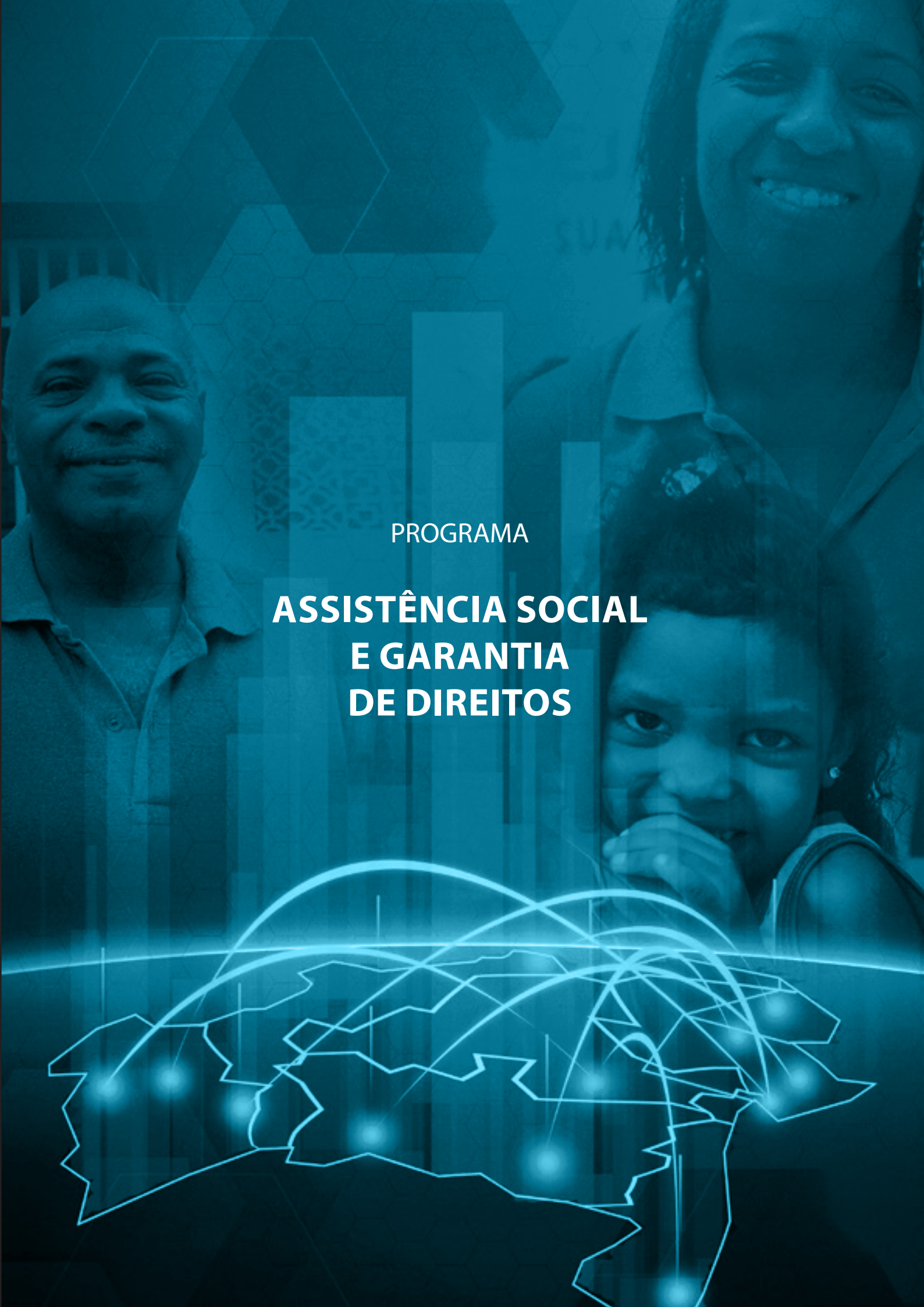
Território	Número de participantes	Propostas Apresentadas	Propostas Novas	Total de Propostas	Propostas Aprovadas	Propostas Priorizadas
Bacia do Jacuípe	99	45	28	73	65	32
Bacia do Paramirim	76	62	17	79	68	30
Bacia do Rio Corrente	54	74	13	87	71	30
Bacia do Rio Grande	88	70	23	93	66	30
Baixo Sul	59	77	17	94	88	32
Chapada Diamantina	63	65	29	94	67	36
Costa do Descobrimento	111	86	9	95	71	30
Extremo Sul	92	40	23	63	58	30
Irecê	214	68	81	149	81	30
Itaparica	110	44	28	72	66	32
Litoral Norte e Agreste Baiano	111	51	27	78	67	33
Litoral Sul	157	50	62	112	104	32
Médio Rio de Contas	68	53	30	83	79	35
Médio Sudoeste	64	47	9	56	48	37
Metropolitano de Salvador	98	72	49	121	95	30
Piemonte da Diamantina	68	52	28	80	69	30
Piemonte do Paraguaçu	46	56	20	76	51	31
Piemonte Norte do Itapicuru	74	46	25	71	60	35
Portal do Sertão	117	65	24	89	84	31
Recôncavo	134	54	23	77	55	33
Semiárido Nordeste II	73	50	11	61	56	33
Sertão do São Francisco	66	58	36	94	82	33
Sertão Produtivo	83	40	13	53	45	30
Sisal	105	60	12	72	69	30
Sudoeste Baiano	58	62	6	68	64	30
Vale do Jiquiriçá	93	63	37	100	75	35
Velho Chico	149	61	11	72	52	30
Total	2530	1571	691	2262	1856	860

**ANEXO ÚNICO:
PROGRAMAS**



**PODER
EXECUTIVO**





PROGRAMA

**ASSISTÊNCIA SOCIAL
E GARANTIA
DE DIREITOS**



ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

A Assistência Social e o grande espectro das responsabilidades estatais reunidos aqui sob o tema Garantia de direitos consubstanciam, simultaneamente, necessidades, requisitos e conteúdos que perfazem a cidadania e são expressamente acolhidos pelo Estado. Como demandas sociais incorporadas ao fazer público pela via do reconhecimento do legítimo exercício cidadão, como direito, portanto, a prestação dos serviços decorrentes exige regularidade, efetividade e o conhecimento das características dos sujeitos de direito, por um lado, e das atribuições que concorrem para o alcance dos objetivos traçados, por outro.

A Garantia de Direitos traduz uma ampla e irrestrita possibilidade de significados que não se limita a um conceito formal e assertivo. Trata a garantia de estrutura protetora, de conteúdo assecuratório, que defende contra a ameaça de determinados grupos e salvaguarda de uma situação de risco. É instituição criada em favor do sujeito para que, tendo-a como suporte, possa ver seu direito efetivado, promovendo proteção e posição de afirmação em relação à insegurança e à vulnerabilidade. Os direitos, na perspectiva aqui assinalada, são normas que declaram e constituem a existência de valores imateriais; radicam no reconhecimento gradual de uma série de prerrogativas, compreendidas ao longo das construções socioculturais como inalienáveis do ser humano.

No entanto, há que se reconhecer que nem todos portam as mesmas condições de acesso ao gozo e de fruição dos seus direitos. Seja em razão do ciclo de vida (criança, adolescente, jovem, idoso), seja em razão de condições físicas ou em consequência de uma estrutura social racista, machista e homofóbica, muitas pessoas enfrentam vulnerabilidades que tornam mais incerto o cumprimento daquelas prerrogativas relacionadas à vida, às integridades física e psíquica, à liberdade, ao bem-estar. Em nossa sociedade, portanto, grande parte da população vive em condições de submissão, de ameaça e de violência que se impõem como limites ao exercício livre e integral das suas possibilidades. Ou seja, diante do desequilíbrio, proteger os historicamente excluídos, estigmatizados, marginalizados, explorados.

No Brasil, a desigualdade social é um traço constitutivo com mais de cinco séculos de existência. Apesar das mudanças na lógica de controle do poder, ao longo deste período, sua essência tem sido preservada. A formação, expansão e difusão de uma lógica de produção que concentra riquezas conferem à pobreza a aparência de consequência natural das relações sociais, produzindo e reproduzindo desigualdades. Trata-se de um processo estrutural com origens na colonização do poder no Estado, aprofundada nos períodos de modernização conservadora, tendo em vista as políticas econômicas adotadas especialmente nos períodos de autocracia burguesa nos contextos de ditaduras. Como consequência, ao longo da história do Brasil, houve um aprofundamento das desigualdades, especialmente nas dimensões de classe, gênero e raça.

O modelo de Estado presente na Bahia por muitas décadas produziu uma situação de grande desigualdade e uma população com alto grau de pobreza. Mesmo com o esforço empreendido pelos governos federal e estadual nos últimos anos, a Bahia ainda possui, como característica marcante, significativa desigualdade na distribuição da riqueza gerada, que se manifesta em uma concentração setorial, fortemente especializada na produção de *commodities* ligadas à petroquímica, ao agronegócio e à extração mineral. Como reflexo da concentração espacial na formação do seu Produto Interno Bruto em 2015, segundo o IBGE/SEI, dos 417 municípios, apenas quatro são responsáveis por 40% da riqueza produzida no estado.

Nesta perspectiva, as ações de justiça social têm caráter corretivo ao atribuir medidas protetivas para certas camadas sociais que possuem dificuldades econômicas ou que sofrem com estigmas sociais. Uma sociedade justa deve estar comprometida com a garantia de direitos básicos e sociais, nestes abrangidos a Educação, Saúde, Trabalho, Alimentação, Assistência Social e Direitos Humanos de uma forma geral.

A Assistência Social, como um dos três pilares constituintes do sistema de seguridade social brasileira, configura-se como política setorial, de direito de todo cidadão que dela necessitar, e de responsabilidade do poder público nas três esferas de Governo, sendo operada e gestada através do Sistema Único de Assistência Social (Lei Federal nº 12.435 de 2011 que altera a LOAS de 1993) enquanto sistema público, descentralizado, participativo e não-contributivo.

A proteção social viabilizada através da Assistência Social reconhece como situações objeto da sua atenção: o isolamento; nulo ou precário acesso à renda e a outras políticas públicas; subordinação; abandono; negligência; fragilidades ou ruptura de vínculos familiares e comunitários; trabalho infantil e outras violações de direitos; e violência. Para tanto, suas ofertas são desenvolvidas com respostas materiais (benefícios socioassistenciais, assim como, alimentação, espaço para moradia e vestuário assegurados pelos serviços de acolhimento) e imateriais (atendimento e acompanhamento psicossocial e socioeducativo viabilizado pelos serviços, programas e projetos socioassistenciais operacionalizados por equipes multiprofissionais), destinados a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, na perspectiva de assegurar a estes as seguranças de renda, sobrevivência, acolhida, autonomia e convívio familiar e comunitário.

Seu principal foco é contribuir para que as famílias desenvolvam sua função protetiva - material e imaterial diminuindo ou mitigando suas fragilidades, desenvolvendo suas potencialidades, identidade e pertencimento, reconhecendo que a realidade social destas famílias não é somente fruto de decisões individuais, mas também geradas a partir das condições sociais às quais estão submetidas, tanto no tocante ao acesso a outras políticas públicas quanto em relação aos fenômenos sociais que as afetam - desemprego, violência, entre outros.

O cenário atual já tem contornos diferenciados daqueles da última década. A crise e o aumento das taxas de desemprego em 2017 fizeram o contingente de pobres no país aumentar em 2 milhões, segundo os dados do IBGE, representando um total de 54,8 milhões de brasileiros nessa situação.

Na Bahia, para assegurar a proteção social às famílias e aos indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, o estado conta com uma rede de serviços presente nos 417 municípios através de 1.153 unidades de referência e de 18.867 trabalhadores/as. No entanto, mesmo diante desta ampla rede de serviços socioassistenciais, o estado ainda tem muitos desafios a enfrentar para que venha a consolidar a proteção social no âmbito do SUAS.

O Estado, dessa forma, diante das suas obrigações legais para a proteção social, aporta no Programa “Assistência Social e Garantia de Direitos” a direção de materializar o compromisso e as responsabilidades do poder público em assegurar os avanços necessários e os direitos conquistados.

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos				
Ementa	Fortalecer as políticas públicas de Assistência Social e de Direitos Humanos, em especial de Direitos das Pessoas com Deficiência, de Direitos da Criança e do Adolescente, para Juventude, de Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas sobre Drogas e de Direitos do Consumidor, assegurando a proteção social integral, a reinserção social, a acessibilidade e a visibilidade de segmentos populacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade social.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Pessoas atendidas nos serviços socioassistenciais prestados em equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Positiva	un	2018	1.355.903,00	
- Proporção da população da Região Metropolitana de Salvador (RMS) em situação de insegurança alimentar grave	Negativa	%	-	-	
- Proporção de demandas resolvidas no PROCON-BA	Positiva	%	-	-	
Recursos do Programa	R\$ 699.762.651				
Compromisso	Fortalecer as ações de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, prioritariamente para os segmentos populacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco social e de ameaça ou violação de direitos				
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social				
Meta	Assegurar o apoio financeiro aos municípios na oferta de benefícios eventuais				
	Órgão Responsável	SJDHDS			
	Valor de Alcance	378 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	378 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Irecê		18 un		
	Velho Chico		13 un		
	Chapada Diamantina		22 un		
	Sisal		18 un		
	Litoral Sul		23 un		
	Baixo Sul		15 un		
	Extremo Sul		12 un		
	Médio Sudoeste da Bahia		12 un		
	Vale do Jiquiricá		20 un		
	Sertão do São Francisco		9 un		
	Bacia do Rio Grande		12 un		
	Bacia do Paramirim		6 un		
	Sertão Produtivo		18 un		
	Piemonte do Paraguaçu		13 un		
	Bacia do Jacuípe		14 un		
	Piemonte da Diamantina		6 un		
	Semiárido Nordeste II		16 un		

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Litoral Norte e Agreste Baiano	19 un
	Portal do Sertão	16 un
	Sudoeste Baiano	22 un
	Recôncavo	17 un
	Médio Rio de Contas	15 un
	Bacia do Rio Corrente	11 un
	Itaparica	5 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	7 un
	Metropolitano de Salvador	11 un
	Costa do Descobrimento	8 un
Meta	Assegurar o apoio financeiro para os municípios na oferta de serviços de Proteção Social Básica	
	Órgão Responsável	SJDHDS
	Valor de Alcance	1.244 un
	Referência	Ano
		2019
		Valor
		1.244 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	46 un
	Velho Chico	44 un
	Chapada Diamantina	54 un
	Sisal	66 un
	Litoral Sul	70 un
	Baixo Sul	44 un
	Extremo Sul	38 un
	Médio Sudoeste da Bahia	42 un
	Vale do Jiquiricá	48 un
	Sertão do São Francisco	34 un
	Bacia do Rio Grande	34 un
	Bacia do Paramirim	16 un
	Sertão Produtivo	52 un
	Piemonte do Paraguaçu	34 un
	Bacia do Jacuípe	32 un
	Piemonte da Diamantina	28 un
	Semiárido Nordeste II	52 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	52 un
	Portal do Sertão	64 un
	Sudoeste Baiano	68 un
	Recôncavo	54 un
	Médio Rio de Contas	42 un
	Bacia do Rio Corrente	26 un
	Itaparica	20 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Piemonte Norte do Itapicuru	34 un
	Metropolitano de Salvador	112 un
	Costa do Descobrimento	38 un
Meta	Ampliar os serviços de Proteção Social Especial nos municípios através do apoio financeiro	
	Órgão Responsável	SJDHDS
	Valor de Alcance	537 un
	Referência	Ano
		2018
		Valor
		527 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	13 un
	Velho Chico	19 un
	Chapada Diamantina	16 un
	Sisal	28 un
	Litoral Sul	42 un
	Baixo Sul	19 un
	Extremo Sul	31 un
	Médio Sudoeste da Bahia	16 un
	Vale do Jiquiricá	18 un
	Sertão do São Francisco	23 un
	Bacia do Rio Grande	18 un
	Bacia do Paramirim	6 un
	Sertão Produtivo	18 un
	Piemonte do Paraguaçu	13 un
	Bacia do Jacuípe	14 un
	Piemonte da Diamantina	9 un
	Semiárido Nordeste II	15 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	27 un
	Portal do Sertão	25 un
	Sudoeste Baiano	22 un
	Recôncavo	29 un
	Médio Rio de Contas	15 un
	Bacia do Rio Corrente	6 un
	Itaparica	6 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	13 un
	Metropolitano de Salvador	50 un
	Costa do Descobrimento	26 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
Meta	Ampliar as ações de apoio técnico aos municípios para o fortalecimento da gestão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	300 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	200 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		300 un	
Meta	Apoiar as ações de participação social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	52 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		52 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Cofinanciar a oferta municipal de benefícios eventuais para as famílias em situação de vulnerabilidade social		SJDHDS	
- Cofinanciar os serviços de Proteção Social Básica nos municípios, para atendimento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social		SJDHDS	
- Cofinanciar os serviços de Proteção Social Especial de média complexidade nos municípios, para atendimento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social		SJDHDS	
- Cofinanciar os serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade nos municípios, para atendimento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social		SJDHDS	
- Cofinanciar os serviços regionais de Proteção Social Especial		SJDHDS	
- Monitorar os municípios no desenvolvimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais		SJDHDS	
- Realizar ações de apoio técnico e educação permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		SJDHDS	
- Fortalecer a gestão da informação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		SJDHDS	
- Aprimorar as ações da área da vigilância socioassistencial		SJDHDS	
- Apoiar as atividades realizadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social		SJDHDS	
- Realizar conferência estadual para promoção de avaliações e deliberações referentes à Política de Assistência Social		SJDHDS	
- Realizar ações de participação social com famílias e indivíduos vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais		SJDHDS	
- Oferecer serviço de acolhimento a pessoas com transtorno mental e com vínculos familiares rompidos		SJDHDS	
Compromisso	Assegurar os direitos e a melhoria das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade, risco social e de ameaça ou violação de direitos		
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social		

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
Meta	Ampliar o número de atendimentos a pessoas, prioritariamente de crianças, adolescentes, jovens, indígenas e idosos em situação de vulnerabilidade e risco social, inclusive por meio de parceria com as organizações da sociedade civil		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	23.943 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	4.910 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		950 un
	Velho Chico		50 un
	Chapada Diamantina		400 un
	Sisal		150 un
	Litoral Sul		1.033 un
	Baixo Sul		150 un
	Extremo Sul		193 un
	Médio Sudoeste da Bahia		150 un
	Vale do Jiquiricá		250 un
	Sertão do São Francisco		900 un
	Bacia do Rio Grande		951 un
	Sertão Produtivo		250 un
	Piemonte do Paraguaçu		50 un
	Bacia do Jacuípe		150 un
	Semiárido Nordeste II		15 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		200 un
	Portal do Sertão		225 un
	Sudoeste Baiano		225 un
	Recôncavo		225 un
	Médio Rio de Contas		200 un
	Itaparica		168 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		50 un
	Metropolitano de Salvador		16.808 un
	Costa do Descobrimento		200 un
Meta	Ampliar ações de participação social, na perspectiva da garantia de direitos humanos		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	339 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	30 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		7 un
	Velho Chico		5 un
	Chapada Diamantina		6 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Sisal	8 un	
	Litoral Sul	10 un	
	Baixo Sul	5 un	
	Extremo Sul	11 un	
	Médio Sudoeste da Bahia	7 un	
	Vale do Jiquiricá	8 un	
	Sertão do São Francisco	7 un	
	Bacia do Rio Grande	9 un	
	Bacia do Paramirim	5 un	
	Sertão Produtivo	6 un	
	Piemonte do Paraguaçu	8 un	
	Bacia do Jacuípe	6 un	
	Piemonte da Diamantina	5 un	
	Semiárido Nordeste II	5 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	9 un	
	Portal do Sertão	9 un	
	Sudoeste Baiano	10 un	
	Recôncavo	6 un	
	Médio Rio de Contas	8 un	
	Bacia do Rio Corrente	5 un	
	Itaparica	7 un	
	Piemonte Norte do Itapicuru	5 un	
	Metropolitano de Salvador	157 un	
	Costa do Descobrimento	5 un	
	Meta	Ampliar o número de ações da Política Estadual de Direitos Humanos nos municípios	
Órgão Responsável		SJDHDS	
Valor de Alcance		227 un	
Referência		Ano	Valor
		-	-
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Irecê		2 un	
Velho Chico		10 un	
Chapada Diamantina		5 un	
Sisal		8 un	
Litoral Sul		14 un	
Baixo Sul		7 un	
Extremo Sul		21 un	
Médio Sudoeste da Bahia		2 un	
Vale do Jiquiricá		4 un	
Sertão do São Francisco		8 un	

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos			
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Bacia do Rio Grande		9 un	
	Bacia do Paramirim		1 un	
	Sertão Produtivo		4 un	
	Piemonte do Paraguaçu		3 un	
	Bacia do Jacuípe		2 un	
	Piemonte da Diamantina		1 un	
	Semiárido Nordeste II		7 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano		8 un	
	Portal do Sertão		6 un	
	Sudoeste Baiano		10 un	
	Recôncavo		12 un	
	Médio Rio de Contas		2 un	
	Bacia do Rio Corrente		3 un	
	Itaparica		12 un	
	Piemonte Norte do Itapicuru		2 un	
	Metropolitano de Salvador		58 un	
	Costa do Descobrimento		6 un	
	Meta	Aumentar o número de ações itinerantes, abrangendo os diversos segmentos de direitos humanos nos municípios		
		Órgão Responsável	SJDHDS	
Valor de Alcance		135 un		
Referência		Ano	Valor	
		2018	31 un	
Território de Identidade		Valor de Alcance		
Irecê		3 un		
Velho Chico		4 un		
Chapada Diamantina		5 un		
Sisal		6 un		
Litoral Sul		5 un		
Baixo Sul		3 un		
Extremo Sul		4 un		
Médio Sudoeste da Bahia		4 un		
Vale do Jiquiricá		3 un		
Sertão do São Francisco		4 un		
Bacia do Rio Grande		4 un		
Bacia do Paramirim		4 un		
Sertão Produtivo		4 un		
Piemonte do Paraguaçu		4 un		
Bacia do Jacuípe		4 un		
Piemonte da Diamantina		5 un		
Semiárido Nordeste II		4 un		

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Norte e Agreste Baiano		4 un
	Portal do Sertão		4 un
	Sudoeste Baiano		6 un
	Recôncavo		3 un
	Médio Rio de Contas		3 un
	Bacia do Rio Corrente		3 un
	Itaparica		3 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		4 un
	Metropolitano de Salvador		32 un
	Costa do Descobrimento		3 un
	Meta	Aumentar núcleos de formação em música coletiva e canto coral de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade em áreas prioritárias	
Órgão Responsável		SJDHDS	
Valor de Alcance		4 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	1 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Irecê		1 un	
Sisal		1 un	
Sertão do São Francisco		1 un	
Metropolitano de Salvador		1 un	
Meta	Ampliar os atendimentos nos Centros Sociais Urbanos, para fortalecimento do convívio social		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	4.000.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	636.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sisal		78.060 un
	Litoral Sul		912.588 un
	Baixo Sul		17.348 un
	Extremo Sul		33.939 un
	Médio Sudoeste da Bahia		74.666 un
	Vale do Jiquiricá		126.103 un
	Sertão do São Francisco		108.605 un
	Sertão Produtivo		64.107 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		30.168 un
	Portal do Sertão		1.014.405 un
	Sudoeste Baiano		28.660 un
	Recôncavo		60.336 un
	Médio Rio de Contas		21.042 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Itaparica	94.276 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	21.797 un
	Metropolitano de Salvador	1.313.900 un
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Apoiar técnica e financeiramente entidades governamentais e não governamentais que atuam na defesa de direitos humanos e juventude	SJDHDS	
- Atender crianças, jovens e adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social nos núcleos de formação musical coletiva	SJDHDS	
- Prestar apoio a jovens através de bolsa auxílio para a sua permanência nas atividades de formação complementar e qualificação profissional	SJDHDS	
- Prestar atendimento a vítimas, testemunhas, crianças, adolescentes e defensores de direitos humanos ameaçados de morte	SJDHDS	
- Prestar apoio técnico e financeiro aos conselhos estaduais na realização de suas competências	SJDHDS	
- Realizar conferências territoriais e estaduais e apoiar as conferências municipais e nacionais	SJDHDS	
- Realizar a formação e capacitação de conselheiros e de outros atores sociais	SJDHDS	
- Realizar capacitação de entidades e agentes comunitários para qualificação da gestão e organização comunitária de comunidades indígenas	SJDHDS	
- Formular, mediante processo participativo, a Política Estadual para Povos Indígenas, de forma a regulamentar a atuação do Governo Estadual no que se refere ao art. 291 da Constituição Estadual e à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	SJDHDS	
- Implantar comitê intersetorial e intergovernamental para mediação de conflitos fundiários envolvendo povos indígenas	SJDHDS	
- Estabelecer diálogo com os municípios (Poder Público e sociedade civil), com vistas a estimular o desenvolvimento de ações para a promoção dos direitos humanos das populações em vulnerabilidade e risco social	SJDHDS	
- Realizar capacitação profissional com vistas à promoção de emprego e renda	SJDHDS	
- Realizar mutirões de acesso a direitos, visando fortalecer a prática em direitos humanos e juventude nos territórios de identidade	SJDHDS	
- Implementar Núcleos de Direitos Humanos e Justiça Comunitária em áreas vulnerabilidade social	SJDHDS	
- Apoiar técnica e financeiramente o funcionamento dos núcleos de prática musical	SJDHDS	
- Articular, interinstitucionalmente, a realização de cursos profissionalizantes	SJDHDS	
- Apoiar a realização de ações comunitárias e o voluntariado	SJDHDS	
- Viabilizar a realização de campanhas de saúde	SJDHDS	
- Firmar parcerias com a iniciativa privada, organizações sociais e Poder Público para realização de projetos sociais	SJDHDS	
- Integrar atividades de lazer, esporte e cultura para a população em situação de vulnerabilidade e risco social	SJDHDS	
- Fomentar a organização e o fortalecimento de vínculos familiares, oferecendo ações e atividades voltadas para criança, jovem, adulto e pessoa idosa	SJDHDS	
- Disponibilizar espaços para atividades de inclusão digital, convivência, organização e integração social	SJDHDS	
Compromisso	Promover a inclusão social das pessoas com deficiência, por meio da integração e da acessibilidade das políticas pública	
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social	

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
Meta	Desenvolver ações para participação social das pessoas com deficiências, através do funcionamento do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (Coede)		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	76 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	12 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		1 un
	Chapada Diamantina		1 un
	Sisal		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Baixo Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
	Médio Sudoeste da Bahia		1 un
	Vale do Jiquiricá		1 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Bacia do Paramirim		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Bacia do Jacuípe		1 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Recôncavo		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Bacia do Rio Corrente		1 un
	Itaparica		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
	Metropolitano de Salvador		50 un
	Costa do Descobrimento		1 un
Meta	Ampliar o atendimento a pessoas com deficiência, prioritariamente a beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em situação de vulnerabilidade e risco social		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	86.800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	19.781 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		812 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Velho Chico		1.585 un
	Chapada Diamantina		812 un
	Sisal		1.475 un
	Litoral Sul		8.594 un
	Baixo Sul		1.137 un
	Extremo Sul		3.229 un
	Médio Sudoeste da Bahia		1.195 un
	Vale do Jiquiricá		1.475 un
	Sertão do São Francisco		793 un
	Bacia do Rio Grande		2.982 un
	Bacia do Paramirim		351 un
	Sertão Produtivo		1.033 un
	Piemonte do Paraguaçu		715 un
	Bacia do Jacuípe		682 un
	Piemonte da Diamantina		948 un
	Semiárido Nordeste II		526 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		2.397 un
	Portal do Sertão		2.676 un
	Sudoeste Baiano		2.715 un
	Recôncavo		3.118 un
	Médio Rio de Contas		1.910 un
	Bacia do Rio Corrente		806 un
	Itaparica		312 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		669 un
	Metropolitano de Salvador		41.846 un
	Costa do Descobrimento		2.007 un
Meta	Realizar ações junto a gestores públicos com vistas ao cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	16 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		16 un
Meta	Promover a implantação do Sistema Digital do Passe Livre Intermunicipal nos municípios do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	205 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	10 un
	Velho Chico	8 un
	Chapada Diamantina	12 un
	Sisal	10 un
	Litoral Sul	13 un
	Baixo Sul	7 un
	Extremo Sul	6 un
	Médio Sudoeste da Bahia	6 un
	Vale do Jiquiricá	10 un
	Sertão do São Francisco	5 un
	Bacia do Rio Grande	7 un
	Bacia do Paramirim	4 un
	Sertão Produtivo	10 un
	Piemonte do Paraguaçu	6 un
	Bacia do Jacuípe	7 un
	Piemonte da Diamantina	4 un
	Semiárido Nordeste II	9 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	11 un
	Portal do Sertão	8 un
	Sudoeste Baiano	12 un
	Recôncavo	9 un
	Médio Rio de Contas	8 un
	Bacia do Rio Corrente	5 un
	Itaparica	3 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	4 un
	Metropolitano de Salvador	7 un
	Costa do Descobrimento	4 un
Meta	Instituir a Política Estadual da Pessoa com Deficiência	
	Órgão Responsável	SJDHDS
	Valor de Alcance	100,00 %
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	0,00 %	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Estado	100,00 %

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
Meta	Articular parcerias com vistas a viabilizar oportunidades de inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	400 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Metropolitano de Salvador	400 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Fortalecer as ações do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência		SJDHDS	
- Realizar conferências territoriais e estadual da pessoa com deficiência		SJDHDS	
- Apoiar a participação na Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência		SJDHDS	
- Ofertar serviços de inclusão social e acesso a direitos às pessoas com deficiência		SJDHDS	
- Realizar eventos sobre acessibilidade para gestores públicos		SJDHDS	
- Qualificar os gestores públicos na função de direção geral e administrativa		SJDHDS	
- Promover a abertura, para municípios, do Sistema Passe Livre Intermunicipal		SJDHDS	
- Prestar apoio técnico e financeiro aos municípios para implantação do Sistema Passe Livre Digital		SJDHDS	
- Elaborar diagnóstico por meio de diálogo direto com as pessoas com deficiências, utilizando, prioritariamente, as informações do Sistema Passe Livre Intermunicipal e dos encaminhamentos das denúncias oriundas do Disque 100 ao Fórum de Combate à Violência da Pessoa com Deficiência		SJDHDS	
- Formular a política envolvendo as partes interessadas		SJDHDS	
- Viabilizar, junto à Casa Civil e Assembleia Legislativa, a publicação da lei estadual da pessoa com deficiência		SJDHDS	
- Firmar parcerias com empresas e órgãos públicos, com vistas a identificar vagas para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, oportunizando trabalho e renda		SJDHDS	
- Acompanhar, junto aos órgãos responsáveis, o cumprimento da Lei de Cotas do Trabalho das pessoas com deficiência		SJDHDS	
Compromisso	Promover acesso às políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional, prioritariamente das populações em situação de vulnerabilidade e risco social		
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social		
Meta	Adquirir leite do(a) produtor(a) familiar para doação simultânea		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	40.000.000 l	
	Referência	Ano	Valor
		2018	5.913.468 l
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3.100.775 l
	Velho Chico		1.550.388 l
	Sisal		4.496.124 l
	Litoral Sul		3.462.532 l
	Baixo Sul		258.398 l

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos			
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Médio Sudoeste da Bahia		3.204.134 I	
	Bacia do Paramirim		516.796 I	
	Sertão Produtivo		6.459.948 I	
	Bacia do Jacuípe		1.963.824 I	
	Semiárido Nordeste II		258.398 I	
	Litoral Norte e Agreste Baiano		4.031.008 I	
	Portal do Sertão		5.788.114 I	
	Sudoeste Baiano		2.273.902 I	
	Recôncavo		826.873 I	
	Bacia do Rio Corrente		775.194 I	
	Piemonte Norte do Itapicuru		258.398 I	
	Metropolitano de Salvador		775.194 I	
	Meta	Qualificar beneficiários(as) das ações de segurança alimentar		
		Órgão Responsável	SJDHDS	
Valor de Alcance		5.000 un		
Referência		Ano	Valor	
		2018	0 un	
Território de Identidade		Valor de Alcance		
Metropolitano de Salvador		5.000 un		
Meta	Fomentar a adesão dos municípios com ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)			
	Órgão Responsável	SJDHDS		
	Valor de Alcance	100 un		
	Referência	Ano	Valor	
		-	-	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Estado		100 un	
Meta	Fornecer refeições nos restaurantes populares			
	Órgão Responsável	SJDHDS		
	Valor de Alcance	6.000.000 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	1.212.762 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Metropolitano de Salvador		6.000.000 un	

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
Meta	Adquirir alimentos da agricultura familiar para doação simultânea		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	60.000.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	9.204.778 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3.906.888 un
	Velho Chico		1.762.468 un
	Chapada Diamantina		2.384.722 un
	Sisal		1.815.466 un
	Litoral Sul		5.325.072 un
	Baixo Sul		5.996.289 un
	Extremo Sul		4.123.942 un
	Médio Sudoeste da Bahia		702.377 un
	Vale do Jiquiricá		4.252.160 un
	Bacia do Paramirim		1.021.252 un
	Sertão Produtivo		4.333.914 un
	Piemonte do Paraguaçu		788.551 un
	Bacia do Jacuípe		1.174.873 un
	Semiárido Nordeste II		1.069.727 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		318.842 un
	Portal do Sertão		6.964.076 un
	Sudoeste Baiano		1.151.005 un
	Recôncavo		6.737.858 un
	Médio Rio de Contas		1.130.192 un
	Itaparica		114.618 un
	Metropolitano de Salvador		2.033.239 un
	Costa do Descobrimento		2.892.469 un
Meta	Equipar centrais de apoio para distribuição de alimentos da agricultura familiar para aquisição, processamento e distribuição de alimentos		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	150 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		12 un
	Velho Chico		3 un
	Chapada Diamantina		6 un
	Sisal		18 un
	Litoral Sul		6 un
	Baixo Sul		8 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Extremo Sul	2 un	
	Médio Sudoeste da Bahia	2 un	
	Vale do Jiquiricá	7 un	
	Bacia do Paramirim	3 un	
	Sertão Produtivo	8 un	
	Piemonte do Paraguaçu	3 un	
	Bacia do Jacuípe	7 un	
	Piemonte da Diamantina	2 un	
	Semiárido Nordeste II	3 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	7 un	
	Portal do Sertão	6 un	
	Sudoeste Baiano	5 un	
	Recôncavo	22 un	
	Médio Rio de Contas	3 un	
	Bacia do Rio Corrente	2 un	
	Itaparica	1 un	
	Metropolitano de Salvador	11 un	
	Costa do Descobrimento	3 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Adquirir leite caprino e bovino da Agricultura Familiar via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		SJDHDS	
- Doar leite caprino e bovino ao público prioritário definido na legislação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		SJDHDS	
- Promover educação alimentar e nutricional		SJDHDS	
- Vincular o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) executada pelo Estado		SJDHDS	
- Disponibilizar refeições por meio da implantação e requalificação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional		SJDHDS	
- Adquirir produtos da agricultura familiar via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		SJDHDS	
- Doar produtos da agricultura familiar ao público prioritário definido na legislação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		SJDHDS	
- Adquirir equipamentos para centrais de alimentos		SJDHDS	
- Doar equipamentos para centrais de alimentos dos municípios		SJDHDS	
Compromisso	Promover políticas públicas que assegurem o acesso à informação, à proteção e à defesa dos direitos dos participantes das relações de consumo		
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social		
Meta	Aumentar o acesso à informação e proteção entre os participantes das relações de consumo		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	1.800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	431 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Chapada Diamantina	9 un
	Sisal	9 un
	Litoral Sul	40 un
	Baixo Sul	18 un
	Extremo Sul	9 un
	Vale do Jiquiricá	5 un
	Sertão do São Francisco	9 un
	Bacia do Rio Grande	9 un
	Bacia do Paramirim	5 un
	Bacia do Jacuípe	9 un
	Piemonte da Diamantina	9 un
	Semiárido Nordeste II	18 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	20 un
	Portal do Sertão	5 un
	Recôncavo	30 un
	Médio Rio de Contas	9 un
	Itaparica	9 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	18 un
	Metropolitano de Salvador	1.530 un
	Costa do Descobrimento	30 un
Meta	Aumentar o número de atendimentos do Procon	
	Órgão Responsável	SJDHDS
	Valor de Alcance	276.640 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	62.331 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Baixo Sul	2.600 un
	Médio Sudoeste da Bahia	2.301 un
	Vale do Jiquiricá	1.831 un
	Sertão do São Francisco	1.541 un
	Sertão Produtivo	1.260 un
	Portal do Sertão	1.200 un
	Sudoeste Baiano	1.541 un
	Médio Rio de Contas	11.864 un
	Itaparica	2.788 un
	Metropolitano de Salvador	249.714 un

Programa	Assistência Social e Garantia de Direitos		
Meta	Aumentar a quantidade de operações e ações fiscalizatórias em estabelecimentos comerciais		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	15.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	3.618 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Chapada Diamantina		307 un
	Sisal		307 un
	Baixo Sul		307 un
	Vale do Jiquiricá		307 un
	Sertão do São Francisco		307 un
	Piemonte do Paraguaçu		307 un
	Bacia do Jacuípe		307 un
	Semiárido Nordeste II		307 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		307 un
	Portal do Sertão		307 un
	Recôncavo		307 un
	Médio Rio de Contas		307 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		316 un
	Metropolitano de Salvador		11.000 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Realizar programas socioeducativos na área de direito do consumidor		SJDHDS	
- Incentivar fornecedores cadastrados com atendimento preliminar à Carta de Informações Preliminares (CIP)		SJDHDS	
- Implantar postos de atendimento do Proteção e Defesa do Consumidor (Procon)		SJDHDS	
- Realizar ações fiscalizatórias preventivas e repressivas		SJDHDS	
- Informar ao cidadão baiano sobre educação para o consumo e direitos do consumidor		SDE	
- Verificar instrumentos de medição e de medidas materializadas		SDE	
- Fiscalizar produtos quanto a peso, medidas e quantidades		SDE	
- Avaliar conformidade de produtos e serviços regulamentados		SDE	
Compromisso	Aprimorar a gestão estratégica organizacional		
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Adequar as instalações das unidades operacionais e finalísticas		SJDHDS	
- Integrar e atualizar sistemas de tecnologia da informação e comunicação		SJDHDS	
- Equipar o parque tecnológico com a aquisição de equipamentos e novas tecnologias de informação e comunicação		SJDHDS	
- Manter em funcionamento todas as unidades da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS)		SJDHDS	

PROGRAMA

**CIÊNCIA
TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO**



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O dinamismo tecnológico atual não deixa dúvidas sobre a importância estratégica da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para empresas, organizações e governos. O desenvolvimento econômico, social e ambiental está, cada vez mais, atrelado à inovação baseada no avanço científico e tecnológico. A capacidade de geração e de absorção inovativa é fator estratégico de sobrevivência e de competitividade nas mais diversas áreas.

Na Bahia, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, como a ampliação da base de ensino e pesquisa científica, permanecem latentes uma série de dificuldades a serem contornadas, uma vez que estas fragilizam a competitividade do sistema de Ciência e Tecnologia, especialmente quando comparado ao de outros estados brasileiros. A prioridade é o fortalecimento do ecossistema de CT&I baiano, articulando e promovendo a cooperação entre a academia, as esferas de governo e da sociedade civil. A atuação articulada desses agentes em torno, por exemplo, de compartilhamento de espaços e equipamentos, desenvolvimento e difusão de projetos inovadores e formas de financiamento, pode ser capaz de reduzir fragilidades e de potencializar resultados de forma mais célere e efetiva.

Outro importante elemento para o desenvolvimento da CT&I no estado diz respeito à estrutura instalada. Neste sentido, destacam-se a ampliação e a requalificação de espaços que atendam de forma adequada as atividades de CT&I, assim como o fomento a projetos de infraestrutura de pesquisa, incentivando o compartilhamento de espaços e equipamentos e a criação e consolidação de laboratórios multiusuários e de análise e certificação de produtos. O acesso à banda larga nas instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) baianas é outro ponto fundamental para garantir infraestrutura adequada às atividades de CT&I do estado, especialmente onde o serviço de acesso à internet é limitado.

Localizado em Salvador, o Parque Tecnológico da Bahia é um dos mais importantes espaços disponíveis para a CT&I no estado. Entretanto, é essencial fortalecê-lo como um centro de convergência dos agentes que compõem o ecossistema estadual de inovação do estado, garantindo que ele possa alcançar seu potencial dinamizador. Ademais, é essencial que a estratégia de parques tecnológicos do estado avance no sentido da desconcentração espacial, propiciando investimentos desse tipo no interior do estado. Segundo dados da Plataforma Lattes/CNPq, em 2016, a Bahia possuía 6.870 doutores, e na relação doutor por 100 mil habitantes, ocupava a quarta pior colocação dentre os estados no Nordeste. A atração de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), bem como a consolidação do Parque Tecnológico da Bahia, pode estimular a formação de novos doutores, bem como fixá-los no estado, ampliando a rede de inovação baiana.

Neste sentido, destacam-se também o apoio e o fomento a atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, fortalecendo a formação e capacitação em CT&I. Analisando o comportamento dos Grupos de Pesquisa do estado, é possível observar que, em 10 anos, a Bahia quase dobrou o número de grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes, passando de 972 grupos em 2006 para 1.821 em 2016. Sua participação nacional, entretanto, praticamente não se alterou, passando de 4,6% para 4,8% do total de grupos de pesquisa do país, mantendo a sétima posição entre as unidades da federação. Na região Nordeste, a Bahia manteve no período o maior quantitativo de grupos de pesquisa, seguido por Pernambuco, Paraíba e Ceará. Quanto ao número de pesquisadores, o estado também encabeça os estados nordestinos, com 11.552 pesquisadores ou 5,07% do total nacional. Entretanto, analisando a participação de doutores entre os pesquisadores, a Bahia tem apenas a sexta maior relação entre os estados no Nordeste com 59,5%, ficando Pernambuco, Paraíba e Ceará, respectivamente com 69,4%, 67,9% e 64,4%.

Em relação à produção tecnológica e de inovação, é importante fortalecer o apoio a projetos de empreendedorismo de base tecnológica, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de competitividade empresarial. Segundo dados da Associação Brasileira de Startups (ABStartups), em 2019, a Bahia é o sétimo estado em número de startups em atuação com um total de 253, enquanto Salvador é a oitava cidade do país e a primeira das regiões Norte e Nordeste.

Quanto ao depósito de patente, até o ano de 2014, a Bahia liderava os números da região Nordeste junto ao Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), entretanto, embora tenha mantido estável sua média anual, perdeu posições nos últimos anos para Pernambuco, Ceará, e mais recentemente, Paraíba. Tais números indicam, entre outras questões, a necessidade de intensificar a disseminação de uma cultura inovadora e empreendedora entre as atividades de CT&I do estado, fortalecendo a atuação das suas ICTs e das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas suas instituições produtivas.

Indo além das atividades formais de CT&I, uma vertente que ganha cada vez mais espaço é a das Tecnologias Sociais, que segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), é um produto, processo, método, ou técnica, oriunda da interação com a comunidade, que tem o objetivo de solucionar algum tipo de problema social. A Tecnologia Social remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, que considera uma abordagem construtivista na participação coletiva do processo de organização, de desenvolvimento e de implementação, incorporando saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico.

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação				
Ementa	Estruturar, fortalecer e consolidar o Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e o empreendedorismo inovador como mecanismo de promoção do desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, de forma sustentável. Fomentar a articulação interinstitucional, destacando o fortalecimento, o desenvolvimento e a popularização da Ciência, Tecnologias e Inovação, voltados para as demandas da sociedade, reconhecendo e priorizando as áreas mais sensíveis.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Número de depósitos de pedido de propriedade industrial (marcas, softwares e patentes)	Positiva	un	2018	0,00	
- Número de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no estado da Bahia conectadas à Rede Nacional de Pesquisa (RNP)	Positiva	un	2018	25,00	
- Número de startups ativas na Bahia	Positiva	un	2018	55,00	
- Número de usuários distintos que acessaram os pontos de acesso público wi-fi instalados pelo Governo da Bahia	Positiva	un	2018	0,00	
- Número índice de integração do ecossistema baiano em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Positiva	% (base 100)	2018	100,00	
Recursos do Programa	R\$ 684.605.837				
Compromisso	Promover a estruturação e a atuação cooperada dos atores do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no estado				
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação				
Meta	Ampliar acordos e projetos de cooperação entre os agentes do Sistema Baiano de Ciência, Tecnologia e Inovação (SBCTI) podendo incluir parceiros nacionais e internacionais				
	Órgão Responsável	SECTI			
	Valor de Alcance	28 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	15 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Irecê		1 un		
	Velho Chico		1 un		
	Chapada Diamantina		1 un		
	Sisal		1 un		
	Litoral Sul		1 un		
	Baixo Sul		1 un		
	Extremo Sul		1 un		
	Médio Sudoeste da Bahia		1 un		
	Vale do Jiquiricá		1 un		
	Sertão do São Francisco		1 un		
	Bacia do Rio Grande		1 un		
	Bacia do Paramirim		1 un		
	Sertão Produtivo		1 un		
	Piemonte do Paraguaçu		1 un		
	Bacia do Jacuípe		1 un		

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Recôncavo		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Bacia do Rio Corrente		1 un
	Itaparica		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
	Metropolitano de Salvador		2 un
	Costa do Descobrimento		1 un
	Meta	Estruturar os instrumentos de gestão do Sistema Baiano de Ciência, Tecnologia e Inovação (SBCTI)	
Órgão Responsável		SECTI	
Valor de Alcance		30 un	
Referência		Ano	Valor
		-	-
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Irecê		1 un	
Velho Chico		1 un	
Chapada Diamantina		1 un	
Sisal		1 un	
Litoral Sul		1 un	
Baixo Sul		1 un	
Extremo Sul		1 un	
Médio Sudoeste da Bahia		1 un	
Vale do Jiquiricá		1 un	
Sertão do São Francisco		1 un	
Bacia do Rio Grande		1 un	
Bacia do Paramirim		1 un	
Sertão Produtivo		1 un	
Piemonte do Paraguaçu		1 un	
Bacia do Jacuípe		1 un	
Piemonte da Diamantina		1 un	
Semiárido Nordeste II		2 un	
Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un	
Portal do Sertão		2 un	
Sudoeste Baiano		1 un	
Recôncavo		1 un	
Médio Rio de Contas		1 un	

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Bacia do Rio Corrente	1 un	
	Itaparica	1 un	
	Piemonte Norte do Itapicuru	1 un	
	Metropolitano de Salvador	2 un	
	Costa do Descobrimento	1 un	
Iniciativa			Órgão Responsável
- Mapear a situação atual dos acordos de cooperação ativos no âmbito do Sistema Baiano de Ciência, Tecnologia e Inovação			SECTI
- Promover a cooperação do Sistema Baiano de Ciência, Tecnologia e Inovação nos âmbitos nacional e internacional			SECTI
- Constituir a rede de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado e sua dinâmica operacional			SECTI
- Atualizar e disseminar a política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação			SECTI
- Estimular a criação dos conselhos territoriais de Ciência, Tecnologia e Inovação			SECTI
- Reestruturar o conselho estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com as Câmaras Setoriais			SECTI
- Apoiar tecnicamente a construção das políticas institucionais de inovação nas Instituições Científicas e Tecnológicas públicas da Bahia			SECTI
- Implantar o observatório da Ciência, Tecnologia e Inovação do estado			SECTI
- Estimular a inclusão da temática de Ciência, Tecnologia e Inovação na agenda dos municípios			SECTI
Compromisso	Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do estado		
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Fomentar projetos de pesquisa de natureza científica, tecnológica e de inovação		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	500 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	378 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		500 un
Meta	Promover ações de formação e capacitação em Ciência, Tecnologia e Inovação		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	8.500 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	6.877 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		8.500 un

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Fomentar negócios inovadores e de base tecnológica		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	27 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		1 un
	Chapada Diamantina		1 un
	Sisal		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Baixo Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
	Médio Sudoeste da Bahia		1 un
	Vale do Jiquiricá		1 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Bacia do Paramirim		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Bacia do Jacuípe		1 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Recôncavo		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Bacia do Rio Corrente		1 un
	Itaparica		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
	Metropolitano de Salvador		1 un
	Costa do Descobrimento		1 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Apoiar financeiramente projetos de pesquisa de natureza científica e tecnológica voltados às demandas da sociedade, reconhecendo e priorizando as áreas mais sensíveis, em especial igualdade racial e de gênero		SECTI	
- Apoiar financeiramente projetos de empreendedorismo de base tecnológica, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de competitividade empresarial		SECTI	
- Conceder bolsas de pesquisa para a formação de pessoas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação		SECTI	
- Capacitar pessoas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação		SECTI	
- Fomentar os sistemas locais de inovação por meio de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em empresas locais		SECTI	

Programa		Ciência, Tecnologia e Inovação		
- Apoiar o desenvolvimento de empreendimentos inovadores		SECTI		
- Gerenciar de forma compartilhada o programa de pesquisa para o Sistema Único de Saúde (SUS)		SESAB		
- Apoiar financeiramente projetos científicos de inovação tecnológica para o esporte		SETRE		
- Apoiar projetos que atendam a inovação com linha de financiamento		SEFAZ		
Compromisso		Difundir o conhecimento técnico-científico e do empreendedorismo inovador		
Órgão Responsável		Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Promover ações de disseminação da cultura científica e tecnológica com ênfase na popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)			
	Órgão Responsável	SECTI		
	Valor de Alcance	133 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	88 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
Estado		133 un		
Iniciativa		Órgão Responsável		
- Disseminar o conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação com ênfase na popularização da ciência e tecnologia		SECTI		
- Reestruturar a concepção do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia		SECTI		
- Assegurar o funcionamento do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia		SECTI		
- Articular a veiculação dos conteúdos de Ciência, Tecnologia e Inovação na rádio e televisão para a sua popularização		SEC		
- Divulgar o conhecimento gerado pela Plataforma Bahia, a partir do monitoramento das pesquisas realizadas na rede de saúde		SESAB		
- Disseminar o conhecimento científico e o empreendedorismo inovador nas escolas de ensino básico		SEC		
- Apoiar a realização de eventos de Ciência, Tecnologia e Inovação		SECTI		
- Fomentar produção de conteúdos, estudos e pesquisas para a difusão e popularização da Ciência Tecnologia e Inovação		SECTI		
Compromisso		Estimular a interação, a disseminação e o desenvolvimento de tecnologias sociais, com sustentabilidade		
Órgão Responsável		Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Fomentar projetos de tecnologias sociais e ambientais			
	Órgão Responsável	SECTI		
	Valor de Alcance	100 un		
	Referência	Ano	Valor	
		-	-	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
Estado		100 un		
Iniciativa		Órgão Responsável		
- Apoiar tecnicamente o desenvolvimento e difusão das tecnologias sociais		SECTI		
- Fomentar o acesso de empreendimentos populares aos espaços compartilhados		SECTI		
- Articular o desenvolvimento de soluções tecnológicas para sistemas de abastecimento		SIHS		

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		
de água e esgotamento sanitário			
- Apoiar financeiramente projetos de pesquisa em tecnologias sociais e ambientais		SECTI	
Compromisso	Fortalecer a infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação no estado		
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Aumentar o número de espaços e equipamentos de Ciência, Tecnologia e Inovação em pleno funcionamento		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	61 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	36 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3 un
	Velho Chico		2 un
	Chapada Diamantina		2 un
	Sisal		3 un
	Litoral Sul		5 un
	Baixo Sul		1 un
	Extremo Sul		2 un
	Médio Sudoeste da Bahia		1 un
	Vale do Jiquiricá		2 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		2 un
	Sertão Produtivo		3 un
	Piemonte do Paraguaçu		2 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		2 un
	Portal do Sertão		2 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Recôncavo		8 un
	Médio Rio de Contas		2 un
	Bacia do Rio Corrente		2 un
	Itaparica		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
	Metropolitano de Salvador		8 un
Costa do Descobrimento		3 un	

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Fomentar projetos de infraestrutura em Ciência, Tecnologia e Inovação		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	150 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	36 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		150 un
Meta	Promover a popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação através de serviços públicos de provimento de wi-fi		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	54 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		2 un
	Velho Chico		2 un
	Chapada Diamantina		2 un
	Sisal		2 un
	Litoral Sul		2 un
	Baixo Sul		2 un
	Extremo Sul		2 un
	Médio Sudoeste da Bahia		2 un
	Vale do Jiquiricá		2 un
	Sertão do São Francisco		2 un
	Bacia do Rio Grande		2 un
	Bacia do Paramirim		2 un
	Sertão Produtivo		2 un
	Piemonte do Paraguaçu		2 un
	Bacia do Jacuípe		2 un
	Piemonte da Diamantina		2 un
	Semiárido Nordeste II		2 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		2 un
	Portal do Sertão		2 un
	Sudoeste Baiano		2 un
	Recôncavo		2 un
	Médio Rio de Contas		2 un
	Bacia do Rio Corrente		2 un
	Itaparica		2 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		2 un
	Metropolitano de Salvador		2 un
	Costa do Descobrimento		2 un

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Promover o sistema de parques tecnológicos em pleno funcionamento		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		3 un	
Meta	Implantar as infraestruturas de comunicação de dados para as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	13 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		13 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Implantar espaços dinamizadores de Ciência, Tecnologia e Inovação nos territórios		SECTI	
- Implantar oficinas de recondicionamento de computadores do Projeto Núcleo de Recondicionamento de Computadores (Nurec)		SECTI	
- Fomentar projetos de infraestrutura de pesquisa para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, incentivando o compartilhamento de espaços e equipamentos, bem como a criação e a consolidação de laboratórios multiusuários e de análise e certificação de produtos		SECTI	
- Implantar infraestrutura de serviço com wi-fi nos municípios		SECTI	
- Requalificar o espaço estendido do Parque Tecnológico da Ribeira		SECTI	
- Requalificar o Parque Tecnológico da Bahia		SECTI	
- Disponibilizar pontos de agregação ou pontos de presença em banda larga para Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)		SECTI	
- Apoiar tecnicamente a criação de redes de comunicação regionais integradas aos pontos de agregação nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)		SECTI	
- Executar ações de manutenção de disponibilidade da infraestrutura pública de banda larga para as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)		SECTI	
- Requalificar o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped)		SECTI	
- Assegurar o funcionamento e a realização de análises laboratoriais através do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped)		SECTI	
- Requalificar o Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia		SECTI	
- Assegurar o funcionamento dos Parques Tecnológicos		SECTI	
- Estruturar laboratórios multiusuários com infraestrutura modernizada e equipamentos instalados nas Universidades Estaduais da Bahia		SECTI	
- Implantar as Praças da Ciência		SECTI	
- Apoiar financeiramente a criação e o fortalecimento de parques tecnológicos no interior da Bahia		SECTI	
- Implantar estruturas de anéis ópticos para a última milha servindo às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)		SECTI	

PROGRAMA
CULTURA





CULTURA

A Bahia é marcada por suas diversidade e singularidade culturais, e portanto, é fundamental tratar a Cultura como fator estratégico, quer seja para a valorização dos direitos humanos, quer para o processo de planejamento de um desenvolvimento que vise as melhorias nas condições de vida e de sustentabilidade. Isso significa conhecer, reconhecer, valorizar e preservar esta rica identidade cultural na sua totalidade. Ou seja: investir no fortalecimento e fomento às diversas manifestações populares e às linguagens artísticas, bem como à proteção e preservação do patrimônio artístico histórico material e imaterial, na ampliação da infraestrutura e dos espaços culturais, no estímulo ao livro, à leitura e à escrita e no fortalecimento dos arranjos institucionais.

Ao longo do tempo, também por conta do apoio governamental e da crescente valorização das riquezas culturais, as mais variadas cadeias ainda cumprem o seu papel sociocultural na sociedade baiana produtivas da área, tanto no campo exclusivamente comercial (show business, turismo de enclave e blocos de trios, etc.), quanto no campo popular e tradicional (blocos afros, grupos de samba juninos, capoeira, cheganças, sambas de roda, etc.).

O conceito da tridimensionalidade da cultura evoluiu nos últimos anos levando em consideração suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, com ênfase na ampliação do acesso da população aos bens e meios de produção da cultura. Assim, a Bahia vem avançando continuamente rumo ao aperfeiçoamento das políticas públicas de fomento à cultura e das parcerias entre as diversas secretarias estaduais para garantir e fortalecer as políticas territoriais. No âmbito municipal, ocorreu a criação de órgãos responsáveis por Políticas de Cultura em diversos municípios gerando o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura e das instâncias de participação social (colegiados e conselhos), o que viabiliza a descentralização de ações e recursos governamentais, visando o atendimento de estratos mais amplos da população, bem como a articulação, mobilização e fortalecimento dos setores da área cultural.

Por conta dos recentes avanços tecnológicos para produção e difusão dos conteúdos culturais, por meio da disseminação de aplicativos e equipamentos, foi ampliado o interesse na produção e no consumo de bens culturais e no fazer cultural – tais como moda, museu, gastronomia, música, áudio visual, etc. Já a existência de variadas cadeias produtivas da cultura na Bahia, o aumento da demanda por acesso ao patrimônio cultural (material e imaterial) e por formação na área artístico-cultural, inclusive de nível superior, resultam num momento oportuno para a ampliação do investimento em políticas culturais.

Ao mesmo tempo, os avanços experimentados pela sociedade nas últimas décadas por conta das políticas culturais correm o risco de serem interrompidos pelo processo de desestruturação e de extinção de organizações que fazem parte do Sistema Nacional de Cultura, e pelo desalinhamento conceitual e político do

Governo Federal com a Bahia. Somam-se a isto as recentes mudanças na legislação de apoio de fomento e de financiamento e a redução do investimento privado em Cultura por conta da instabilidade no cenário político, da crise econômica e da baixa arrecadação. Diante destes desafios e do desmonte das instituições que cuidam da Cultura na esfera nacional, é estratégico para o Governo do Estado assumir o protagonismo e buscar alternativas para superar as limitações de recursos destinados às políticas culturais.

A ação do Estado por meio das políticas culturais deve estar preparada para conter o aumento acelerado da intolerância nas relações sociais e do fundamentalismo religioso (e, consequentemente, a interdição à liberdade de expressão, incluindo a artística), a insuficiência do alcance dos meios tecnológicos e da internet nos municípios no Estado da Bahia, a limitação do alcance da cultura e potencial impacto das mudanças climáticas no patrimônio arquitetônico e cultural (transformações quanto às necessidades relativas à manutenção e prevenção do impacto de desastres em prédios, acervos e monumentos, etc.). Além disso, a diversidade cultural baiana deverá ser valorizada encontrando meios para mitigar os impactos da retirada da obrigatoriedade de componentes curriculares ligados às artes, humanidades, cultura afro etc. decorrentes de alterações na Lei de Diretrizes e Bases para o ensino básico.

É importante destacar a necessidade de dar continuidade à promoção e à implementação de políticas que promovam, incentivem e desenvolvam a formação, a criação, a produção, a pesquisa, a difusão e a memória das artes visuais, do audiovisual, do circo, da dança, da literatura, da música, do teatro, da literatura e leitura, valorizando a diversidade artística e singularidades culturais presentes em todos os Territórios de Identidade.

Destaca-se ainda as ações de salvaguarda e proteção de bens culturais tangíveis e intangíveis baianos na política de fomento e da promoção das manifestações culturais populares e de identidades – da cultura do sertão, de matrizes africanas, ciganas e indígenas, LGBTQIA, infância e idosos e do desenvolvimento de projetos culturais populares e identitários de inclusão social para as mulheres, a população negra e os povos e comunidades tradicionais.

Programa	Cultura			
Ementa	Promover o reconhecimento e preservação da memória e do patrimônio cultural, e o acesso aos meios de formação, produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Valorizar a diversidade - em especial a identitária, territorial, de gênero e raça - como fator estratégico de geração de trabalho, renda, inclusão social e produtiva e de promoção da paz social, articulando atores para a promoção e fomento das diferentes atividades artísticas e manifestações populares, priorizando a ampliação da garantia dos direitos culturais e de acesso e considerando as necessidades específicas e o interesse dos diversos atores.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Número índice da frequência de público aos museus vinculados à Secretaria da Cultura (SECULT)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00
- Número índice da frequência de público do Complexo Teatro Castro Alves (TCA)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00
- Número índice da frequência de público dos centros culturais vinculados à Secretaria da Cultura (SECULT)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00
- Número índice da frequência de público dos equipamentos culturais vinculados à Fundação Pedro Calmon (FPC)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00
- Número índice da frequência de público dos largos do Pelourinho	Positiva	% (base 100)	2019	100,00
- Percentual da execução financeira do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA)	Positiva	%	2018	37,55
- Percentual de utilização do valor total autorizado para concessão de benefício pelo Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural (Fazcultura)	Positiva	%	2018	58,55
Recursos do Programa	R\$ 258.106.937			
Compromisso	Promover o acesso democrático aos bens e serviços culturais e artísticos			
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura			
Meta	Ampliar o público dos espaços culturais administrados pela Secretaria de Cultura			
	Órgão Responsável	SECULT		
	Valor de Alcance	5,00 %		
	Referência	Ano	Valor	
		2019	6.546.663 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Estado		5,00 %	
Meta	Promover eventos para formação e qualificação na área cultural			
	Órgão Responsável	SECULT		
	Valor de Alcance	162 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2019	100 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Estado		162 un	

Programa	Cultura		
Meta	Promover ações de fortalecimento da territorialização da Cultura		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	400 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	280 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	400 un		
Meta	Realizar atividades artístico-culturais		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	3.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	4.000 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	3.000 un		
Meta	Promover ações voltadas para as áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	2.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2.100 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	2.000 un		
Meta	Produzir conteúdos sobre a cultura baiana		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	45 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	43 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	45 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover atividades artístico-culturais para formação de público		SECULT	
- Dinamizar espaços culturais		SECULT	
- Realizar atividades artístico-culturais no Centro Histórico de Salvador		SECULT	
- Promover ações formativas e de qualificação artístico-cultural		SECULT	
- Realizar capacitação técnica nas áreas de Memória Histórica, da Literatura e do Livro, nos municípios		SECULT	
- Realizar eventos para formação e qualificação nas áreas de culturas populares e identitárias		SECULT	
- Promover a qualificação e capacitação para gestores municipais de cultura, proponentes e sociedade civil organizada (Qualicultura)		SECULT	
- Realizar fóruns estaduais da Cultura		SECULT	

Programa	Cultura		
- Assegurar o funcionamento de instâncias de consulta e participação popular	SECULT		
- Assistir tecnicamente bibliotecas e arquivos municipais e comunitários	SECULT		
- Estruturar o sistema de bibliotecas	SECULT		
- Realizar atividades artístico-culturais	SECULT		
- Apoiar técnica e/ou financeiramente atividades artístico-culturais	SECULT		
- Dinamizar os Corpos Artísticos do Teatro Castro Alves	SECULT		
- Implantar unidades culturais voltadas para as áreas da Memória Histórica, da Literatura e do Livro	SECULT		
- Mapear edições estatísticas e catalogação de dados nas áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro	SECULT		
- Apoiar técnica e/ou financeiramente iniciativas voltadas para as áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro	SECULT		
- Produzir conteúdo sobre a cultura da Bahia	SECULT		
- Elaborar mapas culturais	SECULT		
- Realizar comercialização de livros e outros materiais da Fundação Pedro Calmon	SECULT		
Compromisso	Qualificar a rede de equipamentos culturais		
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura		
Meta	Requalificar equipamentos culturais		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		3 un
Meta	Aumentar o número de equipamentos e espaços culturais em funcionamento		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	45 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		3 un
Meta	Ampliar a rede de equipamentos culturais		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	1 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	48 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		1 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Restaurar museus e/ou equipamentos de reconhecido valor cultural		SECULT	

Programa	Cultura		
- Promover a ampliação, requalificação e restauro do Teatro Castro Alves	SECULT		
- Restaurar bibliotecas e arquivos públicos	SECULT		
- Adequar os espaços e equipamentos artísticos-culturais às condições de acessibilidade e às normas de segurança	SECULT		
- Modernizar espaços e equipamentos culturais com infraestrutura física e tecnológica	SECULT		
- Assegurar o funcionamento dos espaços e equipamentos culturais	SECULT		
- Qualificar o quadro técnico dos espaços e equipamentos culturais	SECULT		
- Implantar Centro Cultural de Cajazeiras	SECULT		
Compromisso	Salvaguardar a memória cultural e o patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, documental e bibliográfico		
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura		
Meta	Ampliar acervos bibliográficos e documentais preservados e acessíveis		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	24,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	80.836 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	24,00 %		
Meta	Realizar intervenções de recuperação em perímetros tombados		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Metropolitano de Salvador	2 un		
Meta	Promover a conservação e restauração de bens móveis, imóveis, integrados protegidos ou de reconhecido valor cultural		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	100 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	172 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100 un		
Meta	Promover a salvaguarda e a preservação de bens registrados, tombados e/ou patrimonializados		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	180 un	
	Referência	Ano	Valor
2019		171 un	

Programa	Cultura		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	180 un	
Meta	Promover ações de fortalecimento e proteção de culturas populares e identitárias		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	40 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	31 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	40 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Adquirir acervos para os equipamentos culturais		SECULT	
- Preservar o acervo custodiado pela Fundação Pedro Calmon		SECULT	
- Criar repositório arquivístico digital para preservação e acesso aos acervos das bibliotecas e arquivos públicos		SECULT	
- Restaurar o acervo histórico do Registro Mercantil		SDE	
- Implantar espaço adequado para conservação e visitação do acervo do Registro Mercantil		SDE	
- Realizar obras de infraestrutura em perímetros tombados patrimonializados		SECULT	
- Elaborar projetos para restauração e conservação de bens móveis, imóveis, integrados protegidos ou de reconhecido valor cultural		SECULT	
- Restaurar bens móveis, imóveis, integrados protegidos ou de reconhecido valor cultural		SECULT	
- Regularizar demandas fundiárias de bens imóveis integrados protegidos ou de reconhecido valor cultural sob a tutela do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia		SECULT	
- Realizar atividades de educação patrimonial		SECULT	
- Realizar estudos para o resgate da memória cultural baiana nas suas diversas manifestações - registradas, tombadas e/ou patrimonializadas		SECULT	
- Realizar atividades culturais para salvaguarda e preservação inclusive de ritos públicos, festividades e celebrações populares		SECULT	
- Promover o reconhecimento de bens culturais		SECULT	
- Realizar ações de proteção e promoção dos bens culturais dos povos e comunidades tradicionais não patrimonializados		SECULT	
- Apoiar técnica e/ou financeiramente a realização de ritos públicos, festividades e celebrações populares		SECULT	
- Realizar ações para salvaguarda e transmissão de saberes e fazeres não patrimonializados		SECULT	
- Elaborar planos de intervenção em conjuntos tombados		SEDUR	
- Articular a Política de Desenvolvimento Urbano com a preservação dos centros históricos		SEDUR	
- Preservar o acervo custodiado pelo núcleo de memória das artes e pela Cinemateca da Bahia		SECULT	
- Realizar o tombamento do Centro Administrativo da Bahia (CAB)		SECULT	
Compromisso	Consolidar o sistema de fomento e financiamento à cultura, diversificado, abrangente e inclusivo		
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura		

Programa	Cultura		
Meta	Apoiar técnica e financeiramente propostas artístico-culturais		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	300 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1.061 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		300 un	
Meta	Promover a preservação e a valorização da tradição afro nos municípios com apoio às ações realizadas em festas, ritos e outras festividades por meio do Programa Ouro Negro		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	5 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Litoral Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Metropolitano de Salvador		1 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Apoiar propostas selecionadas por meio de editais, chamamentos públicos e acordos de cooperação técnica		SECULT	
- Apoiar técnica e/ou financeiramente propostas através dos editais do Fundo de Cultura do Estado da Bahia		SECULT	
- Apoiar propostas artísticas e culturais através de incentivo fiscal do Estado		SECULT	
- Realizar ações de promoção dos diferentes mecanismos de financiamento à Cultura		SECULT	
- Qualificar o quadro técnico para atendimento e orientação a proponentes		SECULT	
- Gerir programas de apoio cultural		SECULT	
- Apoiar técnica e/ou financeiramente entidades selecionadas, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural		SECULT	
- Estimular a valorização e a preservação da tradição afro no Carnaval		SECULT	
- Apoiar tecnicamente as entidades selecionadas contribuindo para o seu fortalecimento institucional e estimulando o desenvolvimento de ações anuais		SEPROMI	



PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO



DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

A Bahia ocupa, historicamente, uma posição de liderança na capacidade produtiva das regiões Norte e Nordeste, destacando-se em setores produtivos como o cultivo de grãos, a fruticultura e as produções química e petroquímica. Todavia, os cenários nacional e internacional dos últimos anos têm trazido instabilidades e exigido novos desafios para a produção baiana.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, a economia baiana voltou a ocupar a sexta posição entre os PIBs estaduais, participando com 4,1% da produção brasileira. Entretanto, no ranking do PIB per capita, sua posição é apenas a 20ª entre as 27 unidades da federação. Em 2018, o PIB da Bahia acumulou crescimento de 1,1%, acompanhando o desempenho nacional, mostrando recuperação após quedas acentuadas nos anos de 2015 e 2016 (-3,4% e -6,2%, respectivamente) e uma certa estabilidade em 2017 (0,4%).

Atualmente, a China é a principal responsável pelas exportações do estado, consolidando-se como maior parceiro comercial, posição ocupada por Argentina e Estados Unidos anteriormente. Os principais produtos da pauta de exportação baiana são provenientes dos segmentos químico e petroquímico, soja e derivados, papel e celulose, automotivo, metalúrgico e petróleo e derivados, que em 2017, segundo dados do Ministério da Economia, foram responsáveis por 74% das exportações baianas.

Apesar dos esforços na direção de promover uma diversificação na matriz produtiva do estado, com importantes avanços no setor eólico e de mineração, por exemplo, os dados do IBGE ainda mostram uma forte concentração da produção industrial em torno dos setores petroquímico, de alimentos e de celulose e papel, que somaram 67% do Valor da Transformação Industrial (VTI) baiano em 2016. A concentração espacial também é uma característica marcante da produção do estado que retém em 11 municípios, seis localizados na Região Metropolitana de Salvador mais de 56% do seu PIB. Em um estado com a dimensão da Bahia, tamanha centralidade desemboca no aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Assim, apoiar a desconcentração da produção, priorizando setores com maior potencial dinamizador dentro da matriz produtiva, e considerando as vocações dos territórios baianos, é uma estratégia fundamental para fortalecer o desenvolvimento produtivo do estado.

Nesse sentido, o incentivo ao empreendedorismo e o apoio às micro e pequenas empresas (MPE) são essenciais para promover a desconcentração e fortalecimento da estrutura produtiva, em especial em momentos de crise, quando há elevação do desemprego. As MPEs têm importante participação na estrutura produtiva pela sua capacidade de empregabilidade. Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de janeiro a abril de 2019, os micro e pequenos empreendimentos tiveram saldo quase três vezes maior que o gerado pelas médias e grandes empresas, correspondendo a 72,3% do total de empregos gerados no país.

O setor petroquímico, que ainda desempenha importante papel no processo de industrialização da Bahia, sendo o segmento industrial de maior participação produtiva do estado, é também um setor com elevado nível de encadeamentos na economia do estado, dada a sua longa cadeia produtiva, que abrange desde a demanda por insumos básicos, como petróleo e energia, até o fornecimento de insumos, particularmente para os segmentos de químicos e plástico. Entretanto, o atual momento do setor petroquímico brasileiro, com mudanças e incertezas, especialmente no que se refere aos investimentos do setor na Bahia, sinaliza a necessidade de medidas imediatas que busquem minimizar impactos negativos sobre o setor e sua repercussão na economia baiana.

Quanto à atividade de mineração, localizada principalmente no semiárido, a Bahia é o quarto maior produtor do país, atrás de Minas Gerais, Pará e Goiás, e as perspectivas para os próximos anos é de ampliação do setor. Com forte atuação no semiárido destaca-se também o setor eólico, que conta com 156 parques em operação num total de 24 municípios. Hoje a Bahia responde por 26% da capacidade instalada de energia eólica do país, e assumiu, nos últimos 10 anos, o protagonismo nacional no segmento de energia renováveis.

Outro importante setor para a Bahia é o turismo, onde o estado possui enorme potencial, dado seu rico e diverso patrimônio natural, cultural, religioso e histórico, destacando-se nos segmentos de turismo de sol e praia, de aventura, religioso, náutico, cultural, dentre outros. Além disso, o estado conta com festas populares de grande repercussão, como o carnaval, as festas de verão e os festejos juninos. É preciso, porém, dinamizar o potencial das 13 zonas turísticas baianas, especialmente com a qualificação da prestação de serviços e da infraestrutura de equipamentos turísticos, assim como a promoção da Bahia como destino turístico nacional e internacional. Destaca-se ainda a divulgação do estado para a atração e ampliação das oportunidades de negócios no setor, ampliando as possibilidades de geração de emprego e renda nos diversos segmentos e regiões do estado.

A Bahia possui também um relevante potencial para as atividades produtivas relacionadas ao esporte de alto rendimento, em especial na realização de eventos e na promoção do mercado de produtos e de equipamentos esportivos. A infraestrutura instalada para a realização de grandes eventos, como a Arena Fonte Nova, o estádio de Pituçu e o Centro Panamericano de Judô, é um fator de atração que precisa ser promovido, mas deve ter atenção o potencial de diversos eventos esportivos de menor volume, que podem movimentar economicamente regiões diversas do estado, como competições náuticas, de ciclismo ou corrida de rua. Tais eventos podem gerar um grande fluxo de pessoas, serviços e produtos, potencializando as economias locais com a geração de oportunidades de negócios.

Destaca-se ainda o potencial cultural dinâmico, singular e diverso que a Bahia possui, com um amplo conjunto de patrimônios e manifestações artísticas e culturais, que deve ser fortalecido como um vetor de desenvolvimento. A Economia Criativa conceitua a dimensão econômica do segmento cultural, englobando criação, produção, distribuição de bens e serviços criativos, que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos. De acordo com o IBGE, o segmento de economia criativa na Bahia é responsável por 171 mil ocupações ou 2,6% do total. Porém, ainda são restritos os dados sobre o setor, e levantar informações sobre sua atuação no estado é uma etapa essenciais para a estruturação e o desenvolvimento.

Programa	Desenvolvimento Produtivo			
Ementa	Fortalecer a economia baiana, por meio da ampliação, modernização e adensamento da matriz produtiva, buscando maior competitividade, integração aos mercados, desconcentração e diversificação da atividade econômica, dando destaque a promoção do Esporte e Lazer, do Turismo, da Economia Criativa e do empreendedorismo, bem como valorizando as potencialidades e sustentabilidade dos territórios.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Participação das empresas dos segmentos culturais em relação às artes, cultura, esporte, recreação, informação e comunicação	Positiva	%	2017	62,20
- Participação percentual das atividades correlatas ao turismo no Produto Interno Bruto (PIB) estimado	Positiva	%	2018	2,60
- Participação percentual de empregos fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	Positiva	%	2017	54,00
- Participação percentual de investimentos realizados fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	Positiva	%	2018	78,80
- Variação percentual do número de micro e pequenas empresas incentivadas pelo Governo do Estado da Bahia	Positiva	%	2018	76,50
Recursos do Programa	R\$ 1.359.419.984			
Compromisso	Promover a diversificação, a desconcentração espacial e o adensamento da matriz produtiva baiana, considerando as vocações territoriais e a proteção ambiental			
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Econômico			
Meta	Realizar projetos geológicos de prospecção e pesquisa mineral			
	Órgão Responsável	SDE		
	Valor de Alcance	32 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	45 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Estado		32 un	
Meta	Certificar Arranjos Produtivos Locais para diversificar a base produtiva			
	Órgão Responsável	SDE		
	Valor de Alcance	4 un		
	Referência	Ano	Valor	
		-	-	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Estado		4 un	
Meta	Implantar empreendimentos atraídos no Estado			
	Órgão Responsável	SDE		
	Valor de Alcance	271 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	129 un	

Programa	Desenvolvimento Produtivo		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	271 un	
Meta	Estabelecer portfólio de produtos baianos com potencial de internacionalização		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	100,00 %	
Meta	Ampliar o número de áreas industriais em funcionamento no Estado		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	8 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	13 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Irecê	1 un	
	Bacia do Rio Grande	1 un	
	Bacia do Jacuípe	1 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	1 un	
	Portal do Sertão	1 un	
	Recôncavo	1 un	
	Médio Rio de Contas	1 un	
	Metropolitano de Salvador	1 un	
Meta	Requalificar a infraestrutura das áreas Industriais		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	15 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Litoral Sul	1 un	
	Extremo Sul	1 un	
	Médio Sudoeste da Bahia	1 un	
	Sertão do São Francisco	1 un	
	Bacia do Rio Grande	2 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	1 un	
	Portal do Sertão	1 un	
	Sudoeste Baiano	1 un	
	Recôncavo	1 un	
	Médio Rio de Contas	1 un	

Programa	Desenvolvimento Produtivo		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		3 un
	Costa do Descobrimento		1 un
Meta	Implantar laboratório metrológico		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Metropolitano de Salvador		100,00 %	
Meta	Realizar serviços metrológicos		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	38.928 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		38.928 un	
Meta	Atrair novos investimentos e empreendimentos para o Estado		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	450 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	143 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		450 un	
Meta	Ampliar a visitação ao Museu Geológico do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	10,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	29.331 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Metropolitano de Salvador		10,00 %	
Meta	Realizar capacitações para o público externo no Centro Gemológico do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	24 un	
	Referência	Ano	Valor
2018		21 un	

Programa	Desenvolvimento Produtivo	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador	24 un
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Fomentar o conteúdo e a consolidação da política de arranjos produtivos e inovativos locais	SDE	
- Realizar análise de dados e investigação de ambientes geológicos	SDE	
- Implementar projetos de prospecção e pesquisa mineral	SDE	
- Monitorar acervo e direitos minerários	SDE	
- Apoiar institucionalmente a implantação de projetos atraídos	SDE	
- Apoiar técnica e financeiramente projeto inovador em Arranjos Produtivos Locais da Bahia	SECTI	
- Elaborar estudos de potencialidades socioeconômicas do estado	SDE	
- Participar de eventos para atração de investimentos na Bahia	SDE	
- Apoiar institucionalmente e/ou financeiramente eventos para a promoção de oportunidades de investimentos na Bahia	SDE	
- Realizar missões para a promoção de oportunidades de investimentos na Bahia	SDE	
- Articular a viabilidade e a utilização do gás natural na reativação e/ou implantação de projetos industriais	SDE	
- Elaborar a Política de Mineração do Estado	SDE	
- Modernizar o Museu Geológico do Estado Bahia	SDE	
- Dinamizar o Museu Geológico do Estado da Bahia	SDE	
- Elaborar estudos identificando as potencialidades dos produtos baianos no mercado externo	SDE	
- Elaborar a Política de Comércio e Serviço do Estado	SDE	
- Elaborar estudos e projetos para implantação de áreas industriais em municípios baianos	SDE	
- Disponibilizar acessos viários, infraestrutura e supraestrutura voltados para implantação de área industrial	SDE	
- Regularizar a situação fundiária das áreas industriais	SDE	
- Realizar recadastramento das áreas industriais	SDE	
- Realizar intervenções de infraestrutura nas áreas industriais	SDE	
- Ampliar o acesso à informação qualificada para atração e consolidação de investimentos	SDE	
- Implantar laboratório metrológico	SDE	
- Realizar serviços de metrologia	SDE	
- Modernizar o Centro Gemológico do Estado da Bahia	SDE	
- Promover a atração de novos investimentos e empreendimentos	SDE	
- Capacitar profissionais no segmento mineral	SDE	
- Atrair empreendimentos em segmentos estratégicos para implantação do Porto Sul	SDE	
Compromisso	Fomentar o empreendedorismo e as micro e pequenas empresas por meio da melhoria do ambiente institucional, legal, social, mercadológico e tecnológico	
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	

Programa	Desenvolvimento Produtivo		
Meta	Ampliar a quantidade de municípios integrados a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	136 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	100 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		136 un
Meta	Auditar as empresas cadastradas na base de dados de serviços regulamentados pelo Governo Federal		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	260 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Realizar certificações de serviços e produtos		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	16 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		16 un
Meta	Promover o acesso de pequenas e micro empresas aos serviços oferecidos pelo Serviço de Atendimento ao Empresário (SAC Empresarial)		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	53.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	14.358 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		53.000 un
Meta	Ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	16,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	702.504.957 R\$
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		16,00 %

Programa	Desenvolvimento Produtivo		
Iniciativa			Órgão Responsável
- Instalar o sistema integrador Registro Empresarial (Regin)			SDE
- Auditar a qualidade dos serviços prestados pelas micro e pequenas empresas que têm suas atividades com conformidade avaliada			SDE
- Estimular a cultura de gestão da qualidade nas micro e pequenas empresas			SDE
- Ampliar o número de serviços ofertados pelo SAC Empresarial			SDE
- Ampliar o número de postos do SAC Empresarial			SDE
- Promover aquisições de material, via Registro de Preços, voltadas às micro e pequenas empresas			SAEB
- Promover capacitações aos servidores para aplicação dos benefícios concedidos pela legislação nas licitações públicas			SAEB
Compromisso	Promover o esporte e lazer como um vetor de desenvolvimento produtivo, considerando as vocações territoriais		
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte		
Meta	Expandir a participação de atletas baianos em atividades esportivas de alto rendimento		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	10,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	386 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		10,00 %	
Iniciativa			Órgão Responsável
- Promover atividades de esporte de alto rendimento			SETRE
- Apoiar técnica e/ou financeiramente os atletas e equipes de alto rendimento			SETRE
- Assegurar o funcionamento da Arena Multiuso			SETRE
- Articular parcerias institucionais junto aos empreendedores para o financiamento de ações esportivas de alto rendimento			SDE
Compromisso	Promover os segmentos culturais como vetor de desenvolvimento da Economia Criativa, considerando as vocações territoriais		
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura		
Meta	Ampliar o número de empreendedores criativos e culturais, agentes e fazedores de cultura qualificados		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	400 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1.683 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		400 un	

Programa	Desenvolvimento Produtivo		
Meta	Elaborar estudos e pesquisas sobre economia da cultura		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		3 un	
Meta	Promover ações de inovação em produtos e serviços culturais		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	5 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		5 un	
Meta	Qualificar empreendedores culturais, agentes e fazedores de cultura para o acesso ao crédito reembolsável		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	200 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		200 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Qualificar empreendedores criativos e culturais, agentes culturais e fazedores de cultura		SECULT	
- Prestar apoio técnico para profissionais, empreendedores, agentes culturais e fazedores de cultura		SECULT	
- Promover o acesso a informações qualificadas para empreendedores e agentes culturais		SECULT	
- Mapear Territórios Criativos		SECULT	
- Estruturar o Sistema de Indicadores e Informações em Cultura		SECULT	
- Incentivar empreendimentos culturais inovadores com base tecnológica		SECTI	
- Fomentar a pré-incubação de empreendimentos culturais inovadores com base tecnológica		SECTI	
- Qualificar os empreendedores culturais para o acesso ao crédito reembolsável no âmbito do Programa Bahia Criativa		SEFAZ	
- Mobilizar empreendedores culturais, agentes e fazedores de cultura para acessarem as linhas de crédito reembolsável		SECULT	
- Estimular artesãs e artesãos a certificar seus produtos com Selo de Origem		SETRE	
- Apoiar institucionalmente a participação de agentes culturais em eventos para promoção do acesso a novos mercados		SDE	
- Elaborar projeto de suporte e promoção da economia criativa com foco no segmento audiovisual		SECULT	
- Realizar cursos profissionais nas áreas técnicas do espetáculo		SECULT	

Programa	Desenvolvimento Produtivo		
Compromisso	Fortalecer o turismo de forma sustentável como vetor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, valorizando as vocações territoriais		
Órgão Responsável	Secretaria de Turismo		
Meta	Qualificar prestadores de serviços do turismo		
	Órgão Responsável	SETUR	
	Valor de Alcance	2.460 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.540 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		2.460 un
Meta	Desenvolver redes temáticas territoriais de turismo na Bahia.		
	Órgão Responsável	SETUR	
	Valor de Alcance	10 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	50 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10 un
Meta	Ampliar o número de equipamentos turísticos disponíveis		
	Órgão Responsável	SETUR	
	Valor de Alcance	40 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Baixo Sul		7 un
	Recôncavo		19 un
	Metropolitano de Salvador		14 un
Meta	Ampliar diagnósticos de desempenho da atividade turística		
	Órgão Responsável	SETUR	
	Valor de Alcance	32 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	14 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		32 un

Programa	Desenvolvimento Produtivo		
Meta	Ampliar o número de ações para divulgação de oportunidades de negócios turísticos no Estado		
	Órgão Responsável	SETUR	
	Valor de Alcance	12 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	3 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	12 un		
Meta	Realizar ações para a promoção do destino turístico da Bahia nacional e internacionalmente		
	Órgão Responsável	SETUR	
	Valor de Alcance	1.033 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	1.033 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Qualificar profissionais e empresários relacionados ao turismo, em articulação com órgãos públicos		SETUR	
- Realizar regulação e certificação de prestadores de serviços		SETUR	
- Desenvolver roteiros turísticos		SETUR	
- Capacitar microempreendedor da cadeia produtiva do turismo		SETUR	
- Desenvolver as redes temáticas e territoriais de turismo com foco na diversificação dos segmentos turísticos		SETUR	
- Realizar ações de sensibilização de operadores e jornalistas nas regiões turísticas		SETUR	
- Participar de eventos nacionais e internacionais de promoção ao turismo		SETUR	
- Capacitar operadoras e agências de viagens nacionais e internacionais		SETUR	
- Elaborar o Plano Estratégico de Comunicação e Marketing para o destino Bahia		SETUR	
- Mapear eventos e festejos realizados no Estado		SETUR	
- Estruturar obras e serviços de infraestrutura turística		SETUR	
- Requalificar equipamentos nos destinos turísticos		SETUR	
- Elaborar estudos e pesquisas relacionadas à atividade turística		SETUR	
- Reestruturar o Observatório do Turismo		SETUR	
- Elaborar planos de desenvolvimento integrado do turismo sustentável e de resíduos sólidos nas zonas turísticas		SETUR	
- Participar de eventos especializados e missões empresariais, nacionais e internacionais		SETUR	
- Realizar evento no estado para atração de investimentos		SETUR	
- Elaborar material promocional para captação de investimento		SETUR	
- Executar obras do Centro de Turístico de Negócios		SETUR	
- Participar de eventos para capacitação em gestão de atração de investimentos		SETUR	
- Patrocinar eventos estaduais, nacionais e internacionais para a divulgação do destino Bahia		SETUR	

The background of the entire page is a composite image. It features a family—a man, a woman, and a young girl—smiling. Overlaid on this is a stylized map of Brazil, which is the focus of the bottom half of the image. The map is outlined in white and contains several glowing white dots representing cities or locations. These dots are interconnected by a network of white lines, some of which are curved, suggesting a network or infrastructure. The overall color scheme is a deep maroon or burgundy, with the text and map elements in white and light pink.

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO RURAL



DESENVOLVIMENTO RURAL

A Bahia ocupa, no contexto nacional, a posição de estado mais rural, respondendo por 15% de toda população rural brasileira. Do total de seus empreendimentos agropecuários, 33,6% são da agricultura familiar, e no Brasil, 12,6%.

Considerando essa extensa população e as desigualdades econômicas e sociais observadas ao longo dos anos, o Estado tem buscado potencializar os estímulos a uma economia rural mais dinâmica, com reorganização fundiária e com maior democratização dos recursos naturais, desconcentração e diversificação regional produtiva, valorização da agricultura familiar e fomento à inovação, ao empreendedorismo e ao associativismo contextualizados, principalmente na região semiárida.

O desenvolvimento histórico do modelo rural no Brasil e o seu processo de urbanização, contribuíram para uma forte concentração de terras no país. Dados do Atlas da Questão Agrária Brasileira apontam que 92,6% dos estabelecimentos no país são de pequenas propriedades (até 200ha), correspondendo a 28,4% da área ocupada. Enquanto isso, 35,1% da área ocupada pertence a grandes propriedades (acima de 2.000ha), em um total de 0,8% dos estabelecimentos.

Tão elevada concentração de terra traz enormes consequências ao meio rural, acirrando desigualdades e conflitos, gerando pobreza, violência no campo e relações de trabalho análogo ao escravo, fenômeno que, mais recentemente, tem-se verificado no meio urbano, mas que é típico de “empreendimentos” agropecuários, legais e ilegais, onde predominam condições de trabalho e de vida inaceitáveis. Outro desafio que se impõe para a Bahia é assegurar a proteção de povos e de comunidades tradicionais, em especial com a regularização fundiária, garantindo às Comunidades Quilombolas e de Fundo e Fecho de Pasto o acesso à terra. Se faz imperativo um monitoramento permanente para garantir que os direitos dessas comunidades sejam salvaguardados, evitando que as terras devolutas em que se encontram comunidades tradicionais sejam incorporadas a empreendimentos financeiros.

Outra questão fundamental é o acesso à água, devido às dificuldades de disponibilidade hídrica, em parte explicada pelo fato de cerca de 78,6% do território baiano se situar na região semiárida. Segundo estimativas da SEI para o ano de 2017, o número de baianos vivendo no semiárido é de aproximadamente 7,7 milhões de pessoas, o que representa 50% da população do estado. A questão climática associada a outras questões estruturais, tais como a concentração fundiária e a carência de infraestrutura econômica e social, fruto de uma insuficiência histórica de políticas públicas para o semiárido, impactam negativamente nos indicadores econômicos e sociais da região. Trata-se de um espaço geográfico com alta vulnerabilidade social, o que requer maior atenção na agenda de políticas públicas.

Assim, a introdução de ações de política de desenvolvimento rural e reforma agrária devem impulsionar a demanda por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), fomentando oportunidades de pesquisa que beneficiem a produção familiar, particularmente sobre sistemas de produção, transformação, gestão, apoio a normas de certificação e coordenação econômica. O aproveitamento de tais oportunidades dependerá, em grande parte, do desenvolvimento de formas de gestão tecnológica e de assistência técnica adequada, abrangente e permanente, que garanta ao produtor o apoio que necessitam na utilização de soluções identificadas.

Em relação à matriz produtiva, o rural baiano se caracterizou, ao longo do tempo, em uma agroeconomia sustentada, cronologicamente nas culturas da cana-de-açúcar, fumo e mandioca (Recôncavo), café (Chapada e Extremo Sul), borracha (Sudoeste e Extremo Sul), o cacau (Sul e Baixo Sul), e, atualmente, na diversidade dos grãos: soja, algodão, feijão, arroz, mamona, amendoim, café, girassol e sorgo (Oeste) e fruticultura (Vale do São Francisco). A diversificação da produção, considerando fatores e características próprias locais, mostra-se como uma importante ferramenta de fomento ao desenvolvimento territorial, especialmente ao criar alternativas para minimizar os efeitos da dependência da monocultura, que fragilizam alguns territórios cuja base econômica está pautada nesse tipo de produção. Nesse contexto, formular uma estratégia que amplie os resultados já em curso de políticas que promovam a diversificação, possibilitará a geração de melhorias na plataforma de sustento das unidades rurais, impactando positivamente na disponibilidade de renda e, por consequência, na melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Nos últimos dez anos, a produção de grãos cresceu de 3,34 milhões de toneladas em 2007, para 8,08 milhões de toneladas em 2017, a segunda maior safra de todos os tempos. A fruticultura, que ocupa posição destacada no agronegócio baiano, coloca o Estado em segundo lugar na produção e na exportação de frutas frescas do país. Já na pecuária, ocupamos o primeiro e segundo lugares no ranking nacional de rebanhos de caprinos e ovinos, com 2,7 milhões e 3,5 milhões de cabeças, respectivamente. Entretanto, é preciso destacar que as fortes secas, a partir de 2012, têm feito o estado enfrentar perdas significativas nestes segmentos produtivos.

Um desafio importante para viabilizar o desenvolvimento da produção baiana é a necessidade de investimento em infraestruturas logística e energética. A insuficiência de estradas vicinais que interliguem áreas de produção a grandes eixos rodoviários para escoamento da safra, a falta de energia elétrica, necessária para a utilização de métodos de irrigação e outras tecnologias, e a pouca estrutura de armazenagem, que não acompanhou o aumento e desenvolvimento da produção, são questões fundamentais a serem enfrentadas para a promoção do desenvolvimento rural.

Como alternativa sustentável para geração de emprego e renda no meio rural, que também se coloca como vetor de desenvolvimento, está a agroecologia. Apesar deste modelo, historicamente, ser menos valorizado, estabeleceu-se uma rede ampla de produtores ecológicos que se integram às paisagens, conservam o solo e os mananciais, se adaptam à seca e produzem comida. Além disso, a sociedade civil organizada ampliou a pauta agroecológica no Brasil, seja nas políticas para a produção, seja na oferta de alimentos saudáveis para consumo ou nas compras públicas de alimentos orgânicos. A Bahia apresenta um grande potencial para produção de alimentos agroecológicos e a partir da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo) poderá ter uma solução importante para a inclusão produtiva das comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e fundo de pasto, gerando o fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, das suas formas de organização e das suas instituições.

Programa	Desenvolvimento Rural			
Ementa	Promover o desenvolvimento rural sustentável da Bahia, estimulando uma economia rural dinâmica e impulsionadora da desconcentração e diversificação regional produtiva com justiça tributária, com reorganização fundiária e democratização dos espaços rurais e da produção sustentável, valorização do agronegócio e da agricultura de base familiar, dos pequenos e médios agricultores e aquicultores, da produção agrícola das mulheres, dos jovens e dos povos originários e povos e comunidades tradicionais, de forma a promover a diversidade cultural, a assistência técnica e extensão rural abrangente e continuada, a expansão dos serviços de defesa agropecuária, a pesquisa e a disseminação de tecnologias e inovações contextualizadas, ambientalmente e socialmente referenciadas, a infraestrutura logística integrada a mercados locais, regionais e globais. Fomentar a produção, agroindustrial e agroecológica, considerando a segurança alimentar e nutricional, bem como das cadeias produtivas do agronegócio e dos sistemas produtivos da agricultura familiar e sua comercialização, as políticas de crédito, o seguro produtivo e a formação continuada nos diferentes temas do desenvolvimento rural, inclusive em empreendedorismo, cooperativismo e associativismo que impulsionem a convivência com o Semiárido e o uso sustentável dos recursos naturais nos biomas existentes como estratégia de bem-estar e fonte de riqueza para os territórios de identidade.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Índice de alcance dos objetivos do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de responsabilidade do Governo do Estado	Positiva	%	-	0,00
- Índice de avaliação do status sanitário	Positiva	%	2018	78,00
- Índice de risco residual do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Bahia	Negativa	%	-	0,00
- Nível de avaliação das capacitações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares promovidas pela BAHATER	Positiva	%	-	0,00
- Número índice de agricultores com acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00
- Variação percentual da Ocupação da Mão de Obra do Agronegócio no Estado da Bahia	Positiva	%	2019	0,00
- Variação percentual das famílias contempladas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) com acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural	Positiva	%	2019	0,00
- Variação percentual de famílias assessoradas para o acesso ao crédito fundiário	Positiva	%	2019	0,00
- Variação percentual de famílias com áreas regularizadas	Positiva	%	2019	0,00
- Variação percentual de famílias de povos e comunidades tradicionais com áreas regularizadas	Positiva	%	2019	0,00
- Variação percentual do número de ações de apoio a empreendimentos da agricultura familiar para gestão e comercialização dos produtos	Positiva	%	2019	0,00
- Variação percentual do número de agricultores atendidos com políticas públicas de fomento à produção	Positiva	%	2019	0,00
Recursos do Programa	R\$ 1.892.216.874			
Compromisso	Expandir o acesso à regularização fundiária para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e as ações complementares à reforma agrária			
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Rural			

Programa	Desenvolvimento Rural		
Meta	Realizar a regularização fundiária de áreas individuais e coletivas com a emissão de títulos de propriedade da terra		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	16.300 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	6.500 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		900 un
	Velho Chico		900 un
	Chapada Diamantina		900 un
	Sisal		500 un
	Litoral Sul		500 un
	Baixo Sul		500 un
	Extremo Sul		500 un
	Médio Sudoeste da Bahia		500 un
	Vale do Jiquiricá		500 un
	Sertão do São Francisco		900 un
	Bacia do Rio Grande		500 un
	Bacia do Paramirim		500 un
	Sertão Produtivo		900 un
	Piemonte do Paraguaçu		500 un
	Bacia do Jacuípe		900 un
	Piemonte da Diamantina		500 un
	Semiárido Nordeste II		500 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		500 un
	Portal do Sertão		500 un
	Sudoeste Baiano		500 un
	Recôncavo		500 un
	Médio Rio de Contas		500 un
	Bacia do Rio Corrente		500 un
	Itaparica		500 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		900 un
	Metropolitano de Salvador		500 un
	Costa do Descobrimento		500 un
Meta	Assessorar famílias para a contratação e aplicação dos recursos de crédito fundiário e complementares à reforma agrária		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	1.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	100 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		100 un

Programa	Desenvolvimento Rural		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Velho Chico		50 un
	Chapada Diamantina		50 un
	Sisal		50 un
	Litoral Sul		50 un
	Baixo Sul		50 un
	Extremo Sul		50 un
	Médio Sudoeste da Bahia		10 un
	Vale do Jiquiricá		100 un
	Sertão do São Francisco		50 un
	Bacia do Rio Grande		100 un
	Sertão Produtivo		10 un
	Piemonte do Paraguaçu		10 un
	Bacia do Jacuípe		10 un
	Piemonte da Diamantina		10 un
	Semiárido Nordeste II		100 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		50 un
	Portal do Sertão		10 un
	Recôncavo		10 un
	Médio Rio de Contas		10 un
	Bacia do Rio Corrente		100 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		10 un
	Costa do Descobrimento		10 un
	Meta	Construir habitação de interesse social na zona rural	
Órgão Responsável		SDR	
Valor de Alcance		1.200 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	199 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Estado		1.200 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Realizar a regularização fundiária para os agricultores familiares, de comunidades remanescentes de quilombos, fundo e fecho de pasto, povos de terreiros e demais povos e comunidades tradicionais		SDR	
- Assessorar famílias na contratação e aplicação dos recursos do crédito fundiário e de políticas complementares à reforma agrária		SDR	
- Implantar unidades habitacionais na zona rural		SDR	
Compromisso	Potencializar a capacidade produtiva sustentável, agregação de valor e a comercialização de produtos de agricultores familiares, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária e beneficiários do crédito fundiário, jovens, negros e mulheres, considerando a transição agroecológica, a segurança alimentar e nutricional, a convivência com os biomas e as particularidades territoriais		
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Rural		

Programa	Desenvolvimento Rural		
Meta	Atender beneficiários com ações de fomento à produção		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	1.358.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.086.304 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		60.000 un
	Velho Chico		62.000 un
	Chapada Diamantina		70.000 un
	Sisal		51.000 un
	Litoral Sul		7.000 un
	Baixo Sul		7.000 un
	Extremo Sul		1.000 un
	Médio Sudoeste da Bahia		30.000 un
	Vale do Jiquiricá		78.000 un
	Sertão do São Francisco		97.000 un
	Bacia do Rio Grande		80.000 un
	Bacia do Paramirim		63.000 un
	Sertão Produtivo		90.000 un
	Piemonte do Paraguaçu		90.000 un
	Bacia do Jacuípe		65.000 un
	Piemonte da Diamantina		100.000 un
	Semiárido Nordeste II		92.000 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		37.000 un
	Portal do Sertão		10.000 un
	Sudoeste Baiano		80.000 un
	Recôncavo		7.000 un
	Médio Rio de Contas		7.000 un
	Bacia do Rio Corrente		100.000 un
	Itaparica		15.000 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		57.000 un
	Metropolitano de Salvador		1.000 un
	Costa do Descobrimento		1.000 un
Meta	Disponibilizar unidades de beneficiamento da produção implantadas ou requalificadas		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	400 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	35 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		14 un

Programa	Desenvolvimento Rural		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Velho Chico		15 un
	Chapada Diamantina		23 un
	Sisal		23 un
	Litoral Sul		22 un
	Baixo Sul		22 un
	Extremo Sul		8 un
	Médio Sudoeste da Bahia		3 un
	Vale do Jiquiricá		15 un
	Sertão do São Francisco		34 un
	Bacia do Rio Grande		5 un
	Bacia do Paramirim		9 un
	Sertão Produtivo		25 un
	Piemonte do Paraguaçu		15 un
	Bacia do Jacuípe		16 un
	Piemonte da Diamantina		23 un
	Semiárido Nordeste II		21 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		15 un
	Portal do Sertão		14 un
	Sudoeste Baiano		20 un
	Recôncavo		12 un
	Médio Rio de Contas		10 un
	Bacia do Rio Corrente		4 un
	Itaparica		4 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		17 un
	Metropolitano de Salvador		5 un
	Costa do Descobrimento		6 un
Meta	Apoiar tecnicamente empreendimentos da agricultura familiar na gestão e comercialização dos produtos		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	760 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	568 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		40 un
	Velho Chico		27 un
	Chapada Diamantina		20 un
	Sisal		43 un
	Litoral Sul		43 un
	Baixo Sul		40 un
	Extremo Sul		20 un
	Médio Sudoeste da Bahia		20 un

Programa	Desenvolvimento Rural		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Vale do Jiquiricá		20 un
	Sertão do São Francisco		40 un
	Bacia do Rio Grande		24 un
	Bacia do Paramirim		20 un
	Sertão Produtivo		40 un
	Piemonte do Paraguaçu		20 un
	Bacia do Jacuípe		35 un
	Piemonte da Diamantina		26 un
	Semiárido Nordeste II		40 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		30 un
	Portal do Sertão		30 un
	Sudoeste Baiano		40 un
	Recôncavo		20 un
	Médio Rio de Contas		21 un
	Bacia do Rio Corrente		21 un
	Itaparica		20 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		20 un
	Metropolitano de Salvador		20 un
	Costa do Descobrimento		20 un
Meta	Disponibilizar estrutura para a comercialização da produção		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	60 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	13 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	60 un		
Iniciativa			Órgão Responsável
- Distribuir insumos produtivos para a agricultura familiar, povos originários e comunidades tradicionais			SDR
- Fomentar a produção de insumos de qualidade para famílias de trabalhadores rurais, povos originários e comunidades tradicionais			SDR
- Distribuir equipamentos de produção para agricultores familiares e povos originários e comunidades tradicionais			SDR
- Implantar projetos produtivos			SDR
- Promover a adesão de agricultores familiares, povos originários e comunidades tradicionais ao Programa Garantia Safra			SDR
- Prover unidades de beneficiamento da produção adequadas			SDR
- Apoiar tecnicamente empreendimentos da agricultura familiar na gestão e comercialização			SDR
- Realizar eventos de promoção da agricultura familiar e economia solidária			SDR
- Prover centros de comercialização da agricultura familiar			SDR
- Apoiar técnica e financeiramente o funcionamento do Centro de Abastecimento da Bahia e Mercados			SDE
- Requalificar o Centro de Abastecimento da Bahia e Mercados			SDE

Programa	Desenvolvimento Rural		
- Realizar contratos de concessão de uso dos Mercados e Centrais de Abastecimento	SDE		
Compromisso	Promover o desenvolvimento ambientalmente e socialmente sustentável das cadeias produtivas do agronegócio		
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		
Meta	Ampliar a produção de pescado da piscicultura no estado		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	10,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2017	27.500 t
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10,00 %
Meta	Promover projetos de incentivo à comercialização e realização do agronegócio		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	150 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	31 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		150 un
Meta	Ampliar a infraestrutura de produção agropecuária		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	10,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.733 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10,00 %
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Ofertar os insumos e serviços que promovam o desenvolvimento da cadeia do pescado	SEAGRI		
- Apoiar técnico e/ou financeiramente parceiros do setor público e privado para o desenvolvimento do agronegócio	SEAGRI		
- Propagar o agronegócio baiano	SEAGRI		
- Desenvolver ações para o incremento das Cadeias Produtivas do Agronegócio	SEAGRI		
- Adequar a infraestrutura de comercialização do agronegócio	SEAGRI		
- Adequar a infraestrutura de produção do agronegócio	SEAGRI		
- Distribuir equipamentos, máquinas e implementos para o agronegócio	SEAGRI		
- Implantar o sistema de informações do agronegócio agregando informações estratégicas das diversas instituições setoriais públicas e privadas	SEAGRI		
Compromisso	Promover a assistência técnica e extensão rural, pesquisa, desenvolvimento e inovação para sistemas produtivos estratégicos, com ênfase na convivência com o Semiárido		
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Rural		

Programa	Desenvolvimento Rural		
Meta	Realizar ações de pesquisa, extensão, inovação tecnológica e compartilhamento de conhecimentos voltados para a agricultura familiar		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	52 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	15 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Meta	Estado		52 un
	Atender famílias com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com foco na gestão, produção, comercialização, e sistemas produtivos de base agroecológica		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	111.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	74.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		5.000 un
	Velho Chico		5.000 un
	Chapada Diamantina		3.000 un
	Sisal		9.000 un
	Litoral Sul		4.000 un
	Baixo Sul		5.000 un
	Extremo Sul		2.000 un
	Médio Sudoeste da Bahia		2.000 un
	Vale do Jiquiricá		2.000 un
	Sertão do São Francisco		16.000 un
	Bacia do Rio Grande		4.000 un
	Bacia do Paramirim		2.000 un
	Sertão Produtivo		3.000 un
	Piemonte do Paraguaçu		2.000 un
	Bacia do Jacuípe		7.000 un
	Piemonte da Diamantina		5.000 un
	Semiárido Nordeste II		6.000 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		3.000 un
	Portal do Sertão		4.000 un
	Sudoeste Baiano		4.000 un
	Recôncavo		4.000 un
	Médio Rio de Contas		3.000 un
	Bacia do Rio Corrente		2.000 un
	Itaparica		2.000 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		3.000 un
	Metropolitano de Salvador		2.000 un
	Costa do Descobrimento		2.000 un

Programa	Desenvolvimento Rural		
Meta	Realizar pesquisas e incubação de projetos de inovações tecnológicas		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Recôncavo		4 un	
Meta	Ampliar a oferta de serviços laboratoriais agropecuários especializados		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	20,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	4.500 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		20,00 %	
Meta	Realizar pesquisa, desenvolvimento e inovação para a agropecuária		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	20 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	17 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		20 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Disseminar tecnologias apropriadas para o desenvolvimento rural e a convivência com os biomas		SDR	
- Articular parcerias entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão com a agricultura familiar		SDR	
- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a agricultores familiares e assentados da reforma agrária, aprimorando-os às especificidades de povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens, tendo em vista sua organização social, produtiva, cultural e econômica		SDR	
- Incubar micro e pequenas empresas com projetos de inovações tecnológicas com ênfase na cadeia do pescado		SEAGRI	
- Prestar serviços laboratoriais especializados voltados para a agropecuária		SEAGRI	
- Estruturar as unidades de pesquisa e laboratórios da agropecuária do Estado		SEAGRI	
- Desenvolver ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação para resolver os principais problemas da agropecuária		SEAGRI	
Compromisso	Promover um ambiente sanitariamente seguro para a produção agropecuária		
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		

Programa	Desenvolvimento Rural		
Meta	Ampliar as ações de vigilância epidemiológica		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	6,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	15.244 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		6,00 %	
Meta	Ampliar o volume de produtos inspecionados		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	8,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	694.031 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		8,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Realizar ações de vigilância epidemiológica		SEAGRI	
- Realizar ações de combate ao trânsito irregular de animais, vegetais, seus produtos, subprodutos e insumos		SEAGRI	
- Realizar fiscalização da comercialização e uso de agrotóxico		SEAGRI	
- Articular ações com vistas a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)		SEAGRI	
- Capacitar o corpo técnico da ADAB		SEAGRI	
- Realizar ações de educação sanitária		SEAGRI	
- Fiscalizar produtos de origem animal e vegetal		SEAGRI	
Compromisso	Aprimorar a governança estratégica para o desenvolvimento rural, considerando a identidade cultural, a gestão territorial e a participação social		
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Rural		
Meta	Promover capacitação para atores do setor rural		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	3.260 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2.600 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		3.260 un	

Programa	Desenvolvimento Rural		
Meta	Realizar eventos para promoção da política de desenvolvimento rural nos territórios de identidade		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	54 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	19 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		2 un
	Velho Chico		2 un
	Chapada Diamantina		2 un
	Sisal		2 un
	Litoral Sul		2 un
	Baixo Sul		2 un
	Extremo Sul		2 un
	Médio Sudoeste da Bahia		2 un
	Vale do Jiquiricá		2 un
	Sertão do São Francisco		2 un
	Bacia do Rio Grande		2 un
	Bacia do Paramirim		2 un
	Sertão Produtivo		2 un
	Piemonte do Paraguaçu		2 un
	Bacia do Jacuípe		2 un
	Piemonte da Diamantina		2 un
	Semiárido Nordeste II		2 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		2 un
	Portal do Sertão		2 un
	Sudoeste Baiano		2 un
Meta	Atender maior número de agricultores nos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (Setaf)		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	689.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	430.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		45.000 un

Programa	Desenvolvimento Rural	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Velho Chico	43.000 un
	Chapada Diamantina	41.000 un
	Sisal	61.000 un
	Litoral Sul	21.000 un
	Baixo Sul	24.000 un
	Extremo Sul	14.000 un
	Médio Sudoeste da Bahia	5.000 un
	Vale do Jiquiricá	20.000 un
	Sertão do São Francisco	50.000 un
	Bacia do Rio Grande	18.000 un
	Bacia do Paramirim	16.000 un
	Sertão Produtivo	47.000 un
	Piemonte do Paraguaçu	20.000 un
	Bacia do Jacuípe	26.000 un
	Piemonte da Diamantina	14.000 un
	Semiárido Nordeste II	35.000 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	22.000 un
	Portal do Sertão	23.000 un
	Sudoeste Baiano	43.000 un
	Recôncavo	24.000 un
	Médio Rio de Contas	13.000 un
	Bacia do Rio Corrente	18.000 un
	Itaparica	8.000 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	24.000 un
	Metropolitano de Salvador	7.000 un
	Costa do Descobrimento	7.000 un
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Capacitar técnicos, agentes públicos, extensionistas, agricultores familiares, multiplicadores, conselheiros e outros parceiros em metodologias de ATER, políticas públicas, desenvolvimento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias e assuntos estratégicos para o desenvolvimento rural	SDR	
- Promover eventos e ações para fortalecimento da política territorial na zona rural, com participação social, contemplando mulheres, jovens, povos originários e povos e comunidades tradicionais	SDR	
- Apoiar tecnicamente a estruturação de assentamentos rurais e reforma agrária no estado, voltadas para a estratégia do desenvolvimento territorial	SDR	
- Realizar articulação interfederativa entre governo estadual e municípios (incluindo apoio ao Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar - Semaf) para fortalecimento da agricultura familiar	SDR	
- Articular a estruturação do sistema de governança	SDR	
- Assessorar estruturação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável	SDR	
- Ampliar a oferta de atendimento pelos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar - Setaf	SDR	
- Estruturar as unidades Setaf's para a melhoria da qualidade e ampliação do atendimento	SDR	



PROGRAMA

**DESENVOLVIMENTO
URBANO**



DESENVOLVIMENTO URBANO

O contínuo crescimento das áreas urbanas é um fenômeno mundial que vem se fortalecendo nas últimas décadas e trazendo para os governos novas questões a serem solucionadas. O processo de urbanização descolado de melhorias nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de acesso aos serviços urbanos resulta no agravamento das condições de vida, com a ampliação das vulnerabilidades físicas, sociais e ambientais. Além disso, do ponto de vista econômico e político, o país vivencia uma crise que repercute na capacidade de investimento dos governos e, ao mesmo tempo, em pressões para maiores intervenções, uma vez que a intensa expansão urbana não foi historicamente acompanhada, na mesma proporção, da provisão de bens de serviços universais.

A Bahia possui características que tornam tais questões ainda mais consideráveis, em especial suas extensas dimensões territoriais conformadas em 417 municípios, diversos em aspectos naturais, culturais, econômicos e sociais. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) concentra os investimentos em infraestrutura sendo parte representativa da população e dos empregos da Bahia. A RMS é a espacialidade com maior adensamento de fluxos intrarregionais, constituindo, sob tais aspectos, o que se pode chamar de região com predominância das atividades urbanas - indústria, comércio e de serviços - em escala de uma metrópole e de suas adjacências. As demais áreas urbanas da Bahia constituem-se como polos para onde convergem os fluxos de um conjunto de pequenas localidades.

A estrutura de mobilidade urbana dos centros na Bahia passou por grandes transformações, principalmente na região metropolitana de Salvador, com o acesso ao metrô e às grandes obras para desafogar o trânsito, como viadutos e novas vias. Muito ainda precisa ser feito, principalmente em relação às interligações com a periferia e com os outros centros da região. Para além, as cidades médias e pequenas merecem atenção especial no que dizem respeito à articulação regional e aos planos de mobilidade.

A regularização fundiária é de suma importância para a adequação urbana, principalmente nos médios e grandes centros urbanos baianos. A sociedade amplia a pressão por políticas mais eficazes para o enfrentamento de problemas antigos e novos que, no âmbito da política urbana *stricto sensu*, se referem, destacadamente, à habitação de qualidade e digna, promovendo uma melhor urbanização, ao saneamento adequado, tendo atenção especial às encostas, à minimização das vulnerabilidades urbanas, de modo a proporcionar melhorias na qualidade de vida da sociedade em geral.

Faz-se necessário discutir também o planejamento metropolitano. Um grande desafio é a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado à luz do Estatuto da Metrópole para a Região Metropolitana de Salvador. As questões ligadas aos resíduos sólidos urbanos e a adequada destinação são uma parte preocupante em relação ao saneamento básico e afligem grande parte dos municípios brasileiros. Na Bahia não é

diferente, mas pensar soluções que sejam integradas e que apoiem os municípios na resolução deste problema, articulando a governança desta e de outras questões urbanas é papel do Estado e o consorciamento deve ser estimulado.

A intensificação do processo de urbanização tende a ampliar os problemas urbanos, tais como o déficit habitacional, de emprego e de serviços públicos, mas também os problemas ambientais, como o de esgotamento, de saneamento e resíduos sólidos. Por isso, uma política urbana deve contemplar os aspectos ambientais. Nesse sentido, o conceito de cidades sustentáveis, que busca um melhor ordenamento do ambiente urbano primando pela qualidade de vida da população, ganha destaque. No âmbito da ideia de conformação de cidades sustentáveis, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, contribuem temas como a melhoria da mobilidade urbana, redução da poluição sonora e atmosférica, o descarte correto de resíduos sólidos, a eficiência energética, a economia de água, por meio do aumento da cobertura da drenagem de águas pluviais nas cidades e o seu uso, em substituição às águas tratadas e a captação de água de chuva nos domicílios, entre outros aspectos.

O papel do estado na integração desses diferentes processos depende, portanto, de interiorização da infraestrutura técnico-científica, aliado ao fortalecimento do poder público municipal (qualificação técnica de servidores e formação de lideranças que o Estado pode ajudar através principalmente de assistência técnica aos municípios) e captação de novos recursos e atração de investimentos produtivos para a sua efetividade. Compreendendo a realidade, é necessária a construção de políticas públicas urbano/metropolitanas em serviços e equipamentos que elevem a qualidade de vida dos seus habitantes, que atraiam investimentos para a geração de empregos e que possam elevar a fluidez dos fluxos sociais e econômicos da Bahia. Para tanto, é necessário considerar as especificidades de cada região, reforçando de forma integrada as capacidades locais para o fortalecimento da gestão urbano-regional.

Programa	Desenvolvimento Urbano				
Ementa	Promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir as vulnerabilidades dos cidadãos, fortalecendo o planejamento urbano, a rede de cidades e a integração das políticas públicas setoriais de habitação, mobilidade, manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, mediante o aumento do acesso à infraestrutura, aos equipamentos e aos serviços urbanos de qualidade.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Número de Conselhos Municipais das Cidades criados e ativos	Positiva	un	-	-	
- Proporção de municípios consorciados atendidos com soluções de resíduos sólidos	Positiva	%	-	-	
- Quantidade de municípios beneficiados com obras de infraestrutura urbana	Positiva	un	-	-	
- Tempo médio de deslocamento por quilômetro percorrido dos modais urbanos da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	Negativa	min/km	2019	2,92	
- Títulos de regularização fundiária emitidos para imóveis urbanos	Positiva	un	2019	18.774,00	
Recursos do Programa	R\$ 4.263.558.937				
Compromisso	Promover a integração das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos por meio de um sistema estruturante de mobilidade urbana				
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano				
Meta	Ampliar o Sistema Estruturante de Mobilidade Urbana				
	Órgão Responsável	SEDUR			
	Valor de Alcance	90,00 %			
	Referência	Ano	Valor		
		2019	52,00 %		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Estado		90,00 %		
Iniciativa			Órgão Responsável		
- Ampliar a operação do Sistema Metroviário			SEDUR		
- Implementar o veículo leve sob trilho/monotrilho			SEDUR		
- Realizar estudo de ampliação do Sistema Estruturante de Transporte das Regiões Metropolitanas e Aglomerados urbanos			SEDUR		
- Implantar corredores estruturantes			SEDUR		
- Elaborar a proposta da Lei da Política Estadual de Mobilidade			SEDUR		
- Elaborar planos e estudos regionais de mobilidade			SEDUR		
- Fortalecer assistência técnica para elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade			SEDUR		
- Gerenciar a operação do trem do subúrbio			SEDUR		
- Apoiar a articulação com os municípios, por demanda, a fim de viabilizar a realização das políticas públicas de mobilidade urbana			SERIN		
- Fiscalizar os sistemas sobre trilhos			SEDUR		
Compromisso	Promover a adequação e o acesso à moradia digna, assim como a habitação de interesse social				
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano				

Programa	Desenvolvimento Urbano		
Meta	Entregar títulos de regularização fundiária		
	Órgão Responsável	SEDUR	
	Valor de Alcance	18.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2016	7.640 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	18.000 un		
Meta	Executar obras de habitação de interesse social e urbanização integrada no estado		
	Órgão Responsável	SEDUR	
	Valor de Alcance	15 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	15 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Realizar obras de habitação de interesse social e urbanização integrada no estado		SEDUR	
- Executar projetos sociais em empreendimentos de habitação de interesse social entregues pelo Estado		SEDUR	
- Realizar regularização fundiária em áreas do Estado		SEDUR	
- Articular a situação fundiária de territórios tradicionais de povos de terreiro considerando sua auto declaração		SEPROMI	
- Prestar assistência técnica aos municípios na área de habitação de interesse social e regularização fundiária		SEDUR	
- Elaborar planos regionais de atendimento às necessidades habitacionais		SEDUR	
Compromisso	Consolidar a governança estratégica com foco em consórcios intermunicipais multifinalitários e na rede de cidades		
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano		
Meta	Implementar os instrumentos da Política Estadual de Resíduos Sólidos		
	Órgão Responsável	SEDUR	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	2 un		
Meta	Promover a integração das políticas setoriais e territoriais de desenvolvimento urbano		
	Órgão Responsável	SEDUR	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
	2019	0 un	

Programa	Desenvolvimento Urbano		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	2 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Elaborar planos e estudos para o desenvolvimento urbano regional e territorial integrado e sustentável		SEDUR	
- Elaborar a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano		SEDUR	
- Prestar assistência técnica na área de gestão territorial		SEDUR	
- Prestar assistência técnica aos municípios para a criação dos conselhos municipais de desenvolvimento urbano		SEDUR	
- Elaborar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos		SEDUR	
- Elaborar estudos e projetos na área de resíduos sólidos		SEDUR	
- Prestar assistência técnica aos consórcios intermunicipais na elaboração de estudos e planos na área de resíduos sólidos		SEDUR	
- Articular as áreas de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais com as áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário integrando a atividade de saneamento básico no Estado		SIHS	
- Elaborar Estudos e Projetos na área de macrodrenagem urbana		SEDUR	
- Estruturar o Sistema Estadual de Informações de Planejamento e Gestão Territorial		SEDUR	
- Estruturar o Sistema Estadual de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos		SEDUR	
- Disponibilizar instrumentos e informações voltados à gestão participativa e ao aperfeiçoamento técnico-operacional para o planejamento e desenvolvimento urbano		SEDUR	
- Assegurar o funcionamento do Conselho Estadual das Cidades da Bahia		SEDUR	
- Apoiar a articulação dos municípios, por demanda, a fim de contribuir com a governança estratégica dos consórcios e redes de cidades		SERIN	
Compromisso	Promover a melhoria da infraestrutura e equipamentos urbanos		
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano		
Meta	Ampliar oferta de equipamentos públicos adequados para promover a melhoria da qualidade de vida		
	Órgão Responsável	SEDUR	
	Valor de Alcance	14 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	62 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	14 un	
Meta	Ampliar a infraestrutura urbana para promoção da melhoria da qualidade de vida		
	Órgão Responsável	SEDUR	
	Valor de Alcance	226 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	138 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	226 un	

Programa	Desenvolvimento Urbano		
Meta	Executar intervenções nos centros históricos e conjuntos tombados em suas dimensões urbano, ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico		
	Órgão Responsável	SEDUR	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Metropolitano de Salvador		2 un	
Meta	Entregar infraestrutura esportiva e de lazer		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	20 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		20 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Construir equipamentos públicos		SEDUR	
- Requalificar equipamentos públicos		SEDUR	
- Elaborar projetos de urbanização e infraestrutura		SEDUR	
- Executar intervenção de infraestrutura viária		SEDUR	
- Executar intervenções de contenção de encostas em áreas de risco		SEDUR	
- Executar intervenções de macrodrenagem e águas pluviais		SEDUR	
- Executar obras na área de resíduos sólidos		SEDUR	
- Disponibilizar equipamentos na área de resíduos sólidos		SEDUR	
- Apoiar tecnicamente na preservação do patrimônio cultural os planos e projetos de desenvolvimento urbanos		SECULT	
- Requalificar os centros históricos e conjuntos tombados		SEDUR	
- Apoiar tecnicamente, em segurança contra incêndio e pânico, os planos e projetos de desenvolvimento urbanos		SSP	
- Desenvolver ações de infraestrutura de esporte e lazer		SETRE	
- Criar centros de formação e aperfeiçoamento esportivo		SETRE	
- Assegurar o funcionamento dos equipamentos esportivos e lazer do Estado		SETRE	
- Prestar suporte técnico para fiscalização de obras no Estado da Bahia		SEDUR	
- Elaborar projetos de arquitetura, engenharia e prospecção para melhorias das edificações		SEDUR	
- Articular a realização de obras de habitação de interesse social em perímetros tombados		SECULT	

PROGRAMA
EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO

A Bahia é reconhecida por suas diversidades territoriais, ambientais, culturais e sociais. São 27 Territórios de Identidade com população de 14,8 milhões de habitantes, sendo 80% de negros, com a presença reconhecida de três povos (indígenas, ciganos e povos de terreiro) e cinco comunidades tradicionais. A zona rural agrega 3,9 milhões de pessoas e o Semiárido ocupa 80% do território e 51% da população do estado. Apesar desta valiosa diversidade, os Territórios de Identidade são profundamente marcados por desigualdades estruturais, tais quais: a posição dos territórios na divisão espacial do trabalho, as condições de vida e a desigualdade da renda apropriada pelas suas populações. No caso do Semiárido observamos ainda condições socioeconômicas abaixo das médias baianas, algo revelado nos seus indicadores de educação, de saúde, de acesso à saneamento e de inclusão socioproductiva.

As causas das desigualdades na sociedade baiana são estruturais, complexas, multifacetadas e possuem interfaces que ultrapassam os muros das instituições educacionais e os limites da governabilidade estadual. No entanto, os espaços escolares e universitários possuem o papel fundamental para o enfrentamento dessas realidades. Como destaca Freire em “Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos” (2000), “a [...] educação sozinha não transforma a sociedade; sem ela tampouco a sociedade muda”.

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua, para o ano de 2018, demonstram que 12,7% da população baiana, com 15 anos ou mais, não sabiam ler ou escrever, percentual maior que a média nacional (7,0%) e menor que o total do Nordeste (14,5%). Ainda para a Bahia, o analfabetismo é mais alto entre negros e pardos com mais de 60 anos, resultado do menor tempo de escolaridade dessas pessoas, em média, de três anos.

Destaca-se o fato da população de 25 anos ou mais do estado possuir somente 7,9 anos de estudos frente ao tempo mínimo necessário de 12 anos para a conclusão da Educação Básica. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 44,6% dos indivíduos estavam em distorção idade-série não tinham chegado ao Ensino Médio ou haviam abandonado a escola. Enquanto isso, apenas 10% das pessoas com mais de 25 anos concluíram o Ensino Superior.

É neste cenário que a educação, em consonância com a comunicação de interesse público - que valoriza temáticas identitárias e de produções culturais e expressões artísticas -, deve ser abordada enquanto políticas públicas, sobretudo, quando se tem como público principal estudantes cujas famílias são acometidas por vulnerabilidades sociais e precarização de suas cidadanias.

Na Bahia, nos 12 últimos anos, foram realizados esforços para superar as questões que impactam estruturalmente o processo educacional. Foram ações governamentais que buscaram atingir a universalização do acesso e a melhoria da qualidade, como exemplificam as políticas de interiorização, de aumento na oferta de vagas,

de expansão da Educação Profissional e das escolas em tempo integral, Ensino por intermediação tecnológica, produção de conhecimento científico, valorização da cultura de qualificação da docência e de ampliação do quadro de docentes, seja na Educação Básica, seja no Ensino Superior.

No âmbito da comunicação de interesse público, houve o fortalecimento do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) por meio da produção de conteúdos educacionais e esportivos, divulgação de conteúdos que reforçam os direitos, a história, a cultura e as realidades da população afrodescendente, combatendo o racismo de forma estratégica, reposicionando a imagem da população negra por meio da representatividade de seus apresentadores e da produção de conteúdo.

Como resultado dos esforços empreendidos, é possível observar que o percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta estabelecimento de ensino foi de 99,2% em 2018, enquanto que para população de quatro a cinco anos foi de 95,1%. Some-se a isso o atendimento educacional de populações do campo, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, considerando suas especificidades. Insta informar que a rede estadual conta com 104 espaços educacionais indígenas (26 unidades escolares e 78 anexos) e 112 unidades escolares do campo e seus 595 anexos, destas 26 são escolas quilombolas, 21 escolas de assentamento de reforma agrária.

Além disso, a Bahia consolidou-se como a segunda maior rede estadual de Educação Profissional e Tecnológica articulada ao nível médio, viabilizando a inserção dos jovens ao mundo do trabalho. Ao tratar do Ensino Superior, as quatro universidades estaduais (UEBAs) destacam-se no indicador de qualidade que avalia os cursos, o Índice Geral dos Cursos (IGC), sendo “4” (2017) a faixa em que foram classificadas, onde a máxima é a “5”.

A política educacional baiana vem sendo pautada nos princípios democráticos da colaboração federativa, da avaliação e da regulação. Para tanto, conta com a participação dos entes federados, das três esferas de poder (legislativa, executiva e judiciária) e marcada pelo fortalecimento da participação social. Como resultado desse intenso processo, em articulação com o Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), foi instituído o Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia (PEE/2016-2026). Tais instrumentos possuem diretrizes e estratégias que buscam erradicar o analfabetismo; superar as desigualdades educacionais; universalizar o acesso ao atendimento e garantir a aprendizagem com qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades; a valorização dos trabalhadores em educação; a gestão democrática e participativa.

O Programa de Educação do PPA 2020-2023 busca dialogar com as metas e estratégias do Plano Estadual de Educação 2016-2026 de competência da Administração Estadual, dos compromissos consignados no Plano de Governo Participativo 2019-2022, bem como dos Objetivos Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035.

Desse modo, o programa traz no seu escopo questões relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes, considerando suas especificidades; qualidade da oferta educacional; educação profissional; Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA); formação, desenvolvimento e valorização dos trabalhadores em educação; a comunicação pública; fortalecimento da cooperação técnica com os entes federados; o planejamento e a gestão participativa e democrática.

Por fim, é pertinente que a política educacional baiana promova a melhoria e qualidade da educação em prol da emancipação dos sujeitos, para que estes assumam o protagonismo das transformações individuais e coletivas. Para tanto, devem ser permanentes a democratização do acesso, o princípio da equidade para a permanência e a práxis pedagógica em torno da educação contextualizada a partir de inovações curriculares, do acesso a novas tecnologias, da produção do conhecimento tecnológico e científico, da comunicação pública, do (re)conhecimento identitário e da produção cultural que atendam as especificidades territoriais.

Programa	Educação				
Ementa	Promover a educação pública de qualidade, acessível, inovadora e participativa, contextualizada, emancipatória e integral, apropriando o conhecimento e articulada ao mundo do trabalho, contemplando o esporte e as diversidades culturais, socioambientais e a inclusão racial, de gênero, geracional e de pessoas com deficiência, bem como a formação e valorização dos profissionais de educação e aprimorando a gestão democrática.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Conceito da graduação nas universidades estaduais	Positiva	pontos	2017	2,60	
- Conceito da pós-graduação nas universidades estaduais	Positiva	pontos	2017	3,11	
- Nota média em Língua Portuguesa dos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Positiva	pontos	2017	242,33	
- Nota média em Língua Portuguesa dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Positiva	pontos	2017	239,06	
- Nota média em Matemática dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Positiva	pontos	2017	236,45	
- Nota média em Matemática dos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Positiva	pontos	2017	243,15	
- Proporção de estudantes negros matriculados nas universidades estaduais que ingressaram por meio de reserva de cunho étnico	Positiva	%	2017	14,30	
- Proporção de trabalhadores em educação da rede estadual de ensino afastados para tratamento de saúde	Negativa	%	-	-	
- Taxa de abandono dos estudantes do ensino médio na rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	9,90	
- Taxa de abandono escolar nas unidades ofertantes de educação profissional integrado e concomitante na rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	6,90	
- Taxa de aprovação no ensino fundamental anos finais da rede estadual de ensino	Positiva	%	2018	72,20	
- Taxa de aprovação no ensino médio da rede estadual de ensino	Positiva	%	2018	72,10	
- Taxa de distorção idade-série no ensino médio da rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	47,80	
- Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	48,30	
- Taxa de reprovação escolar nas unidades ofertantes de educação e educação profissional integrado e concomitante na rede estadual de ensino profissional	Negativa	%	2018	18,40	
Recursos do Programa	R\$ 23.088.383.000				
Compromisso	Promover o acesso e a permanência dos estudantes no sistema público e estadual de ensino, considerando as especificidades da educação contextualizada e inclusiva				
Órgão Responsável	Secretaria da Educação				

Programa	Educação		
Meta	Ampliar unidades escolares com internet de qualidade		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	14,60 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Ampliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede estadual de ensino		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	1.300 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	5.816 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		5 un
	Velho Chico		5 un
	Chapada Diamantina		5 un
	Sisal		5 un
	Litoral Sul		195 un
	Baixo Sul		5 un
	Extremo Sul		5 un
	Médio Sudoeste da Bahia		5 un
	Vale do Jiquiricá		5 un
	Sertão do São Francisco		5 un
	Bacia do Rio Grande		8 un
	Bacia do Paramirim		5 un
	Sertão Produtivo		12 un
	Piemonte do Paraguaçu		5 un
	Bacia do Jacuípe		5 un
	Piemonte da Diamantina		5 un
	Semiárido Nordeste II		5 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		5 un
	Portal do Sertão		165 un
	Sudoeste Baiano		75 un
	Recôncavo		47 un
	Médio Rio de Contas		26 un
	Bacia do Rio Corrente		10 un
	Itaparica		5 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		5 un
	Metropolitano de Salvador		667 un
	Costa do Descobrimento		10 un

Programa	Educação		
Meta	Ampliar o atendimento educacional da rede estadual de ensino		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	85,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	80,80 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		85,00 %
Meta	Ampliar a oferta de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC)		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	1.778 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	19.222 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		89 un
	Velho Chico		59 un
	Chapada Diamantina		79 un
	Sisal		61 un
	Litoral Sul		62 un
	Baixo Sul		60 un
	Extremo Sul		94 un
	Médio Sudoeste da Bahia		61 un
	Vale do Jiquiricá		60 un
	Sertão do São Francisco		60 un
	Bacia do Rio Grande		91 un
	Bacia do Paramirim		60 un
	Sertão Produtivo		61 un
	Piemonte do Paraguaçu		65 un
	Bacia do Jacuípe		65 un
	Piemonte da Diamantina		61 un
	Semiárido Nordeste II		60 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		61 un
	Portal do Sertão		61 un
	Sudoeste Baiano		61 un
	Médio Rio de Contas		88 un
	Bacia do Rio Corrente		65 un
	Itaparica		77 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		57 un
	Metropolitano de Salvador		93 un
	Costa do Descobrimento		67 un

Programa	Educação		
Meta	Atender estudantes das universidades estaduais através do Programa de Assistência Estudantil - Mais Futuro		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	40.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	10.480 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		72.000 un
Meta	Atender os estudantes mediante a política de acesso ao ensino superior		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	66.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	14.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		66.000 un
Meta	Proporcionar a participação dos estudantes nos Jogos Escolares da Rede Pública (JERP)		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	400.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	90.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		400.000 un
Meta	Ampliar o número de Escolas Culturais na rede pública de ensino médio e profissional		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	85 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	85 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3 un
	Velho Chico		3 un
	Chapada Diamantina		3 un
	Sisal		3 un
	Litoral Sul		3 un
	Baixo Sul		3 un
	Extremo Sul		3 un
	Médio Sudoeste da Bahia		3 un
	Vale do Jiquiricá		3 un
	Sertão do São Francisco		3 un
	Bacia do Rio Grande		3 un

Programa	Educação	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Bacia do Paramirim	3 un
	Sertão Produtivo	3 un
	Piemonte do Paraguaçu	3 un
	Bacia do Jacuípe	3 un
	Piemonte da Diamantina	3 un
	Semiárido Nordeste II	3 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	3 un
	Portal do Sertão	3 un
	Sudoeste Baiano	3 un
	Recôncavo	3 un
	Médio Rio de Contas	3 un
	Bacia do Rio Corrente	3 un
	Itaparica	3 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	3 un
	Metropolitano de Salvador	7 un
	Costa do Descobrimento	3 un
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Instalar banda larga com distribuição interna nas unidades escolares	SEC	
- Adaptar as unidades escolares com acessibilidade	SEC	
- Dispor soluções tecnológicas que propiciem a educação especial e inclusiva	SEC	
- Ofertar educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais e adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos	SEC	
- Articular atendimento educacional especializado hospitalar e domiciliar	SEC	
- Articular parcerias intersetoriais com vistas a assegurar políticas públicas integradas aos estudantes com deficiência	SEC	
- Realizar busca ativa de crianças e jovens fora do sistema educacional e de adultos e idosos com percurso escolar interrompido	SEC	
- Promover campanha contra o trabalho infantil	SEC	
- Implementar ações de proteção ao estudante contra formas de exclusão por preconceito ou qualquer tipo de discriminação	SEC	
- Promover a construção, ampliação, recuperação e gestão da infraestrutura física da rede estadual de ensino, atendendo a educação contextualizada em suas diversas modalidades	SEC	
- Apoiar a logística do funcionamento das unidades escolares estaduais	SEC	
- Promover o atendimento educacional através de unidades escolares da rede estadual com educação em tempo integral	SEC	
- Implementar projetos estratégicos relacionados a oferta das diversas linguagens educacionais, envolvendo arte, cultura, ciência, esporte e tecnologia	SEC	
- Promover ações de educação ambiental, notadamente em projetos de educação contextualizada ao semiárido	SEC	
- Promover ações de arte, cultura, ciência, esporte e tecnologia em parceria com instituições públicas e privadas	SEC	
- Implantar projeto pedagógico em linguagem computacional em contraturno	SEC	
- Adaptar a estrutura das unidades escolares estaduais para o atendimento da educação em tempo integral	SEC	
- Promover ações voltadas para o desenvolvimento da cultura da paz nas unidades escolares	SSP	
- Realizar atividades educacionais de esporte e lazer	SETRE	

Programa	Educação
- Implantar espaços de estudo e pesquisa em unidades escolares estaduais, incluindo adequação de biblioteca e laboratório de informática	SEC
- Implementar ações que promovam o estímulo a leitura	SEC
- Implantar quadras cobertas nas unidades da rede estadual de ensino	SEC
- Ofertar serviço de transporte escolar aos estudantes nos municípios, em especial os residentes da zona rural, indígenas, quilombolas dentre outros povos e comunidades tradicionais	SEC
- Ofertar alimentação escolar saudável e contextualizada aos estudantes da rede pública, inclusive nas escolas em tempo integral	SEC
- Realizar ações de educação alimentar e nutricional nas unidades escolares	SEC
- Ofertar vagas no ensino médio com intermediação tecnológica	SEC
- Assegurar as políticas de ações afirmativas de assistência estudantil universitária	SEC
- Articular secretarias que atuem nas dimensões de gênero, raça/etnia, juventude e deficiência para formação, inclusão e estudos de impacto do programa no público beneficiário	CASA CIVIL
- Realizar cursos preparatórios para o acesso de estudantes ao ensino superior	SEC
- Articular secretarias que atuem nas dimensões de esporte e lazer visando potencializar o impacto social dos jogos escolares	CASA CIVIL
- Realizar as etapas zonal e estadual dos jogos escolares, incluindo paradesporto, articulando com as etapas nacional e internacional	SEC
- Promover formação artístico-cultural e implantação de novas unidades do projeto Escolas Culturais nos Territórios de Identidade	SECULT
- Promover a integração das atividades das Escolas Culturais com o processo pedagógico	SEC
- Articular secretarias que atuem nas dimensões de esporte, cultura, saúde e lazer visando potencializar o impacto social dos jogos escolares	CASA CIVIL
- Promover ações de fomento da educação especial e inclusiva	SEC
- Assegurar o funcionamento regular dos Colégios da Polícia Militar da Bahia sob a gestão da Secretaria de Segurança Pública	SSP
- Ofertar vagas em educação básica para pessoas privadas de liberdade	SEC
- Disponibilizar infraestrutura física e logística para assistência em atividades de educação básica nas unidades prisionais	SEAP

Compromisso	Melhorar a qualidade da oferta educacional da educação básica		
Órgão Responsável	Secretaria da Educação		
Meta	Ampliar número de unidades escolares da rede estadual de ensino com processos pedagógicos monitorados em todas as etapas e modalidades da educação básica		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	66,00 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	100,00 %	

Programa	Educação		
Meta	Implantar nas unidades escolares os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do currículo referencial do Estado da Bahia, considerando as especificidades da educação contextualizada e as modalidades da oferta da educação básica		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		100,00 %	
Meta	Avaliar estudantes da rede pública, por meio do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE)		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		100,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP)		SEC	
- Realizar o acompanhamento da equipe de gestão da unidade escolar de ensino		SEC	
- Acompanhar a inclusão dos projetos estratégicos nos Projetos Político Pedagógicos (PPP) das unidades escolares da rede estadual de ensino na perspectiva de diálogo com o currículo e da educação contextualizada		SEC	
- Realizar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e a permanência dos filhos dos beneficiários dos programas de transferência de renda		SEC	
- Realizar o acompanhamento e o monitoramento da temática étnico/racial nos projetos pedagógicos		SEC	
- Prestar assistência técnico-financeira nas unidades de educação familiar agrícola e casas familiares rurais		SEC	
- Integrar as avaliações sistêmicas da educação básica ao funcionamento das unidades escolares da rede estadual de ensino		SEC	
- Apoiar o desenvolvimento escolar dos estudantes da rede estadual de ensino		SEC	
- Implementar ações de monitoria nas unidades da rede estadual com oferta de ensino fundamental e médio		SEC	
- Qualificar a progressão parcial dos estudantes da rede estadual de ensino		SEC	
- Instituir relatório de gestão da aprendizagem para o ensino fundamental e médio		SEC	
- Promover ações de incentivo a participação dos estudantes nas olimpíadas estudantis em diversas áreas do conhecimento		SEC	
- Promover ações de indução da melhoria da proficiência dos estudantes da rede estadual de ensino		SEC	
- Apoiar tecnicamente as unidades da rede estadual de ensino para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP)		SEC	
- Implementar em espaços educativos do campo, a política de educação básica no campo		SEC	
- Implementar nas unidades escolares da rede estadual de ensino a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades		SEC	
- Realizar o atendimento educacional dos povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais de acordo com suas especificidades		SEC	

Programa	Educação		
- Promover ações pedagógicas que estimulem a participação das mulheres nas ciências exatas	SPM		
- Aplicar tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras	SEC		
- Implementar ações correlatas ao Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE)	SEC		
- Gerir as informações decorrentes da avaliação da aprendizagem dos estudantes	SEC		
- Integrar os resultados das avaliações do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE) às atividades de acompanhamento e intervenções pedagógicas das unidades escolares da rede estadual de ensino	SEC		
- Realizar jornadas pedagógicas nas unidades escolares da rede estadual de ensino	SEC		
- Utilizar os resultados das avaliações do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE) como insumo para o planejamento pedagógico das unidades escolares da rede estadual de ensino	SEC		
- Promover o levantamento de dados e informações para diagnóstico da educação na Bahia	SEC		
- Realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência das pessoas privadas de liberdade em educação básica	SEC		
Compromisso	Fortalecer a educação profissional e tecnológica na rede estadual de ensino		
Órgão Responsável	Secretaria da Educação		
Meta	Ampliar número municípios com oferta de educação profissional e tecnológica		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	37,20 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Ampliar a produção de tecnologias sociais nas unidades da rede estadual de ensino ofertantes de educação profissional		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	732 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	78 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		15 un
	Velho Chico		15 un
	Chapada Diamantina		18 un
	Sisal		36 un
	Litoral Sul		42 un
	Baixo Sul		27 un
	Extremo Sul		12 un
	Médio Sudoeste da Bahia		15 un
	Vale do Jiquiricá		12 un
	Sertão do São Francisco		33 un
	Bacia do Rio Grande		12 un

Programa	Educação		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Bacia do Paramirim		6 un
	Sertão Produtivo		18 un
	Piemonte do Paraguaçu		21 un
	Bacia do Jacuípe		24 un
	Piemonte da Diamantina		9 un
	Semiárido Nordeste II		30 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		24 un
	Portal do Sertão		54 un
	Sudoeste Baiano		39 un
	Recôncavo		36 un
	Médio Rio de Contas		18 un
	Bacia do Rio Corrente		9 un
	Itaparica		15 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		12 un
	Metropolitano de Salvador		168 un
	Costa do Descobrimento		12 un
Meta	Ampliar unidades escolares da educação profissional com monitoramento do processo pedagógico		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	244 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	81 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		5 un
	Velho Chico		5 un
	Chapada Diamantina		6 un
	Sisal		12 un
	Litoral Sul		14 un
	Baixo Sul		9 un
	Extremo Sul		4 un
	Médio Sudoeste da Bahia		5 un
	Vale do Jiquiricá		4 un
	Sertão do São Francisco		11 un
	Bacia do Rio Grande		4 un
	Bacia do Paramirim		2 un
	Sertão Produtivo		6 un
	Piemonte do Paraguaçu		7 un
	Bacia do Jacuípe		8 un
	Piemonte da Diamantina		3 un
	Semiárido Nordeste II		10 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		8 un

Programa	Educação		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Portal do Sertão		18 un
	Sudoeste Baiano		13 un
	Recôncavo		12 un
	Médio Rio de Contas		6 un
	Bacia do Rio Corrente		3 un
	Itaparica		5 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		4 un
	Metropolitano de Salvador		56 un
	Costa do Descobrimento		4 un
Meta	Ampliar o número de Fábricas Escolas nos territórios de identidade		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	12 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	3 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Chapada Diamantina		1 un
	Litoral Sul		2 un
	Baixo Sul		2 un
	Médio Sudoeste da Bahia		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
Metropolitano de Salvador		2 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Ofertar cursos de educação profissional e tecnológica considerando as especificidades dos territórios de identidade de forma a atender as demandas do mundo do trabalho		SEC	
- Ofertar vagas de educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, considerando as especificidades das populações do campo e da cidade, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, apenados e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas		SEC	
- Ofertar vagas de educação profissional regular ou circunstancial para trabalhadores de baixa escolaridade, populações do campo, de povos e comunidades tradicionais e vulneráveis visando a inclusão socioprodutiva		SEC	
- Ofertar vagas de educação profissional integrada e subsequente ao ensino médio		SEC	
- Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental		SEC	
- Mapear a demanda e oferta de pessoal técnico de nível médio considerando as necessidades do desenvolvimento do Estado, particularmente do semiárido e áreas de extrema pobreza		SEC	
- Implantar centros estaduais de educação profissional nos territórios de identidade		SEC	
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para a expansão das vagas de educação profissional e tecnológica		SEC	
- Ofertar cursos de educação profissional destinados a formação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério		SEC	

Programa	Educação
- Promover a adaptação e ampliação de unidades escolares da educação profissional	SEC
- Articular as secretarias responsáveis por projetos estratégicos e ações de desenvolvimento econômico e social para o levantamento de demanda de pessoas qualificadas	CASA CIVIL
- Produzir tecnologias sociais disseminadas em eventos de intervenção social	SEC
- Implementar projetos de estágio civil nos centros e nas unidades ofertantes de educação profissional	SEC
- Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, tecnologias e intervenção social, com foco nos arranjos produtivos locais	SEC
- Implementar atividades curriculares de empreendedorismo nos cursos de educação profissional do eixo tecnológico de gestão e negócios	SEC
- Capacitar os docentes que atuam nos componentes curriculares voltados para o desenvolvimento das tecnologias sociais	SEC
- Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares para a prática pedagógica da formação técnica específica	SEC
- Monitorar a qualidade das ofertas dos cursos da educação profissional	SEC
- Acompanhar processos de ensino-aprendizagem e avaliação da qualidade na educação profissional da rede estadual	SEC
- Articular secretarias que atuem nas dimensões de gênero, raça/etnia, juventude e deficiência para formação, inclusão e estudos de impacto do programa no público beneficiário	CASA CIVIL
- Identificar as demandas de acordo com a vocação dos territórios de identidade e arranjos produtivos locais	SEC
- Implantar as escolas fábricas de acordo com a vocação dos territórios de identidade e arranjos produtivos locais	SEC
- Aquelehar unidades da educação profissional	SEC

Compromisso	Promover a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica		
Órgão Responsável	Secretaria da Educação		
Meta	Ampliar o número de matrículas de educação de jovens e adultos (EJA) na rede estadual de ensino		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	20.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	130.769 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		260 un
	Velho Chico		270 un
	Chapada Diamantina		300 un
	Sisal		570 un
	Litoral Sul		1.080 un
	Baixo Sul		505 un
	Extremo Sul		435 un
	Médio Sudoeste da Bahia		295 un
	Vale do Jiquiricá		550 un
	Sertão do São Francisco		570 un
	Bacia do Rio Grande		280 un
	Bacia do Paramirim		70 un

Programa	Educação	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Sertão Produtivo	370 un
	Piemonte do Paraguaçu	345 un
	Bacia do Jacuípe	335 un
	Piemonte da Diamantina	195 un
	Semiárido Nordeste II	315 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	865 un
	Portal do Sertão	2.160 un
	Sudoeste Baiano	550 un
	Recôncavo	630 un
	Médio Rio de Contas	450 un
	Bacia do Rio Corrente	100 un
	Itaparica	130 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	255 un
	Metropolitano de Salvador	7.850 un
	Costa do Descobrimento	265 un
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Realizar ações de regularização de fluxo escolar	SEC	
- Ofertar vagas de educação de jovens e adultos na educação básica	SEC	
- Ressignificar a oferta do ensino noturno inovador a partir de proposta pedagógica específica	SEC	
- Promover o atendimento educacional para os privados de liberdade nas unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo	SEC	
- Realizar ações correlatas às comissões permanentes de avaliação	SEC	
- Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação dos alfabetizadores	SEC	
- Realizar ações de fomento a continuidade da escolarização dos sujeitos após a alfabetização inicial	SEC	
- Realizar ações complementares de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas de transporte, alimentação e saúde	SEC	
- Promover ações de prevenção de evasão e a busca ativa de estudantes trabalhadores	SEC	
- Promover articulações intersetoriais para a expansão da escolaridade da população baiana, considerando os segmentos populacionais específicos	SEC	
Compromisso	Fortalecer as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais, em especial, voltadas para o desenvolvimento local e territorial	
Órgão Responsável	Secretaria da Educação	
Meta	Ampliar a proporção de doutores do corpo docente em efetivo exercício nas universidades estaduais	
	Órgão Responsável	SEC
	Valor de Alcance	52,70 %
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	47,30 %	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	40,90 %
	Velho Chico	38,50 %

Programa	Educação	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Chapada Diamantina	32,60 %
	Sisal	35,40 %
	Litoral Sul	75,00 %
	Baixo Sul	29,80 %
	Extremo Sul	40,80 %
	Médio Sudoeste da Bahia	70,00 %
	Sertão do São Francisco	40,20 %
	Bacia do Rio Grande	39,80 %
	Sertão Produtivo	40,80 %
	Piemonte do Paraguaçu	36,90 %
	Piemonte da Diamantina	40,10 %
	Semiárido Nordeste II	37,00 %
	Litoral Norte e Agreste Baiano	39,80 %
	Portal do Sertão	65,00 %
	Sudoeste Baiano	65,00 %
	Recôncavo	41,80 %
	Médio Rio de Contas	55,90 %
	Itaparica	40,00 %
	Piemonte Norte do Itapicuru	40,70 %
	Metropolitano de Salvador	41,20 %
	Costa do Descobrimento	35,40 %
Meta	Desenvolver ações de extensão universitária de modo orientado para as áreas de grande pertinência social	
	Órgão Responsável	SEC
	Valor de Alcance	7.735 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	2.353 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	296 un
	Velho Chico	156 un
	Chapada Diamantina	120 un
	Sisal	314 un
	Litoral Sul	290 un
	Baixo Sul	152 un
	Extremo Sul	239 un
	Médio Sudoeste da Bahia	98 un
	Sertão do São Francisco	301 un
	Bacia do Rio Grande	242 un
	Sertão Produtivo	631 un
	Piemonte do Paraguaçu	202 un
	Piemonte da Diamantina	308 un

Programa	Educação	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Semiárido Nordeste II	40 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	301 un
	Portal do Sertão	640 un
	Sudoeste Baiano	726 un
	Recôncavo	151 un
	Médio Rio de Contas	354 un
	Itaparica	222 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	324 un
	Metropolitano de Salvador	1.484 un
	Costa do Descobrimento	144 un
Meta	Desenvolver projetos de pesquisa e inovação tecnológica	
	Órgão Responsável	SEC
	Valor de Alcance	13.980 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	3.197 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	200 un
	Velho Chico	36 un
	Chapada Diamantina	88 un
	Sisal	384 un
	Litoral Sul	297 un
	Baixo Sul	96 un
	Extremo Sul	412 un
	Médio Sudoeste da Bahia	852 un
	Sertão do São Francisco	536 un
	Bacia do Rio Grande	240 un
	Sertão Produtivo	640 un
	Piemonte do Paraguaçu	60 un
	Piemonte da Diamantina	244 un
	Semiárido Nordeste II	56 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	440 un
	Portal do Sertão	2.520 un
	Sudoeste Baiano	2.210 un
	Recôncavo	256 un
	Médio Rio de Contas	1.509 un
	Itaparica	368 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	228 un
	Metropolitano de Salvador	2.200 un
	Costa do Descobrimento	108 un

Programa	Educação		
Meta	Ofertar turmas do ensino superior de educação a distância (EAD)		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	391 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	308 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		391 un
Meta	Ofertar cursos da pós graduação lato sensu e strictu sensu presencial		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	335 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	294 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3 un
	Velho Chico		1 un
	Chapada Diamantina		1 un
	Sisal		2 un
	Litoral Sul		50 un
	Baixo Sul		1 un
	Extremo Sul		2 un
	Médio Sudoeste da Bahia		30 un
	Sertão do São Francisco		3 un
	Bacia do Rio Grande		2 un
	Sertão Produtivo		3 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Piemonte da Diamantina		2 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		4 un
	Portal do Sertão		31 un
	Sudoeste Baiano		116 un
	Recôncavo		2 un
	Médio Rio de Contas		57 un
	Itaparica		2 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
	Metropolitano de Salvador		18 un
	Costa do Descobrimento		2 un

Programa	Educação		
Meta	Ampliar o número de pessoas da comunidade acadêmica em atividades de internacionalização		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	4.792 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.025 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		40 un
	Velho Chico		20 un
	Chapada Diamantina		36 un
	Sisal		30 un
	Litoral Sul		2.000 un
	Baixo Sul		20 un
	Extremo Sul		40 un
	Médio Sudoeste da Bahia		50 un
	Sertão do São Francisco		50 un
	Bacia do Rio Grande		40 un
	Sertão Produtivo		45 un
	Piemonte do Paraguaçu		20 un
	Piemonte da Diamantina		40 un
	Semiárido Nordeste II		20 un
Meta	Ampliar o número de solicitações de registros de patentes e de propriedade intelectual		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	575 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	162 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Sul		135 un
	Médio Sudoeste da Bahia		4 un
	Portal do Sertão		400 un
	Sudoeste Baiano		2 un
	Médio Rio de Contas		4 un

Programa	Educação		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Metropolitano de Salvador	30 un	
Meta	Ampliar a velocidade da banda larga para o ensino e pesquisa		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	120,00 % (base 100)	
	Referência	Ano	Valor
		2019	100,00 % (base 100)
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	120,00 % (base 100)		
Meta	Atender estudantes com ações afirmativas		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	60.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	10.248 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	60.000 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Fomentar a qualificação do corpo docente em nível de doutorado		SEC	
- Ofertar cursos de qualificação e capacitação aos profissionais de educação do ensino superior		SEC	
- Desenvolver ações de extensão universitária		SEC	
- Atender usuários com serviços de saúde		SEC	
- Ofertar bolsas de extensão universitária		SEC	
- Promover intercâmbio de experiências pedagógicas e de gestão na educação básica		SEC	
- Desenvolver projetos de pesquisa, inovação e tecnologia		SEC	
- Publicar artigos científicos		SEC	
- Publicar títulos pela editora universitária		SEC	
- Ofertar acervo digital de referências bibliográficas assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência		SEC	
- Ofertar bolsas de pesquisa		SEC	
- Implantar a Rede Baiana de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação Básica		SEC	
- Articular o desenvolvimento de pesquisa sobre a educação básica da Bahia		SEC	
- Implementar observatório da juventude na educação		SEC	
- Ofertar ações de assistência estudantil		SEC	
- Ofertar novos cursos e novas turmas de educação a distância (EAD)		SEC	
- Ofertar novos cursos de pós-graduação		SEC	
- Estimular a participação de mulheres, populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas nos programas de mestrado e doutorado, inclusive nas áreas de ciências exatas		SEC	
- Promover a realização de atividades de internacionalização		SEC	
- Fomentar a cultura da inovação		SEC	
- Estruturar medidas de estímulo à inovação científica e tecnológica e de proteção jurídica nas universidades estaduais		SEC	
- Promover ações de cooperação entre a universidade e empresas de modo a		SEC	

Programa	Educação		
incrementar a inovação e a produção e registro de patentes			
- Apoiar tecnicamente projetos de cooperação com empresas e entidades públicas e privadas		SEC	
- Articular junto a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) parcerias para ampliar a capacidade da rede		SECTI	
- Articular o desenvolvimento de atividades de extensão junto a educação básica		SEC	
- Implantar o Fórum Permanente da Educação Básica e da Educação Superior		SEC	
- Desenvolver projetos voltados para ações no ensino superior		SEC	
- Conceder bolsas de pesquisa e extensão para alunos cotistas		SEC	
- Ofertar vagas para candidatos cotistas no processo seletivo vestibular		SEC	
Compromisso	Promover a formação, o desenvolvimento e valorização dos trabalhadores em educação e as condições de trabalho adequadas		
Órgão Responsável	Secretaria da Educação		
Meta	Ofertar para profissionais da educação da rede estadual de ensino formação continuada		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	35.198 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2.695 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		833 un
	Velho Chico		584 un
	Chapada Diamantina		745 un
	Sisal		502 un
	Litoral Sul		256 un
	Baixo Sul		2.133 un
	Extremo Sul		452 un
	Médio Sudoeste da Bahia		568 un
	Vale do Jiquiricá		10.651 un
	Sertão do São Francisco		1.012 un
	Bacia do Rio Grande		1.258 un
	Bacia do Paramirim		711 un
	Sertão Produtivo		433 un
	Piemonte do Paraguaçu		805 un
	Bacia do Jacuípe		725 un
	Piemonte da Diamantina		401 un
	Semiárido Nordeste II		1.233 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		784 un
	Portal do Sertão		2.656 un
	Sudoeste Baiano		618 un
	Recôncavo		1.605 un
	Médio Rio de Contas		1.040 un
Bacia do Rio Corrente		930 un	

Programa	Educação		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Itaparica		1.473 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1.352 un
	Metropolitano de Salvador		548 un
	Costa do Descobrimento		890 un
Meta	Ofertar cursos de formação modular de educação a distância (EAD) da rede pública estadual		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	60 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	10 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		60 un	
Meta	Atender professores da rede estadual de educação em residências de aprendizagem criativa		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	200 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		6 un
	Velho Chico		6 un
	Chapada Diamantina		6 un
	Sisal		6 un
	Litoral Sul		8 un
	Baixo Sul		6 un
	Extremo Sul		6 un
	Médio Sudoeste da Bahia		6 un
	Vale do Jiquiricá		6 un
	Sertão do São Francisco		6 un
	Bacia do Rio Grande		6 un
	Bacia do Paramirim		6 un
	Sertão Produtivo		6 un
	Piemonte do Paraguaçu		6 un
	Bacia do Jacuípe		6 un
	Piemonte da Diamantina		6 un
	Semiárido Nordeste II		6 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		6 un
	Portal do Sertão		15 un
	Sudoeste Baiano		9 un
	Recôncavo		6 un
	Médio Rio de Contas		6 un

Programa	Educação		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Bacia do Rio Corrente		6 un
	Itaparica		6 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		6 un
	Metropolitano de Salvador		30 un
	Costa do Descobrimento		6 un
Meta	Atender profissionais de educação da rede estadual com ações biopsicossociais		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	30.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	7.200 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		30.000 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Realizar formação continuada contextualizada nas temáticas de igualdade racial, gênero, povos originários, do campo e comunidades tradicionais, educação de jovens e adultos, educação prisional, educação inclusiva e robótica para os profissionais em todas as etapas e modalidades da educação básica		SEC	
- Incluir, na formação dos professores, a temática da cultura de paz		SSP	
- Promover formação com noções básicas de primeiros socorros aos professores e funcionários das unidades estaduais da rede de ensino		SSP	
- Implantar o acompanhamento dos profissionais iniciantes da educação básica		SEC	
- Realizar cursos modulares de Educação a Distância (EAD) da rede pública estadual		SEC	
- Adequar a estrutura tecnológica para ofertar a Educação a Distância (EAD)		SEC	
- Criar rede de espaços de aprendizagem criativa		SEC	
- Desenvolver projetos nos espaços de aprendizagem criativa		SEC	
- Promover o atendimento biopsicossocial aos profissionais da educação		SEC	
- Promover formação inicial para os profissionais das redes públicas de ensino da educação básica no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB)		SEC	
Compromisso	Fortalecer a comunicação pública de interesse da sociedade		
Órgão Responsável	Secretaria da Educação		
Meta	Ofertar a programação de TV com conteúdo local em multiplataformas		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	21,30 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	18,14 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		21,30 %	

Programa	Educação		
Meta	Ampliar à população disponibilidade de sinal por meio de rede de rádios públicas		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	88,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		100,00 %	
Meta	Disponibilizar o sinal digital da TVE por meio de equipamentos de transmissão		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		100,00 %	
Meta	Divulgar a TVE , a Educadora FM e seus conteúdos com campanhas de publicidade nos multimeios		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	24 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		24 un	
Meta	Ofertar conteúdos educacionais multimídia em meios radiofônicos, televisivos e digitais		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	14.310 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	7.155 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		14.310 un	
Meta	Difundir boas práticas pedagógicas aplicadas nas unidades estaduais de ensino		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	270 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		270 un	
Iniciativa			Órgão Responsável
- Implementar a infraestrutura para produção e distribuição audiovisual			SEC

Programa	Educação		
- Licenciar conteúdos para veiculação	SEC		
- Veicular conteúdos das diversas temáticas das políticas públicas estaduais	SEC		
- Estabelecer parcerias com universidades públicas para implantar as emissoras de rádio no interior	SEC		
- Ofertar sinal por meio de novo transmissor digital	SEC		
- Implantar o sinal digital nas cidades com outorga	SEC		
- Realizar campanhas de publicidade das emissoras públicas	SEC		
- Produzir programas de rádio, TV e obras multimídia para a plataforma Anísio Teixeira	SEC		
- Disponibilizar mídias e tecnologias educacionais na plataforma Anísio Teixeira	SEC		
- Implementar o acompanhamento, monitoramento e avaliação das boas práticas desenvolvidas nos núcleos territoriais de educação e unidades escolares	SEC		
- Multiplicar na rede estadual de ensino as experiências pedagógicas exitosas, inovadoras e criativas dos núcleos territoriais de educação e unidades escolares	SEC		
- Organizar conteúdo pedagógico para veiculação pública	SEC		
- Produzir conteúdo próprio	SEC		
Compromisso	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e Municípios no âmbito da educação		
Órgão Responsável	Secretaria da Educação		
Meta	Ampliar municípios com assessoramento técnico-pedagógico, fortalecendo o regime de colaboração		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	99,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Ampliar o número de polos estaduais da Universidade Aberta do Brasil (UAB)		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	79 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	22 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3 un
	Velho Chico		2 un
	Chapada Diamantina		3 un
	Sisal		3 un
	Litoral Sul		3 un
	Baixo Sul		3 un
	Extremo Sul		3 un
	Médio Sudoeste da Bahia		3 un
	Vale do Jiquiricá		2 un
	Sertão do São Francisco		3 un
	Bacia do Rio Grande		3 un

Programa	Educação		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Bacia do Paramirim		3 un
	Sertão Produtivo		3 un
	Piemonte do Paraguaçu		3 un
	Bacia do Jacuípe		3 un
	Piemonte da Diamantina		3 un
	Semiárido Nordeste II		3 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		3 un
	Portal do Sertão		3 un
	Sudoeste Baiano		3 un
	Recôncavo		3 un
	Médio Rio de Contas		3 un
	Bacia do Rio Corrente		3 un
	Itaparica		3 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		3 un
	Metropolitano de Salvador		3 un
	Costa do Descobrimento		3 un
	Iniciativa		
- Realizar a formação nos municípios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e ensino fundamental			SEC
- Apoiar as redes municipais de ensino por meio de assessoramento técnico-pedagógico, fortalecendo o regime de colaboração, inclusive na alfabetização de crianças na idade adequada			SEC
- Realizar formação continuada para coordenadores pedagógicos das redes municipais (6º ao 9º ano do ensino fundamental), em regime de colaboração			SEC
- Implantar o Sistema da Universidade Aberta da Bahia (UAB)			SEC
- Articular a educação superior e educação básica nos preceitos do regime de colaboração, com vistas a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem			SEC
- Apoiar técnica e financeiramente ao funcionamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB)			SEC
Compromisso	Promover o planejamento e a gestão estratégica da educação, consolidadas em bases democráticas e participativas		
Órgão Responsável	Secretaria da Educação		
Meta	Implementar a gestão escolar planejada e estratégica nos Núcleos Territoriais de Educação (NTE)		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %

Programa	Educação		
Meta	Ampliar o número de colegiados e instâncias com gestão democrática nas unidades escolares		
	Órgão Responsável	SEC	
	Valor de Alcance	80,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	23,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		80,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Implantar modelo de gestão estratégica e participativa nos Núcleos Territoriais de Educação (NTE)		SEC	
- Capacitar os gestores escolares dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE) e unidades escolares		SEC	
- Realizar o acompanhamento e o monitoramento dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE) e unidades escolares		SEC	
- Assegurar o funcionamento dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE)		SEC	
- Promover a gestão participativa fortalecendo os colegiados escolares, a participação da família e da comunidade nas unidades escolares		SEC	
- Fomentar a formação e o desenvolvimento das atividades dos grêmios estudantis		SEC	
- Promover a participação efetiva de líderes de classe nas unidades escolares da rede estadual de ensino		SEC	
- Promover a participação efetiva de líderes de classe na gestão das unidades escolares da rede estadual de ensino		SEC	
- Realizar o monitoramento e a avaliação dos compromissos consignados nas políticas, programas e projetos educacionais		SEC	
- Implementar novo Sistema Integrado de Gestão Educacional		SEC	
- Criar um sistema único de gestão e monitoramento de informações da educação superior		SEC	
- Assegurar o funcionamento regular das unidades escolares e prédios administrativos da educação básica sob a gestão da Secretaria Estadual da Educação		SEC	
- Assegurar o funcionamento do Conselho Estadual de Educação		SEC	
- Assegurar a realização de serviços finalísticos na rede estadual de educação básica		SEC	
- Assegurar a realização de serviços finalísticos na rede estadual de educação superior		SEC	
- Assegurar o funcionamento dos cursos de graduação		SEC	
- Realizar ações de obras de infraestrutura e aparelhamento em apoio à educação superior		SEC	



PROGRAMA

IGUALDADE RACIAL



IGUALDADE RACIAL

A Bahia é majoritariamente negra. Tal situação, percebida cotidianamente, é comprovada pelas estatísticas: 80% dos baianos se reconhece como preto ou pardo. Embora apresente tamanha densidade, essa população, em um amálgama que radicaliza a formação social brasileira, sofre discriminação. De modo semelhante, os sujeitos pertencentes a povos e comunidades tradicionais possuem sua vida marcada por essa diferenciação injusta. Em tantas outras faces, a discriminação se dá diante das questões de gênero, orientação sexual, religião, classe social, condição física e de idade, em relação interseccional que se reforça mutuamente.

De modo explícito ou subliminar, a discriminação se baseia na pressuposição de que a raça e/ou cor da pele – racismo –, o modo de vida ou de organização social de determinados grupos sociais trazem em si características a serem desprezadas apenas por distinguirem-se dos padrões hegemônicos. Partindo dessa matriz relacional, mulheres e homens negros e pertencentes aos povos e às comunidades tradicionais encontram robustas dificuldades de acesso a bens e serviços e limitações diversas a oportunidades e gozo de direitos.

Não por acaso, portanto, a pobreza atinge de maneira mais incisiva a população negra. Em 2017, conforme dados do IBGE (2018), na Bahia, em situação de pobreza, havia 167 mil pessoas brancas e 1.223 milhão negras. No mesmo ano, 234 mil brancos eram extremamente pobres, enquanto os negros extremamente pobre somavam 1.331 milhão.

Em se tratando da inserção da população negra e dos povos e comunidades tradicionais no mundo do trabalho, tem-se a preocupante questão da qualificação da mão de obra, pela perspectiva da demanda, e a perpetuação de estereótipos de ocupação, pelo lado da oferta. A distinção racial, ademais, se expressa no perfil das ocupações. Pesquisas do IBGE (2018) revelam que, em 2017, pretos ou pardos inserem-se majoritariamente na agropecuária (60,8%), construção civil (63,0%) e serviços domésticos (65,9%), atividades com menores rendimentos médios. As pessoas brancas, por seu turno, prevalecem nos setores de educação, saúde e serviços sociais (51,7%). Enfim, no quesito renda, ainda em 2017, os brancos ganhavam, em média, 72,5% a mais do que pretos ou pardos. Além disso, recebiam um rendimento-hora superior à população e tinham o rendimento domiciliar per capita médio sempre superior ao das pessoas pretas ou pardas.

Para além da questão da renda, o racismo transmite intergeracionalmente padrões intersubjetivos explícitos também pelos elevados níveis de letalidade violenta da população negra. Estudos indicam que, em 2016, no Brasil, a taxa de homicídios de negros (42 mortes/100 mil habitantes) superava em duas vezes e meia à de não negros a taxa de homicídios de negros (16 mortes/100 mil habitantes). Analisando tendências, verifica-se que, em 2006-2016, essa taxa cresceu em 23% entre os negros e reduziu em 7% entre os não negros. Um lamentável destaque: a taxa de homicídio das mulheres negras foi 71% superior à das não negras.

Nesses termos, somadas às questões estruturais reprodutoras da pobreza, a discriminação em geral e o racismo em particular retroalimentam a condição econômica historicamente desfavorável para a população negra, bem como para os povos e comunidades tradicionais. E, se a condição socioeconômica é um fator que contribui para a vitimização dessa população, não é a única. A cor da pele aumenta a probabilidade de se sofrer violências: o racismo mata.

Para o sério enfrentamento dessas questões, é central a discussão da vertente institucional do racismo. Isso porque, parte de organizações do Estado, ao invés de proteger e garantir direitos desses sujeitos como lhe compete, reforça estigmas e pratica atos que repercutem em dificuldade de acesso a direitos constitucionais e em agressão simbólica ou material.

Sobre os Povos e Comunidades Tradicionais, especificamente, salienta-se sua expressividade no estado. Conforme o projeto Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GeografAR), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2018, 373 comunidades de fundo fecho de pasto foram certificadas pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) e identificaram-se 320 comunidades negras rurais quilombolas. Porém, a importância desse reconhecimento não deve obstaculizar a necessidade de afirmar a historicidade do seu saber, algo expresso em práticas cotidianas e modos de vida que reproduzem uma sociabilidade fundada em parâmetros diversos daqueles que formam a sociedade capitalista. Sendo assim, portam ensinamentos que significam estratégias de resistência e de identidade essenciais para um processo civilizatório virtuoso que carecem ser reconhecidos, respeitados e valorizados.

Esses elementos subsidiam a instituição da Política de Promoção da Igualdade Racial, formalizada, na Bahia, com a criação Sepromi. Nesse âmbito, um instrumento que estrutura e guia as ações do Estado, intersetoriais por excelência, é o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, destinado a garantir a população negra a efetivação de oportunidades, defesa de direitos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e demais formas de intolerância racial e religiosa. Esse documento é um marco legal que oportuniza intensificar a efetivação dos princípios desse estatuto, além de impulsionar a transversalidade do recorte racial nas diversas políticas públicas. Nesta esteira, foi criado o Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sisepir), 2014, decisivo para buscar de soluções para esses problemas e suas consequências, bem como para promover o acesso à terra, desenvolvimento socioeconômico sustentável, e garantir direitos, entre outros. No mesmo ano, firmou-se a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Mulheres com vistas construir políticas garantidoras de condições para a inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos liderados por negros e mulheres no mercado.

É importante destacar a adesão da Bahia à Década Internacional do Afrodescendente, proclamada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), e demarcada pela instituição da Década Estadual de Afrodescendentes, em 2015, e pela elaboração em seguida do Plano Estadual da Década de Afrodescendentes, subsidio para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) de 2016-2019. Em 2018, no intuito de avançar nesse processo, realizou-se a Semana da Igualdade Racial com a participação de representantes do Poder Público e Sociedade Civil, integrantes do Sisepir. A sistematização dos debates desse evento resultou num relatório, documento que pauta o PPA 2020-2023.

As especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais são tratadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), datada de 2007, uma conquista da mobilização deste segmento. Em 2009, na Bahia, ocorreu o Seminário Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, momento no qual se formou a Comissão Estadual para Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) e se criou um ambiente para o pactuações do Governo com essas sociedades. Esse movimento repercutiu no Decreto Estadual nº 13.247/2011, que dispõe sobre a CESPCT, e em debates que resultaram na Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia (PEDSPCT), com Decreto Estadual nº 15.634/2014.

Programa	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais				
Ementa	"Promover a igualdade racial e o enfrentamento ao racismo, em suas várias dimensões, e suas consequências, desenvolvendo políticas, programas, projetos e ações transversais e intersetoriais que tenham por finalidade o desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável da população negra, com ênfase nas mulheres, na juventude, nos LGBTQI+, e dos Povos e Comunidades Tradicionais, especificamente, garantindo sua permanência nos Territórios Tradicionais, compreendidos em suas múltiplas dimensões, com foco no respeito à sua autodeterminação, assegurando infraestrutura condizente as suas necessidades, acesso aos recursos naturais, fomento a inclusão social, empreendedorismo, associativismo, tecnologia e inovação, bem como fortalecendo as políticas que contribuam com o reconhecimento e a salvaguarda do seu Patrimônio Material e Imaterial.				
Indicador		Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
				Ano	Valor
- Nível de satisfação do usuário do Centro de Referência Nelson Mandela		Positiva	%	-	-
- Proporção de municípios com incidência de conflito envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)		Negativa	%	-	-
- Proporção de municípios que recebem ações de apoio institucional, de proteção e promoção de bens culturais de povos e comunidades tradicionais e de fortalecimento da política de promoção da igualdade racial		Positiva	%	2019	31,00
- Proporção de municípios representados no Fórum de Gestores de Promoção da Igualdade Racial - FEGPIR que executam Projetos com foco na igualdade racial		Positiva	%	2019	45,00
- Proporção de Servidores Públicos Estaduais capacitados em racismo institucional		Positiva	%	-	-
Recursos do Programa	R\$ 63.307.937				
Compromisso	Consolidar a governança estratégica da Política de Igualdade Racial e combate à Intolerância religiosa e da Política de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais				
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial				
Meta	Fortalecer o Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial				
	Órgão Responsável	SEPROMI			
	Valor de Alcance	60 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2019	15 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		60 un			
Iniciativa				Órgão Responsável	
- Ampliar o Fórum de Gestores de Promoção da Igualdade Racial				SEPROMI	
- Efetivar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, conforme Art. XII, inc.VI, do Decreto 15.670				SEPROMI	
- Realizar a Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial				SEPROMI	
- Estimular a realização das Conferências Municipais e Territoriais de Promoção da Igualdade Racial				SEPROMI	
- Ampliar a municipalização e territorialização da Política de Promoção da Igualdade Racial				SEPROMI	
- Fortalecer ações da Comissão Estadual para Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais e da Câmara Técnica de Patrimônio Material e Imaterial dos				SEPROMI	

Programa	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais		
Povos e Comunidades Tradicionais			
- Realizar reuniões ordinárias do Grupo Intersetorial para Quilombos		SEPROMI	
- Realizar reuniões ordinárias da Comissão Gestora da Política de Empreendedorismo de Negros e Mulheres		SEPROMI	
- Apoiar, por meio de atendimento, a organizações e representações que promovam projetos de promoção da igualdade racial e desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais		SEPROMI	
Compromisso	Promover o enfrentamento aos racismos e à intolerância religiosa		
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial		
Meta	Realizar campanhas de combate ao racismo e à intolerância religiosa		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		4 un
Meta	Fortalecer ações de atendimento aos casos de racismo e intolerância religiosa		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		4 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Disseminar uma cultura de respeito à diversidade		SEPROMI	
- Potencializar as ações da Unidade Itinerante nos Municípios e Territórios de Identidade		SEPROMI	
- Articular com integrantes da rede de combate ao racismo e intolerância religiosa a resolubilidade dos casos		SEPROMI	
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação dos encaminhamentos dos casos de racismo e intolerância religiosa		SEPROMI	
- Aperfeiçoar a realização de busca ativa virtual de situações de racismo e intolerância religiosa		SEPROMI	
- Formar mediadores de conflito religioso		SEPROMI	
Compromisso	Promover a regularização fundiária, o acesso e permanência das comunidades negras rurais e urbanas e dos Povos e Comunidades Tradicionais aos Territórios Tradicionais inclusive os originários		
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial		

Programa	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais		
Meta	Ampliar o reconhecimento da autodeclaração dos Povos e Comunidades Tradicionais		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	12,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	804 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	12,00 %		
Meta	Realizar ações para assegurar visibilidade e permanência dos Povos e Comunidades Tradicionais aos territórios		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	200,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	53 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	200,00 %		
Meta	Acompanhar Comunidades Tradicionais em situação de conflito		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	80 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100,00 %		
Meta	Realizar consulta prévia em projetos que afetem territórios de Povos e Comunidades Tradicionais		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100,00 %		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Reconhecer a autodeclaração das comunidades de fundo e fecho de pasto		SEPROMI	
- Realizar cadastro de Povos e Comunidades Tradicionais a partir da autodeclaração, considerando os segmentos reconhecidos pelo decreto 15.634/2014		SEPROMI	
- Apresentar dados geográficos e qualitativos de Povos e Comunidades Tradicionais		SEPROMI	
- Realizar apoio institucional aos povos e comunidades tradicionais em situação de conflito		SEPROMI	
- Estabelecer consultas prévias para o desenvolvimento de obras e projetos de infraestrutura hídrica que afetem territórios tradicionais, em articulação com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial		SIHS	
- Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais atingidos por projetos que afetem seus territórios		SEPROMI	

Programa	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais		
Compromisso	Promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável para população negra e Povos e Comunidades tradicionais		
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial		
Meta	Apoiar técnica ou financeiramente ações e projetos que valorizem saberes e fazeres e o desenvolvimento sustentável para população negra e povos e comunidades tradicionais		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	200,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	58 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	200,00 %		
Meta	Capacitar a população negra e os Povos e Comunidades Tradicionais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável		
	Órgão Responsável	SEPROMI	
	Valor de Alcance	50,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	782 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	50,00 %		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Apoiar tecnicamente eventos públicos dos Povos e Comunidades Tradicionais		SEPROMI	
- Fomentar projetos para o desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e da população negra		SEPROMI	
- Realizar encontros territoriais de formação identidade e territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Seminário Estadual		SEPROMI	
- Realizar capacitações e fortalecimento institucional e comunitário de Empreendedores(as) Negros e Negras e Povos e Comunidades Tradicionais		SEPROMI	
- Articular, junto a SEPROMI, soluções hídricas e sanitárias para territórios tradicionais e comunidades negras		SIHS	

PROGRAMA

**INCLUSÃO
SOCIOPRODUTIVA
E MUNDO DO
TRABALHO**



INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E MUNDO DO TRABALHO

Nos últimos 15 anos o Brasil e a Bahia vivenciaram diversas transformações socioeconômicas. O Brasil, após registrar entre 2004 e 2013 significativas taxas de crescimento econômico, passa a partir de 2014 vivenciar uma inflexão econômica dramática, com forte recuo do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 e 2016, seguido de pífio crescimento em 2017 e 2018. Na Bahia, após o PIB registrar forte contração em 2015 e 2016 (reduções de 3,4% e 6,2% respectivamente), a recuperação posterior não foi suficiente para a recomposição, já que em 2017 cresceu modestos 0,4%, e em 2018 apenas 1,1%. No âmbito do mundo do trabalho baiano as consequências não tardaram. Após apresentar uma redução líquida de 149,1 mil postos de trabalho formais, entre 2015 e 2016, no biênio seguinte (2017-2018) o saldo líquido entre contratações e demissões foi de apenas 28.721 postos de trabalho.

Como efeito dominó dessa trajetória, deve-se salientar a involução de outros indicadores econômicos e sociais importantíssimos, a exemplo do crescimento da subocupação e do desalento como efeitos complementares ao crescimento do desemprego. No âmbito da dinâmica econômica, o não crescimento tem como reflexo o aumento da informalidade e, como desdobramento, a tendência à precarização das condições e relações de trabalho.

A deterioração provocada pela crise econômica nacional e internacional afetou as condições de vida da população baiana, com os indicadores sociais apontando o avanço da pobreza. Após cair de 23%, em 2002, para 8,1% em 2015, a parcela da população em situação de pobreza tornou a crescer, chegando em 2017 a atingir 8,6% da população total. O índice de Gini aplicado para a Bahia e calculado considerando o rendimento domiciliar per capita, sua evolução recente remete a um processo de reconcentração de renda, já que em 2001 era de 0,591, reduziu-se a 0,51 em 2015, no entanto, entre 2015 e 2017 elevou-se a 0,599.

Outro aspecto crítico à formulação das políticas de inclusão diz respeito à questão das condições de trabalho a que o trabalhador está ou será submetido. Dada a profunda contração do período recessivo, somada às modificações na legislação trabalhista, conforma-se um quadro bastante adverso para a uma ampla oferta de posto e trabalho e cresce a responsabilidade do estado sobre as políticas que observem as condições de trabalho insalubres ou extremas, se não “análogas ao trabalho escravo” que tendem a crescer nestes períodos.

Tal preocupação tem lastro no crescimento do número de trabalhadores informais e por conta própria que, em âmbito federal, ultrapassou pela primeira vez o número daqueles com carteira assinada, em 2017. Esse fato, mesmo com o crescimento do emprego formal, se repetiu em 2018. Corroborando essa perspectiva, em âmbito nacional, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aponta que, entre o quarto trimestre de 2015 e o quarto trimestre de 2018, o número de subocupados cresceu 68%, saindo de 4,1 milhões para 6,9 milhões.

Frente a esse macro cenário espinhoso, o governo estadual tem como objetivo o desenvolvimento da economia popular e solidária e a promoção do empreendedorismo, que contam com valiosos trunfos para o enfrentamento dos desafios - a matriz ideológica, a expertise acumulada por técnicos e gestores, além da estrutura de ação já erigidas na continuidade de governos.

Como exemplos pode-se citar a rede de mais de uma centena de agências para intermediação de mão-de-obra, o SineBahia, em convênio com o governo federal; a base instalada para operação do Credi-Bahia, programa de microcrédito em parceria com prefeituras municipais; os Centros Públicos de Economia Popular e Solidária, a rede CESOL; o Programa Bahia Solidária e seus componentes; a plataforma Contrate.BA para intermediação de serviços de trabalhadores autônomos e por conta própria, entre outras possibilidades.

O estímulo ao empreendedorismo, ao associativismo e cooperativismo, além do apoio às soluções emanadas da economia popular e solidária, constituem-se ações importantes e fundamentais já que, em sua essência, são libertadoras - colocam o indivíduo e seus coletivos como protagonistas de sua própria existência, sujeitos de seu tempo e construtores de sua realidade.

Deve-se salientar que os esforços de governo nessa área trazem consigo preocupações que são condições imprescindíveis para o sucesso dos empreendimentos (a qualificação prévia assim como a prestação de assistência técnica após iniciadas as atividades) já que trazem por perspectiva a sustentabilidade dos mesmos. Nesse sentido, trilhamos um caminho que tem o claro propósito de promover um avanço na própria concepção empreendedora - a passagem do empreendedorismo de necessidade para o empreendedorismo de oportunidade.

No caso do empreendedorismo de necessidade, o sentido do esforço de mobilização de recursos é a busca por uma oportunidade de algum ganho monetário com vistas a satisfazer alguma necessidade premente e imediata do empreendedor, desde o pagamento de dívidas pessoais e familiares, até o acesso à própria alimentação daquele dia - visa sua reprodução. Neste caso, e como apontam pesquisas, o resultado mais provável é a rápida mortalidade dos empreendimentos, uma vez que são constituídos sem a devida viabilidade, e geridos sem as competências necessárias.

Já no caso do empreendedorismo de oportunidade, a motivação para a mobilização de recursos decorre da identificação prévia de uma real oportunidade de mercado, situação em que as quantidades procuradas de um bem ou serviço superam as quantidades ofertadas para esse mesmo bem/serviço, seguida de um estudo de viabilidade técnica do empreendimento. Neste caso, e como também indicam os estudos, aumentam as probabilidades de sucesso dos empreendimentos.

Isto posto, a política pública erigida para esta área deve transitar, necessariamente, entre os extremos, considerando tanto a realidade efetiva das condições de vida do cidadão, que muitas vezes está vivendo em situação de pobreza, quanto os requisitos de sustentabilidade do empreendimento.

Assim, mesmo diante do cenário altamente desfavorável é possível vislumbrar um rol de ações que resultem efetivas transformações na vida das pessoas, seja capacitando e intermediando para o trabalho, seja capacitando e promovendo a iniciativa própria, premissas que nortearam a construção deste programa - Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho.

Programa	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho			
Ementa	Promover a inclusão social e produtiva, em especial das populações em situação de vulnerabilidade social, historicamente excluídas, discriminadas e estigmatizadas, fomentando o cooperativismo, o associativismo, o empreendedorismo, o desenvolvimento de empreendimentos solidários de base popular, o trabalho autônomo, orientado pelos pilares do trabalho decente, mediante o fortalecimento de políticas de intermediação de mão de obra, de oportunização da primeira experiência profissional, qualificação de trabalhadoras(es) e microempreendedoras(es), disseminação de microcrédito, com assessoria técnica e financeira, articulando os macro investimentos do Estado, inovação e a tecnologia social, para a geração de trabalho, emprego e renda, valorizando os aspectos educacionais, de sujeitos e processos, estimulando ainda manifestações e práticas esportivas para promoção do esporte de participação e lazer, contribuindo para a integração na plenitude da vida social.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Índice da capacidade produtiva de beneficiários das ações de empreendimentos populares e solidários	Positiva	N/A	-	0,00
- Participação das colocações SINE-BA no total de admissões do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED)	Positiva	%	2018	5,00
- Proporção da população da Região Metropolitana de Salvador com frequência regular a equipamentos públicos de esporte e lazer	Positiva	%	-	0,00
- Remuneração líquida da renda per capita das famílias dos beneficiários do Programa Primeiro Emprego	Positiva	R\$	-	0,00
Recursos do Programa	R\$ 735.692.357			
Compromisso	Promover o empreendedorismo, o cooperativismo, o associativismo e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos populares e solidários, individuais ou coletivos, considerando as vocações territoriais para o fortalecimento de suas cadeias produtivas			
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte			
Meta	Atender a empreendimentos individuais ou coletivos da economia popular e solidária			
	Órgão Responsável	SETRE		
	Valor de Alcance	59.454 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2019	54.000 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Irecê		2.877 un	
	Velho Chico		1.493 un	
	Chapada Diamantina		1.403 un	
	Sisal		2.493 un	
	Litoral Sul		4.228 un	
	Baixo Sul		2.294 un	
	Extremo Sul		3.332 un	
	Médio Sudoeste da Bahia		1.781 un	
	Vale do Jiquiricá		3.489 un	
	Sertão do São Francisco		1.367 un	
	Bacia do Rio Grande		2.016 un	

Programa	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Bacia do Paramirim	656 un
	Sertão Produtivo	2.506 un
	Piemonte do Paraguaçu	1.667 un
	Bacia do Jacuípe	1.445 un
	Piemonte da Diamantina	728 un
	Semiárido Nordeste II	2.948 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.138 un
	Portal do Sertão	2.415 un
	Sudoeste Baiano	3.446 un
	Recôncavo	2.478 un
	Médio Rio de Contas	1.838 un
	Bacia do Rio Corrente	1.937 un
	Itaparica	1.489 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	1.808 un
	Metropolitano de Salvador	2.577 un
	Costa do Descobrimento	2.605 un
Meta	Apoiar técnica e financeiramente empreendimentos individuais ou coletivos da economia popular e solidária	
	Órgão Responsável	SETRE
	Valor de Alcance	35.145 un
	Referência	Ano
		2019
	Valor	
	31.950 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	1.703 un
	Velho Chico	884 un
	Chapada Diamantina	831 un
	Sisal	1.443 un
	Litoral Sul	2.500 un
	Baixo Sul	1.357 un
	Extremo Sul	1.973 un
	Médio Sudoeste da Bahia	1.055 un
	Vale do Jiquiricá	2.066 un
	Sertão do São Francisco	811 un
	Bacia do Rio Grande	1.192 un
	Bacia do Paramirim	386 un
	Sertão Produtivo	1.482 un
	Piemonte do Paraguaçu	987 un
	Bacia do Jacuípe	855 un
	Piemonte da Diamantina	430 un
	Semiárido Nordeste II	1.744 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	1.265 un

Programa	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Portal do Sertão		1.428 un
	Sudoeste Baiano		2.038 un
	Recôncavo		1.465 un
	Médio Rio de Contas		1.087 un
	Bacia do Rio Corrente		1.146 un
	Itaparica		881 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1.070 un
	Metropolitano de Salvador		1.525 un
	Costa do Descobrimento		1.541 un
	Meta	Qualificar empreendedores individuais e familiares dos setores populares, prioritariamente inscritos no CadÚnico	
Órgão Responsável		SJDHDS	
Valor de Alcance		4.650 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	0 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Sisal		465 un	
Sertão do São Francisco		465 un	
Portal do Sertão		465 un	
Metropolitano de Salvador		3.255 un	
Meta	Disponibilizar equipamentos a empreendedores individuais e familiares dos setores populares, prioritariamente inscritos no CadÚnico		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	2.800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sisal		280 un
	Sertão Produtivo		280 un
	Portal do Sertão		280 un
	Metropolitano de Salvador		1.960 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Prestar assistência técnica com transferência de tecnologia a empreendimentos coletivos nos Centros Públicos de Economia Solidária		SETRE	
- Apoiar técnica e/ou financeiramente empreendimentos de economia popular e solidária, rural e urbana, considerando as diversidades de gênero, raça, etnia e dos povos e comunidades tradicionais		SETRE	
- Apoiar técnica e/ou financeiramente empreendimentos voltados para coleta e processamento de resíduos sólidos		SETRE	
- Requalificar galpões multifuncionais		SDE	
- Permitir o uso de equipamentos por empreendedores individuais e familiares dos setores populares, prioritariamente inscritos no CadÚnico		SJDHDS	
- Capacitar empreendedores individuais e familiares dos setores populares,		SJDHDS	

Programa	Inclusão Socioproductiva e Mundo do Trabalho		
prioritariamente inscritos no CadÚnico			
- Apoiar ações de microcrédito do Estado com linha de financiamento		SEFAZ	
- Apoiar empreendimentos econômicos solidários com finanças solidárias		SETRE	
- Atender empreendimentos com assistência técnica e transferência de tecnologia nos Centros Públicos de Economia Solidária		SETRE	
- Atender empreendimentos de economia popular e solidária, rural e urbana, considerando as diversidades de gênero, raça, etnia e dos povos e comunidades tradicionais com apoio técnico e/ou financeiro		SETRE	
- Atender empreendimentos voltados para coleta e processamento de resíduos sólidos com apoio técnico e/ou financeiro		SETRE	
- Atender empreendimentos econômicos solidários com ações de finanças solidárias		SETRE	
- Atender empreendimentos econômicos solidários com ações de formação e/ou inovação tecnológica		SETRE	
- Apoiar técnica e financeiramente unidades de produção de bens minerais		SDE	
Compromisso	Promover a inserção no mundo do trabalho de estudantes e egressos da educação profissional técnica de nível médio pública estadual e da educação superior, com a garantia de direitos e relações de trabalho decentes, em especial das questões de raça, etnia, gênero e pessoas com deficiência		
Órgão Responsável	Secretaria da Administração		
Meta	Admitir estudantes para estágio da educação profissional técnica de nível médio da rede pública estadual		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	6.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1.472 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		6.000 un
Meta	Inserir nos órgãos públicos estaduais egressos de educação profissional técnica de nível médio da rede pública estadual		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	12.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	5.687 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		12.000 un
Meta	Admitir estudantes para estágio da educação superior no setor público, com base nos critérios de priorização de baixa renda e ter cursado escola pública		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	10.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	3.230 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10.000 un

Programa	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho		
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Intermediar estudantes da educação profissional técnica de nível médio da rede pública estadual para oportunidades de estágio e aprendizagem	SETRE		
- Realizar a gestão integrada da primeira experiência profissional na modalidade estágio articulando as secretarias integrantes do comitê gestor	CASA CIVIL		
- Articular a disponibilização de vagas para estágio e aprendizagem com os órgãos estaduais	CASA CIVIL		
- Articular a disponibilização de vagas para estágio e aprendizagem com as empresas privadas beneficiárias de incentivos do estado	SDE		
- Realizar a gestão integrada da primeira experiência profissional na modalidade ocupação formal articulando as secretarias integrantes do comitê gestor	CASA CIVIL		
- Articular com órgãos estaduais a disponibilização de vagas para a primeira experiência profissional de egressos da educação profissional de nível médio da rede pública estadual	CASA CIVIL		
- Articular secretarias que atuem nas dimensões de gênero, raça/etnia, juventude e deficiência para formação, prevenção e estudos de impacto	CASA CIVIL		
- Intermediar postos de trabalho para estudantes egressos da educação profissional técnica de nível médio da rede pública estadual	SETRE		
- Aperfeiçoar a atualização cadastral de estudantes e egressos	SETRE		
- Articular os processos de inserção de estagiários no âmbito do setor público com os demais programas de inserção de jovens no mundo do trabalho	CASA CIVIL		
- Promover a gestão e o monitoramento dos processos de inserção de egressos da educação técnica de nível médio da rede pública estadual	SAEB		
- Articular a disponibilização de vagas para a primeira experiência profissional com as empresas privadas beneficiárias de incentivos do Estado	SDE		
- Articular a disponibilização de vagas para a primeira experiência profissional com entidades participantes dos editais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Assessoramento Comunitário Rural (ACR)	SDR		
- Disponibilizar vagas para estágio em órgãos estaduais	SAEB		
- Disponibilizar informação atualizada de egressos e estudantes da educação profissional da rede pública estadual	SEC		
- Disponibilizar vagas de estagiários destinadas a reforço de aprendizagem nas unidades escolares estaduais	SEC		
- Disponibilizar vagas para estágio da educação profissional técnica de nível médio em órgãos estaduais	SAEB		
Compromisso	Promover a intermediação de mão-de-obra e a qualificação profissional de trabalhadoras(es), jovens, profissionais autônomos e micro e pequeno empreendedores		
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte		
Meta	Oferecer oportunidade de qualificação à pessoas em situação de vulnerabilidade social		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	16.656 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	3.470 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		16.656 un	

Programa	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho		
Meta	Inserir trabalhadores no mercado de trabalho formal, através do sistema público de emprego		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	130.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	119.511 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		130.000 un	
Meta	Intermediar serviços para trabalhadores autônomos		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	340.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	70.248 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		340.000 un	
Meta	Desenvolver ações de inclusão socioprodutiva para trabalhadores autônomos e empreendedores individuais		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	1.800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	300 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		1.800 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover a qualificação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social		SETRE	
- Promover a qualificação profissional de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e em situação de desemprego		SETRE	
- Realizar, por meio do sistema público de emprego, a intermediação do cidadão em situação de desemprego		SETRE	
- Orientar os trabalhadores para o mundo do trabalho		SETRE	
- Reestruturar a Rede SINE-Bahia		SETRE	
- Realizar ações itinerantes de atendimento ao trabalhador		SETRE	
- Disponibilizar documentação civil e trabalhista para os cidadãos		SETRE	
- Intermediar serviços de trabalhadores autônomos		SETRE	
- Articular ações de intermediação de serviços e/ou mão de obra para micro e pequenas empresas		SETRE	
- Promover a capacitação e o apoio técnico a empreendedores individuais e/ou trabalhadores autônomos		SETRE	
- Promover eventos de fomento a cultura empreendedora e/ou trabalhadores autônomos		SETRE	
- Realizar ações de qualificação para o público de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo e assexuados (LGBTQIA+)		SETRE	
- Realizar ações de intermediação para o público de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo e assexuados (LGBTQIA+)		SETRE	
- Garantir o funcionamento das unidades de serviço SineBahia		SETRE	

Programa	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho		
- Realizar, por meio do sistema público de emprego, o atendimento ao cidadão em situação de desemprego		SETRE	
Compromisso	Disseminar o Trabalho Decente como prevenção à precarização do trabalho e das relações e condições de trabalho		
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte		
Meta	Ampliar o número de participantes em ações de disseminação do trabalho decente		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	35.200 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	8.000 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	35.200 un		
Meta	Apoiar técnica e financeiramente a realização de projetos estudos e pesquisas associadas ao menos a um dos eixos da Agenda Bahia do Trabalho Decente		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	10 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	10 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Apoiar técnica e financeiramente projetos que envolvam os eixos da Agenda Bahia do Trabalho Decente		SETRE	
- Fortalecer o diálogo entre Estado e representações institucionais da sociedade		SETRE	
- Orientar os trabalhadores nas ações trabalhista e/ou previdenciárias		SETRE	
- Integrar ações para atendimento aos trabalhadores egressos de condições análogas ao trabalho escravo		SETRE	
- Treinar trabalhadores na área de relações de trabalho		SETRE	
- Produzir estudos e pesquisas sobre condições e relações de trabalho		SETRE	
- Disseminar o conceito do trabalho decente incentivando sua prática		SETRE	
Compromisso	Promover o desenvolvimento do artesanato baiano, fortalecendo sua identidade e autonomia, em especial comunidades tradicionais remanescente de quilombos e populações indígenas		
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte		
Meta	Ampliar o número de produtos artesanais disponibilizados para a comercialização por meio das ações governamentais		
	Órgão Responsável	SETRE	
	Valor de Alcance	48.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	40.000 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	48.000 un		

Programa		Inclusão Socioproductiva e Mundo do Trabalho	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Requalificar o Centro de Referência do Artesanato		SETRE	
- Certificar o produto artesanal		SETRE	
- Divulgar o artesanato baiano nos mercados interno e externo		SETRE	
- Qualificar o artesão e a produção artesanal promovendo a autonomia das populações vulneráveis		SETRE	
- Articular o apoio técnico e financeiro para a participação em eventos nacionais e/ou internacionais sobre artesanato		SETRE	
- Disseminar o marco legal sobre o artesanato		SETRE	
- Garantir o funcionamento das unidades de apoio ao artesanato baiano		SETRE	
Compromisso		Promover o esporte-participação, as práticas esportivas tradicionais e não tradicionais, tendo por referência os princípios de acessibilidade, sustentabilidade e inclusão social, considerando as vocações territoriais	
Órgão Responsável		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta		Atender pessoas com atividades de esporte e lazer	
		Órgão Responsável	SETRE
		Valor de Alcance	196.625 un
		Referência	Ano
			2019
		Valor	
		178.750 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		196.625 un
Meta		Realizar ações de fortalecimento ao sistema público de esporte e lazer	
		Órgão Responsável	SETRE
		Valor de Alcance	20 un
		Referência	Ano
			2018
		Valor	
		18 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		20 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Implementar núcleos de esporte, cultura, arte e lazer		SETRE	
- Realizar atividades de esporte de participação e lazer		SETRE	
- Capacitar agentes de esporte e lazer		SETRE	
- Capacitar gestores públicos de esporte e lazer		SETRE	
- Diagnosticar a realidade do esporte no estado		SETRE	
- Realizar fóruns e conferências		SETRE	
- Articular com as três esferas de governo e a sociedade civil a sistematização estadual e municipal de esporte e lazer		SETRE	

PROGRAMA

INFRAESTRUTURA



INFRAESTRUTURA

Nas últimas décadas, a partir da forte tendência de mundialização da produção e da circulação, as trocas inter-regionais nacionais e internacionais ganharam um forte impulso e exigem novas características de investimentos não somente em vias físicas de circulação, mas em um conjunto de equipamentos de logística e de serviços articulados espacialmente.

A construção de um moderno sistema logístico integrado deve contribuir para dinamizar regiões com potencial de crescimento, para atrair novos investimentos e para gerar mais oportunidades para empreendedores, facilitando o escoamento da produção dos grandes e pequenos produtores do estado, nos diversos subespaços do território baiano. A estruturação de um moderno sistema multimodal de transporte é fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico da Bahia e para a desconcentração produtiva.

Entretanto, a dotação de uma moderna e integrada infraestrutura logística precisa estar articulada com os modernos serviços e atividades do setor em torno de nós logísticos, estimulando o desenvolvimento de cidades do interior e de zonas portuárias e aeroportuárias. São indispensáveis também investimentos articulados espacialmente entre as áreas produtivas e seus elementos de circulação e de integração com outras regiões e que estejam associados ao bem-estar da população. Ganham importância as qualificações das vias, portos, aeroportos em áreas de produção agropecuária, minerais, zonas industriais e comerciais.

Em geral, as principais vias da Bahia operam no limite das suas capacidades. Observa-se elevado fluxo em determinados trechos, principalmente das BRs 101, 116 e 242, o que causa rápida deterioração das vias surgindo buracos. Portanto, faz-se necessário duplicar esses trechos para diminuir o excesso de peso e de atrito nas vias e ampliar a durabilidade asfáltica.

Quanto ao modal ferroviário, em que pese sua importância para fortalecer a integração regional da Bahia, a malha ferroviária é antiga e pouco densa, apresentando problemas de conservação em muitos trechos, problemas de invasão de faixa de domínio e problemas estruturais como baixo raio de curvatura e bitola estreita, o que restringe sua capacidade de carga e velocidade, além de apresentar problemas operacionais, como na passagem entre as cidades de Cachoeira e São Félix e alguns trechos subutilizados ou mesmo inutilizados.

Em geral, o sistema portuário baiano carece de ações de ampliação, de modernização e de dinamização. Do ponto de vista operacional, algumas instalações são muito envelhecidas e necessitam de modernização, o Porto de Aratu e o terminal da Gerdau-Usiba são alguns exemplos. Algumas instalações estão muito ociosas, como o Porto de Ilhéus e o Cais Comercial de Salvador, e carecem de ações que possam tornar esses equipamentos mais demandados.

No caso do modal aeroviário, esse necessita ser ampliado para interligar o interior do estado com outros estados do país. A Bahia conta com aeroportos em Ilhéus, Porto Seguro, Barreiras, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Guanambi e Lençóis. Em 2018, foi inaugurado o novo aeroporto de Vitória da Conquista, ampliando a rede de aeródromos baianos para 81.

Em relação à estrutura energética, a Bahia tem enorme potencial eólico, solar e de biomassa. Hoje, a fonte renovável com menor custo, podendo servir com carga base (*base load*), é a biomassa e a exemplo de capim elefante. Eólica em grande escala (centralizada) tem custos muito competitivos graças ao excelente recurso eólico do estado e vem puxando o crescimento da geração de energias renováveis na matriz energética. De fato, a potência outorgada da produção de energia eólica apresentou incremento de 28% de 2015 para 2016. O segmento eólico tende a crescer ainda mais, pois a Bahia, cobiçada por investidores internacionais por ter uma das melhores jazidas de vento do mundo, deverá liderar o setor no Brasil a partir de 2020. Com 149 usinas eólicas em operação e 45 novos parques em construção, o estado gerou em 2018 cerca de 12.000 GW/hora, o suficiente para atender a mais de 9 milhões de residências em um ano.

É importante destacar o fato da energia proveniente dos parques eólicos, apesar de já comercializada nos leilões, não ser totalmente escoada para o Sistema Interligado Nacional (SIN) por conta de deficiências nas linhas de transmissão. Outro grave problema é o não cumprimento da meta federal de universalização do acesso à energia elétrica que inclui domicílios baianos e depende das linhas de transmissão e subestações para obter êxito.

Há na Bahia um potencial técnico de 260GW para energia solar, segundo estimativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mas apesar do grande potencial, atualmente apenas duas usinas produzem energia solar na Bahia nos municípios de Salvador e Juazeiro. Outra linha estratégica a ser trabalhada nos próximos anos será desenvolver a geração distribuída que é a produção de energia elétrica conectada diretamente na distribuição.

Em termos de distribuição de gás, a Bahia conta com o Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene). O Gasene tem bases de distribuição em Itabuna, Mucuri, Eunápolis e Catu, sendo 954 quilômetros entre Cacimbas e Catu. Somente no Sul da Bahia, são 45 municípios beneficiados com a distribuição de gás natural, em um total de dois milhões de habitantes. Entretanto, a distribuição de gás natural ainda carece de expansão da rede, sobretudo para o interior do estado, uma vez que a rede de gasoduto da Bahiagás está espacialmente concentrada no litoral baiano.

A Bahia possui baixa Densidade de Serviços de Comunicação da Banda Larga Fixa – que mede a densidade de domicílios atendidos com banda larga fixa a cada 100 domicílios – com atendimento médio de 16,16 domicílios a cada 100, e em janeiro de 2017, essa densidade estava em 16,07 domicílios, o que mostra uma retração no ano de 2016 em domicílios atendidos. Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações, entre os estados brasileiros, a Bahia ocupa a 22ª posição no que diz respeito à densidade de banda larga fixa, com apenas 19,8% dos domicílios baianos atendidos. Esses números preocupam principalmente porque a baixa densidade na banda larga implica a perda de investimentos privados e limita a atração de novas empresas para o Estado da Bahia.

Programa	Infraestrutura			
Ementa	Promover a ampliação e modernização da infraestrutura da Bahia, a intermodalidade de transportes, a produção, transmissão e distribuição de energia, com destaque para a expansão das fontes renováveis, e a conectividade necessária aos novos desafios tecnológicos por meio da banda larga.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Participação percentual da capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis na capacidade instalada total de geração de energia elétrica do estado	Positiva	%	2019	90,88
- Percentual de domicílios rurais atendidos com energia elétrica	Positiva	%	2019	92,55
- Proporção da extensão de rodovias pavimentadas em boas condições de trafegabilidade	Positiva	%	2018	60,48
- Proporção de Aeródromos em boas condições de uso	Positiva	%	2018	84,31
- Proporção de localidades rurais com população igual ou maior a dois mil habitantes atendidas com o sinal de Serviço Móvel Pessoal (SMP)	Positiva	%	-	-
- Proporção de Terminais Hidroviários em boas condições de uso	Positiva	%	2018	41,66
- Variação percentual do consumo de energia elétrica da iluminação pública	Negativa	%	2019	0,00
Recursos do Programa	R\$ 3.464.269.937			
Compromisso	Promover a melhoria no sistema de transporte e logística do estado com foco na ampliação e integração modal			
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura			
Meta	Ampliar a malha rodoviária pavimentada			
	Órgão Responsável	SEINFRA		
	Valor de Alcance	213 km		
	Referência	Ano	Valor	
		2019	12.317 km	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Irecê		46 km	
	Velho Chico		33 km	
	Chapada Diamantina		65 km	
	Extremo Sul		26 km	
	Recôncavo		6 km	
Itaparica		37 km		
Meta	Realizar intervenções na malha rodoviária			
	Órgão Responsável	SEINFRA		
	Valor de Alcance	1.761 km		
	Referência	Ano	Valor	
-		-		

Programa	Infraestrutura	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	84 km
	Velho Chico	205 km
	Chapada Diamantina	364 km
	Sisal	30 km
	Litoral Sul	204 km
	Baixo Sul	159 km
	Extremo Sul	147 km
	Médio Sudoeste da Bahia	52 km
	Vale do Jiquiricá	109 km
	Sertão do São Francisco	19 km
	Sertão Produtivo	66 km
	Piemonte do Paraguaçu	168 km
	Litoral Norte e Agreste Baiano	40 km
	Recôncavo	6 km
	Piemonte Norte do Itapicuru	97 km
	Costa do Descobrimento	11 km
Meta	Realizar intervenções na infraestrutura dos modais de transporte	
	Órgão Responsável	SEINFRA
	Valor de Alcance	36 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	75 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	1 un
	Velho Chico	2 un
	Chapada Diamantina	4 un
	Litoral Sul	5 un
	Baixo Sul	3 un
	Extremo Sul	1 un
	Sertão do São Francisco	5 un
	Bacia do Rio Grande	2 un
	Bacia do Paramirim	1 un
	Sertão Produtivo	1 un
	Piemonte do Paraguaçu	1 un
	Piemonte da Diamantina	1 un
	Recôncavo	4 un
	Médio Rio de Contas	2 un
	Bacia do Rio Corrente	1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	1 un
	Costa do Descobrimento	1 un

Programa	Infraestrutura		
Meta	Expandir a infraestrutura nos diversos modais de transporte		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	6 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	75 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Velho Chico		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
Meta	Reduzir o número de acidentes de trânsito nas rodovias estaduais		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	20,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	5.045 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		20,00 %
Meta	Atender a população com estradas vicinais trafegáveis		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	55,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2016	45,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		55,00 %
Meta	Conservar a malha rodoviária		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	60,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %

Programa	Infraestrutura		
Meta	Ampliar a malha viária		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	20.000 km	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		20.000 km
Meta	Implantar sistema de regulação e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Realizar fiscalização do sistema de transporte intermunicipal de passageiros		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	64.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	8.649 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Velho Chico		408 un
	Chapada Diamantina		472 un
	Litoral Sul		4.368 un
	Extremo Sul		3.952 un
	Sertão do São Francisco		1.208 un
	Bacia do Rio Grande		1.384 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1.344 un
	Portal do Sertão		3.512 un
	Sudoeste Baiano		3.864 un
	Recôncavo		10.776 un
	Médio Rio de Contas		1.744 un
	Metropolitano de Salvador		30.968 un
Meta	Realizar estudos e projetos para melhorias nos modais ferroviário e hidroviário		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-

Programa	Infraestrutura		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	4 un	
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Implantar rodovias	SEINFRA		
- Implantar acessos viários	SEINFRA		
- Construir pontes, viadutos e passarelas	SEINFRA		
- Construir a Ponte Salvador-Itaparica - Sistema Viário Oeste	SEINFRA		
- Implementar ações de suporte a obras de infraestrutura de transportes	SEINFRA		
- Restaurar rodovias	SEINFRA		
- Recuperar acessos viários	SEINFRA		
- Conservar rodovias	SEINFRA		
- Recuperar Rodovias	SEINFRA		
- Recuperar pontes, viadutos e passarelas	SEINFRA		
- Sinalizar Rodovias	SEINFRA		
- Construir obras d'artes correntes e especiais em estradas vicinais	SEINFRA		
- Requalificar terminais de transportes	SEINFRA		
- Recuperar terminais de transportes	SEINFRA		
- Conservar terminais de transportes	SEINFRA		
- Construir aeroportos ou aeródromos	SEINFRA		
- Construir terminais de transportes	SEINFRA		
- Construir o terminal rodoviário de Salvador	SEINFRA		
- Ampliar terminais de transportes	SEINFRA		
- Implementar ações de segurança viária	SEINFRA		
- Implantar estradas vicinais	SDR		
- Implantar sistema de regulação e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros	SEINFRA		
- Fiscalizar o sistema de transporte intermunicipal de passageiros	SEINFRA		
- Aprimorar o serviço de atendimento a reclamações/manifestações de usuários dos sistemas de transportes, terminais e rodovias pedagiadas	SEINFRA		
- Realizar estudos e projetos para obras de dragagem e derrocamento na Hidrovia do São Francisco	SEPLAN		
- Realizar estudos e projetos para construção e recuperação de trechos na malha ferroviária	SEPLAN		
Compromisso	Promover a ampliação da oferta e distribuição de energia, buscando a universalização do acesso à energia elétrica, a eficiência energética e o desenvolvimento socioeconômico do estado		
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura		
Meta	Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural do estado da Bahia		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	90.055 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1.281.458 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3.694 un

Programa	Infraestrutura		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Velho Chico		3.861 un
	Chapada Diamantina		3.339 un
	Sisal		4.837 un
	Litoral Sul		9.709 un
	Baixo Sul		4.390 un
	Extremo Sul		4.090 un
	Médio Sudoeste da Bahia		2.877 un
	Vale do Jiquiricá		733 un
	Sertão do São Francisco		6.897 un
	Bacia do Rio Grande		3.842 un
	Bacia do Paramirim		2.291 un
	Sertão Produtivo		4.604 un
	Piemonte do Paraguaçu		4.960 un
	Bacia do Jacuípe		3.606 un
	Piemonte da Diamantina		1.677 un
	Semiárido Nordeste II		2.894 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		980 un
	Portal do Sertão		469 un
	Sudoeste Baiano		7.473 un
	Recôncavo		354 un
	Médio Rio de Contas		3.187 un
	Bacia do Rio Corrente		2.362 un
	Itaparica		1.609 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1.566 un
	Metropolitano de Salvador		104 un
	Costa do Descobrimento		3.650 un
Meta	Promover a expansão do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	6.800 km	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		6.800 km
Meta	Promover a expansão do sistema de subtransmissão - linhas tronco		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	1.800 km	
	Referência	Ano	Valor
		-	-

Programa	Infraestrutura	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Estado	1.800 km
Meta	Eficientizar parques de iluminação pública municipal no estado	
	Órgão Responsável	SEINFRA
	Valor de Alcance	160 un
	Referência	Ano
		-
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	6 un
	Velho Chico	6 un
	Chapada Diamantina	6 un
	Sisal	6 un
	Litoral Sul	6 un
	Baixo Sul	6 un
	Extremo Sul	6 un
	Médio Sudoeste da Bahia	6 un
	Vale do Jiquiricá	6 un
	Sertão do São Francisco	6 un
	Bacia do Rio Grande	6 un
	Bacia do Paramirim	6 un
	Sertão Produtivo	6 un
	Piemonte do Paraguaçu	6 un
	Bacia do Jacuípe	6 un
	Piemonte da Diamantina	6 un
	Semiárido Nordeste II	6 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	6 un
	Portal do Sertão	6 un
	Sudoeste Baiano	6 un
	Recôncavo	6 un
	Médio Rio de Contas	6 un
	Bacia do Rio Corrente	6 un
	Itaparica	6 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	6 un
	Metropolitano de Salvador	4 un
	Costa do Descobrimento	6 un

Programa	Infraestrutura		
Meta	Substituir sistemas fotovoltaicos domiciliares individuais isolados por atendimento através de redes de energia elétrica convencionais ou microrredes isoladas		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	2.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		130 un
	Velho Chico		156 un
	Chapada Diamantina		62 un
	Sisal		80 un
	Litoral Sul		18 un
	Baixo Sul		14 un
	Extremo Sul		60 un
	Médio Sudoeste da Bahia		64 un
	Vale do Jiquiricá		28 un
	Sertão do São Francisco		540 un
	Bacia do Rio Grande		150 un
	Bacia do Paramirim		24 un
	Sertão Produtivo		92 un
	Piemonte do Paraguaçu		90 un
	Bacia do Jacuípe		26 un
	Piemonte da Diamantina		36 un
	Semiárido Nordeste II		30 un
	Sudoeste Baiano		218 un
	Bacia do Rio Corrente		40 un
	Itaparica		60 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		46 un
	Costa do Descobrimento		36 un
Meta	Implantar iluminação dinâmica em monumentos ou obras de grande impacto visual		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	80 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		3 un
	Velho Chico		3 un
	Chapada Diamantina		3 un
	Sisal		3 un
	Litoral Sul		3 un
	Baixo Sul		3 un

Programa	Infraestrutura		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Extremo Sul		3 un
	Médio Sudoeste da Bahia		3 un
	Vale do Jiquiricá		3 un
	Sertão do São Francisco		3 un
	Bacia do Rio Grande		3 un
	Bacia do Paramirim		3 un
	Sertão Produtivo		3 un
	Piemonte do Paraguaçu		3 un
	Bacia do Jacuípe		3 un
	Piemonte da Diamantina		3 un
	Semiárido Nordeste II		3 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		3 un
	Portal do Sertão		3 un
	Sudoeste Baiano		3 un
	Recôncavo		3 un
	Médio Rio de Contas		3 un
	Bacia do Rio Corrente		3 un
	Itaparica		3 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		3 un
	Metropolitano de Salvador		2 un
	Costa do Descobrimento		3 un
	Meta	Massificar o número de ligações de gás natural para clientes residenciais e comerciais	
Órgão Responsável		SEINFRA	
Valor de Alcance		33.140 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	57.101 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Litoral Sul		483 un	
Portal do Sertão		1.040 un	
Metropolitano de Salvador		31.617 un	
Meta	Expandir a rede de distribuição de gás natural		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	454 km	
	Referência	Ano	Valor
		2018	948 km
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Sul		17 km
	Portal do Sertão		17 km
	Sudoeste Baiano		289 km

Programa	Infraestrutura		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Metropolitano de Salvador	131 km	
Meta	Aumentar a competitividade do preço de venda do gás natural		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	2 un	
Meta	Promover a utilização racional e eficiente de energia elétrica no setor público		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	20 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Metropolitano de Salvador	20 un	
Meta	Mapear o potencial bioenergético do estado		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	100,00 %	
Meta	Atrair investimentos para o setor de energia renovável		
	Órgão Responsável	SDE	
	Valor de Alcance	60 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	60 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover o acesso à energia elétrica em todo o meio rural do estado da Bahia		SEINFRA	
- Atender a consumidores da área rural, não contemplados no Programa Luz para Todos, com ênfase em arranjos produtivos		SEINFRA	
- Articular com os agentes do setor elétrico a promoção da expansão do sistema de transmissão - rede básica		SEINFRA	
- Promover junto aos agentes do setor elétrico a realização de leilões de transmissão com impacto no estado		SEINFRA	
- Monitorar a expansão do sistema de transmissão de energia elétrica - rede básica		SEINFRA	
- Articular com os agentes do setor elétrico a promoção da expansão do sistema de		SEINFRA	

Programa	Infraestrutura
subtransmissão - linhas tronco	
- Monitorar a expansão do sistema de subtransmissão - Linha de distribuição tronco de energia elétrica	SEINFRA
- Elaborar cadastros georreferenciados, banco de dados sistematizado e diagnósticos dos parques de iluminação pública dos municípios com população de até 50 mil habitantes	SEINFRA
- Elaborar projetos executivos de efficientização dos parques de iluminação pública dos municípios contemplados	SEINFRA
- Modernizar os parques de iluminação pública dos municípios contemplados	SEINFRA
- Reduzir despesas com o consumo de energia elétrica dos parques de iluminação pública dos municípios contemplados	SEINFRA
- Elaborar cadastro de domicílios rurais atendidos com sistemas fotovoltaicos domiciliares individuais isolados	SEINFRA
- Elaborar projetos e orçamentos para atendimento por meio de redes convencionais ou microrredes isoladas	SEINFRA
- Elaborar cadastro georreferenciado dos monumentos e obras de grande visual do estado	SEINFRA
- Executar obras de extensões de redes convencionais de distribuição de energia elétrica ou micro redes isoladas	SEINFRA
- Elaborar diagnóstico e projeto de iluminação dinâmica em monumentos e/ou obras de grande impacto visual no estado	SEINFRA
- Executar obras de iluminação dinâmica em monumentos e/ou estruturas de grande impacto visual no estado	SEINFRA
- Realizar ligações de gás natural para novos clientes residenciais e comerciais	SEINFRA
- Interiorizar novos gasodutos de distribuição fora da RMS	SEINFRA
- Construir novos gasodutos de distribuição na RMS	SEINFRA
- Contratar novos fornecedores de gás natural	SEINFRA
- Elaborar diagnósticos energéticos de unidades consumidoras do poder executivo estadual	SEINFRA
- Realizar estudos de viabilidade técnica e econômica visando o suprimento de energia elétrica ao setor público estadual através de geração distribuída a partir de fonte solar fotovoltaica	SEINFRA
- Implantar geração distribuída de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica para suprir unidades consumidoras pertencentes ao poder executivo estadual	SEINFRA
- Articular junto às concessionárias de energia elétrica visando a inserção de prédios públicos nos seus ciclos de programas de eficiência energética	SEINFRA
- Realizar estudos de viabilidade técnica e econômica para utilização de gás natural	SEINFRA
- Elaborar o Atlas de Bioenergia do estado da Bahia	SECTI
- Estimular a implantação das cadeias produtivas de energia solar, eólica e biomassa	SDE
- Criar ambiente de governança em parceria com entes públicos e/ou privados visando a implementação de políticas públicas para o setor de energia renovável	SDE
- Identificar tendências do mercado de energia renovável visando a continuidade ou adequação de estratégias governamentais	SDE
- Implantar rede de distribuição de energia elétrica para atendimento à infraestrutura social	SEINFRA
- Implantar infraestrutura energética - Linha de distribuição tronco de energia elétrica	SEINFRA
- Implantar rede de distribuição de energia elétrica para suporte à iluminação pública municipal	SEINFRA
- Acompanhar e fiscalizar as obras e serviços de energia elétrica contratados pelo Estado	SEINFRA
Compromisso	Promover a interiorização da oferta dos sistemas de telecomunicações para reduzir as diferenças regionais e sociais
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Infraestrutura		
Meta	Atender localidades rurais com cobertura de sinal de celular		
	Órgão Responsável	SEINFRA	
	Valor de Alcance	150 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		4 un
	Velho Chico		9 un
	Chapada Diamantina		12 un
	Sisal		5 un
	Litoral Sul		10 un
	Baixo Sul		3 un
	Extremo Sul		13 un
	Médio Sudoeste da Bahia		6 un
	Vale do Jiquiricá		4 un
	Sertão do São Francisco		11 un
	Bacia do Rio Grande		3 un
	Bacia do Paramirim		2 un
	Sertão Produtivo		4 un
	Piemonte do Paraguaçu		5 un
	Bacia do Jacuípe		2 un
	Piemonte da Diamantina		5 un
	Semiárido Nordeste II		3 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		8 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		11 un
	Recôncavo		6 un
	Médio Rio de Contas		2 un
	Bacia do Rio Corrente		6 un
	Itaparica		2 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		9 un
	Metropolitano de Salvador		1 un
	Costa do Descobrimento		3 un
Meta	Elaborar política pública de Banda Larga para o Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	1 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		1 un

Programa	Infraestrutura	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Realizar chamamento público para contratação de operadoras de telecomunicações para a instalação de Estações Rádio Base - ERB		SEINFRA
- Implantar as Estações Rádio Base - ERB		SEINFRA
- Elaborar um conjunto articulado e estruturado de ações para ampliação do acesso à banda larga no estado		SECTI

The background of the entire page is a monochromatic, reddish-brown image. It features a family—a man, a woman, and a young girl—smiling. Overlaid on the bottom half of the image is a white outline map of Brazil. A network of white lines, representing connections or data, crisscrosses the map, with several small, glowing white dots at the intersection points.

PROGRAMA

**MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE**



MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O estado da Bahia possui um território extenso e amplo em biodiversidade, composto por cinco biomas (Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Costeiro e Marinho) e inúmeras riquezas naturais, o que amplia os desafios do estado na preservação desse patrimônio. A questão das mudanças climáticas e suas repercussões nos diversos espaços da Bahia deve ser considerada como uma estratégia de planejamento para o médio e o longo prazos. É necessário compreender como as mudanças climáticas estão impactando nos regimes de chuvas, nas áreas costeiras e nas atividades produtivas em diversas regiões do estado, bem como os eventos extremos, como as secas que atingem a Bahia e a possibilidade de expansão das áreas com risco de desertificação na região semiárida, que abriga 78% do território baiano.

Diante deste cenário incerto, questões associadas às migrações decorrentes dos efeitos das mudanças climática, as perdas de produtividade e a insegurança precisam ser respondidas. Nesse sentido, surgem como desafios o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de sistemas tecnológicos e meteorológicos de monitoramento, a prevenção e alerta de risco de desastres naturais, o monitoramento de barragens em tempo real e a promoção de políticas públicas que permitam a adaptação e mitiguem os impactos das mudanças climáticas, com ênfase nas comunidades mais vulneráveis. Além disso, as ações de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, de convivência com o semiárido, e de combate e prevenção dos incêndios florestais, alicerçam partes importantes das políticas ambientais, ajudando a reduzir riscos e danos socioambientais na Bahia.

As estratégias de educação ambiental na Bahia têm fundamental importância no envolvimento amplo e representativo da base da sociedade, acesso a informações qualificadas, criticidade, participação ativa e ação cidadã. A educação ambiental conforma os costumes e torna a sociedade ambientalmente mais consciente da importância e de seu papel perante à conservação e recuperação ambiental. Assim, em um contexto de ameaças, como as trazidas pelas mudanças climáticas, o acirramento dos eventos climáticos extremos, a possibilidade de extinção de um grande número de espécies da fauna e da flora e as consequências que podem acarretar no cotidiano das pessoas, fazem do caráter educativo das ações ambientais um elemento importante para que a sociedade não colapse no futuro por falta de recursos naturais.

A questão fundiária tem um importante papel nesse processo, não apenas pela garantia do acesso à terra aos povos e às comunidades tradicionais e aos pequenos produtores pela regularização fundiária, mas também pela necessidade de induzir os setores para que se estabeleçam em áreas menos vulneráveis, com menos ativos ambientais e mais favoráveis para suas atividades. Esta é uma política absolutamente necessária e que pode favorecer os setores no sentido de reduzir complexidade de atos autorizativos, de ampliar

a exploração de vantagens comparativas locais, de reduzir custos e de favorecer o reconhecimento de práticas sustentáveis pelos seus mercados. O ZEE da Bahia possui zoneamentos setoriais para 10 tipos de atividade, com mapas de vulnerabilidade, de potencialidade, de aptidão e de custos, incluindo manual de boas práticas.

O cumprimento das restaurações ecológicas obrigatórias nas áreas de preservação permanente ou mesmo em reservas legais e nas áreas marginais de propriedades familiares, no formato de restaurações produtivas do tipo sistema agroflorestal, é uma excelente oportunidade de viabilizar economicamente esta regularização, articulando-a à promoção da segurança alimentar e à produção sustentável com ações ambientais que garantam também a segurança hídrica dos mananciais.

A Sociobiodiversidade assume um papel importante para o desenvolvimento sustentável. São grandes as oportunidades para a Bahia nesta área, mas requerem, de forma associada, o desenvolvimento de atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os cinco biomas que a Bahia possui (Costeiro Marítimo, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado) e sua biodiversidade têm um grande potencial de desenvolvimento de novos produtos e das fontes de renda. O desafio aqui é desenvolver unidades de conservação e demais áreas protegidas com manejo de seus recursos naturais para promover a geração de renda e emprego.

O estado possui um conjunto significativo de economias pautadas no manejo e na conservação da biodiversidade, tais como o cacau em cabruca (cerca de 15.000 famílias), os fundos de pasto (cerca de 20.000 famílias), os pescadores e marisqueiras (cerca de 20.000 famílias) e os extrativistas de umbu, licuri, buriti, piaçava, babaçu, mangaba, pequi, capim-dourado. É importante valorizar a preservação das sementes crioulas e a organização de bancos de sementes, o conhecimento e saberes tradicionais de quilombolas, geraizeiros, indígenas, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, ribeirinhos, dentre outros. Entretanto, isto requer investimentos e políticas de longo prazo que sejam capazes de promover a pesquisa e o desenvolvimento de novos conhecimentos, tecnologias e produtos a partir das especificidades territoriais.

É preciso perceber que o meio ambiente é um componente do processo produtivo, que gera custos sociais e ambientais e, por isso, requer a busca pela eficiência na utilização dos recursos ambientais como insumo produtivo. Compreender o valor econômico da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, faz-se necessário. A biodiversidade deve ser pensada não apenas como elemento importante para a preservação ambiental, mas como vetor de inclusão social, de inovação e geração de emprego e renda, em especial na área de biotecnologia.

O caráter transversal da temática “Meio Ambiente”, a estratégia de planejamento voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável envolvem diversos aspectos, tais como o fomento a padrões sustentáveis de consumo e produção, que estão articulados aos conceitos de produção limpa, empregos verdes e a questão da reciclagem de resíduos, por meio de “logística reversa”, inclusive com participação de catadores de materiais recicláveis. Ganha importância também a discussão sobre a necessidade imperativa para a redução da emissão de CO₂ e a priorização de uma matriz energética pautada nas energias renováveis e mais limpas, respeitando as questões ambientais e sociais. Da mesma forma, é necessário desmistificar a ideia de que a conservação do meio ambiente limita o crescimento econômico. A estruturação de processos verdes e sustentáveis, as chamadas ecotecnologias (tecnologias limpas), imprimem mudanças nos processos produtivos, permitindo processos muito menos danosos ao ambiente.

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade				
Ementa	Promover a sustentabilidade ambiental, por meio de um modelo de desenvolvimento pautado no uso racional, conservação e preservação dos biomas e da biodiversidade, bem como adotar medidas e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Qualificar e modernizar os sistemas de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental. Fortalecer os instrumentos de planejamento, gestão, ordenamento territorial, educação ambiental e de articulação e governança com a sociedade, sobretudo em relação aos povos e comunidades tradicionais.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Capacidade de gestão ambiental de municípios	Positiva	%	2018	70,26	
- Número de Unidades de Conservação com projetos de desenvolvimento socioambiental implementados	Positiva	un	2019	4,00	
- Proporção da conclusão das ações relativas à adaptação e mitigação das mudanças climáticas planejadas pelo Governo do Estado	Positiva	%	-	-	
- Proporção de área de pequenos imóveis rurais cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR)	Positiva	%	2018	89,53	
- Proporção de Unidades de Conservação estaduais com plano de manejo e conselho gestor ativo	Positiva	%	2018	20,00	
- Taxa de cobertura municipal das ações de educação ambiental para a sustentabilidade	Positiva	%	-	-	
- Taxa de participação dos membros componentes dos colegiados	Positiva	%	2018	14,49	
Recursos do Programa	R\$ 241.372.389				
Compromisso	Promover medidas e ações de adaptação e mitigação das causas e efeitos das mudanças climáticas, bem como a prevenção e redução de riscos e danos socioambientais				
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente				
Meta	Implantar instrumentos de gestão do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca				
	Órgão Responsável	SEMA			
	Valor de Alcance	3 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2019	0 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Estado		3 un		
Meta	Realizar ações de mitigação para reduzir os efeitos das mudanças climáticas				
	Órgão Responsável	SEMA			
	Valor de Alcance	18 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2019	9 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Estado		18 un		

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
Meta	Implantar o monitoramento automatizado de barragens em tempo real		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	60 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		60 un	
Meta	Combater incêndios florestais, gerindo os riscos, emergências e desastres causados		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		100,00 %	
Meta	Promover ações ambientais em mananciais hídricos do estado		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	10 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Velho Chico		2 un
	Chapada Diamantina		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Bacia do Rio Corrente		1 un
	Metropolitano de Salvador		3 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Articular com a Casa Civil a criação do Comitê Gestor do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE Bahia		SEMA	
- Apoiar técnica e financeiramente o Comitê Gestor do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE Bahia		SEMA	
- Atualizar o Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de forma participativa		SEMA	
- Atualizar os estudos de áreas suscetíveis à desertificação		SEMA	
- Articular a integração das ações do Comitê Gestor do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca com as ações do Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido		SEMA	
- Adotar medidas e ações que minimizem a desertificação e os efeitos da seca, por meio da regularização ambiental		SEMA	
- Aperfeiçoar os sistemas tecnológicos e meteorológicos para monitoramento e prevenção de desastres		SEMA	
- Elaborar estudos específicos acerca das mudanças climáticas		SEMA	

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
- Realizar evento estadual sobre as mudanças climáticas			SEMA
- Elaborar o Plano Estadual sobre Mudanças Climáticas			SEMA
- Implantar o monitoramento automatizado de barragens em tempo real			SEMA
- Formar validadores do monitor de secas			SEMA
- Desenvolver ações ambientais para garantia hídrica dos mananciais			SIHS
- Realizar a capacitação de brigadistas voluntários de combate aos incêndios florestais			SSP
- Apoiar a capacitação de brigadistas voluntários de combate aos incêndios florestais			SEMA
- Realizar ações de combate aos incêndios florestais			SSP
- Disponibilizar veículos e aeronaves para o combate a incêndio florestal			SEMA
- Realizar ações de prevenção a incêndios florestais			SEMA
Compromisso	Fortalecer a gestão da biodiversidade, das Unidades de Conservação e das demais áreas protegidas		
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente		
Meta	Reduzir o desmatamento ilegal		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	10,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	344.630 km²
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	10,00 %		
Meta	Implantar instrumentos de gestão nas unidades de conservação e demais áreas protegidas		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	20 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	35 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	20 un		
Meta	Implementar a gestão de uso público em unidades de conservação		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Litoral Sul	1 un	
	Piemonte da Diamantina	1 un	
	Metropolitano de Salvador	1 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Apoiar técnica e financeiramente os centros de referência em restauração florestal		SEMA	
- Apoiar técnica e financeiramente redes de mudas e sementes de espécies nativas		SEMA	

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
- Implementar ações para gestão de fauna silvestre no estado			SEMA
- Elaborar planos de ação para conservação e recuperação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção			SEMA
- Implementar planos de ação para conservação e recuperação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção			SEMA
- Realizar atualização das listas de espécies ameaçadas de fauna e flora			SEMA
- Implantar Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas)			SEMA
- Operacionalizar o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas)			SEMA
- Elaborar lista de espécies exóticas invasoras no estado			SEMA
- Estabelecer o cadastro de áreas de soltura de animais silvestres			SEMA
- Mapear nascentes e rios nos territórios dos povos e comunidades tradicionais			SEMA
- Implantar planos de ação para manejo de espécies exóticas invasoras no estado			SEMA
- Promover restauração florestal em localidades com sistemas de dessalinização			SEMA
- Restaurar áreas prioritárias com vegetação nativa			SEMA
- Elaborar planos de manejo em unidades de conservação			SEMA
- Realizar reconhecimento de reservas particulares do patrimônio natural			SEMA
- Elaborar Plano Estadual de Unidades de Conservação			SEMA
- Apoiar técnica e financeiramente o funcionamento dos Conselhos Gestores			SEMA
- Criar unidades de conservação			SEMA
- Realizar regularização fundiária			SEMA
- Regulamentar a gestão de uso público em Unidade de Conservação			SEMA
- Instalar infraestrutura de apoio a visitação			SEMA
- Implementar planos de manejo em Unidades de Conservação			SEMA
Compromisso	Promover a Educação Ambiental para a sustentabilidade com participação social		
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente		
Meta	Ampliar o número de pessoas participantes em ações para a democratização do conhecimento socioambiental com ênfase no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	10.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10.000 un
Meta	Ampliar a implementação dos instrumentos da gestão da Educação Ambiental no Estado		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	200,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		200,00 %

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Realizar produção de material didático de educação ambiental com ênfase no uso das tecnologias de informação e comunicação		SEMA	
- Realizar eventos formativos em educação ambiental com ênfase no uso das tecnologias de informação e comunicação		SEMA	
- Realizar ações de educação ambiental no âmbito das políticas do meio ambiente, recursos hídricos e de mudanças climáticas		SEMA	
- Apoiar os municípios no fortalecimento de políticas públicas de educação ambiental		SEMA	
- Elaborar o Diagnóstico Estadual de Educação Ambiental		SEMA	
- Elaborar o Sistema Estadual de informações sobre Educação Ambiental		SEMA	
- Aperfeiçoar as ações de educação socioambiental para as obras de infraestrutura hídrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário, em articulação com a Secretaria do Meio Ambiente		SIHS	
Compromisso	Promover a governança, o planejamento e a gestão ambiental participativa, integrada e compartilhada		
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente		
Meta	Ampliar número de estações das redes de monitoramento ambiental e de recursos hídricos		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	48,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1.152 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		48,00 %
Meta	Ampliar o cadastramento ambiental de imóveis rurais		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	36,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	697.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		36,00 %
Meta	Ampliar o número de municípios que fazem parte da gestão ambiental compartilhada para fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema)		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	39,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	300 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		39,00 %

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
Meta	Ampliar o número de agentes qualificados na realização da política ambiental		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	10.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10.000 un
Meta	Elaborar instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		2 un
Meta	Realizar Conferência Estadual de Meio Ambiente (Cema)		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		2 un
Meta	Realizar estudos e eventos sobre a Transição Socioambiental, Ecológica e Econômica do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		2 un
Meta	Elaborar instrumentos de gestão da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		2 un

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
Meta	Modernizar o Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia (Geobahia)		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		100,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Ampliar número de estações das redes de monitoramento ambiental e de recursos hídricos		SEMA	
- Cadastrar imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais		SEMA	
- Realizar o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir) dos pequenos e médios aquicultores		SEAGRI	
- Implementar o Sistema Estadual de Informações Ambientais dos Municípios (SEIA-Municípios), de acompanhamento dos instrumentos de controle e regulação		SEMA	
- Implantar o Sistema de Indicadores para Aperfeiçoamento da Gestão Ambiental Compartilhada		SEMA	
- Implantar o Fórum de Gestores Ambientais		SEMA	
- Promover eventos de capacitação de agentes públicos na temática ambiental e recursos hídricos		SEMA	
- Implantar o Programa Gestão do Conhecimento		SEMA	
- Implementar a Política Editorial de Meio Ambiente		SEMA	
- Elaborar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro		SEMA	
- Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC)		SEMA	
- Articular junto à Secretaria do Planejamento o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro		SEMA	
- Realizar Conferência Estadual de Meio Ambiente (Cema)		SEMA	
- Elaborar estudos específicos das temáticas da transição socioambiental, ecológica e econômica		SEMA	
- Realizar evento estadual sobre a transição socioambiental, ecológica e econômica		SEMA	
- Regulamentar a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) LEI Nº 13.223 DE 12/01/2015		SEMA	
- Elaborar o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA)		SEMA	
- Elaborar a plataforma de projetos do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA)		SEMA	
- Promover a gestão e manutenção da plataforma de projetos do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA)		SEMA	
- Implementar projeto piloto dentro do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA)		SEMA	
- Apoiar técnica e financeiramente a gestão ambiental municipal, mediante normas de cooperação e de suporte técnico		SEMA	
- Modernizar o Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia (Geobahia)		SEMA	
Compromisso	Promover o uso racional dos recursos naturais e da sociobiodiversidade, com foco na sustentabilidade ambiental e na inovação		
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente		

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
Meta	Ampliar o número de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	30,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	6 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado		30,00 %	
Meta	Povoar os manguezais com megalopas de caranguejos Uça		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	6.000.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2017	1.300.000 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Baixo Sul		1.500.000 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1.500.000 un
Recôncavo		3.000.000 un	
Meta	Ampliar projetos de criação de peixe e camarão com o aproveitamento de resíduos de água de poços salinizados		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	2 un	
	Referência	Ano	Valor
		2017	1 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Sertão do São Francisco		1 un
Semiárido Nordeste II		1 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Apoiar formação de cadeias produtivas para o reaproveitamento de rejeitos da mineração, resíduos sólidos, inclusive oriundos da pesca e aquicultura para geração de trabalho e renda das populações locais		SEMA	
- Implementar projetos de desenvolvimento socioambiental em unidades de conservação		SEMA	
- Desenvolver pesquisas e estudos socioambientais		SEMA	
- Apoiar técnica e financeiramente a projetos e ações socioambientais		SEMA	
- Apoiar estudos para a proteção da biodiversidade visando o mapeamento de experiências socioambientais voltadas à sustentabilidade desenvolvidas nos territórios de identidade		SEMA	
- Articular com a Secretaria do Meio Ambiente o fomento a projetos socioambientais para a conservação sustentável da biodiversidade		SDR	
- Repovoar manguezais com caranguejo Uçá contribuindo para a recuperação populacional da espécie no ecossistema		SEAGRI	
- Implantar projetos de criação de peixe e camarão com o aproveitamento de resíduos de água de poços salinizados como forma de amenizar o impacto ambiental		SEAGRI	
- Apoiar técnica e financeiramente iniciativas que trabalhem com produtos da sociobiodiversidade		SEMA	
- Implantar projeto piloto do plano de agricultura de emissão de baixo carbono		SEAGRI	

Programa	Meio Ambiente e Sustentabilidade	
Compromisso	Promover a gestão dos recursos administrativos e financeiros para a política de meio ambiente	
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Garantir a gestão administrativa e financeira do Parque Zoobotânico	SEMA	
- Realizar a gestão das unidades de conservação	SEMA	
- Assegurar o pleno funcionamento de unidades regionais de meio ambiente e recursos hídricos	SEMA	
- Operacionalizar redes de monitoramento da qualidade ambiental	SEMA	
- Manter o funcionamento da Biblioteca e Memorial de Meio Ambiente	SEMA	
- Prestar suporte financeiro, técnico e administrativo aos colegiados ambientais e de recursos hídricos	SEMA	
- Prestar suporte financeiro, técnico e administrativo aos comitês de bacia hidrográfica	SEMA	
- Realizar a gestão do Programa Água Doce	SEMA	
- Realizar fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos	SEMA	
- Realizar a regularização ambiental de atividades e empreendimentos	SEMA	
- Realizar intervenções na estrutura física do Parque Zoobotânico	SEMA	
- Realizar intervenções na estrutura física das unidades de conservação	SEMA	
- Requalificar a estrutura física de unidades regionais de meio ambiente e recursos hídricos	SEMA	
- Modernizar o Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (Seia)	SEMA	
- Operacionalizar o Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA)	SEMA	
- Disponibilizar informação estratégica para gestão ambiental e dos recursos hídricos geradas pelo sistema estadual de informações ambientais e de recursos hídricos	SEMA	
- Realizar alocação da água dos reservatórios selecionados e de domínio estadual	SEMA	



PROGRAMA

POLÍTICA PARA AS MULHERES



POLÍTICA PARA AS MULHERES

A sociedade baiana é marcada pela desigualdade de gênero, informada historicamente por uma cultura machista e patriarcal que impõe à mulher uma existência limitada por violências e dificuldades de acesso a recursos materiais, bens culturais e estruturas de poder. Assim, a perspectiva de gênero deve ser considerada uma das principais referências para a formulação de políticas públicas.

O Governo da Bahia se posicionou de forma definitiva nesse sentido, criando a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2011, atribuindo-lhe a missão de elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para as mulheres, visando à redução das desigualdades de gênero e à eliminação de todas as formas de discriminação. É também sua missão desenvolver ações de prevenção e combate a qualquer forma de violência contra as mulheres, facilitando e apoiando a inclusão de práticas voltadas à equidade de gênero. Para tanto, é fundamental o permanente diálogo com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM), órgão que fiscaliza e contribui na formulação, no monitoramento e na avaliação de ações visando à promoção da equidade de gênero e o combate às estruturas que reproduzem relações de poder hierárquicas entre mulheres e homens no Estado da Bahia.

Em verdade, a criação da SPM e do CDDM são inscrições que reforçam o caráter complexo e multifacetado do amplo rol de ações que compõem a política para as mulheres. Por essa razão, sua implementação visa a intersetorialidade: entende-se que, em cada parte e no todo, há, em uma importante conquista na defesa dos direitos humanos das mulheres, uma possibilidade de promover seu reposicionamento social como cidadãs.

No viés da prevenção e o enfrentamento à violência contra as mulheres, as políticas são respaldadas por tratados e acordos internacionais, a exemplo das conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) – as de Copenhague (1980), de Nairóbi (1985), e de Pequim (1995). Seus resultados contribuem significativamente no estabelecimento de pactos e no desenvolvimento de ações junto aos países signatários, entre eles, o Brasil. Cabe igualmente ressaltar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará), ratificada pelo Brasil em 1995, que reconhece a violência contra as mulheres como uma grave violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, impondo aos Estados-partes o dever de condenarem todas as formas de violência contra as mulheres e adotarem, imediatamente e por todos os meios apropriados, políticas orientadas a prevenir, a punir e a erradicar esta violência. Nessa Convenção, a violência contra as mulheres foi definida como ação ou conduta vinculada a gênero que resulte em morte, dano ou sofrimento de qualquer espécie para a mulher, seja no âmbito público, seja no privado.

O Brasil tem incorporado esses acordos e criado inúmeras leis e dispositivos jurídicos de proteção às mulheres, como a Lei Maria da Penha, de 2006, a Lei do Feminicídio, de 2015, e a Lei n.º 13.718, de 2018, que altera a tipifica-

ção penal de estupro, permitindo abranger outras violências reconhecidas como sexuais e torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável.

A importância dessas leis é referendada por dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) sobre a violência para com as mulheres. Em 2017, registraram-se 74 feminicídios ocorridos na Bahia. A questão torna-se mais dramática quando se observa que nesse mesmo ano 400 homicídios dolosos acometeram mulheres, crimes que, conforme a literatura, guardam alta probabilidade de serem feminicídios não tipificados. Alarmante é também o número de estupros; no mesmo ano, foram registrados: 17,5 mil casos. Esses números são ainda mais preocupantes tendo em vista a reconhecida subnotificação dos fatos. De fato, estimam-se cerca de 48 estupros por dia no estado. Sobre lesão corporal, estatísticas oficiais mostram que no Brasil, em 2017, ocorreram 193.482 casos de lesão corporal dolosa, enquadrados na Lei Maria da Penha, uma média de 606 casos por dia.

Para suplantar a reprodução dessa realidade, cabe destacar a consolidação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no âmbito do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. No início de 2007, com a assinatura do Termo de Adesão ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Bahia assumiu o compromisso de ampliar e articular ações nas esferas estadual e municipal, visando prevenir e enfrentar esta forma de violação dos direitos humanos. Firma, assim, o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, uma importante contribuição, no sentido de propor práticas concretas para a erradicação da violência contra a mulher nesses eventos. Significa, ademais, um ato de compartilhamento de responsabilidades, envolvendo o Governo Estadual, em parceria com o Federal e Governos Municipais. Além disso, toda a sociedade, conclamada e mobilizada a participar do enfrentamento da violência contra as mulheres. No sentido de garantir a efetivação desse Pacto, o Governo do Estado assumiu o compromisso de oferecer ferramentas e implantar mecanismos, bem como subsídios, capazes de transformar a cultura machista e sexista, enraizada na realidade brasileira, e, em particular, na Bahia. A versão estadual do Pacto, portanto, orienta a execução de uma política pública transversal, não mais praticada de forma setorial e fragmentada, mas por meio de ações integradas e organizadas em espaços estruturantes.

Sobre a autonomia financeira, é fundamental considerar que a estruturação da divisão do trabalho no Brasil guarda diferenças gritantes relativas à diferenciação por sexo e por cor ou raça. As atividades econômicas com menores rendimentos médios são exercidas majoritariamente por mulheres e por pessoas de cor ou raça preta ou parda. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que, em 2017, os homens ainda ganhavam, em média, 29,7% mais que as mulheres. Além da discriminação no mercado de trabalho, as desigualdades entre os sexos verificam-se na divisão dos cuidados e execução de tarefas domésticas. Conforme o mesmo instituto, nesse mesmo ano, 92,6% das mulheres realizaram afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente e/ou cuidados de moradores ou de parentes, o que era feito por 78,7% dos homens.

Para enfrentar essas e outras distorções sexistas, a política para as mulheres deve considerar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres 2013-2015 do Estado da Bahia (PEPM), fruto da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, realizada em 2011, cuja construção contou com a participação da sociedade civil, movimento de mulheres feministas, rurais e urbanas, organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres através das Conferências de Mulheres municipais, territoriais e estadual. Ainda no âmbito da construção democrática da política pública, foi realizada a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres em 2015.

É preciso destacar que todas as ações estaduais, elencadas no PPA 2020-2023, dar-se-ão em um ambiente nacional de aprofundamento de políticas públicas conservadoras e restritivas aos direitos das mulheres, redução do investimento na área social, elevação do nível de pobreza da população e agravamento da desigualdade de gênero. Diante de tal contexto, as articulações intersetoriais tornam-se ainda mais necessárias para garantir robustez no enfrentamento às dificuldades que se superpõem.

Programa	Política para as Mulheres			
Ementa	Promover políticas públicas integradas visando as transformações socioeconômicas e culturais para a superação das desigualdades de gênero, sobretudo em duas frentes principais: autonomia social, protagonismo com tomada de decisão e econômica, com ênfase na equidade e inclusão socioprodutiva das mulheres urbanas e rurais; e prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres urbanas e rurais. Baseado nestes aspectos, conferir destacada atenção à saúde, à educação, à justiça, à segurança pública, à geração de trabalho e renda e à assistência social, além de garantir comunicação social que proporcione a reflexão sobre as problemáticas vivenciadas em decorrência da posição social das mulheres em intersecção com as questões de raça/etnia, classe, geração, condição física, identidade e orientação afetivo-sexual.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo da violência	Positiva	%	-	-
- Proporção de municípios com Organismos de Políticas para as Mulheres	Positiva	%	2019	4,00
- Variação percentual de chefas de famílias monoparentais beneficiadas por políticas de autonomia desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)	Positiva	%	-	-
Recursos do Programa	R\$ 67.833.945			
Compromisso	Promover a governança estratégica da Política para as Mulheres			
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres			
Meta	Ampliar espaços de diálogos e de participação social			
	Órgão Responsável	SPM		
	Valor de Alcance	43 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	29 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Estado		43 un	
Meta	Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres			
	Órgão Responsável	SPM		
	Valor de Alcance	40 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	14 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Estado		40 un	
Meta	Ampliar o número de capacitações em gênero e diversidade			
	Órgão Responsável	SPM		
	Valor de Alcance	10 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	5 un	

Programa	Política para as Mulheres		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	10 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Fortalecer a atuação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres		SPM	
- Apoiar o funcionamento do Grupo de Gestão Integrada da Política Estadual para as Mulheres (GGIPM)		SPM	
- Realizar a Conferência Estadual de Políticas para Mulheres		SPM	
- Articular a criação de Organismos de Políticas para as Mulheres		SPM	
- Realizar fóruns, seminários e encontros para o desenvolvimento de políticas públicas com a participação de mulheres em suas especificidades e diversidade		SPM	
- Realizar eventos que deem visibilidade à temática de gênero, na perspectiva da garantia de direitos e exercício da cidadania		SPM	
- Realizar capacitações em gênero e diversidade para servidoras(es) públicas(os) e sociedade civil		SPM	
- Fomentar a produção e circulação de conteúdos científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero		SPM	
- Elaborar conteúdos programáticos e metodológicos em gênero e diversidade para capacitações diversas		SPM	
Compromisso	Promover o fortalecimento e integração das políticas públicas de assistência, atendimento, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, nas suas diversidades, com ênfase em mulheres negras, nos espaços urbanos e rurais		
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres		
Meta	Ampliar ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres nos espaços urbanos e rurais		
	Órgão Responsável	SPM	
	Valor de Alcance	90 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	76 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	90 un	
Meta	Ampliar número de mulheres atendidas por meio das ações de prevenção e enfrentamento à violência		
	Órgão Responsável	SPM	
	Valor de Alcance	300 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	164 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	300 un	
Meta	Ampliar número de unidades escolares com ações educativas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres		
	Órgão Responsável	SPM	
	Valor de Alcance	150 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	70 un

Programa	Política para as Mulheres		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	150 un	
Meta	Ampliar caravanas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres		
	Órgão Responsável	SPM	
	Valor de Alcance	17 un	
	Referência	Ano	Valor
		2017	14 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	17 un	
Meta	Implantar Núcleos Especiais de Atendimento à Mulher (NEAM)		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	13 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Irecê	1 un	
	Velho Chico	1 un	
	Chapada Diamantina	1 un	
	Sisal	1 un	
	Baixo Sul	1 un	
	Bacia do Rio Grande	1 un	
	Sertão Produtivo	2 un	
	Piemonte do Paraguaçu	1 un	
	Semiárido Nordeste II	1 un	
	Recôncavo	1 un	
	Bacia do Rio Corrente	1 un	
	Piemonte Norte do Itapicuru	1 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência e os serviços especializados em atendimento às mulheres em situação de violência		SPM	
- Articular a implementação da legislação de enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e a Lei da Importunação Sexual		SPM	
- Promover ações de enfrentamento à violência voltadas para as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas, mulheres com deficiência, urbanas, rurais e de povos e comunidades tradicionais		SPM	
- Consolidar campanha de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres		SPM	
- Realizar atendimento psicossocial e jurídico às mulheres urbanas e rurais em situação de violência		SPM	
- Implementar na unidade escolar ações educativas escolares sobre direitos das mulheres e meninas na prevenção e enfrentamento à violência de gênero		SPM	
- Realizar caravanas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres		SPM	
- Implementar o funcionamento do Comitê Gestor da Ronda Maria da Penha		SPM	

Programa	Política para as Mulheres		
- Capacitar servidores da segurança pública para fortalecimento das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial aos agentes da Ronda Maria da Penha	SPM		
- Implantação de Núcleos Especial de Atendimento à Mulher (NEAM), no interior do estado	SSP		
Compromisso	Promover a autonomia social, econômica e de tomadas de decisões das mulheres, nas suas diversidades, com ênfase em mulheres negras, nos espaços urbanos e rurais		
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres		
Meta	Ampliar grupos produtivos de mulheres assistidas com ações de autonomia social e econômica		
	Órgão Responsável	SPM	
	Valor de Alcance	80 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	25 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	80 un		
Meta	Ampliar o número de mulheres assistidas para a autonomia econômica e social		
	Órgão Responsável	SPM	
	Valor de Alcance	8.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2.301 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	8.000 un		
Meta	Ampliar o número de mulheres premiadas na produção do conhecimento científico		
	Órgão Responsável	SPM	
	Valor de Alcance	8 un	
	Referência	Ano	Valor
		2017	6 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	8 un		
Meta	Ampliar o número de assistências técnicas para mulheres trabalhadoras da pesca		
	Órgão Responsável	SEAGRI	
	Valor de Alcance	2.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.454 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	2.000 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Apoiar técnica e financeiramente a produção, inovação, escoamento e comercialização para os grupos produtivos de mulheres rurais e urbanas		SPM	

Programa	Política para as Mulheres
- Capacitar mulheres para autonomia social, econômica e de tomada de decisões	SPM
- Articular ações voltadas para mulheres chefas de famílias monoparentais	SPM
- Promover ações para a melhoria das condições de trabalho e renda das trabalhadoras da pesca	SEAGRI
- Ofertar assistência técnica e extensão rural para mulheres trabalhadoras da pesca rurais e urbanas	SEAGRI
- Capacitar grupos produtivos de trabalhadoras da pesca urbanas e rurais	SEAGRI
- Viabilizar projetos de investimento e financiamento para os grupos produtivos compostos por trabalhadoras da pesca urbanas e rurais	SEAGRI
- Premiar mulheres pesquisadoras no campo das Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática	SPM
- Promover a qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social	SETRE
- Prestar Serviço de intermediação e qualificação de mão de obra para mulheres em situação de vulnerabilidade social	SETRE
- Apoiar técnica e financeiramente empreendimentos da economia solidária compostos majoritariamente por mulheres	SETRE

The background of the entire page is a blue-tinted image. It features a family on the right side: a smiling woman at the top and a young girl below her, looking towards the camera. On the left side, there is a portrait of a smiling man. At the bottom of the image, there is a white outline map of Brazil. Overlaid on this map is a complex network of white lines and glowing nodes, suggesting a digital or infrastructure network.

PROGRAMA

RECURSOS HÍDRICOS



RECURSOS HÍDRICOS

O aumento da demanda mundial por água é também uma tendência que se observa no Brasil e na Bahia. A previsão de aumento dessa demanda associada a elevação da demanda por alimentos é de mais de 40% para 2050, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Segundo estudo da Agência Nacional de Águas (ANA), a demanda por uso de água no Brasil é crescente, e, nas últimas duas décadas, a estimativa é de um aumento de aproximadamente 80% no total retirado de água. Até 2030, a previsão é de que a retirada aumente em 30%. Ainda segundo o mesmo documento, há registro de que 48 milhões de pessoas foram afetadas por secas (duradoura) ou estiagens (passageiras) no território nacional entre 2013 e 2016. Neste período, foram registrados 4.824 eventos de seca com danos humanos. Somente em 2016, ano mais crítico em impactos para a população, 18 milhões de habitantes foram afetados por estes fenômenos climáticos que causam escassez hídrica, sendo que 84% dos impactados viviam no Nordeste.

Na Bahia, neste cenário de crise hídrica e de aumento da demanda por água, notadamente na região semiárida, a preocupação com as questões hídricas se configura como importante elemento para garantir a segurança das populações, a viabilidade das atividades econômicas que dependem de água e para mediar com justiça os conflitos sociais e entre setores econômicos.

Expandir o acesso à água para o meio rural com qualidade e em quantidades adequadas, garantindo segurança hídrica para os momentos conjunturais críticos e projetando para o futuro sustentabilidade para todos os biomas do Estado, é importante diretriz para o próximo quadriênio. Com foco no aproveitamento dos recursos hídricos, indicam-se projetos e obras para aproveitamento dos mananciais de superfície e subterrâneos, e a ampliação da oferta de água nas regiões onde a demanda é maior que a oferta.

É importante ainda perceber a convivência com o semiárido como um importante aliado na melhoria da qualidade de vida das populações residentes na região, onde o regime de precipitação pluviométrica tem uma distribuição irregular de chuvas ao longo do ano. Assim, trabalhar para que a população rural, sobretudo na agricultura familiar, tenha acesso à água também para a produção e dessedentação animal com o uso de tecnologias sociais constitui uma das prioridades de governo.

Outrossim, a consolidação do abastecimento de água com qualidade na área urbana, ampliando a rede de distribuição e diminuindo as perdas de água, garantirá maior perenidade no abastecimento e caracterizar-se-á como uma conquista social, principalmente para as áreas periféricas dos grandes centros urbanos baianos.

A Bahia precisa expandir a cobertura do esgotamento sanitário tanto nas áreas urbanas, ampliando as ligações de esgotamento urbano, quanto nas áreas rurais, atendendo a domicílios com unidades sanitárias. Levar esgotamento sanitário para as áreas mais pobres promove a dignidade e melhora a saúde da população, e é parte integradora das ações para melhorar a qualidade de vida da população principalmente em bairros mais carentes nos grandes centros urbanos e nas comunidades rurais.

Fortalecer a infraestrutura hídrica ao lado das ações de saneamento básico em todas as regiões do estado e a gestão das suas bacias hidrográficas e do uso das águas consiste na priorização de uma política pública de novas obras estruturantes, ampliação e continuidade das obras em andamento por meio de ações integradas e participativas, através de barragens, adutoras, perfuração de poços tubulares, ao lado dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que possibilitem o acesso da água para todos os seus usos. A Bahia busca articular a execução de um conjunto de intervenções para garantir, tanto o acesso à água em quantidade e com qualidade, como também sua perenidade ao longo do tempo.

Avançar na integração dos instrumentos de gestão de recursos hídricos pela participação social e a política de saneamento básico é estrutura basilar para melhorar a qualidade de vida da população baiana. Entretanto, é importante destacar que a gestão dos recursos hídricos cujos instrumentos estão definidos na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída no ano de 1997, ainda não foi implementada em sua plenitude, haja vista que das 25 Regiões Administrativas da Águas (RPGA) somente em três os planos de bacias já foram finalizados. A definição sobre a cobrança pelo uso da água somados à alta porcentagem de captações e a lançamentos irregulares dos esgotos sanitários também são problemas que devem ser encarados no próximo quadriênio.

É neste contexto que o Estado da Bahia promove ações no sentido de dar maior ênfase à questão hídrica, articulando diferentes atuações em um esforço institucional para garantir a segurança hídrica, o acesso à água potável a preços acessíveis e o esgotamento sanitário adequado.

Programa	Recursos Hídricos			
Ementa	Promover a segurança hídrica por meio da gestão integrada dos recursos hídricos e da ampliação da infraestrutura hídrica, garantindo o acesso à água com qualidade e em quantidade adequadas para os usos múltiplos e ampliando a infraestrutura e elevando o atendimento dos serviços de esgotamento sanitário.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Índice de satisfação do usuário em relação à prestação do serviço de esgoto	Positiva	%	2018	37,40
- Índice de satisfação do usuário em relação à qualidade da água	Positiva	%	2018	50,90
- Índice de satisfação do usuário em relação ao fornecimento ou abastecimento de água	Positiva	%	2018	61,00
- Proporção da área do estado coberta por planos de bacias hidrográficas	Positiva	%	2018	13,26
- Proporção da população rural com acesso ao abastecimento de água	Positiva	%	-	0,00
- Proporção da população rural com acesso às soluções sanitárias	Positiva	%	-	0,00
- Proporção da população urbana com acesso ao abastecimento de água na área de atuação da Embasa	Positiva	%	2018	94,26
- Proporção da população urbana com acesso ao esgotamento sanitário na área de atuação da Embasa	Positiva	%	2018	56,72
Recursos do Programa	R\$ 6.056.131.337			
Compromisso	Ampliar o acesso à água de qualidade e em quantidade adequada na área rural, com foco no semiárido			
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento			
Meta	Abastecer localidades rurais com água de qualidade			
	Órgão Responsável	SIHS		
	Valor de Alcance	1.600 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	1.704 un	
	Território de Identidade		Valor de Alcance	
	Irecê		53 un	
	Velho Chico		65 un	
	Chapada Diamantina		103 un	
	Sisal		159 un	
	Litoral Sul		21 un	
	Baixo Sul		12 un	
	Extremo Sul		19 un	
	Médio Sudoeste da Bahia		8 un	
	Vale do Jiquiricá		60 un	
	Sertão do São Francisco		80 un	
Bacia do Rio Grande		64 un		
Bacia do Paramirim		39 un		

Programa	Recursos Hídricos		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sertão Produtivo		101 un
	Piemonte do Paraguaçu		29 un
	Bacia do Jacuípe		35 un
	Piemonte da Diamantina		72 un
	Semiárido Nordeste II		119 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		75 un
	Portal do Sertão		25 un
	Sudoeste Baiano		144 un
	Recôncavo		41 un
	Médio Rio de Contas		24 un
	Bacia do Rio Corrente		49 un
	Itaparica		93 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		62 un
	Metropolitano de Salvador		10 un
	Costa do Descobrimento		38 un
	Meta	Ampliar a oferta de água para consumo humano através de tecnologias sociais	
Órgão Responsável		SJDHDS	
Valor de Alcance		10.000 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	26.295 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Irecê		500 un	
Velho Chico		500 un	
Chapada Diamantina		500 un	
Sisal		500 un	
Vale do Jiquiricá		500 un	
Sertão do São Francisco		500 un	
Bacia do Rio Grande		500 un	
Bacia do Paramirim		500 un	
Sertão Produtivo		500 un	
Piemonte do Paraguaçu		500 un	
Bacia do Jacuípe		500 un	
Piemonte da Diamantina		500 un	
Semiárido Nordeste II		500 un	
Litoral Norte e Agreste Baiano		500 un	
Portal do Sertão		500 un	
Sudoeste Baiano		500 un	
Médio Rio de Contas		500 un	
Bacia do Rio Corrente		500 un	
Itaparica		500 un	

Programa	Recursos Hídricos		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Piemonte Norte do Itapicuru	500 un	
Meta	Ampliar o acesso à água para produção e dessedentação, através de tecnologias sociais		
	Órgão Responsável	SDR	
	Valor de Alcance	3.752 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	34.107 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		250 un
	Velho Chico		100 un
	Chapada Diamantina		490 un
	Sisal		250 un
	Litoral Sul		50 un
	Extremo Sul		50 un
	Médio Sudoeste da Bahia		50 un
	Vale do Jiquiricá		50 un
	Sertão do São Francisco		160 un
	Bacia do Rio Grande		10 un
	Bacia do Paramirim		200 un
	Sertão Produtivo		200 un
	Piemonte do Paraguaçu		150 un
	Bacia do Jacuípe		130 un
	Piemonte da Diamantina		90 un
	Semiárido Nordeste II		210 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		30 un
	Portal do Sertão		250 un
	Sudoeste Baiano		150 un
	Recôncavo		10 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Bacia do Rio Corrente		25 un
	Itaparica		750 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		16 un
	Metropolitano de Salvador		80 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Implantar sistemas simplificados de abastecimento de água		SIHS	
- Implantar sistemas convencionais e integrados de abastecimento de água		SIHS	
- Implantar adutoras no meio rural		SIHS	
- Implantar sistemas de abastecimento de água em territórios tradicionais e em assentamentos rurais		SIHS	
- Intensificar pesquisas com vistas a viabilizar a implantação de soluções alternativas e inovadoras para sistemas de saneamento rural		SIHS	
- Promover ações de educação socioambiental em intervenções de abastecimento de água na zona rural		SIHS	

Programa	Recursos Hídricos	
- Elaborar projetos de obras de implantação de estruturas hídricas para o meio rural	SIHS	
- Implementar tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano	SJDHDS	
- Articular com a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) a implantação de soluções hídricas para produção, com foco na agricultura familiar, na segurança alimentar, em sistemas produtivos e na comercialização	SDR	
- Articular com a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) a implantação de soluções hídricas em territórios tradicionais	SEPROMI	
- Implementar tecnologias sociais de acesso à água para a produção e dessedentação animal	SDR	
- Promover implantação de sistemas de dessalinização ambientalmente sustentáveis	SEMA	
- Adequar a infraestrutura de abastecimento de água no meio rural	SIHS	
- Implantar soluções hídricas para prover as escolas rurais com água de qualidade	SEC	
- Implantar sistemas de abastecimento de água em localidades rurais que disponham de modelo de gestão	SDR	
Compromisso	Consolidar o abastecimento de água com qualidade na área urbana	
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento	
Meta	Ampliar o número de ligações de água	
	Órgão Responsável	SIHS
	Valor de Alcance	452.043 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	3.738.540 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	16.827 un
	Velho Chico	1.921 un
	Chapada Diamantina	9.576 un
	Sisal	25.920 un
	Litoral Sul	19.913 un
	Baixo Sul	12.722 un
	Extremo Sul	15.756 un
	Médio Sudoeste da Bahia	2.681 un
	Vale do Jiquiricá	13.632 un
	Sertão do São Francisco	974 un
	Bacia do Rio Grande	28.013 un
	Bacia do Paramirim	2.138 un
	Sertão Produtivo	12.055 un
	Piemonte do Paraguaçu	11.512 un
	Bacia do Jacuípe	9.891 un
	Piemonte da Diamantina	9.996 un
	Semiárido Nordeste II	13.853 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	11.018 un
	Portal do Sertão	37.773 un
	Sudoeste Baiano	24.287 un

Programa	Recursos Hídricos		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Recôncavo		26.968 un
	Médio Rio de Contas		14.426 un
	Bacia do Rio Corrente		4.037 un
	Itaparica		5.880 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		7.794 un
	Metropolitano de Salvador		96.784 un
	Costa do Descobrimento		15.696 un
Meta	Reduzir as perdas totais de água na distribuição		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	9,76 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	44,30 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		9,76 %	
Meta	Garantir o índice de potabilidade da água na rede de distribuição		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	100 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		100,00 %	
Iniciativa			Órgão Responsável
- Ampliar sistemas de abastecimento de água			SIHS
- Ampliar sistemas integrados de abastecimento de água			SIHS
- Implantar extensão de rede			SIHS
- Implantar adutoras			SIHS
- Intensificar pesquisas com vistas a viabilizar a implantação de soluções alternativas e inovadoras para sistemas de abastecimento de água			SIHS
- Promover ações de educação socioambiental em intervenções de abastecimento de água em áreas urbanas			SIHS
- Elaborar projetos de obras de implantação e ampliação de estruturas hídricas para o meio urbano			SIHS
- Implantar medidas para redução de perda física			SIHS
- Implantar medidas para redução de perda aparente			SIHS
- Assegurar a qualidade da água fornecida em cumprimento a legislação vigente			SIHS
- Manter a qualificação dos laboratórios de análise da água			SIHS
- Adequar a infraestrutura de abastecimento de água da área urbana			SIHS
Compromisso	Expandir a cobertura do esgotamento sanitário nas áreas urbana e rural		
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento		

Programa	Recursos Hídricos		
Meta	Ampliar o número de ligações de esgoto na área urbana		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	296.638 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.339.232 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		456 un
	Velho Chico		768 un
	Chapada Diamantina		1.289 un
	Sisal		2.826 un
	Litoral Sul		16.902 un
	Baixo Sul		426 un
	Extremo Sul		22.346 un
	Médio Sudoeste da Bahia		42 un
	Vale do Jiquiricá		1.343 un
	Sertão do São Francisco		600 un
	Bacia do Rio Grande		33.284 un
	Bacia do Paramirim		179 un
	Sertão Produtivo		7.272 un
	Piemonte do Paraguaçu		110 un
	Bacia do Jacuípe		33 un
	Piemonte da Diamantina		1.837 un
	Semiárido Nordeste II		1.155 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		792 un
	Portal do Sertão		30.053 un
	Sudoeste Baiano		17.721 un
	Recôncavo		15.857 un
	Médio Rio de Contas		9.166 un
	Bacia do Rio Corrente		60 un
	Itaparica		5.393 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		354 un
	Metropolitano de Salvador		119.239 un
	Costa do Descobrimento		7.135 un
Meta	Atender domicílios rurais com unidades sanitárias		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	3.650 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	895 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		90 un

Programa	Recursos Hídricos	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Velho Chico	355 un
	Chapada Diamantina	1.054 un
	Sisal	172 un
	Litoral Sul	27 un
	Baixo Sul	30 un
	Extremo Sul	11 un
	Médio Sudoeste da Bahia	2 un
	Vale do Jiquiricá	2 un
	Sertão do São Francisco	283 un
	Bacia do Rio Grande	8 un
	Bacia do Paramirim	278 un
	Sertão Produtivo	335 un
	Piemonte do Paraguaçu	2 un
	Bacia do Jacuípe	103 un
	Piemonte da Diamantina	119 un
	Semiárido Nordeste II	48 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	86 un
	Portal do Sertão	29 un
	Sudoeste Baiano	304 un
	Recôncavo	23 un
	Médio Rio de Contas	2 un
	Bacia do Rio Corrente	29 un
	Itaparica	51 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	183 un
	Metropolitano de Salvador	10 un
	Costa do Descobrimento	14 un
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Implantar sistemas de esgotamento sanitário	SIHS	
- Ampliar sistemas de esgotamento sanitário	SIHS	
- Intensificar pesquisas com vistas a viabilizar a implantação de soluções alternativas e inovadoras para sistemas de esgotamento sanitário	SIHS	
- Elaborar estudos e projetos de obras de implantação e ampliação de estruturas de esgotamento sanitário	SIHS	
- Promover ações de educação socioambiental nas intervenções de esgotamento sanitário em áreas urbanas	SIHS	
- Implantar soluções sanitárias domiciliares na área rural	SIHS	
- Promover ações de educação socioambiental nas intervenções de soluções sanitárias em localidades rurais	SIHS	
- Adequar a infraestrutura de esgotamento sanitário	SIHS	
- Implantar módulos sanitários domiciliares	SDR	
Compromisso	Promover a segurança hídrica com foco na redução da vulnerabilidade à eventos naturais extremos	
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento	

Programa	Recursos Hídricos		
Meta	Ampliar o volume de reservação de água		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	98 hm³	
	Referência	Ano	Valor
		2018	54 hm³
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		98 hm³
Meta	Elaborar estudos e projetos para estruturas hídricas de reservação e regularização		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	6 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	5 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Chapada Diamantina		1 un
	Sisal		1 un
	Bacia do Paramirim		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Metropolitano de Salvador		2 un
Meta	Prover as barragens sob responsabilidade do Estado com plano de segurança		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	15 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		2,70 %
	Velho Chico		2,70 %
	Chapada Diamantina		8,10 %
	Sisal		2,70 %
	Litoral Sul		5,40 %
	Baixo Sul		2,70 %
	Sertão Produtivo		10,80 %
	Piemonte do Paraguaçu		8,10 %
	Bacia do Jacuípe		5,40 %
	Piemonte da Diamantina		10,80 %
	Semiárido Nordeste II		2,70 %
	Sudoeste Baiano		13,60 %
	Recôncavo		8,10 %
	Médio Rio de Contas		2,70 %
	Piemonte Norte do Itapicuru		10,80 %

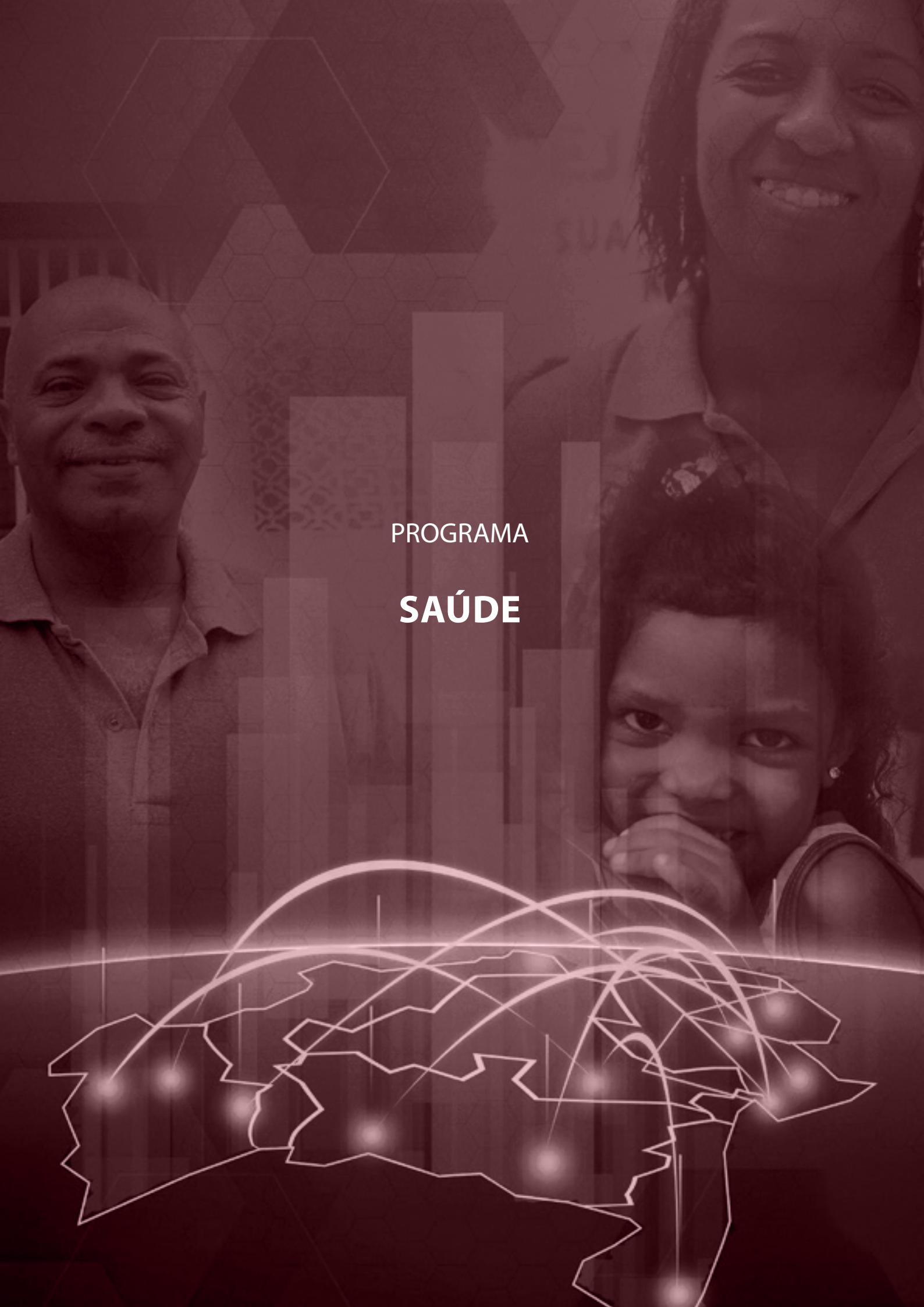
Programa	Recursos Hídricos		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Metropolitano de Salvador	2,70 %	
Meta	Atender com água potável os municípios em situação de emergência		
	Órgão Responsável	CASA CIVIL	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	100,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Construir barragem		SIHS	
- Ampliar a capacidade de barragens		SIHS	
- Perfurar poços		SIHS	
- Elaborar estudos e projetos para estruturas hídricas de reservação e regularização		SIHS	
- Elaborar planos de segurança de barragens, para as estruturas sob a responsabilidade do Estado, com no mínimo 15 metros de altura e 3 hectômetros cúbicos de volume, nos termos da Lei de Segurança de Barragens e com dano potencial médio ou alto		SIHS	
- Apoiar os municípios em situação de emergência e calamidade pública em ações preventivas e de resposta		CASA CIVIL	
- Realizar parceria com órgãos estaduais e federais para utilização de dados já produzidos do monitoramento realizado pela Coordenação de Monitoramento Ambiental e de Recursos Hídricos para apoiar os municípios mais suscetíveis a desastres naturais		CASA CIVIL	
- Adequar a infraestrutura de reservação e regularização		SIHS	
- Operar reservatórios hídricos		SIHS	
- Promover ações de educação socioambiental em obras de infraestrutura de reservação e regulação		SIHS	
Compromisso	Consolidar a Gestão Integrada de Recursos Hídricos com a participação social		
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente		
Meta	Elaborar planos estaduais de saneamento básico e segurança hídrica previstos em lei		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	100,00 %	
Meta	Elaborar planos regionais de saneamento básico		
	Órgão Responsável	SIHS	
	Valor de Alcance	20 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1 un

Programa	Recursos Hídricos		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		1 un
	Chapada Diamantina		1 un
	Sisal		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
	Médio Sudoeste da Bahia		1 un
	Vale do Jiquiricá		1 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Bacia do Paramirim		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Recôncavo		1 un
	Metropolitano de Salvador		1 un
	Meta	Apoiar municípios na elaboração de planos municipais de saneamento básico	
Órgão Responsável		SIHS	
Valor de Alcance		87 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	6 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Irecê		5 un	
Velho Chico		2 un	
Chapada Diamantina		6 un	
Sisal		2 un	
Litoral Sul		3 un	
Baixo Sul		6 un	
Médio Sudoeste da Bahia		3 un	
Vale do Jiquiricá		4 un	
Sertão do São Francisco		2 un	
Bacia do Rio Grande		2 un	
Bacia do Paramirim		4 un	
Sertão Produtivo		8 un	
Bacia do Jacuípe		5 un	
Semiárido Nordeste II		1 un	

Programa	Recursos Hídricos		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Norte e Agreste Baiano		3 un
	Sudoeste Baiano		8 un
	Recôncavo		12 un
	Médio Rio de Contas		9 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
	Metropolitano de Salvador		1 un
	Meta	Elaborar propostas de enquadramento de corpos d'água	
Órgão Responsável		SEMA	
Valor de Alcance		6 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	3 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Estado		6 un	
Meta	Ampliar o cadastramento de usuários de recursos hídricos		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	50,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	18.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		50,00 %
Meta	Ampliar o cadastramento de barragens		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	60,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	340 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		60,00 %
Meta	Implementar a cobrança pelo uso de recursos hídricos		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	6 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		6 un

Programa	Recursos Hídricos		
Meta	Elaborar planos de recursos hídricos		
	Órgão Responsável	SEMA	
	Valor de Alcance	10 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	3 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		10 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Elaborar Plano Estadual de Saneamento Básico		SIHS	
- Elaborar Plano Estadual de Segurança Hídrica		SIHS	
- Elaborar planos regionais de saneamento básico		SIHS	
- Apoiar técnica e financeiramente a elaboração de planos municipais de saneamento básico		SIHS	
- Capacitar equipes técnicas municipais para elaboração de planos municipais de saneamento básico		SIHS	
- Elaborar planos de bacias hidrográficas		SEMA	
- Elaborar propostas de enquadramento de corpos d'água		SEMA	
- Atualizar o balanço hídrico do estado		SEMA	
- Elaborar planos de recuperação de microbacias e da qualidade dos recursos hídricos		SEMA	
- Ampliar o cadastramento de usuários de recursos hídricos		SEMA	
- Ampliar cadastramento de barragens		SEMA	
- Atualizar o Plano Nacional de Recursos Hídricos		SEMA	
- Implementar a cobrança pelo uso de recursos hídricos		SEMA	
Compromisso	Promover a otimização da gestão em infraestrutura hídrica e saneamento		
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Inspeccionar municípios com sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário		SIHS	
- Realizar pesquisas de satisfação com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário		SIHS	
- Aprimorar serviço de atendimento a reclamações/manifestações de usuários de serviços de água e esgoto		SIHS	
- Manter a base de ativos em perfeitas condições de funcionamento		SIHS	
- Adquirir materiais e equipamentos para obras de saneamento		SIHS	
- Institucionalizar modelos de gestão para saneamento rural		SIHS	
- Apoiar tecnicamente as Centrais de Associações Comunitárias para Manutenção de Sistemas de Saneamento no meio rural		SIHS	
- Elaborar resoluções relativas à regulação da atividade de saneamento básico		SIHS	
- Divulgar junto aos usuários de serviços de água e esgoto dos municípios das microrregiões de saneamento, o serviço intinerante de regulação e fiscalização		SIHS	
- Promover ações de melhoria de infraestrutura física e de gestão das unidades e núcleos regionais de saneamento urbano e rural		SIHS	
- Realizar supervisão técnica em obras, serviços e atividades de saneamento		SIHS	
- Elaborar decreto que regulamenta a Lei Estadual de Saneamento Básico		SIHS	
- Estabelecer parcerias para viabilizar a implantação de novas tecnologias no saneamento		SIHS	

Programa	Recursos Hídricos
- Consolidar a implementação da Plataforma Digital de Segurança Hídrica e Saneamento	SIHS
- Promover capacitações e eventos na área de infraestrutura hídrica e saneamento básico	SIHS
- Promover a gestão do Colegiado Microrregional e o suporte administrativo às Entidades Microrregionais, de acordo com a Lei que instituiu as Microrregiões de Saneamento Básico da Bahia	SIHS
- Promover estudos, apoio técnico e gestão, para ampliação da oferta hídrica e ações de saneamento básico	SIHS



PROGRAMA

SAÚDE



SAÚDE

A institucionalização da Seguridade Social no Brasil, firmada na Constituição de 1988, resulta de um longo processo de lutas dos movimentos sociais pela democratização do acesso a políticas que visam a minimizar vicissitudes de uma sociedade historicamente desigual. A partir de então, a saúde, um dos componentes desse sistema, adquire status de direito social e, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), passa a participar do processo de redução das desigualdades. Todavia, o arcabouço jurídico consistente que o embasa, associado aos avanços na capacidade de gestão, nas competências técnica e científica e na qualidade do atendimento não foram suficientes para que o Estado respondesse com a devida efetividade ao amplo volume das demandas acumuladas que se voltam a esse setor.

Esse problema se intensifica no atual contexto nacional, e diante das tendências que nele se gestam. Em termos gerais, evidencia-se baixo dinamismo econômico e significativas taxas de desocupação, sem sinais de recuperação mais célere ou intensa. Além disso, prospecções sobre as recentes alterações nas políticas fiscais para o financiamento do SUS e a extinção de programas ou políticas de apoio às minorias indicam prejuízo das áreas de proteção social e propensão à redução de direitos legalmente estabelecidos.

Desse processo, resultou uma estrutura populacional e econômica territorial e setorialmente concentrada, com intensas assimetrias na distribuição da renda, o que também se evidencia na Bahia. Nessa situação, segundo os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2017, registrava 19% de sua população em situação de pobreza e extrema pobreza e 14% de suas crianças menores de 12 anos estavam em famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, um conjunto de sujeitos sociais dependentes da atenção e de assistência públicas. Ao mesmo tempo, possuía o terceiro maior Índice de Gini do Brasil relativo à renda domiciliar per capita, de acordo com informes do Governo Federal. Outrossim, pela mesma pesquisa, 80% da população baiana é formada por negros, pessoas que têm maior propensão a determinadas patologias e, ao mesmo tempo, menor acesso aos serviços de saúde quando comparados ao não-negros. Além disso, consolida-se a tendência ao envelhecimento populacional, o que exige a proposição de um leque de ações, entre as quais as de saúde, e permanece o descompasso na distribuição e funcionamento de estruturas de saneamento entre seus diferentes espaços e entre suas áreas urbana e rural, algo que repercute nas condições de vida.

Em tal cenário, o governo estadual é instado a ampliar seu protagonismo no encaminhamento de temas centrais ao desenvolvimento, dentre os quais se coloca o da saúde.

Considerando-se a atual conjuntura e os desdobramentos anunciados *vis a vis*, o perfil socioeconômico da Bahia e a multiplicidade de questões que envolvem a saúde, dimensão real e concreta da vida, a equidade

emerge como palavra-chave para propor ações e políticas que respondam às necessidades da sociedade. Por meio dela, é que se coloca em relevo a necessidade de priorizar populações e territórios historicamente excluídos, respeitando-se as necessidades e as especificidades de cada sujeito e grupo social.

É fato que, no conjunto dos programas dos últimos governos, esses grupos mereceram atenção. Um exame de alguns dos indicadores revela, por exemplo, que, entre 2010 e 2017, a taxa de mortalidade infantil decresceu de 21 para 18 óbitos em menores de um ano, por mil nascidos vivos. No mesmo período, a população coberta pela Estratégia Saúde da Família (ESF) passou de 56% para 68%, e a proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária declinou de 18% para 10%. Contudo, na avaliação do espaço intraestadual, apura-se que essas tendências nem sempre se difundiram de modo relativamente equânime nas suas várias Regiões de Saúde (RSs).

Em consequência de fatores que remontam à própria estruturação da Rede de Atenção à Saúde, tal como outros relativos ao perfil e às especificidades históricas de cada uma dessas regiões, as RSs de Barreiras, Cruz das Almas, Jequié e Ribeira do Pombal, distinguindo-se das demais no tocante à questão da mortalidade infantil, apresentaram elevação das taxas, também entre 2010 e 2017. Já em relação à ESF, enquanto a cobertura chegava a mais de 80% em boa parte das RSs, nas de Ilhéus e Camaçari era inferior a 60%. No que se refere às internações, embora haja melhoria em todas as RSs, nas de Salvador, Cruz das Almas, Feira de Santana e Camaçari o indicador oscilou em torno de 7%, o que expressa uma situação bem melhor do que a de Itapetinga e Itabuna, cujos resultados foram próximos a 20%. Essa breve amostra de informações contribui para ratificar a necessidade de compreensão das características de cada uma das regiões, para que se possa atuar de modo mais eficiente e efetivo. E, de igual forma, aponta para a importância de aperfeiçoar os processos de descentralização de suas estruturas, ações e serviços.

Nesses termos, lidar com a problemática da saúde na Bahia implica não só a colocar em evidência, como também articulá-la a questões da ordem do planejamento regional e da proteção social, oferecendo ao seu usuário a qualidade do cuidado e sua segurança, visando ampliar a qualidade de vida da população.

Programa	Saúde				
Ementa	Promover a equidade, a universalidade e a integralidade por meio da implementação da rede de atenção à saúde, mediante a descentralização, qualificação e ampliação do acesso às ações e serviços de saúde, reconhecendo as especificidades locorregionais, com ênfase nas populações em situação de vulnerabilidade, historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Percentual de mortes por causa evitáveis em menores de 5 anos	Negativa	%	2018	63,98	
- Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Primária à Saúde (Atenção Básica) na rede SUS	Negativa	%	2018	24,32	
- Proporção de regiões de saúde que reduziram internações hospitalares em clínica médica por causas selecionadas realizadas fora de região de residência do usuário	Positiva	%	2018	35,71	
- Proporção de regiões de saúde que reduziram internações hospitalares em obstetrícia realizadas fora de região de residência do usuário	Positiva	%	2018	35,71	
- Taxa de abandono da pentavalente no estado	Negativa	%	2017	14,25	
- Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Negativa	/1.000	2018	5,80	
- Taxa de letalidade das formas graves da dengue	Negativa	%	2018	10,34	
Recursos do Programa	R\$ 22.051.088.350				
Compromisso	Aperfeiçoar as ações de vigilância, proteção, promoção e prevenção em saúde nos territórios e em todos os níveis de atenção				
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde				
Meta	Ampliar o número de municípios realizando, no mínimo, quatro ações de vigilância em saúde				
	Órgão Responsável	SESAB			
	Valor de Alcance	75,00 %			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	57,00 %		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		75,00 %			
Meta	Requalificar as ações da rede estadual de frio do programa de imunização				
	Órgão Responsável	SESAB			
	Valor de Alcance	100,00 %			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	0,00 %		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		100,00 %			
Iniciativa			Órgão Responsável		
- Implementar a Rede Estadual de Vigilância à Saúde do Trabalhador			SESAB		
- Implementar as ações de vigilância epidemiológica e prevenção de doenças e agravos			SESAB		

Programa	Saúde		
- Aprimorar a Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública	SESAB		
- Aprimorar o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária	SESAB		
- Implementar as ações de verificação de óbito	SESAB		
- Implementar a descentralização e regionalização das ações de vigilância em saúde	SESAB		
- Realizar campanhas publicitárias e eventos de mobilização direcionados para a proteção, promoção e prevenção em saúde da população	SESAB		
- Aprimorar a gestão do conhecimento e das informações em saúde	SESAB		
- Implementar as ações de vigilância em saúde ambiental	SESAB		
- Implementar as ações e estruturas da rede de frio do programa estadual de imunização	SESAB		
Compromisso	Fortalecer a Atenção Básica de forma integrada e resolutiva		
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde		
Meta	Ampliar o número de municípios que utilizam ao menos dois serviços do Telessaúde		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	417 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	200 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		417 un
Meta	Ampliar a cobertura de saúde da família		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	80,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	73,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		80,00 %
Meta	Ampliar o número de municípios com unidades de Farmácia da Bahia		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	49,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	24,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		49,00 %
Meta	Distribuir unidades farmacêuticas do componente básico da assistência farmacêutica com regularidade para municípios		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	90,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	86,00 %

Programa	Saúde		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	90,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Implantar os serviços de Telessaúde		SESAB	
- Cofinanciar equipes de saúde da família		SESAB	
- Apoiar os municípios para o aprimoramento da gestão e do cuidado em atenção básica		SESAB	
- Apoiar financeiramente a construção de unidade básica de saúde		SESAB	
- Construir unidade básica de saúde		SESAB	
- Implantar academia da saúde		SESAB	
- Construir unidades de Farmácia da Bahia		SESAB	
- Distribuir unidades farmacêuticas do componente básico da assistência farmacêutica		SESAB	
Compromisso	Potencializar a Rede de Atenção à Saúde (RAS) de forma regionalizada, ampliando a equidade de acesso, garantindo a integralidade		
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde		
Meta	Expandir o número de unidades de saúde		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	5 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
Metropolitano de Salvador		1 un	
Meta	Ampliar unidades de saúde		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	23 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	7 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		2 un
	Chapada Diamantina		2 un
	Bacia do Rio Grande		3 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Portal do Sertão		4 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Metropolitano de Salvador		9 un
	Costa do Descobrimento		1 un

Programa	Saúde		
Meta	Reformar unidades de saúde		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	16 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	20 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Sul		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un
Meta	Ampliar o número de municípios assistidos com ações estratégicas de saúde		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	417 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	112 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		417 un
Meta	Expandir o atendimento à demanda de regulação do Sistema Único de Saúde-Bahia (SUS-BA)		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	90,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	69 N/A
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		90,00 %
Meta	Realizar o atendimento das solicitações de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), conforme critérios regulamentados no âmbito do SUS-BA		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	100
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %

Programa	Saúde		
Meta	Garantir aos pacientes elegíveis o atendimento do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD)		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	100,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Expandir a contratualização e o credenciamento de serviços de alta e média complexidade		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	147 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		800 un
Meta	Implantar práticas de gestão, humanização e cuidado farmacêutico em farmácias ambulatoriais sob gestão direta		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		3 un
Meta	Distribuir tratamentos medicamentosos do componente especializado da assistência farmacêutica de forma regular		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	3.882.483 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	946.715
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		3.882.483 un
Meta	Ampliar o número transplantes de órgãos e tecidos		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	5.053 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	868 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		5.053 un

Programa	Saúde		
Meta	Ampliar a implantação de serviço especializado de alta complexidade na Rede de Atenção à Saúde (RAS)		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	47 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	107 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		47 un
Meta	Ampliar o número de regiões com os componentes da Rede de Urgência e Emergência (RUE) implantados e aprovados no plano de ação regional		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	8 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	9 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		8 un
Meta	Ampliar o número de municípios com apoio institucional para o desenvolvimento de ações de atenção à saúde por ciclo de vida e gênero		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	417 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	115 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		417 un
Meta	Ampliar o percentual de municípios com apoio institucional para o desenvolvimento de ações à saúde das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	19,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Ampliar o número de regiões de saúde com unidades hospitalares de referência à gestação de alto risco		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	3 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		4 un

Programa	Saúde		
Meta	Ampliar o número de serviços de atenção a pessoa com deficiência		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	19 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	46 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		19 un
Meta	Ampliar os serviços de atenção psicossocial		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	25 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	285 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		25 un
Meta	Ampliar o número de municípios apoiados na qualificação da atenção às políticas transversais		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	417 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		417 un
Meta	Ampliar o número de policlínicas implantadas		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	7 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	4 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sisal		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Metropolitano de Salvador		2 un
	Costa do Descobrimento		1 un

Programa	Saúde		
Meta	Ampliar o percentual de unidades próprias de saúde com avaliação de desempenho superior a 75%		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	85,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	78,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado	85,00 %	
Iniciativa			Órgão Responsável
- Construir unidade de saúde			SESAB
- Construir unidade de saúde materno infantil			SESAB
- Ampliar unidade de saúde			SESAB
- Ampliar unidade de saúde materno infantil			SESAB
- Reformar unidade de saúde			SESAB
- Reformar unidade de saúde materno infantil			SESAB
- Implementar ações estratégicas de saúde nos municípios			SESAB
- Regular o acesso às avaliações, leitos de internações e procedimentos do SUS-BA, sob gestão estadual, através do Sistema de Urgência e Emergência (SUREM)			SESAB
- Assegurar o acesso ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD), conforme critérios regulamentados			SESAB
- Realizar atendimento em saúde no domicílio			SESAB
- Gerenciar os processos de contratualização e credenciamento dos serviços de saúde de média e alta complexidade, no âmbito do SUS-BA			SESAB
- Disponibilizar tratamentos medicamentosos do componente especializado da assistência farmacêutica			SESAB
- Aprimorar o sistema estadual de captação e transplantes de órgãos e tecidos			SESAB
- Apoiar a implantação de serviço de alta complexidade na Rede de Atenção à Saúde (RAS)			SESAB
- Implementar a atenção aos pacientes com epidermólise bolhosa			SESAB
- Apoiar técnica e financeiramente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)			SESAB
- Apoiar tecnicamente a implantação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA)			SESAB
- Apoiar a qualificação dos leitos hospitalares na Rede de Urgência e Emergência (RUE)			SESAB
- Apoiar tecnicamente os municípios nas ações de atenção à saúde por ciclo de vida e gênero			SESAB
- Apoiar a implantação dos serviços de referência na atenção as pessoas em situação de violência sexual			SESAB
- Aprimorar as ações de atenção à saúde às populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas			SESAB
- Apoiar tecnicamente a implementação da atenção à saúde prisional			SESAB
- Apoiar a implantação dos bancos e/ou postos de coleta de leite humano			SESAB
- Apoiar tecnicamente os municípios no aprimoramento das ações de atenção à saúde materno infantil			SESAB
- Apoiar a implantação da casa de parto normal e casa de gestante, bebê e puérpera			SESAB
- Apoiar tecnicamente a implementação das ações da rede de cuidados à pessoa com deficiência			SESAB
- Fornecer órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção e bolsas de ostomia para as pessoas nas diversas deficiências			SESAB
- Apoiar técnico-financeiramente a implantação de serviços da rede de atenção psicossocial			SESAB

Programa	Saúde
- Apoiar tecnicamente a implementação das ações de saúde bucal na atenção especializada	SESAB
- Apoiar tecnicamente a implementação de práticas integrativas e complementares em saúde	SESAB
- Apoiar tecnicamente os municípios nas ações de alimentação e nutrição e segurança alimentar	SESAB
- Construir policlínicas de saúde	SESAB
- Aquecer policlínicas regionais	SESAB
- Apoiar o funcionamento de consórcio interfederativo de saúde	SESAB
- Ampliar frota de ambulância	SESAB
- Aprimorar a prestação de ações e serviços da assistência farmacêutica	SESAB
- Implementar as ações e serviços das unidades próprias de saúde sob gestão direta	SESAB
- Implementar as ações e serviços das unidades próprias de saúde sob gestão indireta	SESAB
- Implementar as ações e serviços das unidades próprias de saúde sob gestão de Parceria Público Privado (PPP)	SESAB
- Implementar coleta de leite humano - Projeto Bombeiro Amigo do Peito	SSP
- Apoiar o atendimento móvel pré-hospitalar	SSP

Compromisso	Promover a valorização do trabalho e do trabalhador no SUS-BA		
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde		
Meta	Ampliar o número de certificação nos processos formativos em saúde e demais atividades pedagógicas, para trabalhadores, gestores, estudantes, usuários e controle social no SUS-BA		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	50.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	13.590 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		50.000 un
Meta	Qualificar a regulação de vagas de residência, estágios obrigatórios e não obrigatórios em saúde		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	100,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Ampliar o número de unidades próprias de saúde com, no mínimo, quatro Estratégias de Gestão do Trabalho implementadas		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	29 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	10 un

Programa	Saúde		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	29 un	
Meta	Expandir o número de unidades de saúde com dispositivos da Política de Humanização da Atenção e Gestão do SUS-BA nas unidades da SESAB		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	7 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	22 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Metropolitano de Salvador		4 un
Meta	Implementar as ações de gestão do trabalho e educação em saúde no SUS-BA, nas macrorregiões		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	9 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		9 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover formação e/ou qualificação dos trabalhadores do SUS-BA		SESAB	
- Formar agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias		SESAB	
- Formar especialistas na forma de residências em saúde de acordo com as necessidades do SUS-BA		SESAB	
- Ordenar processos formativos de graduação, pós graduação e de nível médio/ técnico de acordo com as necessidades do SUS-BA.		SESAB	
- Implementar o Programa Estadual de Avaliação de Desempenho		SESAB	
- Implementar o Planejamento da Força de Trabalho na SESAB		SESAB	
- Aprimorar as ações de segurança e saúde do trabalhador por meio do Programa de Atenção Integral à Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador (PAIST) da SESAB		SESAB	
- Promover o desenvolvimento funcional do Grupo Ocupacional Serviços Públicos da Saúde (GOSPS)		SESAB	
- Aprimorar a estrutura de negociação coletiva, cargos, carreiras e vencimentos da SESAB		SESAB	
- Consolidar os Núcleos de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (NUGTES) nas unidades da rede SESAB		SESAB	
- Aprimorar fluxos, procedimentos e processos de gestão de pessoas no âmbito da SESAB		SESAB	
- Implantar plano de comunicação para valorização do trabalho e do trabalhador(a) da saúde		SESAB	
- Assegurar relações e processos de trabalho seguros, humanizados e saudáveis na SESAB		SESAB	
- Implantar estratégias para promoção de cultura de paz e não violência no trabalho em saúde nas unidades da rede própria da SESAB		SESAB	
- Implantar o Selo de Humanização em Saúde do SUS-BA (Acreditação hospitalar para humanização)		SESAB	

Programa	Saúde		
- Fortalecer as macrorregionais com ações de gestão do trabalho e educação em saúde	SESAB		
- Colaborar na articulação regional e municipal para adesão dos municípios e efetivação dos cursos	SERIN		
- Realizar inspeções em unidades próprias da SESAB com maior prevalência de ilícitos	SESAB		
- Apoiar a articulação no âmbito regional para conformação das Comissões permanentes de Integração Ensino - Serviço (CIES)	SERIN		
Compromisso	Potencializar a atenção Hematológica e Hemoterápica à população da Bahia		
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde		
Meta	Expandir a estrutura da rede pública estadual de hematologia e hemoterapia		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	1 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Extremo Sul	1 un		
Meta	Ampliar a atenção hemoterápica em unidades da hemorrede pública estadual		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	75,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	73
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	75,00 %		
Meta	Ampliar a atenção hematológica em unidades da hemorrede pública estadual		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	488.500 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	120.811 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Sertão do São Francisco	600 un		
Metropolitano de Salvador	487.900 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Implantar unidade hematológica e hemoterápica		SESAB	
- Aparelhar unidade hematológica e hemoterápica		SESAB	
- Requalificar unidade hematológica e hemoterápica		SESAB	
- Aprimorar estratégias para captação de candidatos à doação de sangue		SESAB	
- Realizar coleta de bolsas de sangue		SESAB	
- Produzir bolsas de hemocomponentes		SESAB	
- Atender às solicitações de bolsas de hemocomponentes		SESAB	
- Implementar estratégias de ampliação do quadro técnico para o atendimento hematológico ambulatorial		SESAB	

Programa	Saúde		
- Qualificar profissionais da rede de hematologia e hemoterapia	SESAB		
- Realizar procedimentos e atendimentos ambulatoriais multidisciplinares	SESAB		
Compromisso	Aprimorar a Gestão Estratégica em Saúde		
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde		
Meta	Ampliar a autonomia e a atuação da auditoria SUS-BA		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	80,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	60,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		80,00 %
Meta	Expandir o número de ouvidorias do SUS-BA		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	103 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	70 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		103 un
Meta	Expandir o número de unidades de saúde da rede própria com prontuário eletrônico		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	18 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	5 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		18 un
Meta	Qualificar as unidades - administrativas e da rede própria - com infraestrutura e recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	18 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		18 un

Programa	Saúde		
Meta	Ampliar o número de pesquisas monitoradas nas unidades próprias da gestão direta, no Programa de Pesquisa para o SUS-BA (PPSUS-BA) e no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	1.316 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	319 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		1.316 un
Meta	Ampliar o número de unidades da rede própria com processo de eficiência de custos		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	11 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	37 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Chapada Diamantina		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Metropolitano de Salvador		8 un
Meta	Aprimorar a articulação interfederativa nas instâncias gestoras do SUS-BA		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	1.160 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	348 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		1.160 un
Meta	Fortalecer as instâncias de controle social		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	417 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	417 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		417 un

Programa	Saúde		
Meta	Elaborar instrumentos de planejamento e gestão do Sistema Único de Saúde		
	Órgão Responsável	SESAB	
	Valor de Alcance	24 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	6 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		24 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Auditar ações, serviços, programas, sistemas e aplicação de recursos do SUS-BA		SESAB	
- Qualificar os processos internos para o fortalecimento da atuação e autonomia da Auditoria do SUS-BA		SESAB	
- Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Anual de Auditoria		SESAB	
- Realizar capacitações de novos ouvidores do SUS-BA		SESAB	
- Distribuir kits de computadores para as novas ouvidorias		SESAB	
- Realizar monitoramento das ouvidorias da rede		SESAB	
- Capacitar profissionais de saúde na utilização do prontuário eletrônico		SESAB	
- Implantar o sistema de informação de prontuário eletrônico		SESAB	
- Melhorar a infraestrutura tecnológica e os recursos de TIC		SESAB	
- Aperfeiçoar a capacidade de gestão de TIC		SESAB	
- Qualificar o monitoramento das pesquisas realizadas nas unidades próprias da gestão direta com a implantação sistema Plataforma Bahia		SESAB	
- Apoiar técnica e cientificamente os CEP		SESAB	
- Apoiar técnica e cientificamente a elaboração de editais de pesquisa para o PPSUS-BA		SESAB	
- Implementar sistema de monitoramento de custos		SESAB	
- Implantar metodologia de racionalização de uso de medicamentos		SESAB	
- Realizar reuniões de pactuação das instâncias gestoras interfederativas		SESAB	
- Apoiar as instâncias de controle social na condução das políticas de saúde		SESAB	
- Elaborar e aprimorar os instrumentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação da política de saúde		SESAB	
- Realizar estudos de linhas do cuidado e modelagem das Redes de Atenção à Saúde (RAS)		SESAB	
Compromisso	Promover a gestão dos recursos administrativos e financeiros para prestação de serviços de saúde SUS-BA		
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Fiscalizar obras e serviços em unidades de saúde		SESAB	
- Reparar a estrutura física das unidades de saúde		SESAB	
- Gerenciar o funcionamento das unidades da hemorrede pública estadual		SESAB	
- Renovar a frota de veículos da SESAB		SESAB	
- Aparentar unidades de saúde		SESAB	
- Apoiar financeiramente ações de melhoria da assistência à saúde		SESAB	
- Apoiar financeiramente municípios na recuperação de unidade de saúde		SESAB	
- Apoiar financeiramente o aparelhamento de unidades de saúde		SESAB	
- Realizar administração de pessoal e encargos do grupo ocupacional de saúde das unidades de saúde da rede própria sob administração direta		SESAB	

Programa	Saúde
- Assegurar o funcionamento de sistema informatizado	SESAB
- Gerenciar o Projeto de Fortalecimento do SUS (PROSUS)	SESAB
- Disponibilizar medicamentos e nutracêuticos em caráter especial	SESAB
- Manter o funcionamento qualificado da Central Farmacêutica da Bahia (CEFARBA) e da Farmácia Integrada de Medicamentos da Atenção Especializada (FIMAE)	SESAB
- Realizar o processamento das informações dos serviços hospitalares e ambulatoriais dos estabelecimentos de saúde	SESAB
- Manter em funcionamento a oferta dos serviços de saúde às pessoas privadas de liberdade no sistema prisional	SESAB

PROGRAMA

**SEGURANÇA
PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL**



SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

A Bahia, no período de 2012 a 2018, registrou 42.447 vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), sendo que, neste último ano, foram registrados 5.631 casos, 80,2% dos quais relacionados ao uso de arma de fogo. Apesar dos intensos investimentos do Governo do Estado na melhoria direta dos serviços de Segurança Pública nos últimos seis anos, algo em torno de R\$858 milhões, a Bahia ainda apresenta um alto índice na taxa de CVLI, de 38 por 100 mil habitantes, ainda que tenha ocorrido, entre 2016 e 2018, uma redução do número de vítimas da ordem de 11%. Na perspectiva dos Territórios de Identidade, temos o Metropolitano de Salvador e o Costa do Descobrimento como aqueles detentores das maiores taxas de CVLI, dentre os 27 territórios existentes.

A redução destes crimes não depende exclusivamente da repressão policial, mas principalmente das políticas sociais de prevenção à violência (primárias e secundárias), ou seja, da ação e esforço conjunto e integrado dos órgãos estaduais, dos três Poderes, pertencentes ao Sistema de Defesa Social. Para ofertar políticas públicas capazes de promover alterações nesta realidade, é imperioso compreender por meio de diagnósticos fundamentados em pesquisas acadêmicas e técnicas e em análise de estatísticas oficiais as características e as causas do fenômeno da violência. Além disso, devem-se alinhar elementos para analisar as especificidades com que ele se apresenta em cada um dos Territórios de Identidade do estado. Especialmente, deve-se buscar entender o perfil dos 40 municípios considerados prioritários para intervenção da Segurança Pública, visto responderem por 64,7% das ocorrências de CVLI na Bahia (SSP/BAHIA, 2018). A estes municípios há de se ofertar políticas públicas integradas e focadas às localidades cujos habitantes estão mais vulneráveis à violência, especialmente as políticas sociais de prevenção primária e secundária (educação, cultura, saúde, segurança, saneamento básico, esporte e lazer, dentre outras).

O caminho proposto neste programa visa a ampliar e a aprofundar estratégias de prevenção à violência, pautadas na promoção de transformações culturais profundas na sociedade, de modo que se consiga fortalecer valores que levem a uma cultura de paz social e a uma maior solidariedade entre os cidadãos. Para tanto, as políticas públicas de enfrentamento à criminalidade devem ser conjugadas com aquelas relacionadas à educação em sentido amplo, de promoção da cidadania e de assistência social, considerando principalmente a faixa etária de 12 a 29 anos, e aqueles grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

O programa de Segurança Pública e Defesa Social contempla o cuidado com a formação, a capacitação e a saúde física e psicológica dos profissionais da Segurança Pública. Para a promoção da paz social, mais do que defensores da lei, torna-se imprescindível fortalecê-los como agentes da paz, o que é viabilizado pela melhoria das condições de trabalho e valorização de seu papel junto à sociedade. Com isso, eleva-se tanto a capacidade do profissional, como a confiança da população nos órgãos de Segurança Pública.

Outro tema relevante no intuito da prevenção à violência diz respeito ao Sistema Penitenciário da Bahia, responsável pela desejada reinserção social daqueles privados de liberdade e dos cumpridores de penas e medidas alternativas. A prestação de assistência social, educacional, de saúde e religiosa, associada à atividade laboral, é primordial para uma reintegração positiva dessas pessoas à sociedade. Seu acolhimento com dignidade e segurança, indiscutivelmente, requer a adequada disponibilidade de vagas e de condições de atendimento nas unidades prisionais para acomodação dos apenados. Neste contexto, é mister a constante qualificação do sistema, com ênfase na capacitação e valorização dos agentes penitenciários para o processo de ressocialização.

Quanto às ações de defesa civil, estas são ofertadas à população em três eixos estruturantes: prevenção; preparação e resposta, gerando um sistema de defesa social para proteger a vida do cidadão. A ocorrência de desastres naturais como: chuvas intensas, deslizamentos, enxurradas e enchentes estão aumentando, no estado, provavelmente repercussões do aquecimento global. Trabalhando nesse contexto, a Superintendência de Defesa Civil promove ações voltadas para os eixos mencionados, buscando, assim, aperfeiçoar a capacidade de prevenção a desastres e de resposta, rápida e efetiva, reduzindo os impactos negativos à população e restabelecendo a normalidade social. Outra iniciativa estadual, voltada à administração pública municipal, é prestar apoio para adequação dos respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano.

No que tange à prevenção e combate a incêndios, o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) vem intensificando a prestação de serviços de análise de projetos e as vistorias em prédios para a emissão de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e de Certificados de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB). Com recursos do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (FUNEBOM) são realizados investimentos tanto na área da segurança contra incêndio e pânico, quanto nas áreas de defesa civil, combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar, busca e salvamento. Em razão do estabelecido pela Lei nº 13.425, o CBMBA oferece apoio aos municípios no cumprimento das instruções técnicas estabelecidas pela norma citada.

Neste PPA, também foram inseridas ações do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) visando à prevenção à violência, por meio de políticas públicas voltadas para a redução das mortes por acidentes de trânsito, principalmente campanhas para educação dos condutores e pedestres. Pretende-se, ainda, por meio do Conselho Estadual de Trânsito (Cetran) fomentar a adesão dos municípios baianos ao Sistema Nacional de Trânsito.

Programa	Segurança Pública e Defesa Social				
Ementa	Fomentar uma cultura de paz, estimulando a solução pacífica de conflitos. Com inteligência e aplicação da filosofia do policiamento comunitário, adotar iniciativas para prevenção à violência e estímulo à assunção da responsabilidade social na busca da redução dos fatores de risco à criminalidade e enfrentamento às diversas formas de agressão à pessoa, ao meio ambiente e ao patrimônio, prioritariamente: o crime organizado, os crimes violentos letais intencionais, crimes contra grupos vulneráveis, especialmente o racismo e o feminicídio, e promover a ressocialização dos custodiados e o atendimento às pessoas em cumprimento de alternativas penais, por meio de políticas sociais de inclusão social. Assim como, promover ações para prevenção de acidentes e desastres naturais; prevenção a incêndios e prevenção de acidentes no trânsito.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
	- Presos por vaga no Estado da Bahia	Negativa	N/A	2019	1,44
	- Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivo às atividades ressocializadoras	Positiva	%	2019	25,52
	- Taxa de atendimento às solicitações de produção da prova material	Positiva	%	2018	95,00
	- Taxa de inquéritos concluídos com autoria	Positiva	%	2018	114,67
	- Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito nos municípios de abrangência	Negativa	/100.000	2018	7,90
	- Variação percentual de edificações em conformidade à legislação estadual de segurança contra incêndio e pânico	Positiva	%	2018	44,01
Recursos do Programa	R\$ 21.738.573.249				
Compromisso	Prevenir a violência e a criminalidade, por meio da cultura de paz, garantia de direitos e filosofia de polícia comunitária de modo a reduzir situações de vulnerabilidade e risco, estimulando relações humanas e condições ambientais pautadas por princípios da não violência, respeito aos direitos humanos, em especial nos municípios com o maior número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)				
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública				
Meta	Atender os municípios prioritários de Segurança Pública com políticas de prevenção, primária e/ou secundária, aos riscos de vulnerabilidade à violência				
	Órgão Responsável	SSP			
	Valor de Alcance	40 un			
	Referência	Ano	Valor		
		-	-		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Irecê		1 un		
	Sisal		2 un		
	Litoral Sul		3 un		
	Baixo Sul		1 un		
	Extremo Sul		2 un		
	Sertão do São Francisco		1 un		
	Bacia do Rio Grande		2 un		
	Piemonte do Paraguaçu		1 un		
Piemonte da Diamantina		1 un			
Litoral Norte e Agreste Baiano		5 un			

Programa	Segurança Pública e Defesa Social	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Portal do Sertão	3 un
	Sudoeste Baiano	1 un
	Recôncavo	2 un
	Médio Rio de Contas	1 un
	Itaparica	1 un
	Metropolitano de Salvador	9 un
	Costa do Descobrimento	4 un
Meta	Capacitar servidores dos órgãos integrantes do Sistema de Defesa Social do Poder Executivo como formadores de facilitadores de práticas restaurativas	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	100 un
	Referência	Ano Valor
		2018 0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance
Meta	Estado	100 un
	Implantar Ronda Maria da Penha em Regiões Integradas de Segurança Pública do estado	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	7 un
	Referência	Ano Valor
		- -
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	1 un
	Litoral Sul	1 un
	Sertão do São Francisco	1 un
	Portal do Sertão	1 un
	Sudoeste Baiano	1 un
	Metropolitano de Salvador	2 un
Meta	Capacitar alunos do ensino infantil e fundamental das redes de ensino Estadual/Municipal e Privada para prevenir e resistir ao uso de drogas ilícitas	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	320.000 un
	Referência	Ano Valor
		2018 312.000 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Estado	320.000 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Capacitar policiais militares dos municípios prioritários como agentes multiplicadores e/ou operadores na filosofia de policiamento comunitário escolar		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	5,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	5,00 %		
Meta	Ampliar o número de visitas e reuniões comunitárias, bem como, de atendimento de ações sociais policiais		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	10,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	10.298 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	10,00 %		
Meta	Ampliar o número de bases comunitárias móveis em operação		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	23 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	67 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Litoral Sul	3 un	
	Sertão do São Francisco	3 un	
	Piemonte do Paraguaçu	3 un	
	Portal do Sertão	3 un	
	Sudoeste Baiano	3 un	
	Metropolitano de Salvador	8 un	
Meta	Capacitar servidores da Polícia Militar da Bahia para atuar conforme a filosofia de Polícia Comunitária nos municípios prioritários		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	2.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	2.000 un		

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Ampliar espaços de leitura nos municípios prioritários de Segurança Pública		
	Órgão Responsável	SECULT	
	Valor de Alcance	40 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	5
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	40 un		
Meta	Ampliar o número de pessoas atingidas em ações de educação para o trânsito		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	108.940 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	99.037 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	108.940 un		
Meta	Ampliar as ações da Operação Paz no Trânsito		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	584 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	470 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	584 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover a responsabilidade social e disseminação da Cultura de Paz - Programa Geração da Paz		SSP	
- Capacitar servidores da segurança pública para atendimento qualificado aos grupos em situação de vulnerabilidade social		SSP	
- Articular a difusão e fortalecimento da Filosofia de Polícia Comunitária		SSP	
- Implementar núcleos de esporte, cultura, arte e lazer		SETRE	
- Desenvolver ações de infraestrutura de esporte e lazer		SETRE	
- Articular a oferta de políticas públicas de promoção da igualdade racial, de proteção dos direitos de indivíduos, povos e comunidades tradicionais como ação de prevenção à violência		SEPROMI	
- Promover articulação com a Secretaria de Segurança Pública, com vistas a implantação e ampliação de estruturas de água e esgotamento sanitário em municípios com maior número de vítimas de crimes violentos letais intencionais		SIHS	
- Articular a oferta de políticas públicas de educação como ação de prevenção à violência		SEC	
- Articular a oferta de políticas públicas de infraestrutura urbana como ação de prevenção à violência		SEDUR	
- Capacitar servidores da Segurança Pública para atuação no âmbito da Prevenção da Violência de Gênero		SPM	
- Promover a prática da justiça restaurativa no âmbito do sistema estadual de segurança pública para construção da paz nas relações humanas		SSP	
- Promover a prática da justiça restaurativa no âmbito da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres para construção da paz nas relações humanas		SPM	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
- Promover a prática da justiça restaurativa no âmbito da rede de saúde estadual para construção da paz nas relações humanas	SESAB		
- Promover a prática da justiça restaurativa no âmbito da rede de ensino estadual para construção da paz nas relações humanas	SEC		
- Promover a prática da justiça restaurativa no âmbito sistema penitenciário estadual para construção da paz nas relações humanas	SEAP		
- Promover a prática da justiça restaurativa no âmbito do sistema estadual de assistência social para construção da paz nas relações humanas	SJDHDS		
- Aparelhar unidades policiais para fortalecimento do trabalho da Ronda Maria da Penha	SSP		
- Capacitar servidores militares na temática de gênero para atuação qualificada na Ronda Maria da Penha	SPM		
- Prevenir o uso de drogas e entorpecentes por crianças e adolescentes, objetivando reduzir as causas primárias da violência e os danos gerados pelo seu consumo	SSP		
- Promover o fortalecimento da filosofia de Polícia Comunitária no Estado da Bahia	SSP		
- Articular com a Secretaria de Segurança Pública a localização de implantação dos espaços de leitura	SECULT		
- Realizar ações culturais nos municípios prioritários de segurança pública	SECULT		
- Articular com a Secretaria de Segurança Pública os roteiros da biblioteca móvel	SECULT		
- Articular com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para a capacitação de servidores como formadores de facilitadores de práticas restaurativas	SSP		
- Realizar atividades para educação no trânsito	SAEB		
- Implantar sinalização do trânsito nos municípios	SAEB		
- Fomentar a integração dos municípios ao Sistema Nacional do Trânsito	SAEB		
- Expandir a cobertura da Operação Paz no Trânsito para o interior do estado	SAEB		
- Qualificar equipe da Operação Paz no Trânsito	SAEB		
Compromisso	Reprimir as diversas formas de violência à pessoa, prioritariamente aos grupos vulneráveis e os crimes contra o meio ambiente, o patrimônio, a administração pública e a ordem tributária, especialmente a criminalidade organizada, a lavagem de dinheiro, corrupção e os crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)		
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública		
Meta	Implantar protocolo de atendimento especializado em delegacias nas Regiões Integradas de Segurança Pública		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	5 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Baixo Sul		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Portal do Sertão		1 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Modernizar a Sala Especial de Escuta e Depoimento para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência da Polícia Civil da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		100,00 %
Meta	Implantar padrão de investigação policial nas unidades da Polícia Civil da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	9 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		9 un
Meta	Ampliar a recuperação de ativos decorrentes das ações de repressão e combate ao crime organizado		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	50,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	15.149.920 R\$
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		50,00 %
Meta	Implantar serviço especializado de atendimento e investigação criminal		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		4 un
Meta	Ampliar a produção de relatórios técnicos de inteligência da Polícia Civil da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	10 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	8 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Ampliar o número de postos de atendimento de serviços de identificação civil e criminal		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	50 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	335 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	50 un		
Meta	Ampliar a capacidade de produção da prova material através da implantação de novos serviços especializados		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	46 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	26 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	46 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Estruturar a Coordenação Estadual de Repressão aos Crimes de Discriminação Racial, Intolerância Religiosa, Orientação Sexual e de Proteção à Pessoa com Deficiência para funcionamento dos protocolos especializados		SSP	
- Fortalecer a delegacia de repressão aos crimes contra a criança e adolescente, com interiorização de ações para proteção à criança e adolescente		SSP	
- Modernizar a investigação criminal, com a padronização de equipamentos de investigação e operações especiais		SSP	
- Estruturar ações de repressão qualificada ao crime organizado, lavagem de dinheiro, corrupção e Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI		SSP	
- Implantar a Coordenação Estadual de Repressão aos Crimes de Discriminação Racial, Intolerância Religiosa, Orientação Sexual e de Proteção à Pessoa com Deficiência; a Coordenação Estadual de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos; a Coordenação de Combate à Corrupção; a Coordenação Estadual de Enfrentamento à Crimes Cibernéticos, com um Laboratório Cyber Crime e realizar Ações conjuntas de fiscalização/inspeção com força tarefa		SSP	
- Realizar ações de inteligência, com estruturação de Núcleos de Inteligência		SSP	
- Expandir os serviços de identificação civil e criminal		SSP	
- Implantar laboratórios de análise de drogas		SSP	
- Prover o funcionamento do serviço de análise criminal e em medicina legal		SSP	
Compromisso	Aperfeiçoar a gestão organizacional e de pessoas dos órgãos do Sistema Estadual da Segurança Pública		
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública		
Meta	Reduzir a taxa de congestionamento dos Processos Administrativos Disciplinares		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	17,20 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	72,46 %

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		17,20 %
Meta	Atender servidores da Polícia Civil no Departamento Médico de Polícia da Polícia Civil da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	11.670 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	11.441 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		11.670 un	
Meta	Ampliar o número de eventos de capacitação realizados		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	268 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	255 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		268 un	
Meta	Implantar Centro de Prevenção e Reabilitação aos Transtornos Ocupacionais na Polícia Militar da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Metropolitano de Salvador		100,00 %	
Meta	Implantar Centros de Referência em Valorização Profissional da Polícia Militar da Bahia no interior do Estado		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Sul		1 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Portal do Sertão		1 un
Sudoeste Baiano		1 un	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Elevar a classificação ao nível 3 de maturidade para os Escritórios de Projetos e Processos do Sistema Estadual de Segurança Pública		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	3 N/A	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		3 N/A
Meta	Ampliar o número de procedimentos de qualificação lançados no arquivo criminal da Polícia Civil da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	22.640 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	21.350 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		22.640 un
Meta	Certificar em gestão da qualidade unidades da Polícia Militar da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	23 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100 un
Meta	Implantar o portal de modernização da gestão da Polícia Militar da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Ampliar o número de servidores atendidos pelas ações do programa de valorização do servidor		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	24,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2.885 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		24,00 %

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Fortalecer o Sistema Correicional	SSP		
- Implantar o Centro de Acolhimento aos servidores da Polícia Civil da Bahia	SSP		
- Capacitar profissionais do Sistema Estadual de Segurança Pública	SSP		
- Capacitar servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública para atendimento qualificado aos grupos em situação de vulnerabilidade social	SSP		
- Capacitar Policiais para a Gestão Estratégica de Pessoas na Polícia Civil da Bahia	SSP		
- Interiorizar ações de capacitação por meio da Academia de Polícia Civil itinerante	SSP		
- Promover a Valorização do Policial Militar	SSP		
- Aperfeiçoar a Gestão Estratégica do Sistema Estadual de Segurança Pública	SSP		
- Modernizar o acervo documental criminal da Polícia Civil da Bahia com digitalização de prontuários de arquivo criminal	SSP		
- Aperfeiçoar a Gestão da Polícia Militar	SSP		
- Modernizar as práticas de gestão e controle da Polícia Militar	SSP		
- Fortalecer o Programa de Valorização do Servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública	SSP		
Compromisso	Aprimorar a atuação penitenciária com atenção no atendimento especializado e na custódia qualificada das pessoas em privação de liberdade, egressos e em cumprimento de alternativas penais		
Órgão Responsável	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização		
Meta	Implantar Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas		
	Órgão Responsável	SEAP	
	Valor de Alcance	4 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	17 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Metropolitano de Salvador		1 un
Costa do Descobrimento		1 un	
Meta	Ampliar o número de vagas carcerárias ativas		
	Órgão Responsável	SEAP	
	Valor de Alcance	1.700 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	12.095 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		533 un
	Sertão Produtivo		533 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		54 un
Portal do Sertão		580 un	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Ampliar o número de vagas em atividades laborativas para pessoas privadas de liberdade e egressos		
	Órgão Responsável	SEAP	
	Valor de Alcance	500 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2.401 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sisal		10 un
	Litoral Sul		30 un
	Baixo Sul		25 un
	Extremo Sul		25 un
	Sertão do São Francisco		30 un
	Portal do Sertão		25 un
	Sudoeste Baiano		35 un
	Médio Rio de Contas		30 un
Meta	Ampliar o número de vagas em capacitação profissional para pessoas privadas de liberdade e egressos		
	Órgão Responsável	SEAP	
	Valor de Alcance	400 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	384 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sisal		10 un
	Litoral Sul		20 un
	Baixo Sul		20 un
	Extremo Sul		20 un
	Sertão do São Francisco		20 un
	Portal do Sertão		20 un
	Sudoeste Baiano		20 un
	Médio Rio de Contas		20 un
	Itaparica		10 un
	Metropolitano de Salvador		210 un
	Costa do Descobrimento		30 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Implantar pelo menos uma ação estruturante de cultura, arte, esporte e lazer em unidades prisionais		
	Órgão Responsável	SEAP	
	Valor de Alcance	13 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sisal		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
Metropolitano de Salvador		5 un	
Meta	Implantar núcleos de monitoração eletrônica		
	Órgão Responsável	SEAP	
	Valor de Alcance	5 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Litoral Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Itaparica		1 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Prestar serviço de acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas punitivas de caráter educativo		SEAP	
- Expandir o serviço de monitoração eletrônica		SEAP	
- Efetuar parcerias com entidades públicas e privadas para ampliação da absorção de mão de obra de custodiados e egressos		SEAP	
- Efetuar parcerias públicas e privadas para capacitação profissional de custodiados e egressos		SEAP	
- Realizar ações estruturantes de cultura, arte, esporte e lazer, para custodiados		SEAP	
- Ativar vagas carcerárias		SEAP	
- Ampliar Unidades Prisionais		SEAP	
- Construir Unidades Prisionais		SEAP	
- Reformar vagas carcerárias de unidades prisionais		SEAP	
Compromisso	Prestar o atendimento qualificado para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade e atendimento à egressos		

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social		
Meta	Ampliar a oferta de vagas da medida socioeducativa de semiliberdade, internação e internação provisória		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	140 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	581 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Extremo Sul		20 un
	Sertão do São Francisco		10 un
	Bacia do Rio Grande		20 un
	Sudoeste Baiano		90 un
Meta	Ampliar o número de adolescentes do sistema socioeducativo participantes do Programa de Egressos		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	22 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	60 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Sudoeste Baiano		10 un
	Metropolitano de Salvador		12 un
Meta	Atender adolescentes em cumprimento de medidas restritivas de liberdade (medida socioeducativa de semiliberdade e internação e internação provisória)		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	581 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	581 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Portal do Sertão		401 un
	Metropolitano de Salvador		180 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Acolher adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade		SJDHDS	
- Acolher adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e internação provisória		SJDHDS	
- Promover a reinserção cidadã dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo		SJDHDS	
- Articular vagas de estágio, no mercado de trabalho, para adolescentes egressos da medida de internação		SJDHDS	
- Oferecer atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas restritivas de Liberdade, por profissionais especializados		SJDHDS	
- Manter em funcionamento as unidades de atendimento socioeducativo		SJDHDS	
- Construir unidade de atendimento socioeducativo		SJDHDS	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Compromisso	Contribuir para a prevenção ao uso abusivo/nocivo de drogas e a inclusão social de usuários de drogas, suas famílias e outros grupos vulneráveis		
Órgão Responsável	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social		
Meta	Realizar atendimentos voltados à prevenção ao uso abusivo/nocivo de substâncias psicoativas (SPA) e à inclusão social de usuários de drogas em situação de vulnerabilidade e risco social		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	60.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	25.946 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Metropolitano de Salvador	60.000 un		
Meta	Implantar Núcleos do Programa Corra pro Abraço em escolas estaduais (ensino médio)		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	11 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Sisal	1 un	
	Litoral Sul	1 un	
	Baixo Sul	1 un	
	Extremo Sul	2 un	
	Piemonte do Paraguaçu	1 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	3 un	
	Metropolitano de Salvador	1 un	
	Costa do Descobrimento	1 un	
Meta	Acolher pessoas com transtornos decorrentes do uso abusivo/nocivo de substâncias psicoativas, em caráter residencial transitório		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	4.800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	2.188 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Irecê	800 un	
	Litoral Sul	400 un	
	Bacia do Rio Grande	400 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	400 un	
	Portal do Sertão	1.200 un	
	Sudoeste Baiano	400 un	
	Piemonte Norte do Itapicuru	400 un	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Metropolitano de Salvador	800 un	
Meta	Capacitar profissionais de equipamentos e serviços públicos, no campo de álcool, crack e outras drogas		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	4.800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.295 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Sisal	200 un	
	Litoral Sul	200 un	
	Baixo Sul	200 un	
	Extremo Sul	100 un	
	Piemonte do Paraguaçu	200 un	
	Litoral Norte e Agreste Baiano	800 un	
	Metropolitano de Salvador	3.000 un	
Costa do Descobrimento	100 un		
Meta	Implantar Centro de Referência em Redução de Danos e Promoção dos Direitos da população em situação de rua e outros grupos vulneráveis		
	Órgão Responsável	SJDHDS	
	Valor de Alcance	1 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Metropolitano de Salvador	1 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Atender grupos vulneráveis ao uso abusivo de substância psicoativa, priorizando pessoas em situação de rua, jovens e adolescentes em vulnerabilidade social, e/ou em processo de criminalização		SJDHDS	
- Inserir adolescentes e jovens moradores de bairros da periferia, em situação de vulnerabilidade social e econômica, em ações de prevenção ao uso abusivo/nocivo de substância psicoativa		SJDHDS	
- Articular interinstitucionalmente oportunidades para inserção no mercado de trabalho e de atividades para geração de renda de pessoas que fazem uso de drogas		SJDHDS	
- Ofertar acolhimento para pessoas com transtornos decorrentes do uso de substância psicoativa, em situação de vulnerabilidade social e econômica, em parceria com organizações da sociedade civil, para oferta gratuita de vagas		SJDHDS	
- Qualificar o atendimento a pessoas usuárias de substância psicoativa, por meio da capacitação de profissionais que atuam em setores pertinentes à prevenção do uso de drogas, assistência e à garantia de direitos		SJDHDS	
- Articular as ações do Programa Corra pro Abraço nas escolas da rede estadual de ensino		SEC	
Compromisso	Aprimorar o sistema de prevenção e respostas às emergências e desastres		
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública		

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Ampliar o número de edificações certificadas em segurança contra incêndio e pânico no estado		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	81,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	7.589 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	81,00 %		
Meta	Implantar o Centro de Gerenciamento de Riscos e Desastres		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Metropolitano de Salvador	100,00 %		
Meta	Ampliar a área de cobertura do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	59,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	53,88 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	59,00 %		
Meta	Implantar centro de perícias e pesquisas de incêndio e explosão do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Metropolitano de Salvador	100,00 %		
Meta	Atender as demandas da administração pública municipal para elaboração de Planos de Contingência		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	60 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	60 un		

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Implantar o Centro Administrativo do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	15,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Metropolitano de Salvador		100,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Ofertar serviços de vistoria em edificações e em áreas de risco		SSP	
- Aperfeiçoar a capacidade estadual para o gerenciamento de riscos e desastres		SSP	
- Melhorar a tempestividade no atendimento às emergências e desastres		SSP	
- Ofertar serviços de perícias e pesquisas de incêndio e explosão		SSP	
- Fomentar a elaboração de Planos de Contingência		SSP	
- Atestar a segurança contra incêndio e pânico em edificações, mediante a emissão de certificados de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou Certificados de Licença do Corpo de Bombeiros		SSP	
- Ofertar serviços de prevenção e resposta às emergências e desastres		SSP	
- Ofertar o serviço de segurança de Bombeiros em eventos populares		SSP	
- Aperfeiçoar a capacidade administrativa do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia		SSP	
Compromisso	Fortalecer o Sistema Estadual de Defesa Civil com ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, assim como, atender a situações emergenciais no território baiano para garantir a integridade física do cidadão		
Órgão Responsável	Casa Civil		
Meta	Assistir municípios declarados em situação de emergência ou calamidade pública		
	Órgão Responsável	CASA CIVIL	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		100,00 %	
Meta	Ampliar o número de planos de contingência municipal prioritariamente em municípios com a presença de barragens		
	Órgão Responsável	CASA CIVIL	
	Valor de Alcance	60 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	20 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		60 un	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Realizar encontros regionais e estadual com caráter educativo, para fortalecimento da rede de Defesa Civil do Estado e sua capacidade de resposta aos desastres		
	Órgão Responsável	CASA CIVIL	
	Valor de Alcance	18 un	
	Referência	Ano	Valor
		2020	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Vale do Jiquiricá		1 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Bacia do Jacuípe		1 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Portal do Sertão		1 un
	Sudoeste Baiano		1 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Itaparica		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		1 un
	Metropolitano de Salvador		2 un
Meta	Implantar o Projeto de Defesa Civil nas Escolas na rede pública		
	Órgão Responsável	CASA CIVIL	
	Valor de Alcance	48 un	
	Referência	Ano	Valor
		2020	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Meta	Estado		48 un
	Realizar campanhas de conscientização sobre a importância das ações preventivas de desastres		
	Órgão Responsável	CASA CIVIL	
	Valor de Alcance	16 un	
	Referência	Ano	Valor
		2020	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		16 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Assistir municípios em situação de emergência ou calamidade pública	CASA CIVIL		
- Apoiar municípios em situação de emergência ou calamidade pública, com a execução de obras preventivas, emergenciais e recuperativas	CASA CIVIL		
- Apoiar materialmente as famílias nos municípios atingidos por calamidade pública ou em situação de emergência	CASA CIVIL		
- Mapear as áreas e situações de risco nos municípios baianos	CASA CIVIL		
- Realizar ações preventivas em proteção social e defesa civil	CASA CIVIL		
- Promover o contínuo aperfeiçoamento técnico dos coordenadores municipais	CASA CIVIL		
- Promover atividades nas escolas públicas estaduais com vistas a formar multiplicadores juvenis capazes de identificar situações de risco e promover o auto-salvamento	CASA CIVIL		
- Realizar a distribuição de cartilhas educativas e coletores juvenis para as comunidades escolares	CASA CIVIL		
- Preparar a comunidade baiana para o enfrentamento de possíveis desastres	CASA CIVIL		
- Produzir aplicativo para celular para divulgação de alerta de desastres	CASA CIVIL		
- Ofertar oficinas de elaboração de planos de contingência para fortalecimento do sistema preventivo de desastres do estado	CASA CIVIL		
- Ofertar capacitação técnica aos coordenadores municipais de defesa civil, fortalecendo a rede de Defesa Civil do Estado e sua capacidade de respostas aos desastres	CASA CIVIL		
Compromisso	Prover os órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação		
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública		
Meta	Ampliar o número de delegacias com a utilização do Sistema Integrado de Gestão e Informação Policial		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	116 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	436 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		9 un
	Chapada Diamantina		4 un
	Sisal		6 un
	Litoral Sul		13 un
	Extremo Sul		6 un
	Médio Sudoeste da Bahia		10 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		6 un
	Bacia do Paramirim		8 un
	Sertão Produtivo		13 un
Bacia do Jacuípe		2 un	
Semiárido Nordeste II		6 un	
Litoral Norte e Agreste Baiano		1 un	
Portal do Sertão		1 un	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Sudoeste Baiano	12 un
	Recôncavo	1 un
	Médio Rio de Contas	1 un
	Bacia do Rio Corrente	8 un
	Piemonte Norte do Itapicuru	5 un
	Costa do Descobrimento	2 un
Meta	Melhorar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação em unidades da Secretaria da Segurança Pública	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	28 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	0 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Estado	28 un
Meta	Incluir Municípios aos serviços integrados de pontos de imagem, comunicação móvel crítica e de monitoramento e sustentação do Centro de Operações e Inteligência e dos Centros Integrados de Comunicação da Secretaria da Segurança Pública	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	84 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	0 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Irecê	2 un
	Velho Chico	2 un
	Chapada Diamantina	3 un
	Sisal	1 un
	Litoral Sul	3 un
	Baixo Sul	2 un
	Extremo Sul	2 un
	Vale do Jiquiricá	4 un
	Sertão do São Francisco	2 un
	Bacia do Rio Grande	2 un
	Bacia do Paramirim	1 un
	Sertão Produtivo	3 un
	Piemonte do Paraguaçu	1 un
	Bacia do Jacuípe	2 un
	Piemonte da Diamantina	1 un
	Semiárido Nordeste II	2 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	4 un
	Portal do Sertão	1 un
	Sudoeste Baiano	1 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Recôncavo		1 un
	Médio Rio de Contas		2 un
	Bacia do Rio Corrente		4 un
	Itaparica		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		3 un
	Metropolitano de Salvador		12 un
	Costa do Descobrimento		2 un
	Meta	Oferecer soluções em segurança pública (mobile ou sistemas web) para os órgãos públicos e a população	
Órgão Responsável		SSP	
Valor de Alcance		6 un	
Referência		Ano	Valor
		2018	0 un
Território de Identidade		Valor de Alcance	
Estado		6 un	
Meta	Ampliar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação das unidades da Polícia Civil da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	116 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	552 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		9 un
	Chapada Diamantina		4 un
	Sisal		6 un
	Litoral Sul		13 un
	Extremo Sul		6 un
	Médio Sudoeste da Bahia		2 un
	Sertão do São Francisco		5 un
	Bacia do Rio Grande		8 un
	Bacia do Paramirim		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Bacia do Jacuípe		12 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		6 un
	Portal do Sertão		10 un
	Sudoeste Baiano		2 un
	Recôncavo		13 un
	Médio Rio de Contas		8 un
	Bacia do Rio Corrente		6 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Piemonte Norte do Itapicuru	1 un
	Costa do Descobrimento	1 un
Meta	Incorporar novas ferramentas digitais ao sistema de gestão do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	3 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	0 un	
Meta	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Estado	3 un
	Proporcionar às unidades do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia melhorias na infraestrutura de tecnologia da informação	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	43 un
	Referência	Ano
		2018
	Valor	
	0 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Chapada Diamantina	1 un
	Litoral Sul	2 un
	Extremo Sul	1 un
	Sertão do São Francisco	1 un
	Bacia do Rio Grande	2 un
	Piemonte do Paraguaçu	1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano	1 un
	Portal do Sertão	1 un
	Sudoeste Baiano	1 un
	Recôncavo	2 un
	Médio Rio de Contas	1 un
	Itaparica	1 un
	Metropolitano de Salvador	27 un
	Costa do Descobrimento	1 un
Meta	Incorporar novas ferramentas digitais às unidades da Polícia Militar da Bahia	
	Órgão Responsável	SSP
	Valor de Alcance	16 un
	Referência	Ano
		2019
	Valor	
	17 un	
Meta	Território de Identidade	Valor de Alcance
	Estado	16 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Atender as unidades de Polícia Militar da Bahia com infraestrutura básica de tecnologia da informação e comunicação		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	200 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		7 un
	Velho Chico		5 un
	Chapada Diamantina		7 un
	Sisal		5 un
	Litoral Sul		7 un
	Baixo Sul		6 un
	Extremo Sul		7 un
	Médio Sudoeste da Bahia		6 un
	Vale do Jiquiriçá		7 un
	Sertão do São Francisco		7 un
	Bacia do Rio Grande		7 un
	Bacia do Paramirim		5 un
	Sertão Produtivo		8 un
	Piemonte do Paraguaçu		7 un
	Bacia do Jacuípe		5 un
	Piemonte da Diamantina		5 un
	Semiárido Nordeste II		6 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		7 un
	Portal do Sertão		8 un
	Sudoeste Baiano		8 un
	Recôncavo		8 un
	Médio Rio de Contas		6 un
	Bacia do Rio Corrente		5 un
	Itaparica		5 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		5 un
	Metropolitano de Salvador		35 un
	Costa do Descobrimento		6 un
Meta	Atualizar licenças e softwares para funcionamento do parque tecnológico da Polícia Militar da Bahia		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	6.600 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		6.600 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
Meta	Aperfeiçoar os sistemas informatizados do Departamento de Polícia Técnica		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	5 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		5 un
Meta	Ampliar as unidades de segurança pública da capital e do interior com telefonia IP/Voip		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	37 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	22 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		2 un
	Chapada Diamantina		3 un
	Litoral Sul		2 un
	Baixo Sul		1 un
	Extremo Sul		1 un
	Vale do Jiquiricá		4 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Bacia do Paramirim		1 un
	Sertão Produtivo		1 un
	Bacia do Jacuípe		2 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		1 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		2 un
	Médio Rio de Contas		1 un
	Bacia do Rio Corrente		3 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		2 un
	Metropolitano de Salvador		6 un
	Costa do Descobrimento		1 un
Meta	Ampliar o número de municípios com infraestrutura de telecomunicação digital		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	47 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	18 un

Programa	Segurança Pública e Defesa Social		
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		2 un
	Velho Chico		2 un
	Chapada Diamantina		3 un
	Sisal		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Baixo Sul		2 un
	Extremo Sul		2 un
	Vale do Jiquiricá		4 un
	Sertão do São Francisco		1 un
	Bacia do Rio Grande		2 un
	Bacia do Paramirim		1 un
	Sertão Produtivo		3 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Bacia do Jacuípe		2 un
	Piemonte da Diamantina		1 un
	Semiárido Nordeste II		2 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		4 un
	Portal do Sertão		1 un
	Recôncavo		1 un
	Médio Rio de Contas		2 un
	Bacia do Rio Corrente		4 un
	Itaparica		1 un
	Piemonte Norte do Itapicuru		3 un
	Costa do Descobrimento		1 un
Meta	Modernizar a sistemática estruturante de análise de dados de inteligência da Superintendência de Inteligência		
	Órgão Responsável	SSP	
	Valor de Alcance	1 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	1 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Disseminar pelas unidades do Sistema Estadual de Segurança Pública o emprego do Sistema Integrado de Gestão de Informação Policial		SSP	
- Fornecer equipamentos de tecnologia da informação e comunicação para as unidades da Secretaria da Segurança Pública		SSP	
- Atualizar os sistemas estratégicos da Secretaria da Segurança Pública		SSP	
- Melhorar a rede de transporte de dados do sistema de videomonitoramento urbano		SSP	
- Implantar o monitoramento e a sustentação de infraestrutura operacional do Centro de Operações e Inteligência		SSP	
- Implantar Pontos de Imagens nos municípios		SSP	
- Implantar soluções mobile e de serviços de software no Sistema Estadual de		SSP	

Programa	Segurança Pública e Defesa Social	
Segurança Pública		
- Fornecer equipamentos de tecnologia da informação e comunicação		SSP
- Manter a rede lógica e elétrica de informática nas unidades da Polícia Civil da Bahia		SSP
- Prover link de dados para as unidades da Polícia Civil da Bahia		SSP
- Implantar o Sistema de Registro de Ocorrências nas Unidades do Corpo de Bombeiros Militar		SSP
- Ampliar o Sistema de Acompanhamento de Processos do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia		SSP
- Implantar o Sistema de Controle de Brigadas		SSP
- Realizar treinamentos nos sistemas		SSP
- Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas		SSP
- Fornecer equipamentos de tecnologia da informação e comunicação		SSP
- Manter a rede lógica e elétrica para informática nas unidades da Corpo de Bombeiros Militar da Bahia		SSP
- Aumentar a velocidade, performance e segurança de link de dados nas unidades do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia		SSP
- Promover melhorias nos sistemas informatizados de gestão e operação das unidades da Polícia Militar da Bahia		SSP
- Fornecer equipamentos e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação para as Unidades da Polícia Militar da Bahia		SSP
- Promover comunicação de dados estável e segura para as unidades da Polícia Militar da Bahia		SSP
- Aperfeiçoar o sistema de tecnologia da informação comunicação da Polícia Militar da Bahia		SSP
- Aperfeiçoar a prestação do serviço de identificação civil		SSP
- Aperfeiçoar a capacidade de identificação criminal		SSP
- Aperfeiçoar a capacidade instalada para emissão de laudos balísticos e identificação de armas		SSP
- Promover a integração do Sistema de Gestão de Laudos e Arquivos Digitais		SSP
- Aperfeiçoar a comunicação entre as unidades do Sistema Estadual de Segurança Pública		SSP
- Expandir a rede digital de telecomunicações para os órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública		SSP
- Fornecer equipamentos de tecnologia da informação e comunicação		SSP
- Implantar sistema de análise de dado criminal		SSP
- Prover suporte técnico para instalação de última milha nas instalações de segurança pública		SECTI
- Prover suporte técnico para o desenvolvimento de aplicativos e soluções em segurança pública		SECTI
Compromisso	Prover a Logística e a Infraestrutura física necessária ao funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública e do Sistema de Defesa Social	
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Promover a logística de apoio ao funcionamento do Sistema de Segurança Pública		SSP
- Garantir a disponibilização de pessoal finalístico		SSP
- Assegurar o funcionamento do Núcleo de Gestão com foco na gestão estratégica do Sistema de Defesa Social		GAB GOV
- Melhorar a infraestrutura física do Sistema Estadual de Segurança Pública		SSP
- Formar servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública		SSP

Programa	Segurança Pública e Defesa Social	
Compromisso	Promover a gestão dos recursos administrativos e financeiros da administração penitenciária e ressocialização	
Órgão Responsável	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Assegurar a custódia humanizada das pessoas privadas de liberdade por meio de boas práticas de gestão da administração penitenciária		SEAP
- Manter em funcionamento a Escola de Administração Penitenciária		SEAP
- Manter a infraestrutura física e de equipamentos de unidades do sistema penitenciário		SEAP
- Prestar atendimento e acompanhamento a cumpridores de alternativas penais		SEAP
- Inserir cumpridores de alternativas penais em políticas socioassistenciais		SEAP
- Manter em funcionamento o serviço de monitoração eletrônica		SEAP
- Desenvolver competências nos servidores das diversas áreas de atuação penitenciária		SEAP

PROGRAMA

**GESTÃO
GOVERNAMENTAL**



GESTÃO GOVERNAMENTAL

De uma perspectiva histórica, a promulgação da Constituição de 1988 simbolizou não apenas a etapa final do processo de transição política pactuada, como também, a adoção da moderna noção de cidadania, lastreada na garantia de direitos sociais, especialmente a seguridade social. A partir de então, e ainda sob influência do contexto maior de enfrentamento do autoritarismo, as implicações para a Administração Pública se revelaram claras: diminuição do campo da discricionariedade e ampliação de sua responsabilização no que se refere à formulação e a execução das políticas públicas, econômicas e sociais.

Entrementes, o término do ciclo expansivo da economia brasileira, em fins dos anos 1970, implicou, além de módicas taxas de crescimento, restrições fiscais crescentes à ação do Estado, que passou a sofrer, também, os efeitos de uma conjuntura internacional desfavorável. Associado a isso, o combate permanente à inflação, com sucessivos planos de estabilização monetária, determinou o caráter da política econômica de todo o período e contribuiu, decisivamente, para deslocar o planejamento governamental enquanto motor do desenvolvimento para uma posição secundária. Não por acaso, é justamente nessa época que as intervenções tipicamente desenvolvimentistas dos Estados nacional e subnacionais, outrora tão necessárias à promoção do desenvolvimento, passam a ser vistas, na ótica de um senso comum capturado pela intransigente e hegemônica retórica neoliberal, como manifestações de estatismo demasiado, o qual, nessa linha de raciocínio, desagua inevitavelmente na crise fiscal.

Mas é somente com Plano Real e seu êxito estabilizador que outras lógicas passam, igualmente, a pautar a gestão pública: a preservação dos denominados fundamentos macroeconômicos, o retorno ao equilíbrio orçamentário clássico e a reforma da Administração Pública, envolvendo, quase sempre, privatizações. Dessa forma, sob auspícios de organismos multilaterais, notadamente o Banco Mundial, desencadeiam-se processos de reforma nos diversos aparelhos de Estado: inicialmente circunscritos à esfera federal, logo em seguida, são direcionados aos governos estaduais.

A partir dos anos 2000, na busca por um novo ciclo de desenvolvimento para o país, assiste-se a um movimento de retomada tanto de importantes investimentos públicos quanto de certo protagonismo da gestão pública, na linha do planejamento central setorializado, de que é exemplo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, a crise econômica que se desencadeia desde 2014 cujos graves efeitos ainda permanecem, termina por frustrar as esperanças de retomada de um desenvolvimento com grande amplitude econômica e social, lançando aos Governos Estaduais, inclusive, novos desafios.

Assim, nos últimos anos, o Governo da Bahia tem voltado suas atenções para a necessidade premente de integrar seus principais instrumentos de Planejamento e Gestão, na linha de um autêntico processo de pla-

nejamento estratégico integrado e em consonância com suas diretrizes de desenvolvimento de longo prazo. Tendo envolvido as mais diversas secretarias, esse processo representou importante subsídio à elaboração deste PPA, particularmente do seu Programa Gestão Governamental, de modo a revesti-lo da mesma consistência característica dos demais programas. Nesse sentido, foram levantados e aprofundados temas e questões cruciais da gestão pública, quais sejam, a efetividade e resolutividade das políticas públicas, o equilíbrio fiscal, a racionalização do gasto público, a canalização de investimentos públicos para a promoção do desenvolvimento, a eficiência do setor estatal, a qualificação permanente dos quadros governamentais, etc. Desse modo, o Programa Gestão Governamental nasce sob o patrocínio de importantes aportes produzidos no âmbito do próprio governo, mas com efetiva colaboração de outras instituições, a exemplo de universidades, o que permitiu, destacadamente, maior embasamento na elaboração dos seus compromissos, os quais encerram, em si mesmos, preocupações com relevantes problemáticas governamentais.

Portanto, para que o Governo da Bahia possa impulsionar um novo processo de desenvolvimento, de largo alcance setorial e espacial capaz de produzir efetivas transformações quantitativas e qualitativas na realidade social e econômica estadual, torna-se fundamental promover a melhoria e a modernização da sua gestão pública, com ênfase na manutenção do equilíbrio fiscal, na retomada dos investimentos, na racionalização do gasto, no aumento da eficiência dos processos, na busca por maior eficácia e efetividade das políticas públicas, na transparência das ações governamentais e na garantia de participação e controle social, entre outros importantes aspectos. Em outras palavras, todos esses fatores devem estar alinhados a um modelo de desenvolvimento que contribua, decisivamente, para a superação de cruciais questões sociais e econômicas, respeitando-se os princípios da sustentabilidade ambiental e a diversidade territorial do estado, bem como para a redução significativa dos notórios déficits na qualidade de bens e serviços ofertados à população baiana.

Em seus desdobramentos, as estratégias de modernização e reestruturação da gestão pública devem, igualmente, atender a novas demandas, geradas pelo próprio processo de desenvolvimento, expressando-se em arranjos institucionais e organizativos inovadores e inteligentes e na qualificação permanente dos quadros do serviço público, fatores essenciais para o fortalecimento da governança estratégica. Nesses termos, para que o Estado da Bahia promova transformações de vulto na sua gestão governamental, ultrapassando os tradicionais limites da manutenção da ordem pública, arrecadação tributária e garantia de contratos, e atingindo um patamar de formulação, execução e gestão de políticas públicas mais efetivas e adequadas às justas demandas da sociedade, são fundamentais o fortalecimento das suas distintas capacidades – político-institucional, fiscal, organizativa etc. – e a completa e inadiável profissionalização do serviço público.

Nesse sentido, a incorporação de conhecimentos científicos, tecnologias e inovações aos ciclos das políticas públicas, ao articular e disseminar, no interior das estruturas governamentais, os saberes gerados pelas universidades por instituições e centros de pesquisa diversos, possibilitará uma mais eficiente gestão de processos e pessoas, o acesso ampliado a múltiplos dados e informações e, conseqüentemente, maior resolutividade dos processos, elevação da produtividade do servidor e aperfeiçoamento das relações da sociedade civil com o Estado.

Além disso, a consolidação, na esfera pública, de uma política territorial com participação social vai ao encontro da necessidade imperiosa de indução do desenvolvimento em largas porções do território estadual, considerando-se as históricas desigualdades regionais e os volumes de investimentos requeridos para superá-las. Para tanto, requer-se, entre outros aspectos, o fortalecimento de múltiplos arranjos político-institucionais intraestaduais e interfederativos, a exemplo de modalidades diversas de consórcios públicos, políticas e ações promotoras da descentralização e articulações com municípios e segmentos sociais organizados.

Programa	Gestão Governamental			
Ementa	Aprimorar a gestão governamental, propiciando a inovação e a melhoria contínua na oferta de políticas, bens e serviços à população, com observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Promover a gestão colaborativa e a elevação da eficiência dos processos, da qualificação e produtividade do servidor, e sua valorização. Potencializar a arrecadação de receitas públicas, com reforço ao equilíbrio fiscal e à racionalização do gasto público. Fortalecer a política territorial enquanto vetor de planejamento e desenvolvimento sustentável. Estimular a transparência na gestão pública e garantir os mecanismos favoráveis à participação e ao controle social.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Nível de Satisfação do cidadão na avaliação do atendimento da rede Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)	Positiva	%	2018	92,80
- Poupança corrente	Negativa	%	2017	96,38
- Proporção de instituições públicas estaduais usuárias de geoinformação	Positiva	%	2018	22,00
Recursos do Programa	R\$ 3.070.659.010			
Compromisso	Promover política articulada de investimentos públicos e de atração de inversões privadas para a expansão, diversificação e desconcentração espacial da base econômica estadual, orientada por diretrizes estratégicas de transformações estruturais contidas no planejamento de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável			
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento			
Iniciativa			Órgão Responsável	
- Promover a captação dos recursos previstos para o desenvolvimento do Estado			SEFAZ	
- Assistir as Secretarias quanto aos projetos de parcerias público-privadas do Estado da Bahia			SEFAZ	
- Promover a integração e convergência entre os diversos instrumentos e mecanismos de atração de investimentos			SEPLAN	
- Promover estudos, pesquisas e projetos para a ampliação, diversificação e desconcentração espacial da base econômica do Estado			SEPLAN	
- Construir a tabela de recursos e usos e a matriz insumo-produto do Estado			SEPLAN	
- Consolidar uma carteira de projetos, em articulação com as estratégias de longo prazo para o desenvolvimento econômico e social			SEPLAN	
- Disponibilizar linhas de financiamento para projetos de investimentos em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico			SEFAZ	
- Disponibilizar linhas de financiamento para implantação e ampliação de empreendimentos em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico			SEFAZ	
- Realizar estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico			SEFAZ	
- Promover a organização, a participação e o monitoramento de eventos, visitas e missões internacionais			GAB GOV	
- Acompanhar projetos estratégicos de longo prazo para promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado			GAB GOV	
- Promover investimentos privados considerados estratégicos para o desenvolvimento do Estado			SDE	
- Promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da agricultura familiar e economia solidária, assegurando, a esses segmentos, uma participação nas compras da Administração Estadual			SDR	
Compromisso	Promover a produção e incorporação de conhecimentos científicos, tecnologias e inovações para aplicação e difusão na Administração, especialmente no ciclo da política pública, mediante articulação de saberes gerados por universidades, instituições e grupos de pesquisa diversos			

Programa	Gestão Governamental		
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação		
Meta	Promover ações que contribuam com soluções tecnológicas para melhoria da Gestão Pública		
	Órgão Responsável	SECTI	
	Valor de Alcance	100 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100 un		
Meta	Elaborar estudos de temas considerados estratégicos para a formulação e gestão de políticas públicas		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	6 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	6 un		
Meta	Produzir publicações resultantes de estudos e pesquisas		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	42 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	42 un		
Meta	Realizar eventos de fomento à produção de conhecimento sobre a Bahia		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	12 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	12 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover o desenvolvimento e a incorporação de soluções tecnológicas para o aperfeiçoamento da gestão pública		SECTI	
- Implantar um laboratório de governo com vistas à construção de soluções para melhoria da gestão pública		SECTI	
- Fomentar pesquisas para introdução de novas tecnologias na gestão pública		SECTI	
- Realizar pesquisas socioeconômicas para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais		SEPLAN	
- Prover informações estatísticas e indicadores socioeconômicos para subsidiar o ciclo de planejamento e gestão governamental		SEPLAN	

Programa	Gestão Governamental
- Elaborar estudos de temas considerados estratégicos para a formulação e gestão de políticas públicas	SEPLAN
- Disseminar metodologia digital e colaborativa para a elaboração de estudos estratégicos para a Bahia	SEPLAN
- Articular a produção e disseminação de estudo para subsidiar política de enfrentamento da violência contra as mulheres	SPM
- Produzir publicações resultantes de estudos e pesquisas	SEPLAN
- Realizar eventos de fomento à produção de conhecimento sobre a socioeconomia da Bahia	SEPLAN
- Prover a infraestrutura tecnológica necessária à produção e disponibilização de estudos, pesquisas, indicadores e geoinformação	SEPLAN
- Desenvolver produtos de tecnologia da informação para subsidiar a formulação de políticas públicas para o Estado da Bahia	SEPLAN
- Articular as universidades estaduais à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) para promoção de pesquisa sobre metodologia e desenvolvimento da educação básica	SEC
- Potencializar a incorporação e difusão de soluções de tecnologia da informação e comunicação inovadoras e de transformação digital	SAEB
- Articular a elaboração de estudos e pesquisas relacionados à atividade turística	SETUR

Compromisso	Potencializar a arrecadação de receitas correntes, com reforço à manutenção do equilíbrio fiscal
--------------------	--

Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda
--------------------------	-----------------------

Iniciativa	Órgão Responsável
- Aprimorar os sistemas informatizados da área fazendária e da administração financeira para melhoria dos processos de controle contábeis e financeiros	SEFAZ
- Otimizar a infraestrutura física fazendária, mediante requalificação das edificações e renovação da frota de veículos	SEFAZ
- Melhorar o desempenho da administração tributária e a arrecadação dos tributos estaduais, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos e modelo de gestão	SEFAZ
- Assegurar o funcionamento dos serviços de fiscalização, arrecadação, acompanhamento e avaliação de tributos	SEFAZ
- Aperfeiçoar o processo do contencioso e recuperação de crédito tributário para incremento das receitas tributárias	SEFAZ
- Disseminar a política de educação fiscal tributária	SEFAZ
- Aprimorar a gestão de pessoas, mediante programas de capacitação, implantação de novas tecnologias e processos de educação	SEFAZ
- Fomentar a integração com outros órgãos e instituições de interesse público, através de intercâmbio de cooperação técnica nacional e internacional	SEFAZ
- Aperfeiçoar os mecanismos de controle interno, correição e transparência fiscal	SEFAZ
- Aprimorar os processos e os controles administrativos para eficiência da gestão fazendária	SEFAZ
- Aperfeiçoar os processos de atendimento ao contribuinte e cidadão	SEFAZ
- Modernizar a gestão dos serviços de tecnologia da informação e de comunicação, através da utilização de novas ferramentas	SEFAZ
- Otimizar a gestão da dívida pública através do desenvolvimento de uma nova versão web do Sistema da Dívida Pública (SDP)	SEFAZ
- Gerenciar a execução das ações do Projeto de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado (Profisco)	SEFAZ
- Melhorar a governança pública para a eficiência da administração fiscal	SEFAZ

Compromisso	Promover a otimização do gasto público, com ênfase na inovação logística e na racionalização do custeio, em busca da eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública
--------------------	---

Órgão Responsável	Secretaria da Administração
--------------------------	-----------------------------

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Reduzir as despesas com serviços terceirizados centralizados no Centro Administrativo da Bahia (CAB)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	20,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	191.377.187 R\$
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		20,00 %	
Meta	Elevar a participação da modalidade licitatória pregão eletrônico na aquisição de bens e serviços		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	85,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	81,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		85,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Centralizar a gestão e contratação dos serviços terceirizados no Centro Administrativo da Bahia (CAB)		SAEB	
- Aperfeiçoar o monitoramento dos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual		SAEB	
- Aperfeiçoar o conhecimento técnico dos pregoeiros e integrantes das comissões de licitação		SAEB	
- Implementar metodologia e sistema para apuração de custos de bens e serviços públicos prestados à sociedade		SEFAZ	
Compromisso	Consolidar a Política Territorial enquanto vetor de planejamento para o desenvolvimento socioeconômico, solidário e sustentável, com garantia de participação e controle social e ampliação da representatividade e diversidade dos espaços e mecanismos participativos, incluindo conselhos e colegiados territoriais, nos processos de formulação e gestão da política pública		
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Potencializar a pactuação para a execução de políticas públicas em parceria com os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter)		SEPLAN	
- Subsidiar, com dados e informações, a definição da configuração dos limites dos territórios de identidade		SEPLAN	
- Promover discussão em plataforma colaborativa sobre a regionalização para o planejamento do Estado		SEPLAN	
- Elaborar proposta para a regulamentação da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado, Lei Estadual 13.214, de 29 de dezembro de 2014		SEPLAN	
- Prover condições técnicas, administrativas e político-institucionais para atuação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter)		SEPLAN	
- Disponibilizar informações de apoio à gestão da política territorial		SEPLAN	
- Promover a territorialização das atividade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes), com destaque para o acompanhamento nos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) e nas Alianças Produtivas Territoriais (APT)		GAB GOV	
- Fortalecer o Núcleo Territorial de Educação como órgão gestor da política educacional		SEC	

Programa	Gestão Governamental		
no âmbito territorial			
Compromisso	Promover a segurança jurídica, com ênfase no aperfeiçoamento e ampliação das atividades de consultoria, assessoramento jurídico, e a representação judicial e extrajudicial do Estado, bem como a cobrança de créditos tributários e não tributários, fomentando a adoção de métodos alternativos de resolução de conflitos		
Órgão Responsável	Procuradoria Geral do Estado		
Meta	Ampliar as atividade de consultoria, assessoramento jurídico e representação judicial e extrajudicial do Estado		
	Órgão Responsável	PGE	
	Valor de Alcance	15,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	200.000 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	15,00 %		
Meta	Aperfeiçoar a cobrança da dívida ativa do Estado, com base na média de recuperação dos últimos 4 anos		
	Órgão Responsável	PGE	
	Valor de Alcance	5,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	4,12 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	5,00 %		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Aprimorar a comunicação interna e externa		PGE	
- Assumir as atividades de representação judicial e extrajudicial de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas		PGE	
- Exercer as ações de representação judicial e extrajudicial, consultoria e assessoramento do Estado		PGE	
- Potencializar a cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa		PGE	
- Realizar ações de resolução consensual de conflitos		PGE	
- Manter parque computacional atualizado		PGE	
- Promover a implantação e sustentação de soluções tecnológicas		PGE	
- Aperfeiçoar a segurança em tecnologia da informação e comunicação		PGE	
- Expandir o uso de tecnologias e ferramentas de suporte à atuação jurídica		PGE	
- Implementar programa de capacitação continuada para o aperfeiçoamento jurídico dos procuradores, analistas e assistentes da Procuradoria Geral do Estado (PGE)		PGE	
- Implementar projeto de gestão de pessoas na Procuradoria Geral do Estado (PGE)		PGE	
- Estruturar o modelo de gestão de conhecimento da Procuradoria Geral do Estado (PGE)		PGE	
Compromisso	Aprimorar a integração dos sistemas, modelos e instrumentos de planejamento e gestão, com ênfase na gestão do conhecimento, na tecnologia da informação e comunicação e no fortalecimento da governança estratégica		
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento		

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Consolidar o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege)		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100,00 %		
Meta	Disponibilizar os produtos que constituem o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI Bahia 2035)		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100,00 %		
Meta	Ampliar o assessoramento a órgãos e entidades para incorporação de práticas de gestão estratégica organizacional		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	30,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	30,00 %		
Meta	Implementar o modelo de governança de tecnologia da informação e comunicação		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100,00 %		
Meta	Ampliar a virtualização de serviços públicos		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	265 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	585 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	265 un		

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Implantar o modelo de virtualização de serviços públicos		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Implantar o sistema de logística		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Acompanhar ações financiadas com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcep)		CASA CIVIL	
- Finalizar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI Bahia 2035), contemplando indicadores, análise jurídica dos instrumentos, carteira de projetos e modelo de governança		SEPLAN	
- Sistematizar o processo de planejamento estratégico de longo prazo para o desenvolvimento do Estado		SEPLAN	
- Implementar o sistema de informação, monitoramento e avaliação da Política de Convivência com o Semiárido, nos termos do artigo 20 da Lei 13.572, de 30 de agosto de 2016		SEPLAN	
- Disseminar, por meio de painéis digitais, informações sobre a execução do Plano Plurianual (PPA)		SEPLAN	
- Desenvolver pesquisas e estudos avaliativos para programas selecionados		SEPLAN	
- Implementar um observatório de planejamento e gestão estratégica de políticas públicas		SEPLAN	
- Implementar rede integrada, colaborativa e inovadora de promoção de coordenação articulada nos processos de elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas		SEPLAN	
- Aprimorar a integração, o desenho e o suporte tecnológico dos processos do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege)		SEPLAN	
- Implementar um modelo de gestão do conhecimento na área de planejamento e gestão estratégica governamental		SEPLAN	
- Apoiar as relações intersetoriais e interinstitucionais estabelecidas para o fortalecimento da governança estratégica		SERIN	
- Instituir o novo marco legal do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege)		SEPLAN	
- Implementar o modelo de governança do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege)		SEPLAN	
- Aperfeiçoar os modelos da estrutura organizacional da Administração Pública		SAEB	
- Impulsionar a incorporação de práticas de gestão estratégica organizacional nos órgãos e entidades da Administração Estadual		SAEB	
- Implementar modelo de governança de tecnologia da informação e comunicação		SAEB	
- Fomentar o uso compartilhado de recursos de infraestrutura, serviços e soluções integradas de tecnologia da informação e comunicação entre órgãos e entidades		SAEB	

Programa	Gestão Governamental		
públicas			
- Aperfeiçoar a logística de suprimentos do Estado		SAEB	
- Implantar o modelo de virtualização de serviços públicos		SAEB	
- Disponibilizar serviços públicos em plataforma virtual		SAEB	
Compromisso	Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas, com ênfase na qualificação e capacitação continuada dos servidores, no reconhecimento e incorporação de competências, na gestão e desenvolvimento de carreiras, na gestão do conhecimento e no provimento de adequadas condições de trabalho e valorização do servidor		
Órgão Responsável	Secretaria da Administração		
Meta	Potencializar a capilaridade na oferta de capacitação		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	5,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	5,00 %		
Meta	Implantar a Escola de Governo		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	100,00 %		
Meta	Ofertar, por meio da Universidade Corporativa do Serviço Público da Secretaria da Administração (UCS/Saeb), capacitação aos servidores dos quadros técnicos e de gestão da Administração Pública		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	52.500 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Litoral Sul	1.000 un	
	Portal do Sertão	1.000 un	
	Sudoeste Baiano	500 un	
Metropolitano de Salvador	50.000 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Implementar estratégias compartilhadas de reconhecimento e valorização do servidor		SAEB	
- Realizar seleção de profissionais para atuar no serviço público		SAEB	
- Promover a fiscalização, a normatização e o controle para atuação funcional		SAEB	
- Aperfeiçoar a gestão de carreiras, compatibilizando-as com as funções de Estado		SAEB	
- Implementar a avaliação de desempenho para os servidores integrantes de carreiras		SAEB	

Programa	Gestão Governamental
do Estado	
- Disponibilizar o material produzido nos cursos oferecidos	SAEB
- Realizar ações de prevenção de doenças crônicas e assistência à saúde dos beneficiários do Planserv	SAEB
- Ofertar, por meio da Universidade Corporativa do Serviço Público da Secretaria da Administração (UCS/Saeb), capacitação aos servidores dos quadros técnicos e de gestão da Administração Pública	SAEB
- Prover a infraestrutura, soluções e serviços de tecnologia da informação e comunicação, necessários à gestão de recursos humanos do Estado	SAEB
- Elaborar o modelo de gestão integrada da Escola de Governo	SAEB
- Institucionalizar o modelo de gestão integrada da Escola de Governo	SAEB
- Implementar um plano integrado de capacitação para as áreas de Administração, Planejamento e Finanças Públicas	SAEB
- Ampliar a capacidade tecnológica para Educação à Distância (EAD)	SAEB
- Implantar núcleos regionais da Universidade Corporativa do Serviço Público da Secretaria da Administração (UCS/Saeb)	SAEB
- Aperfeiçoar os mecanismos normativos institucionais para a capacitação e formação de agentes públicos, de organizações parceiras e da sociedade civil	SAEB
- Promover a qualificação dos servidores e empregados públicos	SAEB

Compromisso	Promover a produção, manutenção e uso integrado de conhecimentos e informações dos diversos órgãos da Administração, com ênfase no provimento de geoinformação de referência e temática, com tempestividade e confiabilidade, e na sua disponibilização à sociedade, com articulação de sistemas e bases de dados oficiais		
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento		
Meta	Implementar modelo de integração das bases de dados oficiais do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Produzir geoinformação de referência em escala 1:25.000 para cobertura do território baiano		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Produzir geoinformação temática do uso atual das terras para cobertura do território baiano		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	80,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	20,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		80,00 %	
Meta	Promover a atualização de limites interestaduais, intermunicipais e interdistritais		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		100,00 %	
Meta	Consolidar a Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia (IDE-Bahia)		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		100,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Elaborar um modelo de governança para a promoção e gestão da política de integração das bases de dados oficiais do Estado da Bahia		SEPLAN	
- Formalizar, por meio de instrumento legal, a política de integração das bases de dados oficiais do Estado da Bahia		SEPLAN	
- Promover junto às Secretarias a disponibilização de dados e informações de interesse para integração das bases de dados oficiais		SEPLAN	
- Disponibilizar dados e informações da Plataforma Digital de Segurança Hídrica e Saneamento (Portal da Água) para integrar as bases de dados oficiais		SIHS	
- Disponibilizar dados e informações do Sistema Estadual de Segurança Pública (Sesp) para integrar as bases de dados oficiais		SSP	
- Desenvolver método de análise de informações de bancos de dados utilizando big data, inteligência artificial e mineração de dados para gerar conhecimentos e subsidiar a formulação de políticas públicas na Bahia		SEPLAN	
- Criar plataforma de dados estatísticos abertos em rede colaborativa		SEPLAN	
- Disponibilizar dados e informações sobre as políticas educacionais para integrar as bases de dados oficiais		SEC	
- Produzir geoinformação de referência em escala 1:25.000 para cobertura do território baiano		SEPLAN	
- Implementar um sistema de informações geográficas para manutenção de banco de dados geoespaciais de referência		SEPLAN	
- Produzir geoinformação temática do uso atual das terras para cobertura do território baiano		SEPLAN	
- Implementar o sistema de informações geográficas para manutenção de banco de		SEPLAN	

Programa	Gestão Governamental		
dados geoespaciais temáticos			
- Produzir geoinformação temática das unidades escolares das redes pública e privada de ensino		SEC	
- Elaborar propostas para atualização de limites interestaduais em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os estados limítrofes		SEPLAN	
- Elaborar propostas para atualização de limites intermunicipais		SEPLAN	
- Elaborar propostas para atualização de limites interdistritais em parceria com os municípios baianos		SEPLAN	
- Implementar um sistema de informações geográficas para localização de pontos de controle em relação a limites territoriais		SEPLAN	
- Promover, junto à Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar), a atualização do plano de ação da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia (IDE-Bahia), consoante o Decreto 16.219, de 24 de julho de 2015		SEPLAN	
- Promover, junto à Comissão Nacional de Cartografia (Concar), a adesão da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia (IDE-Bahia) à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde)		SEPLAN	
- Aprimorar o sistema de cadastro de metadados da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia (IDE-Bahia)		SEPLAN	
- Manter a plataforma tecnológica da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia (IDE-Bahia)		SEPLAN	
- Implementar sistema estadual de informações da agricultura familiar		SDR	
Compromisso	Fortalecer arranjos político-institucionais de mútua colaboração intraestaduais interfederativos, interpoderes e entre Estado e sociedade na gestão e execução de políticas públicas, com ênfase na descentralização político-administrativa		
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento		
Meta	Promover a capacitação de gestores e técnicos de consórcios públicos		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	200 un	
	Referência	Ano	Valor
		-	-
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		200 un
Meta	Ampliar a proporção de municípios participantes de consórcios públicos multifinalitários		
	Órgão Responsável	SEPLAN	
	Valor de Alcance	10,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	63,31 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10,00 %

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Ofertar oportunidades de capacitação e formação a agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	2.880 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	250 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		2.880 un
Meta	Estruturar instrumentos normativos e orientativos do Programa de Organizações Sociais		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	3 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		3 un
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Instituir a política estadual de apoio e fomento aos consórcios públicos		SEPLAN	
- Prestar suporte técnico para o aprimoramento dos consórcios públicos		SEPLAN	
- Promover a formação de gestores e equipes técnicas dos consórcios públicos		SEPLAN	
- Potencializar a participação dos municípios nos consórcios públicos		SEPLAN	
- Disseminar boas práticas e casos de sucesso de consórcios públicos		SEPLAN	
- Implementar um fórum virtual de discussão e assessoramento aos consórcios públicos		SEPLAN	
- Promover, junto aos órgãos governamentais, a execução de políticas públicas por meio de consórcios públicos		SEPLAN	
- Cooperar com os municípios na elaboração dos seus planos plurianuais		SEPLAN	
- Acompanhar a execução de projetos estratégicos de desenvolvimento econômico e social junto às entidades de cooperação federativas e interfederativas que estabeleçam parcerias e articulações com órgãos públicos no âmbito federal, estadual e municipal		GAB GOV	
- Apoiar as relações interinstitucionais estabelecidas para a criação e manutenção de consórcios públicos municipais		SERIN	
- Aprimorar o sistema de informações para gestão de relações institucionais		SERIN	
- Aprimorar a coordenação das relações políticas do Poder Executivo Estadual com as diversas instâncias dos demais Poderes Federal, Estaduais e Municipais		SERIN	
- Articular as relações interinstitucionais para integração e adequação dos municípios a políticas públicas estaduais e federais		SERIN	
- Aperfeiçoar o modelo de parcerias de gestão por organizações sociais		SAEB	
- Implementar plano estadual de capacitação e formação de agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil, no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)		SAEB	
- Articular, junto à Secretaria do Planejamento (Seplan), um modelo de transparência de soluções de gestão pública para o aprimoramento da Administração Municipal no Estado da Bahia		SAEB	
- Prover, em conjunto com os demais governos dos estados da Região Nordeste, o funcionamento e gestão de consórcios interestaduais e outros arranjos de mútua colaboração		SEPLAN	

Programa	Gestão Governamental		
Compromisso	Fortalecer a comunicação pública e a transparência nas ações governamentais, assim como a preservação da memória institucional do Estado e a gestão da informação		
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social		
Iniciativa			Órgão Responsável
- Informar, à sociedade, atos, obras, entregas, programas, metas e resultados da Administração Pública Estadual			SECOM
- Assegurar as condições necessárias ao funcionamento da Ouvidoria Geral do Estado, fortalecendo o diálogo com a sociedade e instituições			SECOM
- Modernizar os mecanismos e as tecnologias de veiculação e acesso do cidadão aos atos oficiais			CASA CIVIL
- Ampliar a capacidade de armazenamento de informações da Administração Pública Estadual, com inovação e segurança			CASA CIVIL
- Preservar o acervo documental da Procuradoria Geral do Estado (PGE)			PGE
- Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos referentes à gestão de documentos físicos e digitais			SECULT
- Mobilizar os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para a importância da gestão de documentos arquivísticos			SECULT
- Prestar orientações técnicas aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual			SECULT
- Acompanhar as ações de descartes de documentos desprovidos de valor administrativo, fiscal, jurídico-legal e histórico, de acordo com os dispositivos legais e normativos vigentes			SECULT
- Aumentar a capacidade de custódia de documentos de valor histórico			SECULT
- Capacitar servidores que atuam em protocolos e unidades de arquivo em métodos e procedimentos arquivísticos			SECULT
- Acompanhar a construção das tabelas de temporalidade de documentos referentes às atividades-fim de órgãos da Administração Pública Estadual, elaboradas pelas comissões de avaliação de documentos de arquivo			SECULT
- Articular a realização da classificação de documentos, de acordo com o grau de sigilo determinado pela Lei de Acesso à Informação (LAI)			SECULT
Compromisso	Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, por meio da inovação tecnológica e modernização, com ênfase na compreensão das demandas sociais, simplificação dos processos e personalização do atendimento		
Órgão Responsável	Secretaria da Administração		
Meta	Disseminar o modelo de atendimento Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	6 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	13 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		6 un

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Implantar unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	25 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	73 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		1 un
	Velho Chico		1 un
	Chapada Diamantina		2 un
	Sisal		1 un
	Litoral Sul		1 un
	Vale do Jiquiricá		1 un
	Sertão do São Francisco		2 un
	Bacia do Rio Grande		1 un
	Bacia do Paramirim		3 un
	Piemonte do Paraguaçu		1 un
	Semiárido Nordeste II		2 un
	Litoral Norte e Agreste Baiano		2 un
Meta	Implementar Carta de Serviços de órgãos e entidades da Administração Estadual, nos termos do Decreto 18.490, de 12 de julho de 2018		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	60,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	40,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		60,00 %
Meta	Implantar tecnologia automatizada de interatividade com o cidadão (chatbot)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	1 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		1 un

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Promover a participação de órgãos e entidades da Administração Estadual na plataforma digital do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC Digital)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	60,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		60,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Auditar, com base na Norma ISO 9001, os processos de órgãos e entidades públicos		SDE	
- Adequar a rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) à demanda de serviços		SAEB	
- Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos		SAEB	
- Incrementar o aporte de tecnologias na rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)		SAEB	
- Assegurar o regular funcionamento da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)		SAEB	
- Disseminar o modelo de atendimento Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) em outros órgãos e entidades		SAEB	
- Disponibilizar ao cidadão serviços previstos no Código Nacional de Trânsito		SAEB	
- Promover a expansão de serviços de conectividade e comunicação corporativa em unidades de atendimento ao cidadão		SAEB	
- Promover a modernização administrativa dos órgãos e entidades públicos		SAEB	
- Realizar pesquisas como ferramentas de gestão para proposição de melhorias dos serviços públicos em geral, em atendimento aos requisitos estabelecidos na Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017		SECOM	
- Prover mecanismos e instrumentos alternativos de coleta de denúncias, reclamações, sugestões e elogios, para aferição do grau de satisfação do cidadão com a prestação de serviços públicos		SECOM	
- Implantar central de teleatendimento para os usuários dos serviços da Junta Médica, Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e Plano de Assistência à Saúde do Servidor (Planserv)		SAEB	
- Realizar consultoria para certificação ISO 9001 em órgãos e entidades da Administração Estadual		SAEB	
- Realizar pesquisa de satisfação dos usuários da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)		SAEB	
Compromisso	Aperfeiçoar a gestão do acervo patrimonial do Estado, com ênfase na manutenção, qualificação e racionalização da utilização dos bens imóveis e das obras e serviços de engenharia nos prédios públicos e na disponibilização de adequada infraestrutura para o funcionamento das unidades administrativas		
Órgão Responsável	Secretaria da Administração		
Meta	Ampliar o quantitativo de prédios públicos do Centro Administrativo da Bahia (CAB) com acessibilidade		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	18 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Metropolitano de Salvador		18 un	

Programa	Gestão Governamental		
Meta	Implantar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Centro Administrativo da Bahia (CAB)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Metropolitano de Salvador		100,00 %
Meta	Implantar referencial de custos padrões unitários para orçamentação de obras, projetos e serviços de engenharia no Estado		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Ampliar a regularização dos imóveis do Poder Executivo		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	6,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	2,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		6,00 %
Meta	Alienar imóveis públicos sem destinação		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	10 un	
	Referência	Ano	Valor
		2019	0 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		10 un
Meta	Ampliar a participação de unidades da Administração Indireta que utilizam o Sistema de Controle de Bens Imóveis (Simov)		
	Órgão Responsável	SAEB	
	Valor de Alcance	3,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2019	1,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		3,00 %

Programa		Gestão Governamental	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Prestar assessoramento e fiscalização para adequação física em unidades administrativas e operacionais do Poder Executivo		SAEB	
- Implantar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Centro Administrativo da Bahia (CAB)		SAEB	
- Aperfeiçoar os critérios técnicos para orçamentação das obras e serviços de engenharia no Estado		SAEB	
- Aperfeiçoar a gestão do patrimônio imobiliário do Poder Executivo		SAEB	
- Adequar os prédios públicos do Centro Administrativo da Bahia (CAB) aos padrões normativos de acessibilidade		SAEB	
- Operacionalizar o sistema de telefonia no Centro Administrativo da Bahia (CAB)		SEINFRA	
- Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo		SAEB	
Compromisso		Aprimorar instrumentos e mecanismos de participação e controle social, fortalecendo a relação Estado-Sociedade e a gestão participativa	
Órgão Responsável		Secretaria de Relações Institucionais	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Prover apoio técnico e institucional para o fortalecimento dos conselhos estaduais de direitos e políticas públicas		SERIN	
- Prover o diálogo institucional e o intercâmbio de conhecimentos e experiências, por meio de atividades diversas, próprias à elaboração e implementação de políticas públicas		SERIN	
- Colaborar com a negociação permanente das demandas do funcionalismo público		SERIN	
- Mediar conflitos decorrentes das demandas do Estado, da sociedade civil e suas instituições		SERIN	
- Dinamizar a atuação do Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (Confoco-BA)		SERIN	
- Dinamizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes)		GAB GOV	
- Prover apoio técnico, financeiro e institucional para viabilizar a gestão participativa da Política Estadual de Convivência com o Semiárido		CASA CIVIL	
- Fomentar a diversidade e representatividade dos territórios de identidade nos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter)		SEPLAN	
Compromisso		Promover o enfrentamento do racismo institucional nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual	
Órgão Responsável		Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	
Meta		Implementar, nos órgãos da Administração Pública Estadual, programa de combate ao racismo institucional	
		Órgão Responsável	SEPROMI
		Valor de Alcance	26 un
		Referência	Ano
			-
		Território de Identidade	
		Valor de Alcance	
Estado		26 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Elaborar programa de combate ao racismo institucional		SEPROMI	
- Realizar capacitação na temática do combate ao racismo institucional, dirigida a servidores públicos		SEPROMI	
- Articular, junto às universidades corporativas da Administração Estadual, a inclusão da temática do combate ao racismo institucional em seus planos de capacitação		SEPROMI	

Programa	Gestão Governamental	
- Estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, para produção e oferta de cursos sobre a temática do combate ao racismo institucional		SEPROMI
- Articular ações de combate ao racismo institucional na formulação de políticas públicas		SEPLAN

**PODER
LEGISLATIVO**





PROGRAMA

**FORTALECIMENTO
DA AÇÃO
LEGISLATIVA**



FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA

O Poder Legislativo à luz da Constituição de 1988 consagra a opção democrática feita pelo Brasil e enfatiza aspectos definidores e garantidores da cidadania. O Legislativo tem como principais responsabilidades elaborar as leis e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da Administração direta e indireta, recebendo a delegação da representação popular para fazer as leis, seja propondo, seja votando propostas vindas dos outros poderes e da própria sociedade, além de exercer outras tarefas constitucionais como a apresentação pública de assuntos de interesse dos cidadãos, proporcionando o debate e a adequação ao interesse geral, regulando as relações entre os cidadãos e a relação destes com o Estado. A ação de fiscalização, tarefa básica dos Parlamentos, cujo fundamento é a submissão da Administração ao primado da Lei, representa o corolário da cidadania e do Estado de Direito.

As normas Constitucionais articulam as bases para um Poder Legislativo independente, ativo na produção das leis, no controle da Administração e detentor de prevalência no processo decisório governamental. A Ação Legislativa é livre e não pode sofrer qualquer tipo de intimidação, posto que fiscalizar o Poder Executivo é tarefa a que o Legislativo não pode se furtar, sob pena de perder sua essência.

A relação entre o Estado e a sociedade, destinatária das aplicações de recursos públicos e benefícios sociais, é definida por diretrizes, procedimentos e regras claras, assegurando a atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica e na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A definição de políticas públicas norteia a ação do Poder Público e do exercício do poder político, sobretudo com as iniciativas que possibilitam a participação dos diversos setores da sociedade. A adoção de experiências como o PPA Participativo no processo de elaboração dos instrumentos de planejamento estratégico do Estado da Bahia, significa a possibilidade de intervenção direta dos cidadãos nos procedimentos de tomada de decisão e de controle do exercício do Poder, reforçando e fortalecendo as tradicionais ações institucionais.

O papel do Poder Legislativo no processo ciclo de planejamento é lastrado pelo modelo delineado pela Constituição, definindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos básicos que se integram e expressam as metas que atendam às necessidades da população, cabendo ao Legislativo examinar e equacionar os gastos compatibilizando a receita com a despesa. A otimização dos recursos se impõem em um cenário em que as necessidades e expectativas sociais são cada vez maiores e os recursos públicos exíguos. O PPA, como instrumento de planejamento e gestão da ação governamental, apresenta-se como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico além da função de reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sob a égide do princípio da separação dos Poderes, compete ao Poder Legislativo, como uma prerrogativa da soberania popular, não só a produção de normas e instrumentos reguladores da gestão pública, como também o controle externo da Administração Pública, instrumento operativo do Governo, objetivada na ação

fiscalizatória dos atos pertinentes. O Poder Legislativo da Bahia, representado pela Assembleia e os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, assegurando suas prerrogativas, é inserido no PPA participativo, assumindo a parcela de responsabilidade que lhe compete, atuando de forma eficiente e eficaz na obtenção dos resultados a que se propõe o Plano Estratégico do Governo- PDI e a sua parcela de colaboração esperada com o Plano Plurianual 2020/2023.

A composição do Poder Legislativo reflete a dimensão estratégica de sua missão. É na dinâmica operacional do Plano que se evidencia a forte vinculação entre a ação legislativa e o controle das contas públicas. A vinculação ao controle social é evidenciada com o aprimoramento e desenvolvimento dos sistemas de informações com iteratividade e transparência, informando à sociedade baiana as ações do Poder Legislativo através dos diversos meios de comunicação, assim como nas diversas intervenções, tornando mais efetivo o dever de prestação de contas dos governantes à sociedade, referendando a legitimidade ao exercício do poder no Estado democrático.

Programa	Fortalecimento da Ação Legislativa				
Ementa	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e do Poder Público, interagir com a sociedade além de otimizar a estrutura da Assembleia Legislativa para desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
	- Número de campanhas publicitárias de promoção e divulgação da Assembléia Legislativa realizadas	Positiva	un	2018	6,00
	- Número de cidades atendidas com TV e Rádio da Assembléia Legislativa da Bahia	Positiva	un	2018	15,00
- Número de eventos de capacitação para agentes públicos realizados	Positiva	un	2018	36,00	
Recursos do Programa	R\$ 1.435.889.981				
Compromisso	Prover o exercício do mandato parlamentar				
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia				
Iniciativa			Órgão Responsável		
- Assegurar o cumprimento dos serviços da ação legislativa			ALBA		
- Realizar Ações Intinerantes da Assembleia Legislativa			ALBA		
Compromisso	Modernizar a gestão da Assembleia Legislativa				
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia				
Iniciativa			Órgão Responsável		
- Desenvolver soluções de tecnologia da informação			ALBA		
- Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa			ALBA		
- Apoiar entidades sociais de utilidade publica			ALBA		
- Realizar eventos de capacitação para agentes públicos			ALBA		
- Aparelhar as unidades do Órgão			ALBA		
Compromisso	Otimizar o sistema de comunicação da Assembleia Legislativa				
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia				
Meta	Ampliar Sistema de TV e Radiodifusão da Assembleia Legislativa				
	Órgão Responsável	ALBA			
	Valor de Alcance	30 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	15 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		30 un			
Iniciativa			Órgão Responsável		
- Expandir área de cobertura da TV Assembleia			ALBA		
- Implantar sinal aberto de radio			ALBA		
- Operacionalizar o sistema de TV e Radiodifusão			ALBA		
- Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação da Assembleia Legislativa			ALBA		



PROGRAMA

**CONTROLE EXTERNO
ESTADUAL EM
SINTONIA COM A
SOCIEDADE**



CONTROLE EXTERNO ESTADUAL

Atualmente, o Brasil enfrenta um cenário no qual predominam a crise fiscal e estagnação econômica, em um contexto marcado pela globalização e pela revolução tecnológica e das comunicações, em que a sociedade passou a exigir dos órgãos instituídos o exercício de modernas e complexas funções que justifiquem a sua existência, inserção e permanência na organização do Estado.

Nesse sentido, as demandas sociais requerem a boa governança, a economicidade e a eficiência no uso dos recursos públicos e, por consequência, a eficácia no alcance dos objetivos estabelecidos e a efetividade nos resultados das políticas públicas.

O Tribunal de Contas, como instituição constitucional incumbida do exercício do controle externo, possui papel de destaque ao exercer as fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, devendo ajustar-se ao momento histórico vivido pela sociedade a que serve.

Desse modo, controle e cidadania são indissociáveis, tornando-se eficazes na medida em que se preserva a função essencial do Estado de prover as necessidades coletivas, o que inclui o controle realizado por meio de suas próprias instituições, e, sobretudo, ao proporcionar o exercício do controle social.

Apresenta-se, portanto, o duplo desafio ao controle externo estadual: por um lado, exercer o efetivo controle capaz de promover o aprimoramento da gestão pública estadual e, por outro, ter a sociedade como parceira e destinatária desse controle.

Continuar investindo na promoção da transparência, em ações de aproximação com o cidadão e no exercício do controle externo pedagógico, aliada a gestão orientada a pessoas e resultados, que proporcione o aprimoramento de processos de trabalho, com vistas a garantir a qualidade e a tempestividade das ações de controle externo, são medidas capazes de viabilizar o princípio da duração razoável dos processos e melhorar os resultados para a população ao dar respostas mais rápidas e eficazes aos anseios sociais.

Programa	Controle Externo Estadual em Sintonia com a Sociedade			
Ementa	Fortalecer o controle externo estadual por meio de inovações que levem à agilidade e à qualidade das ações do TCE, contribuindo para o exercício do controle social, a fim de promover-se o aprimoramento da gestão pública estadual capaz de gerar resultados para a sociedade.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Nota de pesquisa de opinião sobre a percepção dos resultados gerados pelo TCE/BA para a sociedade	Positiva	un	2016	4,60
- Percentual de atendimento às recomendações constantes de parecer prévio	Positiva	%	2018	8,33
- Percentual de recolhimento de débitos fixados pelo TCE/BA	Positiva	%	2018	1,25
- Proporção de Atos de pessoal apreciados tempestivamente	Positiva	%	2018	48,00
- Proporção de Auditorias Concomitantes apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	14,00
- Proporção de cidadãos satisfeitos com a qualidade das respostas às demandas recebidas pela Ouvidoria	Positiva	%	2018	80,00
- Proporção de consultas apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	43,00
- Proporção de Contas de Governo apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	100,00
- Proporção de Denúncias apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	49,00
- Proporção de Embargos de Declaração julgados Tempestivamente	Positiva	%	2018	45,00
- Proporção de Medidas Cautelares julgadas tempestivamente	Positiva	%	2018	100,00
- Proporção de Processos de Contas julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	46,00
- Proporção de Reclamações apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	14,00
- Proporção de Recursos julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	4,00
- Proporção de Termos e Prestação de Contas de Convênio e Ajustes Congêneres julgados tempetivamente	Positiva	%	2018	12,00
- Valor recebido pelo estado com a compensação previdenciária	Positiva	R\$ (milhões)	2018	320,90
Recursos do Programa	R\$ 701.864.000			
Compromisso	Promover o aprimoramento da gestão pública estadual em benefício da sociedade			
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado			
Iniciativa			Órgão Responsável	
- Realizar ações de capacitação para gestores e servidores públicos			TCE	
- Realizar ações interdisciplinares de acompanhamento de áreas, programas ou políticas públicas			TCE	
Compromisso	Exercer as atividades de auditoria, apreciação, julgamento e monitoramento das decisões do Controle Externo			
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado			

Programa	Controle Externo Estadual em Sintonia com a Sociedade	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Assegurar o cumprimento dos serviços e resultados do controle externo		TCE
Compromisso	Contribuir para o exercício do controle social	
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Realizar ações de aproximação com o cidadão		TCE
- Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência		TCE
- Estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados		TCE
Compromisso	Aprimorar os processos de trabalho	
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Implementar gestão de processos de trabalho		TCE
- Implementar gestão de projetos		TCE
Compromisso	Promover gestão orientada para pessoas e resultados	
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Realizar a gestão de pessoas orientada para resultados		TCE
- Realizar concurso público		TCE
- Implementar o modelo de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas		TCE
Compromisso	Ampliar o uso dos sistemas de informação	
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Intensificar o uso de recursos de inteligência para geração de informações estratégicas		TCE
- Aprimorar o uso de tecnologia da informação na gestão organizacional e nas ações de controle externo		TCE
Compromisso	Modernizar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos de forma sustentável	
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado	
Iniciativa		Órgão Responsável
- Prover infraestrutura nas unidades do TCE		TCE
- Adotar práticas de sustentabilidade		TCE
- Aquelecer as unidades do Órgão		TCE



PROGRAMA

**CONTROLE EXTERNO
MUNICIPAL**



CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL

Durante muito tempo, os Tribunais de Contas se destacaram pela atuação da aplicação da atividade de auditoria de acordo com as normas legais. Entretanto, atualmente esse tipo de prática não tem se mostrado suficiente para exercer o controle da despesa pública. Resultados recentes confirmam a urgência no foco dos resultados das políticas públicas municipais, sem o afastamento do devido processo da legalidade.

Constatada a urgência de mudanças nas práticas de padrão fiscalizatório, visando aliar a efetividade de avaliação das políticas públicas e as atividades desenvolvidas pelos gestores municipais, verificou-se a necessidade de implantação de uma ferramenta gerencial capaz de auxiliar os agentes públicos nas ações de planejamento, controle e correção.

Nessa esteira, não podemos deixar de evidenciar a concretização do plano de Fiscalização da Educação realizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, cujo objetivo consiste no acompanhamento e controle dos planos municipais de educação para que estes possam alcançar suas metas e indicadores estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O foco no controle da educação constitui-se um importante fator de controle externo e para tanto o TCM realizou parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), visando a validação da metodologia adotada no Índice de Performance da Educação nos Municípios (IPEM). O IPEM é uma ferramenta de gestão concebida para acompanhar o conhecimento da educação pública no Estado da Bahia, que permite ao gestor analisar o desempenho do município na adoção de boas práticas de gestão, além de orientar a aplicação dos recursos da educação.

Aliado a essa questão social, deve-se ressaltar o momento atual marcado pela evolução da Era Digital. Assim o que se procura é um olhar para um futuro mais próximo, marcado pelos avanços que poderão ser conquistados a partir de uma nova realidade virtual.

A atividade de auditoria na Era Digital, passa pelo processamento de vultosas informações, onde se extrai conhecimentos úteis à gestão pública. O papel de fiscalização torna-se cada vez mais presente graças à inteligência artificial. Sem contar que as citadas práticas inovadoras são uma importante ferramenta de fiscalização no combate ostensivo da corrupção.

Como forma de integração a esse novo conceito de evolução digital, o TCM tem realizado importantes melhorias na utilização de sistemas com a implantação do e-tcm em processos, reduzindo, dessa forma, a circulação de documentos impressos.

Atualmente, todo o processo de prestação de contas mensais é realizado exclusivamente através de uma plataforma eletrônica, responsável pelo gerenciamento de envio das informações, que além de agilizar as etapas do fluxo processual, facilita a comunicação com os jurisdicionados.

Cabe ressaltar também a utilização do Business Intelligence (BI) que consiste em mais uma nova plataforma para auxiliar na transformação de dados brutos em informações gerenciais que visem a tomada de decisões.

Pelo exposto, podemos afirmar que a contribuição dos Tribunais de Contas tem ido muito além da função fiscalizatória. O controle externo possui uma importante função de educação junto aos jurisdicionados, onde muito mais do que a aplicação de sanções, a função instrutiva serve como importante instrumento para que as ações dos gestores sejam compatíveis com os interesses da sociedade.

Programa	Controle Externo Municipal				
Ementa	Aperfeiçoar o controle externo da administração pública municipal como instrumento de articulação social e de cidadania, assegurando a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas municipais, bem como da gestão orçamentária e financeira em conformidade com as normas legais e em benefício do interesse comum, com a priorização, no âmbito interno, da intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, da modernização dos procedimentos e instrumentos de controle, da valorização e capacitação de pessoas e da requalificação da informação e conhecimentos.				
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		
			Ano	Valor	
- Percentual de contas apreciadas e julgadas tempestivamente	Positiva	%	2018	96,00	
- Quantidade de auditorias e inspeções realizadas	Positiva	un	2018	77,00	
- Quantidade de auditorias temáticas realizadas	Positiva	un	2018	1,00	
- Quantidade de eventos voltados para o jurisdicionados	Positiva	un	2018	4,00	
Recursos do Programa	R\$ 428.312.000				
Compromisso	Contribuir para o fortalecimento e efetividade das políticas públicas municipais com controle social				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				
Iniciativa					Órgão Responsável
- Realizar campanhas e eventos educativos para cidadãos, conselhos e entidades civis representantes dos municípios					TCM
- Aprimorar serviços de Ouvidoria					TCM
- Promover eventos de capacitação técnica para os jurisdicionados					TCM
Compromisso	Aprimorar modelo de governança institucional				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				
Iniciativa					Órgão Responsável
- Desenvolver programa de capacitação continuada					TCM
- Implementar plano estratégico					TCM
- Implementar redesenho de processos administrativos					TCM
- Implementar projeto de avaliação dos processos administrativos					TCM
- Desenvolver programa de qualidade de vida do servidor					TCM
- Gerir Escola de Contas					TCM
Compromisso	Aperfeiçoar os processos e sistemas de informação, fiscalização e auditoria as contas				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				
Iniciativa					Órgão Responsável
- Melhorar os processos e sistemas de informação do controle externo					TCM
- Implantar sistemas de monitoramento das decisões do Pleno					TCM
- Implantar o uso da inteligência artificial					TCM
Compromisso	Exercer as atividades de auditoria, fiscalização, apreciação e julgamento das contas públicas municipais				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios				

Programa	Controle Externo Municipal	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Assegurar o cumprimento das atividades de auditoria, fiscalização, apreciação e julgamento das contas públicas municipais	TCM	
Compromisso	Modernizar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos e forma sustentável	
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Prover infraestrutura física nas unidades do TCM	TCM	
- Adotar estratégias de sustentabilidade	TCM	
- Aparelhar as unidades do Órgão	TCM	

**PODER
JUDICIÁRIO**





PROGRAMA

JUSTIÇA EFETIVA



JUSTIÇA EFETIVA

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), assim como os demais segmentos institucionais da sociedade, vem sofrendo exponenciais mudanças em sua história mais recente, em face do empoderamento das minorias, das inovações tecnológicas da informação e da comunicação e de novas demandas dos seus globalizados cidadãos. Um cenário que traz fortes questionamentos e enormes desafios às estruturas tradicionais de gestão, o que vem obrigando o repensar e o ajustar da organização e do funcionamento dos órgãos públicos na oferta de seus serviços e no perfil de seu atendimento, com vistas ao desenvolvimento de uma governança responsável e compartilhada, o que denota e enseja a construção de uma nova gestão pública, inserida no contexto democrático e no contínuo exercício da cidadania, com irrestritas transparência, participação e colaboração.

A Emenda Constitucional nº 45, promulgada em 30 de dezembro de 2004, também conhecida como Reforma do Judiciário, de forma responsável e observante da segurança jurídica, impõe ao TJBA a necessidade de se possuir uma dinâmica mais célere, eficiente, eficaz e efetiva em sua operacionalidade, vez que envolve a gestão das ações e os seus resultados, onde a cada mudança no ambiente interno ou no externo, novo diagnóstico pode vir a ser necessário e, em consequência disso, novas decisões devem ser tomadas, num ciclo contínuo de ajustes e melhorias.

O TJBA tem hodiernamente como desafio o enfretamento à entrada de cerca de 1,3 milhão de casos novos anuais, num crescimento médio de 10% a.a. desde 2014, com uma taxa de congestionamento de 66,1%, ou seja, 8,4 p.p. abaixo de média nacional da Justiça Estadual, em um cenário que ainda é possível atender de forma plena aos jurisdicionados e operadores do direito, estando presente em 203 Comarcas (Municípios-Sede) do Estado da Bahia, com um total de 728 Unidades Judiciárias. Entretanto, projeções deste cenário indicam que para os próximos 4 (quatro) anos, mantendo-se o ritmo de crescimento de sua demanda, o TJBA poderá ter que arrostar 1,7 milhões de casos novos, o que corresponderia ao dobro do que ocorreu em 2014, o que poderá comprometer o tempo e a qualidade do atendimento à população, mesmo que sejam crescentes os indicadores de produtividade de magistrados e servidores.

A evolução da sua gestão estratégica se apresentará quando observada a incorporação na execução daquilo quanto planejado no cenário de implantação das iniciativas determinadas ao alcance de metas estabelecidas para o próximo quadriênio, o qual ilustrará não apenas o contexto de avanços, mas também a necessidade de mudanças de rumos e, neste íterim, o processo de amadurecimento institucional, e, ainda mais importante, quando aferida, a manutenção da plena satisfação daqueles que utilizam ou consomem seus produtos e/ou serviços.

Programa	Justiça Efetiva				
Ementa	Assegurar o acesso ao sistema de justiça, atendendo aos preceitos constitucionais pelo aprimoramento da prestação jurisdicional e de seus serviços auxiliares, tornando-os mais eficientes, eficazes e efetivos pelo uso massivo de tecnologia da informação e comunicação e pelo desenvolvimento da governança corporativa aberta, responsável e compartilhada com a sociedade.				
Indicador		Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
				Ano	Valor
- IC-PJBA - Índice de Confiança no Poder Judiciário do Estado da Bahia		Positiva	un	2017	4,90
Recursos do Programa	R\$ 8.473.800.000				
Compromisso	Assegurar o acesso à justiça, à cidadania e à responsabilidade Socioambiental				
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça				
Meta	Ampliar o número de beneficiados pelas ações sociais, de inclusão e de cidadania no acesso ao sistema de justiça				
	Órgão Responsável	TJ			
	Valor de Alcance	130,00 %			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	100		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		130,00 %			
Meta	Expandir o número de atendimentos realizados por meios alternativos de acesso à justiça				
	Órgão Responsável	TJ			
	Valor de Alcance	130,00 %			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	100		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		130,00 %			
Meta	Implantar as ações do Plano de Logística Sustentável (PLS)				
	Órgão Responsável	TJ			
	Valor de Alcance	100,00 %			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	50		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		100,00 %			
Iniciativa				Órgão Responsável	
- Realizar ações de reconhecimento de paternidade				TJ	
- Prover as condições de acessibilidade e inclusão exigidas legalmente				TJ	
- Apoiar entidade social				TJ	
- Apoiar o serviço de justiça				TJ	
- Promover ações de inclusão social				TJ	

Programa	Justiça Efetiva		
- Implantar as ações do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário			TJ
- Ofertar sistemas virtuais de atendimento aos jurisdicionados e operadores do direito			TJ
- Aprimorar o atendimento à Política de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar			TJ
- Promover evento institucional			TJ
- Assegurar os serviços de justiça itinerante			TJ
- Promover o serviço de perícias gratuitas			TJ
Compromisso	Aprimorar a eficiência da prestação jurisdicional		
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça		
Meta	Aperfeiçoar a eficiência na prestação jurisdicional		
	Órgão Responsável	TJ	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	98
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Iniciativa			Órgão Responsável
- Desenvolver as atividades correicionais e de fiscalização em unidades judiciárias			TJ
- Implementar o Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE			TJ
- Implementar o Plano Diretor das Unidades Judiciárias do 1º Grau			TJ
Compromisso	Desenvolver a governança corporativa		
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça		
Meta	Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas		
	Órgão Responsável	TJ	
	Valor de Alcance	80,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2017	75
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		80,00 %
Meta	Aprimorar a comunicação institucional e social do Poder Judiciário		
	Órgão Responsável	TJ	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	60,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %

Programa	Justiça Efetiva		
Meta	Implantar a política institucional de governança do Poder Judiciário		
	Órgão Responsável	TJ	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	0,00 %
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		100,00 %
Meta	Implementar o plano de execução e monitoramento de obras		
	Órgão Responsável	TJ	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	50
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Irecê		6,00 %
	Chapada Diamantina		4,00 %
	Sisal		2,00 %
	Litoral Sul		2,00 %
	Baixo Sul		4,00 %
	Extremo Sul		6,00 %
	Sertão do São Francisco		4,00 %
	Bacia do Rio Grande		4,00 %
	Bacia do Paramirim		2,00 %
	Sertão Produtivo		4,00 %
	Piemonte do Paraguaçu		4,00 %
	Piemonte da Diamantina		6,00 %
	Semiárido Nordeste II		2,00 %
	Litoral Norte e Agreste Baiano		2,00 %
	Portal do Sertão		8,00 %
	Sudoeste Baiano		4,00 %
	Recôncavo		10,00 %
	Médio Rio de Contas		4,00 %
	Metropolitano de Salvador		20,00 %
	Costa do Descobrimento		2,00 %
Meta	Implementar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Universidade Corporativa		
	Órgão Responsável	TJ	
	Valor de Alcance	100,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	35

Programa	Justiça Efetiva		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	100,00 %	
Meta	Implementar o Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC)		
	Órgão Responsável	TJ	
	Valor de Alcance	90,00 %	
	Referência	Ano	Valor
		2018	60
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	90,00 %	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Prover a infraestrutura das unidades judiciárias		TJ	
- Implantar programa de gestão de competências		TJ	
- Realizar concurso público		TJ	
- Implementar o programa de modernização e aparelhamento das unidades judiciárias		TJ	
- Implantar a TV Justiça		TJ	
- Implantar o Sistema de Gestão de Pessoas - Projeto Populus		TJ	
- Modernizar os serviços da tecnologia da informação e comunicação		TJ	
- Realizar campanha de publicidade institucional		TJ	
- Implantar Programa de Governança Corporativa		TJ	
- Promover a capacitação de Magistrados e Servidores		TJ	
- Aperfeiçoar o serviço de segurança de Magistrados e Servidores		TJ	
Compromisso	Assegurar o cumprimento dos serviços de justiça prestados pelos Magistrados e Servidores		
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Assegurar o cumprimento dos serviços do sistema de justiça		TJ	

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO**





PROGRAMA

**DEFESA DA
SOCIEDADE E
PROMOÇÃO DA
CIDADANIA**



DEFESA DA SOCIEDADE E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

A missão do Ministério Público é defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena. Tal mister decorre da Constituição Federal de 1988, que desvinculou a Instituição do Poder Executivo e garantiu-lhe atribuições para além do papel de parte no processo penal. Com efeito, a Carta Cidadã incumbiu o Ministério Público de atuar na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, além de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos coletivos e sociais, assegurada à Instituição a autonomia funcional, orçamentária e administrativa.

Agente de promoção social, defensor da legalidade e da constitucionalidade, o Ministério Público atua, desde então, para além do processo, agindo de forma sistêmica nos mais diversos níveis e espaço, local, regional, nacional, estatal e comunitário.

Nesse sentido, é cediço que o Parquet mantém diálogo contínuo e articulado com os mais distintos grupos e seguimentos sociais, agindo em prol da inclusão e da participação social, tanto nos processos de formulação, elaboração e implementação de políticas públicas, como na resolução de conflitos individuais e coletivos, por meio de instrumentos legais tais como: audiências públicas; recomendações; termos de ajustamento de conduta; ações civis públicas, dentre outros.

Na esteira da necessidade de acompanhar as mudanças sociais, o Ministério Público tem atuado com ênfase na resolução extrajudicial de conflitos, notadamente no que é pertinente aos de natureza cível, numa linha institucional que se mostra mais resolutiva e consentânea com o seu moderno perfil constitucional.

O Ministério Público não compõe os Poderes da República (Legislativo, Judiciário, Executivo), sendo uma Instituição autônoma, que integra e fiscaliza a atuação estatal nas suas diversas áreas de atuação, velando pela regularidade e transparência dos gastos públicos, pela eficiência dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente e, em síntese, pelo plexo fundamental de direitos e garantias consagrados pela Constituição Federal; tudo sempre na perspectiva da resolução concreta e eficiente das questões em menor tempo e custo social possíveis, agindo legalmente com base em dados, informações e conhecimentos obtidos no desempenho do seu mister.

Uma atuação com essa amplitude e resolutividade demanda um planejamento respaldado em ferramentas capazes de ordenar e sistematizar os eixos estruturantes das respectivas ações. Aqui exsurge o Plano Plurianual (PPA) que, enquanto instrumento de médio prazo, estabelece, de forma legal e regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas a serem cumpridas em quatro anos pela atuação estatal em sentido amplo, através dos três Poderes e Instituições correlatas, a exemplo do próprio Ministério Público.

O PPA é, portanto, uma ferramenta legal que prevê o cumprimento de ações para viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas voltadas à efetivação de direitos e garantias fundamentais, cujo titular é a

sociedade. Destarte, cabe aos Poderes Públicos não apenas planejar tais políticas, mas também empreender esforços para assegurar a efetividade dos resultados projetados, notadamente em termos de atendimento aos anseios sociais.

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) tem sua atuação, das áreas meio e fim, inclusa no PPA/2020-2023, alinhada ao seu Planejamento Estratégico/2011-2023 e às diretrizes normativas do CNMP.

A atuação ministerial prevista no Plano Plurianual demonstra o esforço e empenho institucional de planejar de forma estratégica o acompanhamento e a contínua fiscalização das políticas públicas, atendendo os legítimos interesses sociais, ao aprimorar suas ações de modo a conferir ainda mais eficiência aos serviços que oferta à sociedade no cumprimento de sua missão constitucional.

O MPBA busca aperfeiçoar e estruturar continuamente o exercício da sua missão institucional, promovendo as medidas necessárias à garantia do efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos e garantias assegurados na Constituição e aos legítimos anseios da sociedade. Para tanto, os compromissos e suas respectivas iniciativas estão devidamente organizados em 12 (doze) estratégias que serão concretizadas a partir da adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, inclusive em parceria com os demais órgãos de controle e instituições correlatas, para:

- 1. Promover a Defesa da Educação Pública de Qualidade, de forma a assegurar a sua promoção e oferta em toda Bahia, em especial o acesso à educação básica e profissional de nível médio e à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, além do combate ao analfabetismo;**
- 2. Promover a Defesa da Saúde Pública de Qualidade, com o fito de fiscalizar o acesso universal e igualitário, assim como o repasse e a aplicação das verbas e a implantação e aprimoramento de políticas públicas que afetam a saúde da população em todo o estado;**
- 3. Promover a Defesa da Probidade da Gestão Pública, mediante: salvaguarda do patrimônio público; combate à improbidade administrativa, à aplicação irregular das verbas públicas destinadas às entidades do terceiro setor e aos desvios de recursos, bem como fomentar a transparência da gestão pública e enfrentar crimes contra a administração pública;**
- 4. Promover a Proteção da Criança e do Adolescente, especialmente no combate o abuso, a violência, a exploração sexual, o trabalho infantil, o uso de substâncias psicoativas, o sub-registro de nascimentos, além de fiscalizar o trabalho do adolescente e os programas de aprendizagem;**
- 5. Promover a Defesa dos Direitos do Consumidor, combatendo o abate e a comercialização clandestina de animais e seus derivados, a formação de cartéis de combustíveis no estado; além de fiscalizar as operadoras de planos de saúde suplementar e a qualidade dos serviços públicos prestados diretamente ou concedidos ao consumidor;**
- 6. Promover a Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, através do fomento a efetivação dos direitos humanos, com ênfase nas questões de igualdade de gênero, raça, bem assim no combate à intolerância religiosa, na proteção de vulneráveis, especialmente a população de rua, idosos, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos mentais e na fiscalização das entidades do Terceiro Setor;**
- 7. Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social de maneira a contribuir no processo de aprimoramento da atuação preventiva e articulada entre os órgãos do sistema de defesa social, bem**

como promover um modelo de segurança pública mais eficiente no combate ao crime organizado e os crimes econômico-tributários, além de promover o aperfeiçoamento do processo de execução penal, do sistema penitenciário e do controle externo da atividade policial;

8. Promover a Defesa do Meio Ambiente, com destaque a ações que promovam preventivamente o desenvolvimento sustentável dos biomas na Bahia, a defesa do patrimônio artístico, histórico, paisagístico e a promoção da ordem urbanística e de mobilidade;

9. Aperfeiçoar a Atuação Institucional, especialmente a promoção de parcerias estratégicas voltadas ao cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento de ações e de processos que favoreçam a integração, o fortalecimento da imagem perante a sociedade, o fomento à atuação extrajudicial na solução de conflitos sociais, de forma a aperfeiçoar o monitoramento da eficácia e da efetividade da atuação do MPBA;

10. Aperfeiçoar a Gestão Administrativa por meio de ações que promovam a sustentabilidade orçamentária e financeira, o fortalecimento dos controles internos, a atuação em rede, a descentralização de processos, bem como a ampliação e melhoria da infraestrutura física e tecnológica, dos serviços administrativos, alinhada às necessidades e objetivos institucionais;

11. Aperfeiçoar a Política de Gestão de Pessoas baseada no estabelecimento de princípios e diretrizes capazes de integrar os mais diversos aspectos técnicos e comportamentais dos seus integrantes, em especial a promoção de políticas baseadas na qualificação permanente, de modo a contribuir efetivamente na melhoria do atendimento prestado à sociedade;

12. Prover o cumprimento da Atuação Ministerial de forma a adequar o quadro institucional ao efetivo atendimento às demandas sociais.

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania			
Ementa	Defender a sociedade e o regime democrático, a fim de promover o respeito aos direitos fundamentais e aos interesses sociais para garantia da cidadania plena, mediante a promoção e o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social, da Saúde e da Educação Públicas, da Proteção à Criança e ao Adolescente, do exercício da Cidadania, da Probidade na Gestão Pública, do Meio Ambiente e dos direitos do Consumidor, além de aprimorar a Atuação Institucional e a Gestão Administrativa, com foco nas pessoas, em constante processo de melhoria tecnológica e funcional.			
Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
			Ano	Valor
- Número de escolas fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	107,00
- Quantidade de ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia realizadas	Positiva	un	2018	513,00
- Quantidade de atendimentos na área de defesa do acesso à saúde realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	2.304,00
- Quantidade de atendimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	1.868,00
- Quantidade de atendimentos para promoção da paternidade responsável realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	6.406,00
- Quantidade de atendimentos para regularização de registro civil realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	9.790,00
- Quantidade de atividades de assessoramento técnico para proteção e defesa do meio ambiente realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	320,00
- Quantidade de cursos, palestras, seminários, workshops, oficinas, mesas-redondas, reuniões, atividades culturais, dentre outras ações voltadas para a capacitação de membros e servidores nos diversos aspectos para o aprimoramento do MP-BA	Positiva	un	2018	104,00
- Quantidade de inquéritos policiais analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	71.289,00
- Quantidade de municípios com portais de transparência dos poderes executivo e legislativo municipais fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	103,00
- Quantidade de municípios do estado da Bahia com ação desenvolvida para fomento à implantação de ouvidorias	Positiva	un	2018	32,00
- Quantidade de municípios do estado da Bahia com projeto de acompanhamento da qualidade da telefonia móvel e internet implementada	Positiva	un	2018	0,00
- Quantidade de notícias e campanhas publicitárias divulgadas pelos veículos de comunicação social sobre o MP-BA	Positiva	un	2018	2.860,00
- Quantidade de pessoas alcançadas pelas ações de comunicação do MP-BA	Positiva	un	2018	2.080,00
- Quantidade de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	39.157,00
- Quantidade de processos sobre drogas analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	15.349,00

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania				
- Quantidade de Promotorias do Ministério Público do Estado da Bahia com programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura, implementado	Positiva	un	2018	13,00	
- Quantidade de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com execução orçamentária descentralizada implementada	Positiva	un	2018	14,00	
- Quantidade de Unidades de Atenção Básica à Saúde fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	229,00	
Recursos do Programa	R\$ 2.218.481.000				
Compromisso	Promover a defesa da educação pública de qualidade				
Órgão Responsável	Ministério Público				
Meta	Adotar medidas para garantir o acesso e a qualidade da educação pública				
	Órgão Responsável	MPE			
	Valor de Alcance	600 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	123 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Estado		600 un		
Meta	Qualificar a atuação finalística em defesa da educação				
	Órgão Responsável	MPE			
	Valor de Alcance	7.500 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	1.827 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
	Estado		7.500 un		
Iniciativa			Órgão Responsável		
- Promover a estruturação e a especialização da atuação na promoção e oferta de educação pública de qualidade			MPE		
- Articular ações para assegurar a oferta e o acesso à educação básica e profissional de nível médio, e educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino			MPE		
- Promover ações de combate ao analfabetismo na Bahia			MPE		
Compromisso	Promover a defesa da saúde pública de qualidade				
Órgão Responsável	Ministério Público				

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
Meta	Qualificar a atuação finalística com ênfase na resolutividade e nas medidas que objetivem a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS)		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	4.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.344 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		4.000 un	
Iniciativa			Órgão Responsável
- Promover o aperfeiçoamento e a reestruturação da defesa da saúde pública			MPE
- Fiscalizar o acesso universal e igualitário a serviço público de saúde com qualidade			MPE
- Fiscalizar o repasse e a aplicação das verbas destinadas à Saúde			MPE
- Fomentar a implantação de políticas públicas e o aprimoramento das já existentes que afetam à saúde da população			MPE
Compromisso	Promover a defesa da probidade na gestão pública		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Qualificar a atuação finalística com ênfase na resolutividade e nas medidas que objetivem a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	6.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.499 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		6.000 un	
Iniciativa			Órgão Responsável
- Promover a reestruturação e o aperfeiçoamento do combate à improbidade administrativa e a defesa do patrimônio público			MPE
- Promover a transparência das gestões e contas públicas			MPE
- Aperfeiçoar a persecução dos crimes contra a administração pública			MPE
- Aperfeiçoar o combate à aplicação irregular das verbas públicas destinadas às entidades do terceiro setor			MPE
- Combater os desvios de recursos destinados à saúde e educação públicas			MPE
Compromisso	Promover a defesa do meio ambiente		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Otimizar ações para a proteção do meio ambiente e urbanismo		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	60.980 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	15.245 un

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
	Estado	60.980 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover o aperfeiçoamento e a estruturação da atuação na defesa do meio ambiente		MPE	
- Promover a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável dos biomas		MPE	
- Promover a preservação do patrimônio histórico e cultural		MPE	
- Aperfeiçoar a prevenção e o combate às infrações penais ambientais		MPE	
Compromisso	Promover a proteção da criança e do adolescente		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Adotar medidas para garantir a proteção da criança e do adolescente		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	5.500 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.343 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	5.500 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover o aperfeiçoamento e a estruturação da atuação na proteção à criança e ao adolescente		MPE	
- Combater o sub-registro de nascimentos		MPE	
- Promover a prevenção e o combate ao uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes		MPE	
- Promover a prevenção e o combate ao abuso, à violência e à exploração sexual de criança ou adolescente		MPE	
- Promover o combate ao trabalho infantil e a fiscalização do trabalho do adolescente e dos programas de aprendizagem		MPE	
Compromisso	Promover o aperfeiçoamento do sistema de defesa social		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Adotar medidas de aperfeiçoamento do sistema de segurança pública e defesa social		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	2.400 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	600 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	2.400 un		

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
Meta	Otimizar ações ministeriais na área criminal		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	460.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	115.000 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	460.000 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover o aperfeiçoamento e a reestruturação da atuação na área criminal		MPE	
- Aperfeiçoar a atuação no enfrentamento ao crime organizado		MPE	
- Contribuir para a implantação de um modelo de segurança pública mais eficiente		MPE	
- Fomentar a atuação preventiva e articulada entre os órgãos do sistema de defesa social, no enfrentamento à criminalidade		MPE	
- Promover o aperfeiçoamento e a reestruturação da atuação no controle externo da atividade policial		MPE	
- Promover ações objetivando a melhoria da execução penal e do sistema penitenciário		MPE	
- Aperfeiçoar a prevenção e repressão aos crimes econômicos-tributários		MPE	
Compromisso	Promover a defesa da cidadania		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Otimizar ações voltadas à garantia dos direitos humanos		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	8.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.994 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	8.000 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover a reestruturação e o aperfeiçoamento da atuação na defesa da cidadania e dos direitos humanos		MPE	
- Promover a reestruturação e o aperfeiçoamento das ações de prevenção e de enfrentamento às discriminações		MPE	
- Promover a articulação e fomento da implementação de políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos humanos e redução das desigualdades		MPE	
- Promover a defesa dos direitos das pessoas com transtornos mentais		MPE	
- Promover a defesa dos direitos da pessoa idosa		MPE	
- Promover a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência		MPE	
- Promover a análise e o acompanhamento dos processos relativos à ocupação agrária e urbana, evitando abusos e atos de violência contra os cidadãos		MPE	
Compromisso	Promover a defesa dos direitos do consumidor		
Órgão Responsável	Ministério Público		

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
Meta	Otimizar a atuação ministerial na área consumerista		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	6.200 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.550 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	6.200 un		
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Promover o aperfeiçoamento e a estruturação da atuação na defesa do consumidor		MPE	
- Combater o abate e a comercialização clandestinos de animais e seus derivados		MPE	
- Fiscalizar as operadoras de planos de saúde suplementar		MPE	
- Promover o fomento e fiscalização do fornecimento, da continuidade e da qualidade dos serviços públicos prestados diretamente ou concedidos		MPE	
- Promover o combate à formação de cartões de combustíveis		MPE	
Compromisso	Aperfeiçoar a gestão administrativa		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Ampliar o processo de descentralização administrativa e financeira das Promotorias de Justiça Regionais do MP/BA		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	29 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	14 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	29 un		
Meta	Aperfeiçoar a gestão administrativa para o atendimento das necessidades institucionais		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	55 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	6 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	55 un		
Meta	Promover soluções de Tecnologia da Informação (TI)		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	48 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	12 un
	Território de Identidade	Valor de Alcance	
Estado	48 un		

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
Meta	Adquirir bens de Tecnologia da Informação (TI)		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	2.400 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	600 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		2.400 un
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Alinhar a estrutura organizacional à formulação estratégica institucional e aos seus processos organizacionais	MPE		
- Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura física da instituição	MPE		
- Promover a ampliação e a melhoria de todos os serviços de apoio administrativo	MPE		
- Redimensionar e modernizar o Sistema de Atendimento ao Público e o serviço de protocolo	MPE		
- Promover a avaliação, o aperfeiçoamento e a consolidação das rotinas de trabalho	MPE		
- Melhorar o processo de gestão documental, inclusive com a ampliação do acesso e digitalização de documentos, atualização do acervo de normatização e padronização dos processos	MPE		
- Aperfeiçoar a gestão dos sistemas de suprimento, controle patrimonial e estoque	MPE		
- Promover a ampliação e a melhoria do sistema de transporte	MPE		
- Efetuar parcerias com os Poderes Executivo, Legislativo, judiciário e com a Defensoria Pública para suporte ao processo de modernização	MPE		
- Implantar novo modelo de gestão orçamentária e financeira, com ênfase na descentralização, celeridade e eficácia dos processos e do controle das operações	MPE		
- Promover a elaboração e a implementação de projeto para a implantação de um orçamento participativo e adequado às necessidades da Instituição	MPE		
- Promover a elaboração e a implementação de projeto para fortalecer os controles administrativos, em caráter preventivo, para maior segurança no cumprimento das exigências legais	MPE		
- Implantar sistemática de controle de contratos, convênios e licitações	MPE		
- Articular ações voltadas ao incremento orçamentário	MPE		
- Prover infraestrutura tecnológica atualizada, integrada e alinhada ao negócio	MPE		
- Promover a modernização e a implementação dos sistemas de informação que atendam às necessidades institucionais	MPE		
- Promover a Governança e a Gestão de TI	MPE		
Compromisso	Aperfeiçoar a atuação institucional		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Realizar atividades de apoio técnico para subsidiar a atuação finalística		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	3.800 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	862
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		3.800 un

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
Meta	Divulgar a atuação institucional		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	27.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	6.136 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		27.000 un
Meta	Qualificar as ações finalísticas voltadas à atuação nas áreas cível, eleitoral e do terceiro setor		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	121.184 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	30.296 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		121.184 un
Meta	Orientar a atuação finalística fiscalizando o grau de efetividade e resolutividade das funções ministeriais		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	1.468 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	367 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		1.468 un
Meta	Desenvolver ações de fortalecimento da gestão estratégica institucional		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	5.600 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	1.402 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		5.600 un
Meta	Subsidiar as atividades dos órgãos de execução ao atendimento de informações e promoção da cultura de segurança institucional		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	240.000 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	32.000 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
	Estado		240.000 un

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania		
Iniciativa	Órgão Responsável		
- Promover a estruturação da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), para assessoramento ao PGJ, e a difusão de cultura de planejamento	MPE		
- Promover a adesão ao Plano Estratégico	MPE		
- Promover a implementação e o fortalecimento da gestão estratégica institucional	MPE		
- Estruturar a gestão do conhecimento	MPE		
- Promover a orientação e a estruturação dos órgãos de atuação finalística, segundo os posicionamentos estratégicos definidos no Plano	MPE		
- Promover a estruturação da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) para assessoramento direto ao PGJ, bem como para prestar suporte informacional aos órgãos de execução, nos assuntos de inteligência	MPE		
- Estabelecer parcerias para consecução de objetivos institucionais	MPE		
- Promover ações junto ao TJ/BA para melhoria e eficiência da atuação na prestação jurisdicional	MPE		
- Aprimorar as normas de organização e funcionamento das unidades administrativas e finalísticas	MPE		
- Promover estudos sobre a viabilidade de alteração da Lei Orgânica do MP/BA	MPE		
- Fomentar a atuação extrajudicial ou alternativa na solução de conflitos comunitários	MPE		
- Aperfeiçoar a atuação nas áreas cível, de família, de fundações, eleitoral e agrária	MPE		
- Aprimorar os sistemas de acompanhamento da atuação funcional dos membros do Ministério Público	MPE		
- Especializar a atuação da segunda instância	MPE		
- Promover ações voltadas para a observância do 'princípio da razoável duração do processo'	MPE		
- Estimular a utilização da biblioteca ampliando seus serviços informacionais	MPE		
- Promover a melhoria garantindo o monitoramento da eficácia e da efetividade da atuação finalística	MPE		
- Racionalizar as atribuições ministeriais	MPE		
- Aperfeiçoar a comunicação interna	MPE		
- Desenvolver ações e processos que favoreçam a integração intrainstitucional	MPE		
- Promover a estruturação e o aperfeiçoamento da comunicação social	MPE		
- Aperfeiçoar o relacionamento e a comunicação com a imprensa	MPE		
- Promover maior projeção e o fortalecimento da imagem junto à sociedade	MPE		
Compromisso	Aperfeiçoar a política de gestão de pessoas		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Aprimorar profissional e culturalmente os integrantes do MP/BA, aperfeiçoando a execução de seus serviços e a racionalização de recursos materiais		
	Órgão Responsável	MPE	
	Valor de Alcance	350 un	
	Referência	Ano	Valor
		2018	104 un
	Território de Identidade		Valor de Alcance
Estado		350 un	
Iniciativa		Órgão Responsável	
- Garantir a organização das pessoas no trabalho e a implantação de políticas fundamentais à retenção de talentos e ao desenvolvimento na carreira		MPE	
- Adequar o quantitativo e o qualitativo de membros e servidores		MPE	

Programa	Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania	
- Criar estímulos para os ocupantes do cargo de Coordenador de Promotorias de Justiça Regionais e Gerentes de Projetos Estratégicos Institucionais Finalísticos		MPE
- Implementar programa de capacitação permanente de membros e servidores		MPE
- Promover a implementação da gestão de pessoas, de forma integrada, aliando processos e informações da Diretoria de Gestão de Pessoas, do CEAF e da Secretaria-Geral do Ministério Público (SGMP)		MPE
- Implantar sistema de estágio compatível com as finalidades do instituto e com a legislação vigente		MPE
Compromisso	Prover o exercício do cumprimento da atuação ministerial	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Iniciativa	Órgão Responsável	
- Assegurar o cumprimento da atuação ministerial no Estado		MPE

**DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO**





PROGRAMA

**PROTEÇÃO DOS
DIREITOS E A DEFESA
JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL
DOS CIDADÃOS**



PROTEÇÃO DOS DIREITOS E A DEFESA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

A Defensoria Pública do Estado da Bahia é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com atuação focada na redução das desigualdades, conflitos sociais e de violação dos direitos das pessoas em situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, individual e coletiva, através da assistência extrajudicial e judicial, integral, gratuita e multidisciplinar, da prevenção e mediação de conflitos, valorizando a dignidade humana e promovendo o acesso à justiça.

Numa trajetória de 33 anos de história, a Defensoria Pública muito tem se empenhado na busca de colaborar para a formação de uma sociedade cada vez mais justa. Acumula muitas conquistas e marcos, como o atendimento de mais de um milhão de pessoas/ano desde 2016, aumento no quantitativo de defensor público, saindo no período de 2014 a 2019 de um quadro com 214 defensores públicos, presença em 24 comarcas e cobertura em 17 territórios de identidade, para 363 defensores públicos, presença em 38 comarcas e cobertura em 24 territórios de identidade, em junho/2019.

Apesar disso, o índice de abrangência dos serviços defensoriais encontra-se aquém do requerido para cumprimento ao que estabelece o Art. 98 da EC nº 80/2014, que prevê: “Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. § 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo.

Recentemente, a Lei 46/2018 atualizou a Lei Nº 26/2006, permitindo mudanças, como o aumento do quantitativo do quadro de pessoal comissionado, a criação da Coordenação de Controle Interno e criação de novas Defensorias Públicas Regionais a partir de limites pré estabelecidos e disponibilidade orçamentária, dentre outras.

A DPE já demonstrou através de audiência públicas e reuniões institucionais ser a solução econômica para sanear contas públicas no tocante ao acesso à justiça e promoção de meios desjudicializantes.

Empenhados com a sua missão e valores, e pensando em ferramentas para subsidiar o fortalecimento de suas práticas de gestão o Programa “Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos”, definido pela instituição para este PPA, reúne conforme metodologia específica, compromissos, metas e iniciativas que abarcam as ações finalísticas, tecnológicas e de gestão, alinhados ao Planejamento Estratégico 2016-2026, e consequentemente expressam o conjunto de prioridades, estratégias e desafios para atuação da DPE no ciclo deste PPA 2020 – 2023, mantendo a educação para os direitos humanos como norteador filosófico da sua atuação. Reforce-se que as prioridades apontadas contemplam ainda as proposições definidas no Plano de Gestão 2019/2021 e reforçam objetivos institucionais a serem concretizados.

Dentre as metas previstas, destaque-se como desafios a serem conquistados neste PPA a construção da sede, criação de Defensorias Especializadas e Regionais, conforme figura abaixo, a ampliação do quadro de Defensor, atualmente com 363 defensores públicos, aquém dos 583 previstos na Lei 26/2006, distante do previsto na EC nº 80/2014 acima mencionada, e a implantação do quadro de pessoal técnico e administrativo, uma lacuna a ser preenchida.



A prestação dos serviços mobiliza toda a estrutura da Instituição e ocorre através das Defensorias Públicas Especializadas de Família, da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cível e de Fazenda Pública, Criminal e de Execução Penal, Proteção aos Direitos Humanos e Itinerantes, Curadoria Especial, Idoso, Defensorias Públicas da Região Metropolitana de Salvador e das Defensorias Públicas Regionais de Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus com respectivas comarcas integrantes, bem como da atuação da Escola Superior, responsável pela capacitação de membros e servidores e pela seleção e capacitação de estagiários.



A Corregedoria Geral da Defensoria - CGD, instância que acompanha, fiscaliza e orienta a regularidade dos serviços da Instituição, estabelece meta e iniciativas para fortalecer atividades inerentes à sua função, para alcance da qualidade da atuação defensorial no Estado e essencial a eficiência, eficácia e efetividade institucional. A Ouvidoria Geral, pela sua atuação junto à sociedade civil de escutar e acolher as demandas populares exerce importante papel no fortalecimento institucional.

Para êxito do programa, imprescindível é o investimento na capacitação de membros e servidores assumido pela Escola Superior da Defensoria- ESDEP, que contempla dentre as suas prioridades o atendimento a outros públicos, de modo especial os considerados em situação de vulnerabilidade e os historicamente excluídos, pela crença no princípio da prática da educação dos direitos humanos como requisito à inclusão social.

Apesar da compreensão de um cenário de fortes restrições, a concretude do Programa dependerá de orçamento compatível às necessidades demandadas pelos compromissos, metas e iniciativas que incluem infraestrutura física, de pessoal, logística e tecnológica essenciais ao desempenho da instituição, bem como ao apoio a programas prioritários do governo.

Contudo, ressalte-se como fundamental, o comprometimento e esforços de defensores, de todo corpo gerencial e técnico para modernização e transparência da Instituição ante a sociedade, e uma gestão eficaz e eficiente no uso do recurso público como indispensável para alcance de resultados na prática missional.

A gestão persistirá em articulações e parcerias junto ao governo do Estado, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas de Estado, a Procuradoria Geral do Estado, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública da União, a União dos Prefeitos da Bahia - UPB e outros órgãos e entidades, com foco em avanços na efetividade de suas ações, essencial à igualdade, a paz e justiça social.

Programa	Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos				
Ementa	Contribuir para redução das desigualdades sociais, através da prestação da assistência jurídica, integral e gratuita aos cidadãos necessitados, promovendo a expansão da cobertura da prestação de serviços nos territórios de identidade, o fortalecimento da visibilidade e transparência dos serviços oferecidos, foco na governança institucional, na gestão da tecnologia da informação e consequente valorização da gestão de membros e servidores.				
Indicador		Polaridade	Unidade de Medida	Referência	
				Ano	Valor
- Número índice de unidades defensoriais instaladas		Positiva	%	2018	100,00
Recursos do Programa	R\$ 601.212.000				
Compromisso	Prover o cumprimento da atuação judicial e extrajudicial				
Órgão Responsável	Defensoria Pública				
Iniciativa				Órgão Responsável	
- Assegurar a continuidade das atividades defensoriais				DPE	
Compromisso	Prestar assistência jurídica integral e gratuita				
Órgão Responsável	Defensoria Pública				
Meta	Ampliar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita				
	Órgão Responsável	DPE			
	Valor de Alcance	1.400.000 un			
	Referência	Ano	Valor		
		2018	1.266.544 un		
	Território de Identidade		Valor de Alcance		
Estado		1.400.000 un			
Iniciativa				Órgão Responsável	
- Prestar atendimentos judiciais e extrajudiciais à população				DPE	
- Implantar Defensorias Públicas Especializadas				DPE	
- Implantar Defensorias Públicas Regionais				DPE	
- Intensificar as ações itinerantes				DPE	
- Intensificar as ações voltadas à educação em direitos				DPE	
- Realizar ações de estímulo à paternidade responsável				DPE	
- Realizar ações voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade				DPE	
- Prestar atendimentos de proteção social para crianças e adolescentes				DPE	
- Intensificar ações voltadas à defesa da mulher vítima de violência				DPE	
- Realizar mutirões de atendimento comunitário				DPE	
Compromisso	Fomentar ações voltadas à redução das desigualdades sociais de forma integrada com os demais Poderes				
Órgão Responsável	Defensoria Pública				
Iniciativa				Órgão Responsável	
- Implementar projeto de audiência itinerante				DPE	
- Atuar extrajudicialmente em comunidades com Bases Comunitárias de Segurança - BCS				DPE	

Programa	Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos			
- Realizar ações conjuntas com os Centros CRAS / CREAS, Pop Rua e Conselhos Tutelares		DPE		
- Realizar atendimento cidadão integrado no sistema prisional		DPE		
- Acolher adolescentes em medida sócio-educativa		DPE		
- Estabelecer parcerias voltadas à prática da Justiça Restaurativa		DPE		
Compromisso	Aprimorar a gestão de Pessoas			
Órgão Responsável	Defensoria Pública			
Meta	Ampliar o quadro de pessoal à missão institucional			
	Órgão Responsável	DPE		
	Valor de Alcance	1.179 un		
	Referência	Ano	Valor	
		2018	623 un	
	Território de Identidade	Valor de Alcance		
	Estado	1.179 un		
Iniciativa		Órgão Responsável		
- Realizar concursos públicos		DPE		
- Nomear Membros e servidores		DPE		
- Capacitar defensores, servidores e estagiários		DPE		
- Realizar eventos voltados para grupos vulneráveis		DPE		
- Realizar eventos de capacitação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa		DPE		
- Realizar estudos, pesquisas e publicações		DPE		
- Viabilizar parcerias com escolas, universidades, faculdades e outras entidades		DPE		
- Viabilizar as ações do Escritório de Pesquisa Estratégica		DPE		
- Implantar projeto de Residência Jurídica		DPE		
Compromisso	Modernizar a gestão da Defensoria Pública			
Órgão Responsável	Defensoria Pública			
Iniciativa		Órgão Responsável		
- Executar o Plano Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação e Processos		DPE		
- Prover a infraestrutura física das unidades defensoriais		DPE		
- Aparelhar unidades da Defensoria		DPE		
- Realizar ações de comunicação e publicidade institucional		DPE		
- Adequar a frota de veículos		DPE		
- Assegurar a manutenção da Corregedoria		DPE		
- Fortalecer a Ouvidoria Cidadã		DPE		



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabelas/Recursos

Poder/Programas	Teto Plurianual (R\$)
EXECUTIVO	89.734.982.731
Assistência Social e Garantia de Direitos	699.762.651
Ciência, Tecnologia e Inovação	684.605.837
Cultura	258.106.937
Desenvolvimento Produtivo	1.359.419.984
Desenvolvimento Rural	1.892.216.874
Desenvolvimento Urbano	4.263.558.937
Educação	23.088.383.000
Gestão Governamental	3.070.659.010
Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	63.307.937
Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	735.692.357
Infraestrutura	3.464.269.937
Meio Ambiente e Sustentabilidade	241.372.389
Política para as Mulheres	67.833.945
Recursos Hídricos	6.056.131.337
Saúde	22.051.088.350
Segurança Pública e Defesa Social	21.738.573.249
JUDICIÁRIO	8.473.800.000
Justiça Efetiva	8.473.800.000
LEGISLATIVO	2.566.065.981
Controle Externo Estadual em Sintonia com a Sociedade	701.864.000
Controle Externo Municipal	428.312.000
Fortalecimento da Ação Legislativa	1.435.889.981
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.218.481.000
Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania	2.218.481.000
DEFENSORIA PÚBLICA	601.212.000
Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos	601.212.000
TOTAL - PPA PROGRAMAS	103.594.541.712

Tabelas/Recursos

RECURSOS DO PPA POR ORIGEM (em R\$ mil)

ORIGEM	VALOR (R\$)	%
Próprias do Tesouro	79.491.466	76,7
Outras do Tesouro	10.252.866	9,9
Outras Fontes	13.850.210	13,4
Total	103.594.542	100,0

Fonte: Fiplan

Próprias do Tesouro

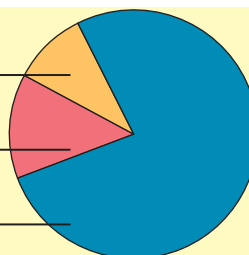
9,9%

Outras do Tesouro

13,4%

Outras Fontes

76,7%



RECURSOS TOTAIS POR DESTINAÇÃO

DESTINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
Compromisso / Iniciativa (PPA)	103.594.542	48,1
Manutenção Administrativa	70.005.969	32,5
Operações Especiais	41.983.365	19,5
Total	215.583.876	100,0

Fonte: Fiplan

Operações Especiais

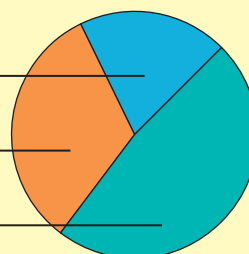
19,5%

Compromisso / Iniciativa (PPA)

32,5%

Manutenção Administrativa

48,1%



RECURSOS DO PPA (PROGRAMAS) POR PODER

ORIGEM	VALOR (R\$)	%
Executivo	89.734.983	86,6
Legislativo	2.566.066	2,5
Judiciário	8.473.800	8,2
Ministério Público	2.218.481	2,1
Defensoria Pública	601.212	0,6
Total	103.594.542	100,0

Fonte: Fiplan

Defensoria Pública

0,6%

Ministério Público

2,1%

Legislativo

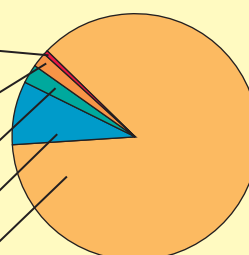
2,5%

Judiciário

8,2%

Executivo

86,6%



Quadro de Indicadores

Assistência Social e Garantia de Direitos

Proporção da população da Região Metropolitana de Salvador (RMS) em situação de insegurança alimentar grave	Negativa	%	-	-	PED/SEI; PNAD Contínua	(Número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave na RMS/População total da RMS)*100
Proporção de demandas resolvidas no PROCON-BA	Positiva	%	-	-	SINDEC/PROCON	(Número de demandas resolvidas no PROCON-BA/Número de demandas registradas no PROCON-BA)*100
Pessoas atendidas nos serviços socioassistenciais prestados em equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Positiva	un	2018	1.355.903,00	RAF/SUAS	Somatório de pessoas atendidas nos serviços socioassistenciais prestados em equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Ciência, Tecnologia e Inovação

Número de usuários distintos que acessaram os pontos de acesso público wi-fi instalados pelo Governo da Bahia	Positiva	un	2018	0,00	SECTI	Somatório de usuários que acessaram os pontos de acesso público wi-fi instalados pelo Governo da Bahia
Número de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no estado da Bahia conectadas à Rede Nacional de Pesquisa (RNP)	Positiva	un	2018	25,00	RNP/REDE IPÊ/SECTI	Somatório de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no estado da Bahia conectadas à Rede Nacional de Pesquisa (RNP)
Número índice de integração do ecossistema baiano em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Positiva	% (base 100)	2018	100,00	SECTI	(Número de atores com atividade integrada no ano de aferição/Número de atores com atividade integrada no ano de referência)*100
Número de startups ativas na Bahia	Positiva	un	2018	55,00	ABSTARTUPS	Somatório de startups ativas na Bahia
Número de depósitos de pedido de propriedade industrial (marcas, softwares e patentes)	Positiva	un	2018	0,00	INPI	Soma de depósitos de pedido de propriedade industrial (marcas, softwares e patentes)

Cultura

Número índice da frequência de público do Complexo Teatro Castro Alves (TCA)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00	TCA/FUNCEB/SEMA	(Total de frequentadores do Complexo TCA no ano de aferição/Total de frequentadores no ano de referência)*100
Número índice da frequência de público	Positiva	% (base 100)	2019	100,00	FPC/SECULT	(Total de frequentadores dos equipamentos

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
dos equipamentos culturais vinculados à Fundação Pedro Calmon (FPC)						culturais vinculados à FPC no ano de aferição/Total de frequentadores no ano de referência)*100
Número índice da frequência de público aos museus vinculados à Secretaria da Cultura (SECULT)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00	IPAC/SECULT	(Total de frequentadores dos museus vinculados à SECULT no ano de aferição/Total de frequentadores no ano de referência)*100
Número índice da frequência de público dos centros culturais vinculados à Secretaria da Cultura (SECULT)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00	SUDECULT/SECULT	(Total de frequentadores dos centros culturais vinculados à SECULT/Total de frequentadores no ano de referência)*100
Número índice da frequência de público dos largos do Pelourinho	Positiva	% (base 100)	2019	100,00	CCPI/SECULT	(Total de frequentadores dos largos do Pelourinho no ano de aferição/Total de frequentadores no ano de referência)*100
Percentual de utilização do valor total autorizado para concessão de benefício pelo Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural (Fazcultura)	Positiva	%	2018	58,55	SUPROCULT/SECULT	(Valor total de benefícios concedidos/Valor total autorizado para concessão de incentivo)*100
Percentual da execução financeira do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA)	Positiva	%	2018	37,55	SUPROCULT/SECULT	(Valor da execução financeira do FCBA no ano de aferição/Valor do orçamento final do FCBA no ano de aferição)*100
Desenvolvimento Produtivo						
Participação percentual de empregos fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	Positiva	%	2017	54,00	RAIS	(Estoque de empregos nos municípios fora da RMS no ano/Estoque total dos empregos na Bahia no ano)*100
Participação percentual de investimentos realizados fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	Positiva	%	2018	78,80	SDE	(Total dos investimentos realizados fora da RMS/Total dos investimentos na Bahia)*100
Variação percentual do número de micro e pequenas empresas incentivadas pelo Governo do Estado da Bahia	Positiva	%	2018	76,50	SDE	[(Número de micro e pequenas empresas incentivadas por ações do Governo do Estado da Bahia no ano de aferição/Número de micro e pequenas empresas incentivadas por ações do Governo do Estado da Bahia no ano de referência)-1]*100
Participação das empresas dos segmentos culturais em	Positiva	%	2017	62,20	SECULT	(Número de empresas dos segmentos culturais/Número total de

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
relação às artes, cultura, esporte, recreação, informação e comunicação						Empresas dos segmentos de artes, cultura, esporte e recreação)*100
Participação percentual das atividades correlatas ao turismo no Produto Interno Bruto (PIB) estimado	Positiva	%	2018	2,60	CODERF/SEI	(Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades correlatas ao turismo/Valor Adicionado Bruto (VAB) estimado do estado)*100
Desenvolvimento Rural						
Variação percentual de famílias com áreas regularizadas	Positiva	%	2019	0,00	CDA/SDR	((Número acumulado de famílias com área regularizada até o ano de aferição/número de famílias com área regularizada até o ano de referência)-1)*100
Variação percentual de famílias de povos e comunidades tradicionais com áreas regularizadas	Positiva	%	2019	0,00	CDA/SDR	((Número acumulado de famílias de povos e comunidades tradicionais com área regularizada até o ano de aferição/número de famílias de povos e comunidades tradicionais com área regularizada até o ano de referência)-1)*100
Variação percentual de famílias assessoradas para o acesso ao crédito fundiário	Positiva	%	2019	0,00	CDA/SDR	((Número acumulado de famílias assessoradas até o ano de aferição/número de famílias assessoradas até o ano de referência)-1)*100
Variação percentual das famílias contempladas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf) com acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural	Positiva	%	2019	0,00	CDA/SDR	[(Número acumulado de famílias contempladas no PNCf com acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural até o ano de aferição/Número de famílias contempladas pelo PNCf até o ano de referência)-1]*100
Variação percentual do número de agricultores atendidos com políticas públicas de fomento à produção	Positiva	%	2019	0,00	SDR	[(Número de agricultores atendidos no ano de apuração/Número de agricultores no ano base)-1]*100
Variação percentual do número de ações de apoio a empreendimentos da agricultura familiar para gestão e comercialização dos produtos	Positiva	%	2019	0,00	SUAF/SDR; CAD/SDR	[(Número de empreendimentos da agricultura familiar apoiados no ano de apuração/Número de empreendimentos da agricultura familiar apoiados no ano base)-1]*100
Variação percentual da Ocupação da Mão de	Positiva	%	2019	0,00	PNADc/IBGE; SEI	[(Ocupação de mão de obra do agronegócio no

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Obra do Agronegócio no Estado da Bahia						ano de apuração/Ocupação da mão de obra do agronegócio no ano base)-1]*100
Índice de alcance dos objetivos do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de responsabilidade do Governo do Estado	Positiva	%	-	0,00	SIGATER, SIATER, SISPLAND	Somatório dos percentuais de adoção [pelo beneficiário] do objetivo da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)*peso do objetivo* fator de ajuste/Somatório dos pesos dos objetivos planejados
Número índice de agricultores com acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Positiva	% (base 100)	2019	100,00	BAHIATER	(Quantidade de famílias atendidas pela ATER no ano/Quantidade de famílias atendidas no ano de referência)*100
Índice de avaliação do status sanitário	Positiva	%	2018	78,00	ADAB/SEAGRI	(Somatório de status sanitário existente/Somatório de status sanitário esperado)*100
Índice de risco residual do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Bahia	Negativa	%	-	0,00	SDR	(Avaliação do Risco residual dos objetivos ligados às iniciativas em cada ano (após o início da implementação das iniciativas)/Avaliação inicial do risco dos objetivos)*100
Nível de avaliação das capacitações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares promovidas pela BAHATER	Positiva	%	-	0,00	BAHIATER	(Somatório do número de acertos nos testes realizados após cada capacitação/Total de testes realizados após cada capacitação)*100
Desenvolvimento Urbano						
Tempo médio de deslocamento por quilômetro percorrido dos modais urbanos da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	Negativa	min/km	2019	2,92	SUMOB/SEDUR	Somatório dos tempos de deslocamento em todos os percursos pesquisados, nos modais da RMS objetos de intervenções do Governo do Estado/Somatório das quilometragens dos percursos pesquisados nos modais da RMS objetos de intervenções do Governo do Estado
Títulos de regularização fundiária emitidos para imóveis urbanos	Positiva	un	2019	18.774,00	SEDUR	Somatório do número de títulos fundiários emitidos para imóveis urbanos
Proporção de municípios consorciados atendidos com soluções de	Positiva	%	-	-	SEDUR	(Número de municípios consorciados atendidos com soluções de resíduos sólidos/Total de

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
resíduos sólidos						municípios consorciados)*100
Número de Conselhos Municipais das Cidades criados e ativos	Positiva	un	-	-	SEDUR	Somatório de Conselho das Cidades criados ativos
Quantidade de municípios beneficiados com obras de infraestrutura urbana	Positiva	un	-	-	SEDUR	Somatório do número de obras de infraestrutura urbana e acessibilidade realizadas, cumulativamente
Educação						
Taxa de aprovação no ensino fundamental anos finais da rede estadual de ensino	Positiva	%	2018	72,20	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	[Aprovados nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual de ensino/(Aprovados + Reprovados + Abandonos nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual de ensino)]*100
Taxa de aprovação no ensino médio da rede estadual de ensino	Positiva	%	2018	72,10	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	[Aprovados do ensino médio da rede estadual de ensino/(Aprovados + Reprovados + Abandonos do ensino médio da rede estadual de ensino)]*100
Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	48,30	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	(Somatório do número de matrículas na idade acima da recomendada para o ano ou série do nível de ensino fundamental/total de matrículas no nível de ensino fundamental)*100
Taxa de distorção idade-série no ensino médio da rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	47,80	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	(Somatório do número de matrículas na idade acima da recomendada para o ano ou série do nível de ensino médio/total de matrículas no nível de ensino médio)*100
Nota média em Língua Portuguesa dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Positiva	pontos	2017	239,06	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	Somatório das notas dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa da rede estadual no SAEB/Total de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa da rede estadual no SAEB
Nota média em Matemática dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação	Positiva	pontos	2017	236,45	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	Somatório das notas dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental em Matemática da rede estadual no SAEB/Total de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Básica (SAEB)						em Matemática da rede estadual no SAEB
Nota média em Matemática dos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Positiva	pontos	2017	243,15	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	Somatório das notas dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio em Matemática da rede estadual no SAEB/Total de estudantes da 3ª série do Ensino Médio em Matemática da rede estadual no SAEB
Nota média em Língua Portuguesa dos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	Positiva	pontos	2017	242,33	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	Somatório das notas dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio em Língua Portuguesa da rede estadual no SAEB/Total de estudantes da 3ª série do Ensino Médio em Língua Portuguesa da rede estadual no SAEB
Taxa de abandono dos estudantes do ensino médio na rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	9,90	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	[Abandonos do ensino médio da rede estadual de ensino/(Aprovados + Reprovados + Abandonos do ensino médio da rede estadual de ensino)]*100
Taxa de abandono escolar nas unidades ofertantes de educação profissional integrado e concomitante na rede estadual de ensino	Negativa	%	2018	6,90	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	[Abandonos da educação profissional integrado e concomitante da rede estadual de ensino/(Aprovados + Reprovados + Abandonos da educação profissional integrado e concomitante da rede estadual de ensino)]*100
Taxa de reprovação escolar nas unidades ofertantes de educação e educação profissional integrado e concomitante na rede estadual de ensino profissional	Negativa	%	2018	18,40	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica	[Reprovados da educação profissional integrado e concomitante da rede estadual de ensino/(Aprovados + Reprovados + Abandonos da educação profissional integrado e concomitante da rede estadual de ensino)]*100
Conceito da graduação nas universidades estaduais	Positiva	pontos	2017	2,60	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Superior	(Soma dos conceitos médios da graduação*número de matrículas em graduação de cada Universidade Estadual)/(Soma do número de matrículas em graduação de cada Universidade Estadual)
Conceito da pós-graduação nas universidades estaduais	Positiva	pontos	2017	3,11	INEP/MEC; CAPES/MEC	(Soma dos conceitos médios de mestrado*número de matrículas em mestrado de cada Universidade

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
						Estadual + Soma dos conceitos médios de doutorado* número de matrículas em doutorado de cada Universidade Estadual)/(Soma do número de matrículas em mestrado e doutorado de cada Universidade Estadual)
Proporção de estudantes negros matriculados nas universidades estaduais que ingressaram por meio de reserva de cunho étnico	Positiva	%	2017	14,30	INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Superior	(Soma de matrículas de estudantes nos cursos de graduação das universidades estaduais que se declaram pretos e pardos e ingressaram por meio de reserva de vagas de cunho étnico)/(Soma de matrículas de estudantes nos cursos de graduação das universidades estaduais que se declaram pretos e pardos)*100
Proporção de trabalhadores em educação da rede estadual de ensino afastados para tratamento de saúde	Negativa	%	-	-	SEC	(Número de trabalhadores em educação da rede estadual de ensino afastados para tratamento de saúde/Total de trabalhadores em educação da rede estadual de ensino)*100
Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais						
Proporção de municípios que recebem ações de apoio institucional, de proteção e promoção de bens culturais de povos e comunidades tradicionais e de fortalecimento da política de promoção da igualdade racial	Positiva	%	2019	31,00	SEPROMI	(Somatório de municípios que receberam ações de apoio institucional, de proteção e promoção de bens culturais de comunidades tradicionais e de fortalecimento da política de promoção da igualdade racial/Total de municípios)*100
Proporção de municípios representados no Fórum de Gestores de Promoção da Igualdade Racial - FEGPIR que executam Projetos com foco na igualdade racial	Positiva	%	2019	45,00	SEPROMI	(Somatório de municípios que executaram projetos com foco na igualdade racial/Somatório de municípios que participam do Fórum de Gestores)*100
Nível de satisfação do usuário do Centro de Referência Nelson Mandela	Positiva	%	-	-	SEPROMI	(Somatório de usuários do serviço do Centro de Referência Nelson Mandela que as ações impactaram

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
						positivamente/Total de usuários do Centro de Referência Nelson Mandela)*100
Proporção de municípios com incidência de conflito envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)	Negativa	%	-	-	CESPCT/SE PROMI	(Número de municípios com incidência de conflito envolvendo PCT/Total de municípios)*100
Proporção de Servidores Públicos Estaduais capacitados em racismo institucional	Positiva	%	-	-	SEPROMI	(Somatório de servidores ativos da administração pública estadual direta e indireta que foram capacitados em racismo institucional/Somatório de servidores ativos da Administração Pública Estadual direta e indireta)*100
Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho						
Índice da capacidade produtiva de beneficiários das ações de empreendimentos populares e solidários	Positiva	N/A	-	0,00	SETRE	[(Soma das proporções de empreendedores ponderadas por importância dos graus de escolaridade + Proporção de empreendedores com capacitação)/2]*Peso1 + [(Proporção de empreendedores com quantidade adequada de equipamentos para a produção + Proporção de empreendedores com qualidade adequada de equipamentos para a produção)/2]*Peso2 + (Soma das proporções de empreendedores com acesso à política pública ponderadas pela associação a cada política pública)*Peso3
Remuneração líquida da renda per capita das famílias dos beneficiários do Programa Primeiro Emprego	Positiva	R\$	-	0,00	SETRE	Somatório da remuneração líquida dos beneficiários do Programa Primeiro Emprego no ano de aferição/Número médio de pessoas das famílias dos beneficiários do Programa Primeiro Emprego
Participação das colocações SINE-BA no total de admissões do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED)	Positiva	%	2018	5,00	SETRE; Ministério da Economia	(Total de colocados do SINE-BA no ano de aferição/Total de admitidos do CAGED no ano de aferição)*100

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Proporção da população da Região Metropolitana de Salvador com frequência regular a equipamentos públicos de esporte e lazer	Positiva	%	-	0,00	SEI	(Pessoas da Região Metropolitana de Salvador que frequentam equipamentos públicos esportivos ou de lazer ao menos duas vezes por semana no ano de aferição/total da população da Região Metropolitana de Salvador no ano de aferição)*100
Infraestrutura						
Participação percentual da capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis na capacidade instalada total de geração de energia elétrica do estado	Positiva	%	2019	90,88	ANEEL; SEINFRA	(Somatório da capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no estado, em Mw/Capacidade instalada total de geração de energia elétrica no estado, em Mw)*100
Proporção de localidades rurais com população igual ou maior a dois mil habitantes atendidas com o sinal de Serviço Móvel Pessoal (SMP)	Positiva	%	-	-	SEINFRA	(Somatório das localidades rurais com atendimento de Serviço Móvel Pessoal e população igual ou maior a dois mil habitantes/Total de localidades rurais com população igual ou maior a dois mil habitantes)*100
Percentual de domicílios rurais atendidos com energia elétrica	Positiva	%	2019	92,55	SEINFRA	[1-(Domicílios rurais não atendidos com energia elétrica/total de domicílios rurais)]*100
Proporção da extensão de rodovias pavimentadas em boas condições de trafegabilidade	Positiva	%	2018	60,48	SEINFRA	(Extensão das rodovias pavimentadas em boas condições de trafegabilidade/extensão total das rodovias pavimentadas)*100
Proporção de Terminais Hidroviários em boas condições de uso	Positiva	%	2018	41,66	SEINFRA	(Número de Terminais Hidroviários em boas condições de uso/Total de terminais hidroviários)*100
Proporção de Aeródromos em boas condições de uso	Positiva	%	2018	84,31	SEINFRA	(Número de Aeródromos em boas condições de uso/Total de aeródromos)*100
Variação percentual do consumo de energia elétrica da iluminação pública	Negativa	%	2019	0,00	SEINFRA	[(Consumo de energia elétrica da iluminação pública eficientizada nos municípios aderentes ao programa EFIP/Consumo de energia elétrica da iluminação pública nos municípios aderentes ao programa de EFIP no ano

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
						de referência)-1]*100
Meio Ambiente e Sustentabilidade						
Proporção da conclusão das ações relativas à adaptação e mitigação das mudanças climáticas planejadas pelo Governo do Estado	Positiva	%	-	-	FIPLAN-BA	(Número de iniciativas previstas no Compromisso "1" do Programa "310" concluídas/Total de iniciativas previstas no Compromisso "1" do Programa "310")*100
Proporção de Unidades de Conservação estaduais com plano de manejo e conselho gestor ativo	Positiva	%	2018	20,00	INEMA/SEM A	(Somatório das unidades de conservação com plano de manejo e conselho gestor ativo/Número de Unidades de Conservação estaduais)*100
Taxa de cobertura municipal das ações de educação ambiental para a sustentabilidade	Positiva	%	-	-	SEMA	(Número de municípios contemplados com ao menos uma das ações de educação ambiental, a saber, entrega de materiais didáticos, realização de eventos formativos em educação ambiental e apoio para o fortalecimento de políticas públicas de educação ambiental/Total de municípios na Bahia)*100
Taxa de participação dos membros componentes dos colegiados	Positiva	%	2018	14,49	SEMA	[Somatório do registro de presença dos membros componentes em todas as reuniões/Somatório (composição dos colegiados * número de reuniões)]*100
Capacidade de gestão ambiental de municípios	Positiva	%	2018	70,26	SEMA	(Número de municípios que se declararam capazes/Número total de municípios)*100
Proporção de área de pequenos imóveis rurais cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR)	Positiva	%	2018	89,53	SEIA/SEMA	(Somatório das áreas de imóveis rurais com até 4 módulos fiscais cadastrados pelo Estado/Somatório das áreas de imóveis rurais com até 4 módulos fiscais)*100
Número de Unidades de Conservação com projetos de desenvolvimento socioambiental implementados	Positiva	un	2019	4,00	INEMA/SEM A	Somatório de Unidades de Conservação com projetos de desenvolvimento socioambiental implementados

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Política para as Mulheres						
Proporção de mulheres assistidas que romperam com o ciclo da violência	Positiva	%	-	-	SPM	(Número de mulheres assistidas em programas de prevenção à violência contra as mulheres na Bahia, que se encontram na situação de rompimento com o ciclo de padrões abusivos em sua relação afetiva (ciclo de violência)/Número de mulheres assistidas em programas de prevenção à violência contra as mulheres na Bahia)*100
Variação percentual de chefas de famílias monoparentais beneficiadas por políticas de autonomia desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)	Positiva	%	-	-	SPM	[(Somatório de chefas de famílias monoparentais beneficiadas por políticas de autonomia desenvolvidas pela SPM no ano de aferição/Somatório das chefas de famílias monoparentais beneficiadas por políticas de autonomia desenvolvidas pela SPM no ano de referência)-1]*100
Proporção de municípios com Organismos de Políticas para as Mulheres	Positiva	%	2019	4,00	SPM	(Número de municípios com Organismos de Políticas para as Mulheres em funcionamento/Total de municípios)*100
Recursos Hídricos						
Índice de satisfação do usuário em relação à qualidade da água	Positiva	%	2018	50,90	AGERSA/SI HS	[(Somatório dos usuários que consideram qualidade da água Boa ou Ótima sob cada aspecto investigado/Total de usuários entrevistados sob cada aspecto investigado)/6]*100
Índice de satisfação do usuário em relação ao fornecimento ou abastecimento de água	Positiva	%	2018	61,00	AGERSA/SI HS	[(Somatório dos usuários que consideram o fornecimento ou abastecimento de água Bom ou Ótimo sob cada aspecto investigado/Total de usuários entrevistados sob cada aspecto investigado)/3]*100
Índice de satisfação do ssuário em relação à prestação do serviço de esgoto	Positiva	%	2018	37,40	AGERSA/SI HS	[(Somatório dos usuários que consideram o serviço de esgoto prestado pela EMBASA Bom ou Ótimo sob cada aspecto investigado/ Total de usuários entrevistados

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
						sob cada aspecto investigado)/5]*100
Proporção da população rural com acesso ao abastecimento de água	Positiva	%	-	0,00	CERB; SEI	$\frac{[(\text{Número de domicílios beneficiados com água nas zonas rurais por meio de ações da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia e Embasa}) * (\text{taxa de ocupação por município}) * (\text{Número médio de pessoas em domicílios rurais por município beneficiado do Estado})]}{(\text{Total de pessoas em domicílios rurais do Estado})} * 100$
Proporção da população urbana com acesso ao abastecimento de água na área de atuação da Embasa	Positiva	%	2018	94,26	EMBASA; SEI	$\frac{[(\text{Número de economias existentes de água em domicílios urbanos por meio de ações da EMBASA}) * (\text{taxa de ocupação domiciliar dos municípios}) * (\text{Número médio de pessoas em domicílios urbanos do Estado})]}{(\text{Total de pessoas em domicílios urbanos na área de atuação da Embasa})} * 100$
Proporção da população rural com acesso às soluções sanitárias	Positiva	%	-	0,00	CERB; SEI	$\frac{[(\text{Número de domicílios beneficiados com acesso às soluções sanitárias em zonas rurais por meio de ações da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional}) * (\text{taxa de ocupação por município}) * (\text{Número médio de pessoas em domicílios rurais por município beneficiado do Estado})]}{(\text{Total de pessoas em domicílios rurais do Estado})} * 100$
Proporção da população urbana com acesso ao esgotamento sanitário na área de atuação da Embasa	Positiva	%	2018	56,72	EMBASA; SEI	$\frac{[(\text{Número de economias existentes de esgoto em domicílios urbanos por meio de ações da EMBASA}) * (\text{taxa de ocupação domiciliar dos municípios}) * (\text{Número médio de pessoas em domicílios urbanos do Estado})]}{(\text{Total de pessoas em domicílios urbanos na área de atuação da Embasa})} * 100$

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Proporção da área do estado coberta por planos de bacias hidrográficas	Positiva	%	2018	13,26	INEMA/SEM A	(Área do estado com cobertura de Plano de Bacia Hidrográfica/área total do Estado)*100
Saúde						
Percentual de mortes por causa evitáveis em menores de 5 anos	Negativa	%	2018	63,98	SIM/SUS	(Número de óbitos por grupo de causa evitável em menores de 5 anos/número total de óbitos por causas evitáveis em menores de 5 anos)*100
Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Primária à Saúde (Atenção Básica) na rede SUS	Negativa	%	2018	24,32	SIH/SUS	(Número de internações por causas sensíveis selecionadas à Atenção Básica/ Total de internações clínicas)*100
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Negativa	/1.000	2018	5,80	SINAN/SINASC	(Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência/Número total de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no ano considerado)*1000
Taxa de abandono da pentavalente no estado	Negativa	%	2017	14,25	SIPNI	(Número de primeiras doses aplicadas - número de últimas doses do esquema/número de primeiras doses)*100
Taxa de letalidade das formas graves da dengue	Negativa	%	2018	10,34	SINAN/SIM	Número de óbitos confirmados de Dengue Grave e sinais de alerta/número de casos confirmados de Dengue Grave e sinais de alerta)*100
Proporção de regiões de saúde que reduziram internações hospitalares em obstetrícia realizadas fora de região de residência do usuário	Positiva	%	2018	35,71	SIH/SUS	(Número de regiões de saúde que reduziram internações hospitalares em obstetrícia, realizadas fora da região de residência do usuário/total de regiões de saúde)*100
Proporção de regiões de saúde que reduziram internações hospitalares em clínica médica por causas selecionadas realizadas fora de região de residência do usuário	Positiva	%	2018	35,71	SIH/SUS	(Número de regiões de saúde que reduziram internações hospitalares em clínica médica por causas selecionadas realizadas fora da região de residência do usuário/total de regiões de saúde)*100

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Segurança Pública e Defesa Social						
Presos por vaga no Estado da Bahia	Negativa	N/A	2019	1,44	SEAP	Número total de presos no Estado (Polícia Civil-BA + Secretaria de Administração Penitenciária) no ano de aferição/Total de vagas no sistema penitenciário
Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivo às atividades ressocializadoras	Positiva	%	2019	25,52	SEAP	(Número de presos no Sistema Penitenciário com acesso efetivo a atividades ressocializadoras/Total de presos no Sistema Penitenciário)*100
Variação percentual de edificações em conformidade à legislação estadual de segurança contra incêndio e pânico	Positiva	%	2018	44,01	SSP	[(Número de Autos de Vistorias (AVCB) e de Certificados de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB) emitidos no ano de aferição /Número de Autos de Vistorias (AVCB) e de Certificados de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB) emitidos no período de referência equivalente)- 1]*100
Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito nos municípios de abrangência	Negativa	/100.000	2018	7,90	SIM/SESAB; IBGE	(Número de óbitos de residentes por acidentes de transporte terrestre nos municípios de abrangência/População total residente dos municípios de abrangência)*100.000
Taxa de inquéritos concluídos com autoria	Positiva	%	2018	114,67	SGE/PCBA	(Total de inquéritos (todos os delitos) concluídos com autoria definida, no Estado, do ano de aferição/Total de inquéritos abertos, no Estado, no ano de aferição)*100
Taxa de atendimento às solicitações de produção da prova material	Positiva	%	2018	95,00	SIS/DPT	(Somatório de laudos e informações emitidos/Somatório de solicitações de exames periciais)*100
Gestão Governamental						
Nível de Satisfação do cidadão na avaliação do atendimento da rede Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)	Positiva	%	2018	92,80	SAEB	Nível de Satisfação do cidadão na avaliação do atendimento da rede SAC
Proporção de instituições públicas estaduais usuárias de	Positiva	%	2018	22,00	SEI/SEPLAN	(Número de instituições estaduais usuárias de geoinformação/Número

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
geoinformação						de instituições estaduais)*100
Poupança corrente	Negativa	%	2017	96,38	STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(Despesas correntes/Receitas correntes ajustadas)*100
Fortalecimento da Ação Legislativa						
Número de campanhas publicitárias de promoção e divulgação da Assembleia Legislativa realizadas	Positiva	un	2018	6,00	ALBA	Somatório das campanhas publicitárias de promoção e divulgação da Assembleia Legislativa realizadas
Número de cidades atendidas com TV e Rádio da Assembleia Legislativa da Bahia	Positiva	un	2018	15,00	ALBA	Somatório de cidades atendidas com TV e Rádio da Assembleia Legislativa da Bahia
Número de eventos de capacitação para agentes públicos realizados	Positiva	un	2018	36,00	ALBA	Somatório de eventos de capacitação para agentes públicos realizados
Controle Externo Estadual em Sintonia com a Sociedade						
Proporção de cidadãos satisfeitos com a qualidade das respostas às demandas recebidas pela Ouvidoria	Positiva	%	2018	80,00	Aplicativo Survey Monkey - Ouvidoria	(número de de cidadãos satisfeitos com as respostas às demandas recebidas pela Ouvidoria/total de cidadãos que responderam a pesquisa de satisfação)*100
Percentual de atendimento às recomendações constantes de parecer prévio	Positiva	%	2018	8,33	Processo de Contas de Governo - Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de recomendações atendidas / total de recomendações) *100
Percentual de recolhimento de débitos fixados pelo TCE/BA	Positiva	%	2018	1,25	Sistema de Controle e Cobrança de Débitos e Multas (SisCOBRA)	(valor de débitos recolhidos no exercício / valor total a receber de débitos)*100
Proporção de Contas de Governo apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	100,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Contas de Governo apreciadas tempestivamente / total de Contas de Governo apreciadas)*100
Proporção de Processos de Contas julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	46,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Processos de Contas julgados no prazo / total de Processos de Contas julgados)*100
Proporção de Auditorias	Positiva	%	2018	14,00	Sistema de	(número de Auditorias

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Concomitantes apreciadas tempestivamente					Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	Concomitantes apreciadas no prazo / total de Auditorias concomitantes apreciadas)*100
Proporção de consultas apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	43,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de consultas apreciadas no prazo / total de Consultas apreciadas)*100
Proporção de Denúncias apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	49,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Denúncias apreciadas no prazo / total de Denúncias apreciadas)*100
Proporção de Recursos julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	4,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Recursos julgados no prazo / total de Recursos julgados)*100
Proporção de Reclamações apreciadas tempestivamente	Positiva	%	2018	14,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Reclamações apreciadas no prazo / total de Reclamações apreciadas)*100
Proporção de Embargos de Declaração julgados Tempestivamente	Positiva	%	2018	45,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Embargos de Declaração julgados no prazo / total de Embargos de Declaração julgados)*100
Proporção de Termos e Prestação de Contas de Convênio e Ajustes Congêneres julgados tempestivamente	Positiva	%	2018	12,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Termos e Prestação de Contas de Convênio e Ajustes Congêneres julgados no prazo / total de Termos e Prestação de Contas de Convênio e Ajustes Congêneres julgados)*100
Proporção de Atos de pessoal apreciados tempestivamente	Positiva	%	2018	48,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Atos de pessoal apreciados no prazo / total de Atos de pessoal apreciados)*100
Proporção de Medidas Cautelares julgadas tempestivamente	Positiva	%	2018	100,00	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo)	(número de Medidas Cautelares julgadas no prazo / total de Medidas Cautelares julgadas)*100
Nota de pesquisa de opinião sobre a percepção dos resultados gerados pelo	Positiva	pontos	2016	4,60	Pesquisa de Opinião contratada - TCE/BA	Somatório das notas de pessoas que responderam à pesquisa

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
TCE/BA para a sociedade						
Valor recebido pelo estado com a compensação previdenciária	Positiva	R\$ (milhões)	2018	320,90	Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante)	Somatório do valor recebido
Controle Externo Municipal						
Percentual de contas apreciadas e julgadas tempestivamente	Positiva	%	2018	96,00	TCM/SGE/SI CCO	(Quantidade de contas apreciadas e julgadas tempestivamente/Total de prestação de contas entregues)*100
Quantidade de auditorias temáticas realizadas	Positiva	un	2018	1,00	TCM/Relatório de Atividades Anual - SCE	Somatório das auditorias temáticas realizadas
Quantidade de auditorias e inspeções realizadas	Positiva	un	2018	77,00	TCM/SCE/3ª DCE	Somatório de auditorias e inspeções realizadas
Quantidade de eventos voltados para o jurisdicionados	Positiva	un	2018	4,00	TCM/ECON T	Somatório de eventos voltados para o jurisdicionados
Justiça Efetiva						
IC-PJBA - Índice de Confiança no Poder Judiciário do Estado da Bahia	Positiva	un	2017	4,90	SEPLAN/TJ	70% de pontos de Percepção + 30% de pontos de Comportamento
Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania						
Quantidade de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com execução orçamentária descentralizada implementada	Positiva	un	2018	14,00	DPGO/MP-BA	Somatório de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com execução orçamentária descentralizada implementada
Quantidade de pessoas alcançadas pelas ações de comunicação do MP-BA	Positiva	un	2018	2.080,00	CECOM/MP-BA	Somatório do número de pessoas alcançadas pelas publicações das redes sociais e de participantes das visitas guiadas
Quantidade de notícias e campanhas publicitárias divulgadas pelos veículos de comunicação social sobre o MP-BA	Positiva	un	2018	2.860,00	CECOM/MP-BA	Somatório de veiculações de notícias e campanhas sobre o MP-BA em sites, emissoras de rádio e de televisão
Número de escolas fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	107,00	CEDUC/MP-BA	Somatório de escolas fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia
Quantidade de Promotorias do Ministério Público do	Positiva	un	2018	13,00	CSI/MP-BA	Somatório do número de Promotorias do Ministério Público do Estado da

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
Estado da Bahia com programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura, implementado						Bahia com programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura, implementado
Quantidade de atendimentos para promoção da paternidade responsável realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	6.406,00	CAOCIFE/M P-BA	Somatório do número de atendimentos realizados pelo MP-BA para a promoção da paternidade responsável
Quantidade de atendimentos para regularização de registro civil realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	9.790,00	CAOCIFE/M P-BA	Somatório do número de atendimentos realizados pelo MP-BA para a regularização de registro civil
Quantidade de atendimentos na área de defesa do acesso à saúde realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	2.304,00	CESAU/MP-BA	Somatório do número de atendimentos na área de defesa do acesso à saúde realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia
Quantidade de Unidades de Atenção Básica à Saúde fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	229,00	CESAU/MP-BA	Somatório do número de Unidades de Atenção Básica à Saúde fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano no âmbito do Programa do Milênio quanto a estrutura e ambiente
Quantidade de municípios com portais de transparência dos poderes executivo e legislativo municipais fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	103,00	CAOPAM/M P-BA	Somatório do número de municípios com portais de transparência dos poderes executivo e legislativo municipais fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia
Quantidade de ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia realizadas	Positiva	un	2018	513,00	CG/MP-BA	Somatório do número de ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia realizadas
Quantidade de inquéritos policiais analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	71.289,00	CAOCRIM/M P-BA	Somatório do número de inquéritos policiais analisados pelos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia
Quantidade de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados	Positiva	un	2018	39.157,00	CAOCRIM/M P-BA	Somatório do número de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados

Indicador	Polaridade	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
			Ano	Valor		
pelo Ministério Público do Estado da Bahia						pelos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia
Quantidade de processos sobre drogas analisados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	15.349,00	CAOCRIM/M-P-BA	Somatório do número de processos sobre drogas analisados pelos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia
Quantidade de municípios do estado da Bahia com projeto de acompanhamento da qualidade da telefonia móvel e internet implementada	Positiva	un	2018	0,00	CECON/MP-BA	Somatório de municípios com projeto de acompanhamento da qualidade da telefonia móvel e internet implementada
Quantidade de atendimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	1.868,00	CAOCA/MP-BA	Somatório do número de atendimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia
Quantidade de cursos, palestras, seminários, workshops, oficinas, mesas-redondas, reuniões, atividades culturais, dentre outras ações voltadas para a capacitação de membros e servidores nos diversos aspectos para o aprimoramento do MP-BA	Positiva	un	2018	104,00	CEAF/MP-BA	Somatório do número de cursos, palestras, seminários, workshops, oficinas, mesas-redondas, reuniões, atividades culturais, dentre outras ações voltadas para a capacitação de membros e servidores nos diversos aspectos para o aprimoramento do MP-BA
Quantidade de municípios do estado da Bahia com ação desenvolvida para fomento à implantação de ouvidorias	Positiva	un	2018	32,00	OUVIDORIA/MP-BA	Somatório dos municípios do estado da Bahia com ação desenvolvida para fomento à implantação de ouvidorias
Quantidade de atividades de assessoramento técnico para proteção e defesa do meio ambiente realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia	Positiva	un	2018	320,00	CEAMA/MP-BA	Somatório do número de atividades de assessoramento técnico para proteção e defesa do meio ambiente realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia
Proteção dos Direitos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos						
Número índice de unidades defensoriais instaladas	Positiva	%	2018	100,00	DPE-BA	(Quantidade de unidades defensoriais no ano de aferição/Quantidade de unidades defensoriais no ano de referência)*100



Território	Municípios
01 - Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipêba, Ibititá, Ipuçara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí, São Gabriel, Xique-Xique.
02 - Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
03 - Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.
04 - Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.
05 - Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uma, Uruçuca.
06 - Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.
07 - Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapoã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.
08 - Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.
09 - Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.
10 - Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.
11 - Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolandia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa Do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão Das Neves, Santa Rita De Cássia, São Desiderio, Wanderley.
12 - Bacia do Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio Do Pires.
13 - Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi.
14 - Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezi- nha, Tapiramutá.
15 - Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.

16 - Piemonte da Diamantina	Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova.
17 - Semiárido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.
18 - Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias.
19 - Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.
20 - Sudoeste Baiano	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.
21 - Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.
22 - Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.
23 - Bacia do Rio Corrente	Brejolandia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria Da Vitória, Santana, São Felix Do Coribe, Serra Dourada, Tabocas Do Brejo Velho.
24 - Itaparica	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas.
25 - Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim.
26 - Metropolitano de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz.
27 - Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia.